

Relatório de atividade e contas anuais

2014



ASF

Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS ANUAIS

2014

Inclui:

ASF – Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

FGA – Fundo de Garantia Automóvel

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

Lisboa, 2015

ÍNDICE

ÍNDICE.....	3
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	5
ÍNDICE DE FIGURAS	7
ÍNDICE DE QUADROS.....	10
A. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
B. A AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES.....	14
1. Missão e valores.....	14
2. Organização	15
C. O MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES EM 2014	17
1. A evolução da economia global e europeia	17
2. A economia nacional	20
3. Evolução do mercado segurador e dos fundos de pensões	23
Setor segurador.....	23
Setor dos fundos de pensões.....	27
D. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	30
1. Supervisão Prudencial.....	30
Empresas de seguros.....	30
Fundos de Pensões.....	39
Mediação de seguros	45
Autorizações e registo – empresas de seguros e fundos de pensões.....	52
2. Supervisão Comportamental.....	56
Atividades a destacar genericamente no âmbito da supervisão comportamental	56
Tratamento de reclamações.....	56
Ações <i>on-site</i>	57
Ações <i>off-site</i>	58
Mediação de seguros e de resseguros	60
Monitorização e supervisão da publicidade e da comercialização à distância.....	62
3. Política regulatória.....	64
Projeto Solvência II.....	64
Outras iniciativas regulatórias	68
Iniciativas legislativas comunitárias.....	70
4. Sanções, contraordenações e outras matérias jurídicas	81
5. Desenvolvimento de estudos técnicos e de análises macroprudenciais	84
Relatórios de análise de riscos do setor segurador e dos fundos de pensões	84

Estudo de impacto quantitativo nacional (QIS-2014) para o novo regime de solvência do setor segurador (Solvência II)	84
<i>Stress test</i> europeu para o setor segurador	87
6. Cooperação Interinstitucional	89
Nacional	89
Internacional	90
7. Apoio ao consumidor de seguros e fundos de pensões	92
Gestão e análise de reclamações / pedidos de esclarecimento	92
Atendimento ao público e apoio ao consumidor	95
Formação Financeira	97
Estudos e publicações	100
Biblioteca	100
8. Gestão de recursos financeiros	103
Balço	103
Demonstração dos Resultados	103
Orçamento	104
9. Gestão de recursos humanos	106
Evolução e caracterização do quadro de pessoal	106
Formação	110
10. Controlo Interno e Gestão de Riscos	111
11. Gestão patrimonial, de instalações e de recursos materiais	112
Sistemas de informação	112
12. Gestão dos fundos autónomos	114
Fundo de Garantia Automóvel	114
Fundo de Acidentes de Trabalho	127
E. LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O TRIÉNIO 2015-2017	138
F. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA 2015	140
G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, REFERÊNCIAS E ANEXOS	142
1. Proposta de aplicação de resultados	142
2. Referências	143
E. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	145
ASF – Instituto de Seguros de Portugal	145
FGA – Fundo de Garantia Automóvel	201
FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho	225
I. RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	247
J. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	253
K. RELATÓRIOS DOS AUDITORES	259

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

ARES – Assessment do Risco das Empresas de Seguros

ASEL – Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos

ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

BCE – Banco Central Europeu

BdP – Banco de Portugal

CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

CEIOPS – Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNSA – Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

DUC – Documento Único de Cobrança

EAIG – European Audit Inspections Group

EGAOB – European Group of Auditors' Oversight Bodies

EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority

ESRB – European Systemic Risk Board

EUA – Estados Unidos da América

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

FGA – Fundo de Garantia Automóvel

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAFI – Grupo de Ação Financeira

IBNR – Incurred But Not Reported

IFIAR – International Forum of Independent Audit Regulators European

IGCP – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público

IOPS – International Organisation of Pension Supervisors

IPPC – Insurance and Private Pensions Committee

ISSA – International Social Security Association

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

ORSA – Own Risk and Solvency Assessment

PIB – Produto Interno Bruto

PNFF – Plano Nacional de Formação Financeira

PPE – Plano Poupança Educação

PPR – Plano Poupança Reforma

PPR/E – Plano Poupança Reforma e Educação

PR – Prevenção Rodoviária

QIS – Quantitative Impact Studies

SAAS – Sistema de Apoio e Acompanhamento de Sinistrados

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

UE – União Europeia

VaR – Value-at-Risk

WPPP – Working Party on Private Pensions

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional da ASF	15
Figura 2 – Evolução das taxas de juro e de inflação na Zona Euro	19
Figura 3 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública a dez anos de alguns emittentes soberanos da Zona Euro	19
Figura 4 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública da República Portuguesa e do diferencial para a dívida pública alemã a dez anos	22
Figura 5 – Evolução da produção de seguro direto	24
Figura 6 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida (2014).....	24
Figura 7 – Produção de seguro direto do ramo Vida (2014)	25
Figura 8 – Investimentos das empresas de seguros.....	26
Figura 9 – Provisões técnicas das empresas de seguros.....	26
Figura 10 – Margem de solvência das empresas de seguros	27
Figura 11 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões	27
Figura 12 – Evolução das contribuições e dos benefícios pagos.....	28
Figura 13 – Investimentos dos fundos de pensões	29
Figura 14 – Processo de supervisão prudencial das empresas de seguros	30
Figura 15 – Estrutura do ARES	32
Figura 16 – Principais temáticas das ações de inspeção.....	37
Figura 17 – Processos de autorização decompostos por categorias	38
Figura 18 – Processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões	40
Figura 19 – Tratamento das responsabilidades (planos de benefício definido)	41
Figura 20 – Adequação ativo-passivo	42
Figura 21 – Distribuição dos processos contraordenacionais por áreas	81
Figura 22 – Autos instaurados e sanções aplicadas por áreas (2014)	82
Figura 23 – Rácio de cobertura do SCR e rácio de cobertura do MCR.....	85

Figura 24 – SCR global para o conjunto das empresas Vida e SCR global para o conjunto das empresas Não Vida	86
Figura 25 – SCR global para o conjunto das empresas mistas	86
Figura 26 – Evolução das reclamações apresentadas à ASF	92
Figura 27 – Pedidos de esclarecimento – tipo de seguro (2014)	94
Figura 28 – Pedidos de esclarecimento – matérias (2014)	94
Figura 29 – Serviço de atendimento ao público – distribuição por meio de comunicação utilizado	95
Figura 30 – Serviço de atendimento ao público – caracterização dos utentes	96
Figura 31 – Visitas ao portal do consumidor e ao sítio institucional da ASF na <i>Internet</i>	97
Figura 32 – Entradas de novas referências (2014)	101
Figura 33 – Evolução do quadro de pessoal	106
Figura 34 – Estrutura etária do pessoal da ASF	107
Figura 35 – Distribuição dos colaboradores da ASF por género	107
Figura 36 – Distribuição dos colaboradores da ASF que integram cargos de chefia por sexo	108
Figura 37 – Distribuição dos colaboradores da ASF por relação jurídica de emprego	108
Figura 38 – Distribuição dos colaboradores da ASF por antiguidade	109
Figura 39 – Habilitações académicas dos colaboradores	109
Figura 40 – Pedidos abertos durante o ano 2014	113
Figura 41 – Processos de sinistros iniciados / terminados	116
Figura 42 – Indemnizações pagas	118
Figura 43 – Reembolsos cobrados	122
Figura 44 - Títulos de dívida por país emitente	126
Figura 45 - Composição da carteira por classe de ativos	126
Figura 46 – Evolução do número de processos de indemnizações	128
Figura 47 – Evolução das indemnizações de acidentes de trabalho	130
Figura 48 – Evolução dos reembolsos a empresas de seguros	131

Figura 49 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT	131
Figura 50 – Decomposição das receitas do FAT.....	132
Figura 51 – Evolução das receitas do FAT	133
Figura 52 – Títulos de dívida por país emitente.....	136
Figura 53 – Composição da carteira por classe de ativos	137

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Composição dos órgãos estatutários da ASF	16
Quadro 2 – Economia mundial – principais indicadores económicos	18
Quadro 3 – Evolução da economia portuguesa.....	21
Quadro 4 – Notações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências a alguns dos emitentes soberanos da zona Euro	22
Quadro 5 – Empresas de seguros – estrutura do mercado	23
Quadro 6 – Fundos de pensões – estrutura do mercado (2014)	28
Quadro 7 – Evolução do número de mediadores	47
Quadro 8 – Distribuição dos mediadores de seguros	48
Quadro 9 – Movimento de requerimentos no registo de mediadores	48
Quadro 10 – Mediação de seguros em Portugal, por mediadores de outros Estados-membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2014	49
Quadro 11 – Mediadores portugueses noutros Estados-membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2014	50
Quadro 12 – Mediadores portugueses noutros Estados-membros da União Europeia – situação em 31 de dezembro de 2014	51
Quadro 13 – Autorizações e notificações – empresas de seguros.....	54
Quadro 14 – Processos de autorização – SGFP e fundos de pensões	55
Quadro 15 – Ações de supervisão <i>on-site</i>	57
Quadro 16 – Ações de supervisão <i>off-site</i>	59
Quadro 17 – Dados globais sobre processos contraordenacionais.....	82
Quadro 18 – Pedidos de parecer e outros processos não contraordenacionais entrados no DSJ	83
Quadro 19 – Distribuição das reclamações analisadas por ramos e tipo de seguros (2014).....	93
Quadro 20 – Vencedores da 3ª edição do concurso “Todos Contam”	99
Quadro 21 – Evolução das receitas e despesas da ASF.....	105

Quadro 22 – Indicadores 2014	110
Quadro 23 – Custos médios dos processos	119
Quadro 24 – Custos médios das indemnizações	119
Quadro 25 – Evolução da atividade do FGA no âmbito da Quarta Diretiva Automóvel.....	120
Quadro 26 – Distribuição do total da provisão (2014).....	123
Quadro 27 – Rácio de cobertura das responsabilidades.....	124
Quadro 28 – Evolução dos Resultados Líquidos	124
Quadro 29 – Composição dos ativos financeiros do FGA	125
Quadro 30 – Rácio de cobertura das responsabilidades.....	134
Quadro 31 – Composição dos ativos financeiros do FAT.....	136

A. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) publica anualmente o seu relatório e contas, que apresenta de forma detalhada o conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do exercício, divulgando igualmente as suas demonstrações financeiras e as dos Fundos cuja gestão lhe está confiada: o Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

Este relatório, embora relativo ao exercício de 2014, foi o primeiro a ser realizado já no novo enquadramento legal, que resultou na publicação dos novos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 06 de janeiro. Com a entrada em vigor deste Diploma, a anterior denominação - Instituto de Seguros de Portugal – foi substituída por Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, abreviadamente designada por ASF, e procurou-se reforçar a independência orgânica, operacional e financeira desta Autoridade de Supervisão. Estamos confiantes de que o novo nome irá também facilitar o reconhecimento da identidade, valores e missão da organização, favorecendo portanto o contacto com o nosso público.

À semelhança do que aconteceu em 2013, no exercício de 2014 observou-se uma tendência de crescimento na produção do seguro direto, de cerca de 9,1%, face ao período homólogo. O ramo Vida foi determinante para este crescimento, com uma evolução da produção de 12,9%, enquanto os ramos Não Vida registaram uma diminuição de 0,1%, sendo que, dentro destes, é o ramo Automóvel que apresenta uma variação mais expressiva (-0,7 pontos percentuais). Nos ramos Não Vida, é de facto o ramo Automóvel que continua a ter maior representatividade, a par do ramo Acidentes e Doença, representando 37,6% e 32,7% da produção total, respetivamente. No caso específico do seguro de Acidentes de Trabalho salienta-se o aumento de 1,2% da produção de seguro direto, o que contraria a tendência decrescente que se verificava deste 2006 e é já resultado dos esforços efetuados pelo setor segurador na sequência das recomendações transmitidas e das medidas tomadas pela ASF no sentido do restabelecimento do equilíbrio técnico deste seguro,

No que se refere ao mercado de fundos de pensões, salienta-se que os ativos geridos representavam, no final de 2014, 17,1 mil milhões de euros, traduzindo um aumento de 13% face ao período homólogo. As contribuições para fundos de pensões tiveram um acréscimo de 132%, cifrando-se em 1,5 mil milhões de euros. Este aumento das contribuições foi, em grande parte reflexo da adaptação dos pressupostos atuariais e financeiros utilizados à realidade demográfica e sobretudo à evolução da taxa de juro nos mercados financeiros. A rentabilidade dos fundos de pensões, durante o ano 2014, foi de aproximadamente 6,4%.

Quanto à estrutura do mercado segurador salienta-se a concretização da venda da maioria do capital do grupo segurador líder de mercado, pertencente à Caixa Geral de Depósitos, ao grupo chinês Fosun deixando, assim, de existir qualquer participação pública maioritária no setor segurador português.

No final do exercício de 2014 constatou-se uma ligeira melhoria na taxa de cobertura da margem de solvência, fixando-se nos 212% o que vem, mais uma vez, confirmar a capacidade de resiliência do setor em conjuntura adversa. Neste contexto, assinala-se a venda da Tranquilidade e das suas seguradoras participadas, ao grupo americano Apollo, o que permitiu encontrar uma solução

adequada face à incapacidade do seu anterior acionista, pertencente ao Grupo Espírito Santo, em garantir uma gestão sã e prudente dessas empresas de seguros.

Acompanhando a tendência ao nível da produção, verificou-se que as provisões técnicas tiveram um aumento de 5,6% face a 2013, fixando-se nos 43,1 mil milhões de euros para o ramo Vida e nos 5,3 mil milhões de euros para os ramos Não Vida. Quanto ao resultado líquido, estima-se que o mesmo ronde os 155 milhões de euros, o que representará um decréscimo de 77%, influenciado quer pelas condições da atividade económica e das suas consequências nos riscos a segurar e na capacidade financeira dos tomadores de seguro, quer pelo resultado de 2013 ter sido beneficiado por lucros obtidos em operações de resseguro de carácter não recorrente.

Face à relevância e à iminência da entrada em vigor do novo regime de solvência do setor segurador (Solvência II), a ASF tem vindo a intensificar as ações de preparação, quer ao nível interno, quer dos operadores do mercado. Entre outras iniciativas desencadeadas em 2014, merecem destaque, pela sua maior visibilidade: o desenvolvimento e a consulta pública do anteprojeto de diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Solvência; o lançamento de um estudo de impacto quantitativo nacional (QIS-2014), que culminou na publicação de um relatório detalhado sobre o panorama do setor na transição para o novo regime e no planeamento de ações de supervisão focadas nas áreas e operadores que merecem maior acompanhamento; e a emissão de uma Circular a reiterar a necessidade de as empresas de seguros e os grupos seguradores prosseguirem os trabalhos preparatórios e adotarem as medidas necessárias com vista a uma adequada transição para o Solvência II e a solicitar informação sobre o seu grau de preparação e os principais desafios e dificuldades.

Na sequência do que atrás se referiu gostaria de sublinhar o papel fundamental das empresas de seguros, das sociedades gestoras de fundos de pensões e dos mediadores de seguros, no reforço do papel estabilizador do setor segurador e dos fundos de pensões na conjuntura adversa em que temos vivido.

Gostaria ainda de expressar a gratidão desta autoridade de supervisão a todas as entidades públicas e privadas que conosco colaboraram, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Um agradecimento especial à Comissão de Fiscalização pela disponibilidade, pelo empenho e pelo elevado sentido de cooperação institucional permanentemente demonstrados, bem como ao Conselho Consultivo pelos úteis contributos na sua área de intervenção.

Não posso deixar de referir a importância de a ASF dispor de recursos humanos na quantidade e com a qualidade necessárias para o pleno cumprimento das suas responsabilidades e as dificuldades que, por restrições orçamentais, têm vindo a ser sentidas e para as quais há que encontrar soluções adequadas com urgência.

Por isso, merece ainda maior realce a nota final de apreço para os colaboradores da ASF que, num contexto de grandes adversidades, mantiveram um desempenho profissional dedicado e competente, contribuindo de forma determinante para os bons resultados alcançados em 2014.

José Figueiredo Almaça

Presidente

B. A AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

1. MISSÃO E VALORES

A ASF tem por missão assegurar o regular funcionamento do mercado segurador e de fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

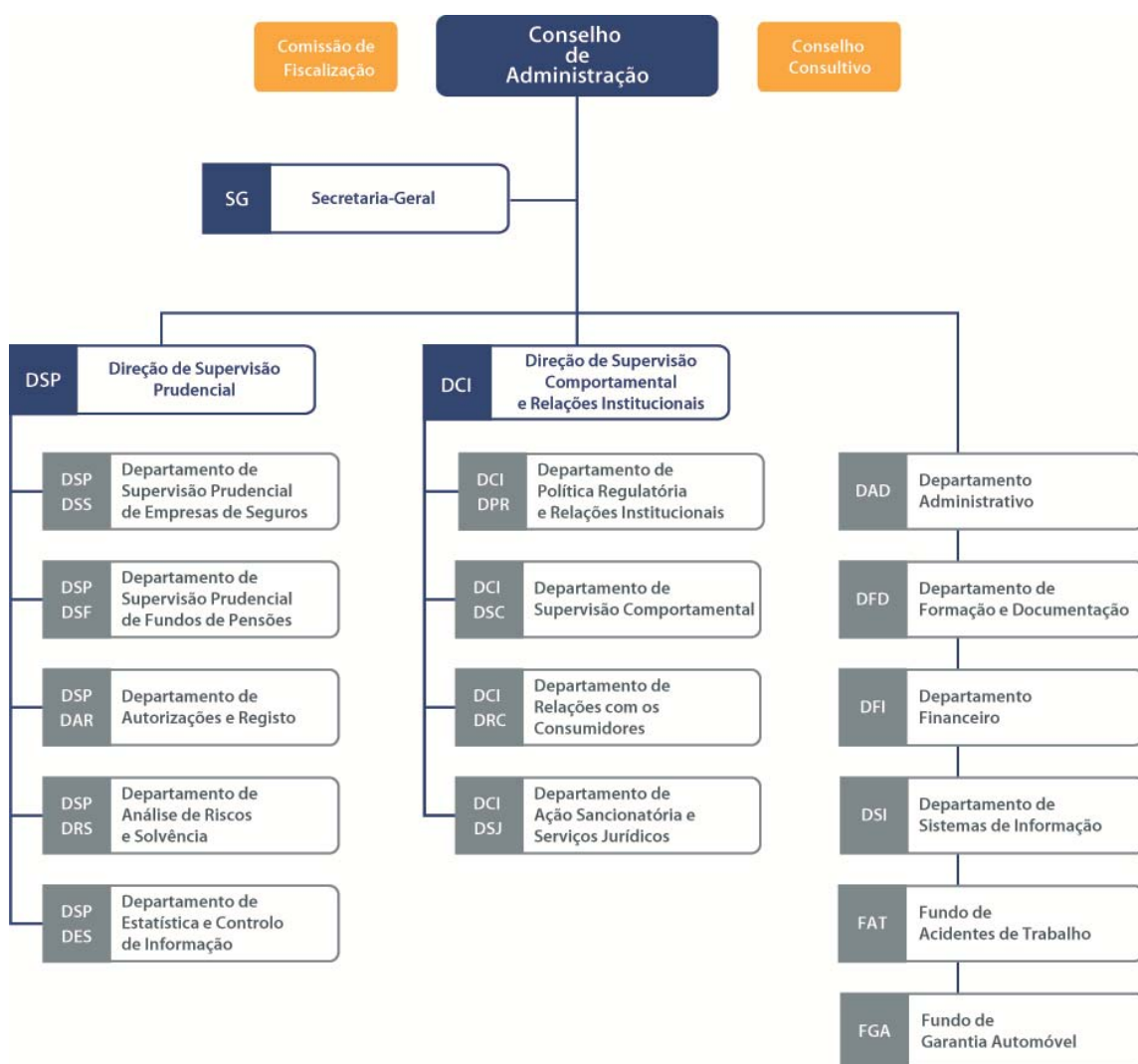
Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira das entidades sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores (empresas de seguros e resseguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores).

Neste enquadramento, a ASF tem-se posicionado no sentido de manter um mercado segurador e de fundos de pensões eficiente, justo, seguro e estável.

2. ORGANIZAÇÃO

São órgãos da ASF, nos termos do seu estatuto, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização. A ASF é estruturada num conjunto de unidades orgânicas, apresentando-se na figura seguinte o organograma em vigor em 2014.

Figura 1 – Estrutura organizacional da ASF



No quadro seguinte, apresenta-se a composição dos órgãos estatutários da ASF, à data de 31 de dezembro de 2014.

Quadro 1 – Composição dos órgãos estatutários da ASF

Conselho de Administração

- José António Figueiredo Almaça (Presidente)
- Filipe Alexandre Aleman Ferreira Serrano (Vice-Presidente)
- Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso (Vogal)

Comissão de Fiscalização

- Álvaro Pinto Correia (Presidente)
- Manuel de Lima Dias Martins (Vogal)
- Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus (Revisor Oficial de Contas)

Conselho Consultivo

- José António Figueiredo Almaça (Presidente do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Presidente do Conselho Consultivo)
- Fernando Mesquita Gabriel (Representante do Governo da Região Autónoma dos Açores)
- João Manuel Gris Teixeira (Representante do Governo da Região Autónoma da Madeira)
- António Carlos Custódio de Morais Varela (Membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal)
- Amadeu José Ferreira (Membro do Conselho Diretivo da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)
- Maria Teresa Moreira (Diretora-Geral da Direção-Geral do Consumidor)
- Rui Coelho e Campos (Representante da FENACOOOP – Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores)
- Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale (Presidente da APS – Associação Portuguesa de Seguradores)
- José Veiga Sarmiento (Presidente da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios)
- Luís Cervantes (Presidente da APROSE – Associação Portuguesa dos Produtores Profissionais de Seguros)
- João Tiago Praça Nunes Mexia (Designado pelo Ministro das Finanças)
- Luís Eduardo da Silva Barbosa (Designado pelo Ministro das Finanças)
- Maria do Carmo Portela Herédia Vieira da Fonseca (Designada pelo Ministro das Finanças)

C. O MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES EM 2014

1. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL E EUROPEIA

De acordo com os dados recentemente publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial manteve, no ano 2014, um ritmo de crescimento semelhante ao ano anterior, de cerca de 3,3%. As economias emergentes voltaram a ser o motor da expansão mundial, embora se tenha verificado uma desaceleração do seu ritmo de crescimento, particularmente pronunciada na América Latina e na Comunidade de Estados Independentes, com destaque para a Rússia. O ano 2014 marcou o regresso ao crescimento da zona Euro, depois de dois anos de contração económica, marcados pelas políticas de austeridade seguidas após o despoletar da crise da dívida soberana.

As projeções para os próximos dois anos mantêm-se positivas, com estimativas de incremento do ritmo de crescimento mundial, apesar de as últimas revisões terem sido, globalmente, em baixa. A expectativa de continuação da tendência de abrandamento das economias emergentes contrasta com a retoma prevista nas economias avançadas, com os EUA a liderar. Destaque ainda para a queda abrupta do preço do petróleo no último trimestre de 2014, cuja cotação em 2015 se espera que se mantenha em níveis marcadamente abaixo dos verificados nos últimos três anos, prevendo-se uma recuperação moderada apenas em 2016.

Quadro 2 – Economia mundial – principais indicadores económicos

Taxas de variação, em percentagem

	2013	2014	Projeções	
			2015	2016
PIB				
Economia mundial	3,3	3,3	3,5	3,7
Economias avançadas	1,3	1,8	2,4	2,4
EUA	2,2	2,4	3,6	3,3
Japão	1,6	0,1	0,6	0,8
Zona Euro	-0,5	0,8	1,2	1,4
Alemanha	0,2	1,5	1,3	1,5
França	0,3	0,4	0,9	1,3
Itália	-1,9	-0,4	0,4	0,8
Espanha	-1,2	1,4	2	1,8
Reino Unido	1,7	2,6	2,7	2,4
Outras economias avançadas	2,2	2,8	3	3,2
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	4,7	4,4	4,3	4,7
Europa Central e de Leste	2,8	2,7	2,9	3,1
Comunidade dos Estados Independentes (a)	2,2	0,9	-1,4	0,8
Rússia	1,3	0,6	-3	-1
Países Asiáticos em desenvolvimento	6,6	6,5	6,4	6,2
China	7,8	7,4	6,8	6,3
Índia	5,0	5,8	6,3	6,5
ASEAN (b)	5,2	4,5	5,2	5,3
Médio Oriente e Norte de África	2,2	2,8	3,3	3,9
América Latina	2,8	1,2	1,3	2,3
Brasil	2,5	0,1	0,3	1,5
México	1,4	2,1	3,2	3,5
África Subsaariana	5,2	4,8	4,9	5,2
Volume de comércio mundial de bens e serviços	3,4	3,1	3,8	5,3
Preços internacionais de matérias-primas em USD				
Petróleo (c)	-0,9	-7,5	-41,1	12,6
Matérias-primas não energéticas	-1,2	-4	-9,3	-0,7
Preços no consumidor				
Economias avançadas	1,4	1,4	1,0	1,5
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	5,9	5,4	5,7	5,4
Taxas de juro LIBOR (em percentagem)				
Em depósitos em USD (6 meses)	0,4	0,3	0,7	1,9
Em depósitos em EUR (3 meses)	0,2	0,2	0	0,1
Em depósitos em JPY (6 meses)	0,2	0,2	0,1	0,1

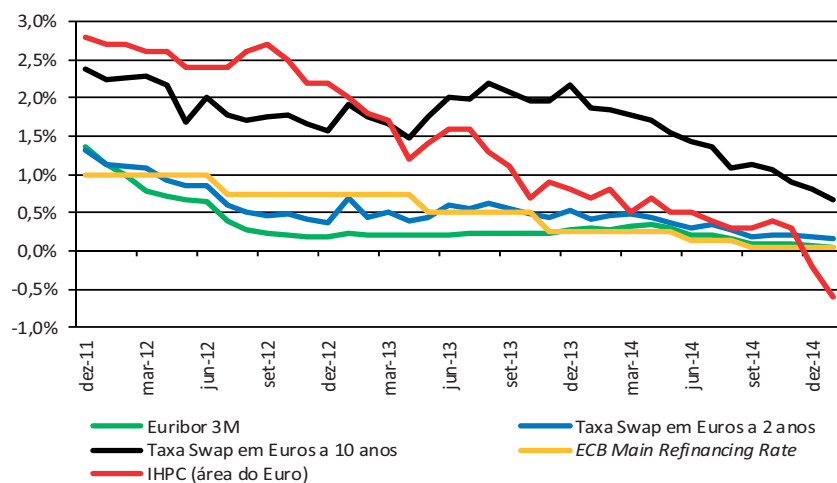
Fonte: World Economic Outlook Update January 2015, FMI

Notas: (a) compreende 11 repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguizão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão; (b) Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietname; (c) média simples dos preços do Brent (UK), Dubai e West Texas Intermediate crude oil. O preço médio por barril em 2014 foi de 96,26 USD. O valor estimado a partir dos mercados de futuros é de 56,73 USD em 2015 e 63,88 USD em 2016.

Os mercados acionistas assinalaram, em 2014, uma *performance* moderada, embora globalmente positiva, com os principais índices a registar um aumento da volatilidade, principalmente no segundo semestre.

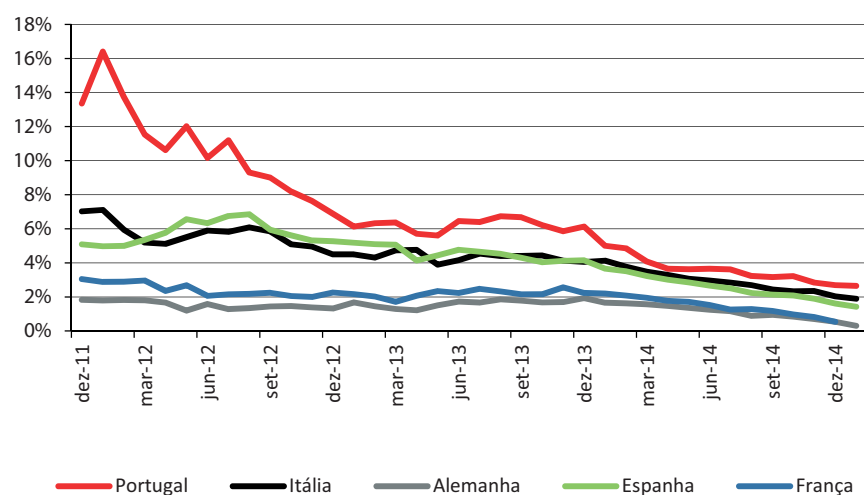
Na área do Euro, a tónica dominante continua a ser o prolongamento do ambiente de baixas taxas de juro, intensificado pelas políticas monetárias centrais. A taxa de juro diretora da zona Euro foi reduzida em dez pontos base por duas ocasiões, fixando-se, desde setembro, no novo mínimo histórico de 0,05%. As yields a dez anos das diversas dívidas soberanas regressaram a valores pré-crise, tendo inclusivamente, em alguns casos, atingido mínimos históricos no final do ano, reforçados pela expectativa do lançamento do programa de Quantitative Easing do Banco Central Europeu (BCE), oficialmente lançado em janeiro de 2015. Destaque ainda para o índice harmonizado de preços no consumidor que registou, no final do ano, valores negativos pela primeira vez desde finais de 2009.

Figura 2 – Evolução das taxas de juro e de inflação na Zona Euro



Fonte: Bloomberg

Figura 3 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública a dez anos de alguns emittentes soberanos da Zona Euro



Fonte: Bloomberg

2. A ECONOMIA NACIONAL

Em 2014, o PIB nacional terá variado positivamente pela primeira vez desde 2010, impulsionado pela retoma do consumo privado, embora a mais recente estimativa de 0,9% represente uma revisão em baixa das previsões divulgadas em meados do ano (1,1%). O aumento do consumo foi alimentado, em certa medida, por um acréscimo das importações, levando as exportações líquidas a registar um valor negativo, contrariando a tendência dos últimos cinco anos.

O défice das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional em 2014 deverá fixar-se em 4,8% do PIB. Já a dívida pública deverá situar-se em 127,2% do PIB.

A taxa de desemprego reduziu face ao ano transato, mantendo-se, ainda assim, em níveis historicamente elevados.

A continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos condiciona as projeções de crescimento no horizonte a dois anos, num contexto de crescimento frágil do nível de preços e da atividade. Não obstante, as últimas estimativas de evolução da economia apresentam um crescimento ligeiramente acima do esperado para a zona Euro, sustentado pelo avanço das exportações, embora contrabalançado por alguma desaceleração do consumo privado. O elevado endividamento privado e a continuação do processo de consolidação orçamental deverão continuar a justificar a evolução débil da procura interna. Todavia, o aproximar de um novo ciclo eleitoral pode vir a aumentar as incertezas quanto ao ritmo de consolidação das finanças públicas e quanto às políticas orçamentais futuras.

A evolução recente do preço do petróleo pode ter consequências menos positivas do que em condições normais. Em particular, terá repercussões na redução da inflação, tornando mais difícil a diminuição dos níveis elevados de endividamento do setor público e do setor privado. Adicionalmente, pode haver um impacto negativo ao nível dos setores fortemente expostos a economias exportadoras desta matéria-prima, como Angola e Venezuela. Por sua vez, será de esperar a diminuição dos custos de energia, com impacto na redução dos custos de produção e no aumento do rendimento real disponível das famílias.

Quadro 3 – Evolução da economia portuguesa

Taxas de variação, em percentagem

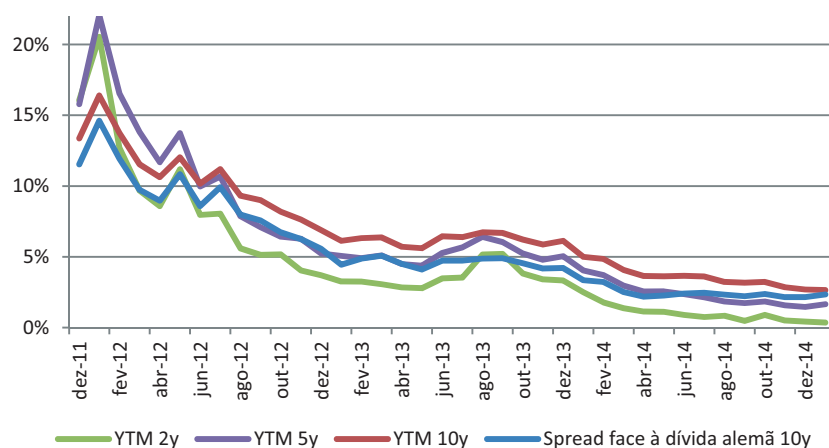
	2012	2013	2014 (estimativa)	2015 (projeção)	2016 (projeção)
PIB	-3,2	-1,4	0,9	1,5	1,6
Consumo privado	-5,6	-1,4	2,2	2,1	1,3
Consumo público	-4,4	-1,9	-0,5	-0,5	0,5
Formação Bruta de capital fixo	-14,5	-6,3	2,2	4,2	3,5
Procura interna	-6,8	-2,3	2,3	1,0	1,5
Exportações	3,3	6,4	2,6	4,2	5,0
Importações	-6,9	3,6	6,3	3,1	4,7
Contributo para a variação do PIB (p.p.)					
Procura interna	-7	-2,4	2,3	1,1	1,5
Exportações líquidas	3,9	0,9	-1,4	0,4	0,1
Balança corrente + balança de capital (% PIB)	0,8	2,3	2,6	2,8	2,9
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	0,1	2,1	1,6	2,5	2,6
IHPC	2,8	0,4	-0,1	0,7	1,0

Fonte: Boletim económico, Banco de Portugal

O ano 2014 fica indubitavelmente marcado pelo fim do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia. O regresso aos mercados foi assinalado com sucesso por um conjunto de emissões de dívida a diversas maturidades. No mercado secundário, as yields de dívida portuguesa conheceram uma trajetória descendente ao longo de todo o período, situando-se em mínimos históricos no final do ano. Refira-se que, já no início de 2015, Portugal solicitou autorização para o reembolso antecipado de 14 mil milhões de euros ao FMI, ao longo dos próximos dois anos e meio, operação que se espera que alivie o peso do serviço da dívida nacional, dadas as recentes emissões de dívida a menores taxas.

O *rating* de crédito da República Portuguesa, atribuído pelas principais agências de notação, mantém-se, contudo, abaixo do nível de investment grade, justificado pelos ainda débeis resultados quanto à redução do stock de dívida pública e ao crescimento da economia.

Figura 4 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública da República Portuguesa e do diferencial para a dívida pública alemã a dez anos



Fonte: Bloomberg

Quadro 4 – Notações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências a alguns dos emittentes soberanos da zona Euro

País Emitente	31.12.2014				Outlook			
	S&P	Moody's	Fitch	DBRS	S&P	Moody's	Fitch	DBRS
Portugal	BB	Ba1	BB+	BBBL	Estável	Estável	Positivo	Estável
Espanha	BBB	Baa2	BBB+	AL	Estável	Positivo	Estável	Estável
Itália	BBB-	Baa2	BBB+	AL	Estável	Estável	Estável	Negativo
França	AA	Aa1	AA	AAA	Negativo	Negativo	Estável	Negativo
Alemanha	AAA	Aaa	AAA	AAA	Estável	Estável	Estável	Estável
Grécia	B-	Caa1	B	n.d.	n.d.	N.A.	Negativo	n.d.

Fonte: Bloomberg

Incontornável é também a medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo no início de Agosto, que determinou a sua cisão e transferência de ativos e passivos para o Novo Banco, opção que visou salvaguardar a continuidade dos serviços financeiros prestados pelo banco e contribuir para a manutenção da estabilidade financeira.

O desfecho do processo de alienação do Novo Banco, atualmente detido pelo Fundo de Resolução – financiado pelas instituições financeiras nacionais, particularmente pelo setor bancário, e com recurso a empréstimos do Estado – permanece envolto em incerteza. Apesar do considerável número de entidades que manifestaram formalmente interesse na sua aquisição, o elevado risco de contingências associado poderá ser um fator determinante na formação do preço e, consequentemente, no custo final que será suportado pelo sistema financeiro nacional.

3. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES

SETOR SEGURADOR

O número total de empresas de seguros a operar no mercado nacional fixou-se em 79, no final de 2014, mais duas que no final do ano transato. Desse conjunto, refira-se que o número de empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF aumentou em três, enquanto uma sucursal da União Europeia (UE) cessou a sua atividade em Portugal. A estrutura das empresas de seguros manteve-se praticamente inalterada.

Quadro 5 – Empresas de seguros – estrutura do mercado

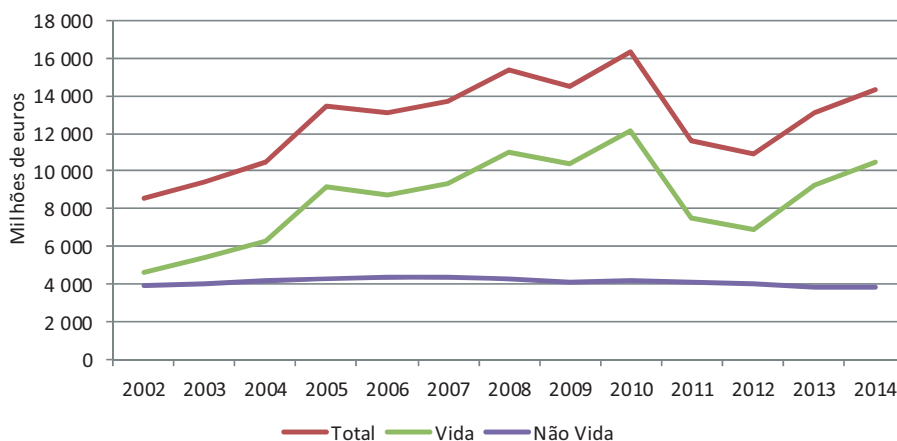
	2010	2011	2012	2013	2014
Empresas de Seguros	83	79	79	77	79
Sob controlo da ASF	47	45	43	42	45
Vida	15	14	14	14	16
Não Vida	23	22	21	21	23
Mistas	8	8	7	6	5
Resseguro	1	1	1	1	1
Sucursais da UE	36	34	36	35	34
Vida	6	6	6	5	5
Não Vida	26	24	25	24	23
Mistas	4	4	5	6	6

No que diz respeito às empresas a atuar em regime de livre prestação de serviços em Portugal, registou-se um aumento de 4% no seu número, estabelecendo-se em 551 no final de 2014.

A produção de seguro direto relativa às empresas de seguros sob a supervisão prudencial da ASF apresentou um crescimento de 9,1% face a 2013, posicionando-se em cerca de 14,3 mil milhões de euros. Para este incremento, foi determinante a evolução positiva verificada no ramo Vida, cujo acréscimo foi de 12,9%, tendo os ramos Não Vida sofrido uma ligeira contração de 0,1%.

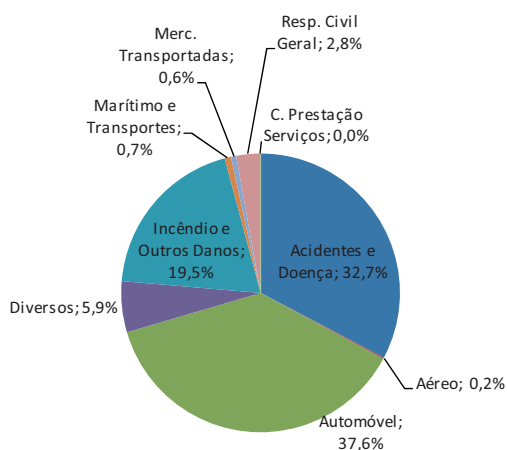
Em consequência, o ramo Vida aumentou o seu peso em 2,4 pontos percentuais face aos ramos Não Vida, passando a representar 73% do total da produção de seguro direto.

Figura 5 – Evolução da produção de seguro direto



Segmentando a produção dos ramos Não Vida, não se constataram variações estruturais significativas. O ramo Automóvel viu o seu peso sofrer a maior redução, de 0,7 pontos percentuais face ao ano transato. Contudo, este continua ainda a ser o segmento com maior representatividade, totalizando 37,6% do total dos ramos Não Vida. Por outro lado, o ramo Acidentes e Doença apresentou a maior expansão, aumentando o seu peso em 0,7 pontos percentuais comparativamente com o final do ano 2013 (32,7%).

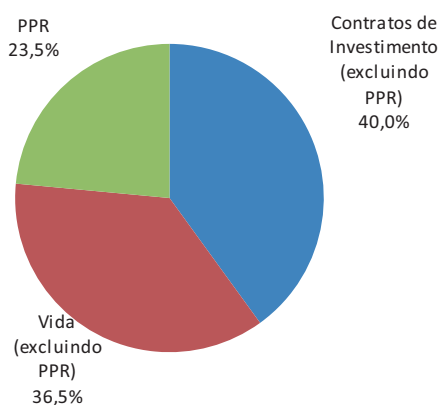
Figura 6 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida (2014)



Por sua vez, no ramo Vida verificaram-se evoluções díspares. Enquanto os seguros Vida (excluindo os Planos de Poupança Reforma ou PPR) e os PPR aumentaram 45,4% e 58,5%, respetivamente, os contratos de investimento (excluindo PPR) diminuiram 17,8%.

Desta forma, a estrutura da carteira de mercado sofreu algumas alterações. Os contratos de investimento (excluindo PPR) diminuíram a sua relevância em 14,9 pontos percentuais e os seguros Vida (excluindo PPR) e os PPR viram o seu peso aumentar 8,2 e 6,8 pontos percentuais, respetivamente.

Figura 7 – Produção de seguro direto do ramo Vida (2014)



No que se refere aos custos com sinistros de seguro direto das empresas sob supervisão prudencial da ASF, em 2014, verificou-se um aumento global de 4,8% face ao ano anterior, tendo o ramo Vida apresentado um acréscimo de 6,8% e os ramos Não Vida um decréscimo de 2,6%.

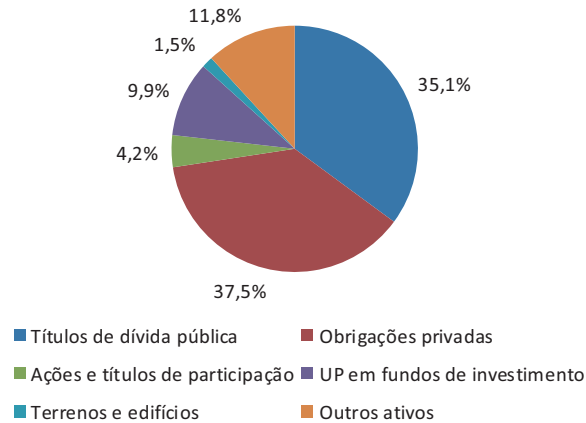
O comportamento no ramo Vida é explicado pela evolução dos resgates, que apresentaram um crescimento na ordem de 21,9% face a 2013. Nos ramos Não Vida, destaca-se a quebra de 21,1% e de 0,9% dos ramos Incêndio e Outros Danos e Automóvel, respetivamente.

Analisando a carteira de investimentos das empresas de seguros, constata-se que o valor dos ativos detidos totalizou 51,2 mil milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 5,3% face ao ano anterior. A composição da carteira de investimentos sofreu algumas alterações, devido, por um lado, ao aumento da importância relativa dos títulos de dívida pública (5,6 pontos percentuais) e das ações e títulos de participação (2,2 pontos percentuais) e, por outro lado, à diminuição das classes relativas às obrigações privadas (5,8 pontos percentuais) e a outros ativos (dois pontos percentuais).

As obrigações privadas e os títulos de dívida pública continuam a ser as categorias com maior representatividade na composição das carteiras, com pesos de 37,5% e 35,1%, por esta ordem. Assim, os títulos de dívida representam 72,6% do total dos investimentos, o que corresponde a um decréscimo de 0,3 pontos percentuais face à proporção que apresentavam no final do ano 2013. Refira-se que esta tendência tem vindo a ser observada desde 2009.

No que diz respeito à categoria de outros ativos, destacam-se os depósitos e caixa e equiparados, que representam 89,1% deste agregado.

Figura 8 – Investimentos das empresas de seguros

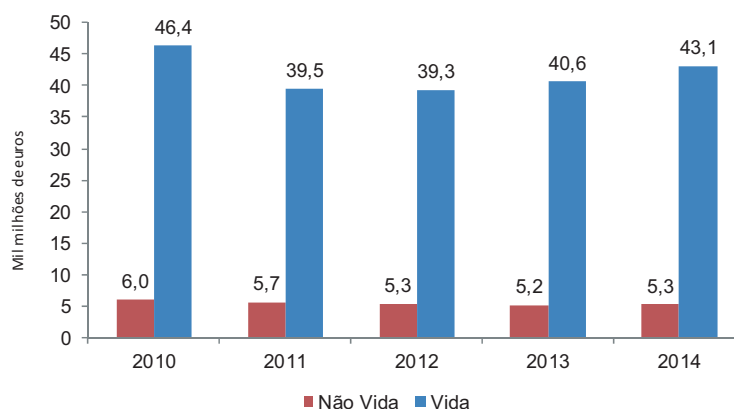


Analisando o nível de dispersão geográfica dos valores mobiliários, constata-se que as carteiras das empresas de seguros continuam a apresentar uma difusão geográfica elevada. Os emitentes nacionais representam 39,7% (48,4% em 2013) do total da carteira de mercado, enquanto os provenientes da UE, excluindo Portugal, atingem os 51,7% (46,2% em 2013).

Medindo a dispersão em função do setor económico do emitente, conclui-se que se mantém uma forte preponderância das aplicações em entidades do setor financeiro, com 45,9% dos emitentes de ações e obrigações a pertencerem a este setor. Esta realidade não é dissociável da hegemonia destas entidades nos mercados de capitais e de dívida nacionais.

De acordo com a tendência verificada no nível de produção, as provisões técnicas das empresas de seguros também aumentaram 5,6% face ao ano transato. Esta evolução decorreu do acréscimo verificado no ramo Vida (6,1%) e nos ramos Não Vida (2%). Em termos estruturais, as provisões técnicas do ramo Vida aumentaram a sua importância relativa em 0,3 pontos percentuais, acentuando a sua predominância no total de mercado (89%).

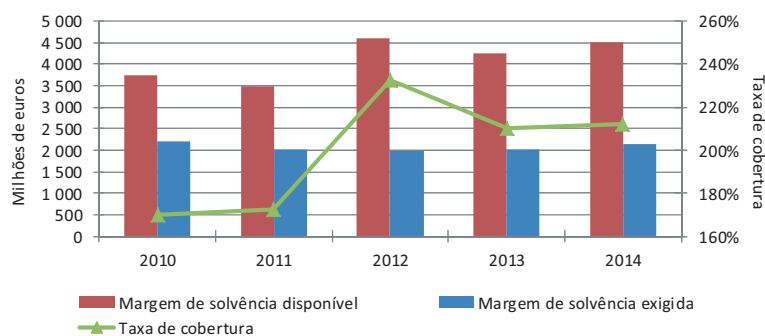
Figura 9 – Provisões técnicas das empresas de seguros



No que se refere à taxa de cobertura da margem de solvência das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF, constatou-se uma ligeira melhoria de dois pontos percentuais face ao ano anterior, estabelecendo-se nos 212%. Esta evolução decorre do facto de o aumento da Margem de Solvência Disponível (6,2%) ser superior ao acréscimo da Margem de Solvência Exigida (5,2%).

Os resultados líquidos do mesmo conjunto de empresas de seguros estimam-se na ordem dos 155 milhões de euros, representando um decréscimo de 77% face a 2013, embora o valor desse ano tenha sido significativamente influenciado por operações de resseguro de caráter não recorrente. Refira-se que, das 44 empresas de seguros, 36 apresentaram valores positivos.

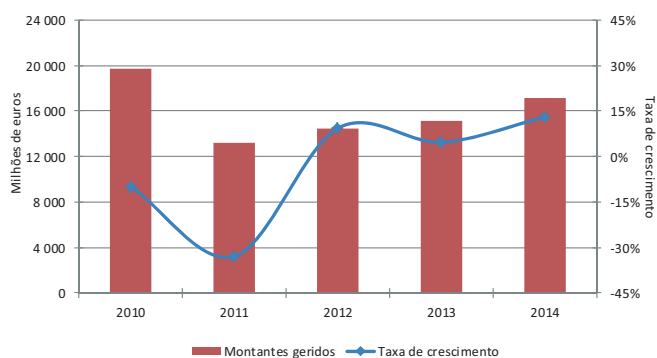
Figura 10 – Margem de solvência das empresas de seguros



SETOR DOS FUNDOS DE PENSÕES

Relativamente aos fundos de pensões, o montante de ativos sob gestão cifrou-se em 17,1 mil milhões de euros, aumentando 13% face a 2013. A rentabilidade dos fundos de pensões durante o ano 2014 foi de cerca de 6,4%.

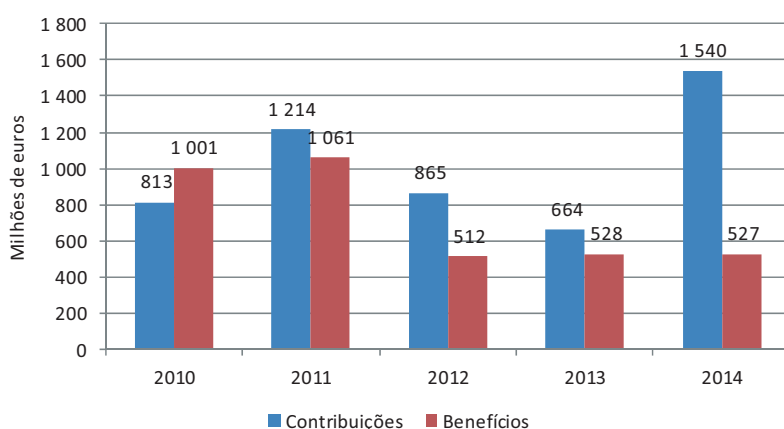
Figura 11 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões



Face a 2013, as contribuições dos associados e participantes registaram um acréscimo de 132%, fixando-se nos 1,5 mil milhões de euros. O crescimento observado resultou essencialmente de contribuições realizadas para fazer face ao aumento de responsabilidades, resultante das alterações de pressupostos atuariais e financeiros efetuadas no final de 2014.

O montante dos benefícios pagos manteve-se quase inalterado face ao ano anterior, apresentando um decréscimo muito ligeiro de 0,2%, estabelecendo-se nos 526,8 milhões de euros.

Figura 12 – Evolução das contribuições e dos benefícios pagos



Em 2014, o número de entidades gestoras de fundos de pensões foi reduzido em uma, para um total de 22 no final do ano. Porém, o número de fundos de pensões manteve-se constante, tendo ocorrido a extinção de cinco fundos e a constituição de outros cinco.

Quadro 6 – Fundos de pensões – estrutura do mercado (2014)¹

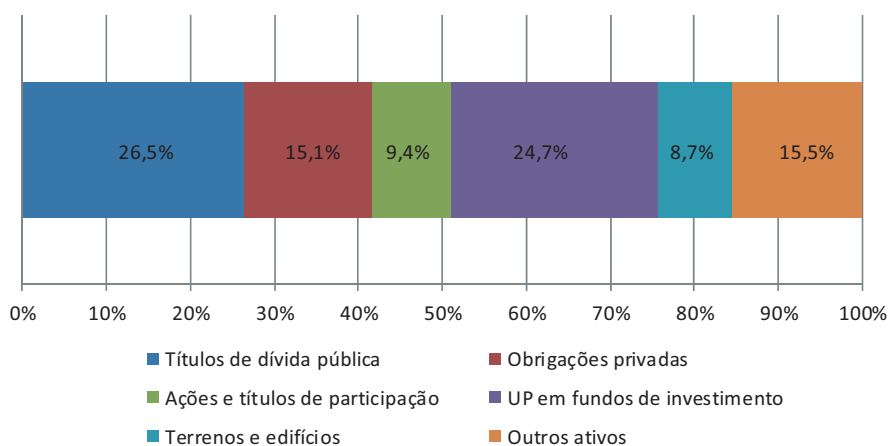
	Total	Empresas de Seguros	Sociedades Gestoras
Número de entidades gestoras de fundos de pensões	22	11	11
Número de fundos de pensões	224	68	156
PPR	24	2	22
PPA	3	1	2
Abertos, excluindo PPR	51	14	37
Fechados	146	51	95
Em co-gestão	6	2	4
Montante dos fundos de pensões (milhões de euros)	17 136	2 633	14 503
PPR	421	5	415
PPA	2	0	2
Abertos, excluindo PPR	1 428	380	1 048
Fechados	15 286	2 248	13 038
Em co-gestão	375	107	267
Quota de mercado	100,0%	15,4%	84,6%

Da análise da composição dos ativos dos fundos de pensões, verifica-se que os títulos de dívida e as unidades de participação em fundos de investimento continuam a ser as rubricas com maior relevância nas carteiras de investimentos, apresentando pesos de 26,5% e 24,7%, respetivamente.

Em termos evolutivos, há a destacar o aumento de 47,1% e 26,5% dos investimentos em outros ativos e em títulos de dívida pública, que totalizam cerca de 2,6 e 4,5 mil milhões de euros, respetivamente. No sentido inverso, refira-se a evolução do investimento em terrenos e edifícios, que diminuiu 11,6%, fixando-se em 1,5 mil milhões de euros no final de 2014.¹

Em consequência, a composição das carteiras sofreu algumas alterações, nomeadamente o aumento da importância dos outros ativos (3,6 pontos percentuais), que resultou do acréscimo de contribuições no final do ano. A maior perda de relevância corresponde ao investimento em terrenos e edifícios (-2,5 pontos percentuais).

Figura 13 – Investimentos dos fundos de pensões



No que diz respeito à dispersão geográfica, aproximadamente um terço do total de valores mobiliários detidos corresponde a emittentes nacionais, refletindo uma redução de 5,6 pontos percentuais face a 2013, enquanto os relativos a emittentes dos restantes Estados-Membros da UE atingem os 61,6%.

Relativamente à concentração setorial dos investimentos, tal como no caso das empresas de seguros, continua a persistir uma elevada predominância de emissões do setor financeiro (cerca de 40% das aplicações em Obrigações privadas e Ações), embora com uma diminuição de 5 pontos percentuais face ao ano transato.

¹ O número de fundos de pensões cogeridos foi incluído na respetiva entidade gestora líder.

D. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

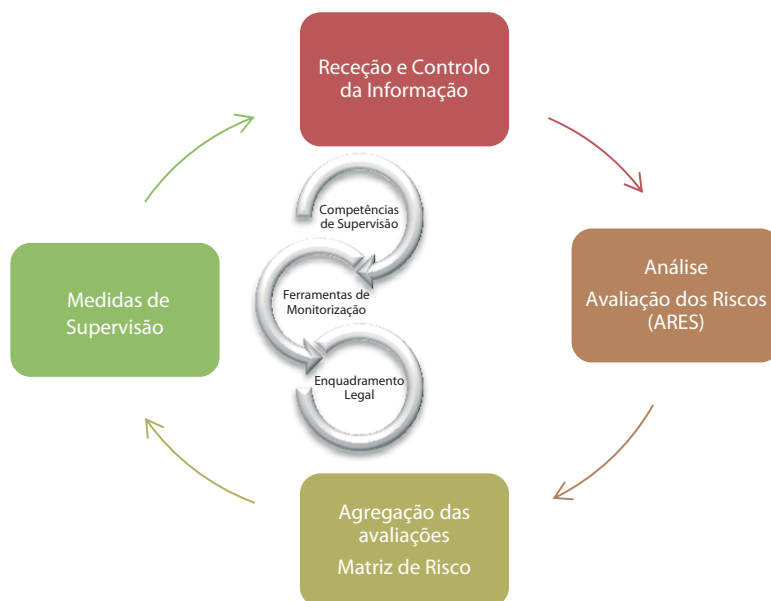
1. SUPERVISÃO PRUDENCIAL

EMPRESAS DE SEGUROS

Processo de supervisão atual – uma avaliação orientada para os riscos

O processo de supervisão prudencial das empresas de seguros assenta numa abordagem orientada para os riscos, encontrando-se estruturado de modo a assegurar uma avaliação consistente e integrada dos diferentes riscos a que as empresas de seguros se encontram expostas.

Figura 14 – Processo de supervisão prudencial das empresas de seguros



Tendo por base a informação quantitativa e qualitativa reportada periodicamente pelas empresas de seguros sob a supervisão da ASF, são efetuadas análises *off-site* que permitem efetuar uma apreciação e um acompanhamento tempestivo da situação financeira das empresas e do cumprimento das garantias prudenciais – provisões técnicas, margem de solvência e fundo de garantia.

Paralelamente, é efetuada uma avaliação das empresas, considerando a metodologia integrada de avaliação de riscos (ARES – Assessment do Risco das Empresas de Seguros) internamente desenvolvida, a qual permite definir as prioridades de supervisão da ASF, identificando as áreas de maior risco que carecem de análises mais aprofundadas, as quais são muitas vezes

complementadas, casuisticamente, por ações de inspeção *on-site* específicas e/ou análises transversais de modo a assegurar uma melhor compreensão das empresas de seguros e a uniformização dos critérios utilizados no mercado segurador.

O conjunto de elementos de índole financeira e estatística reportado à ASF, em base individual e consolidada – demonstrações financeiras, situação de solvência, carteira de investimentos, provisões técnicas, exploração técnica dos ramos, resseguro e outros elementos de índole estatística – permite traduzir uma posição detalhada e abrangente da situação económico-financeira de cada empresa de seguros, constituindo, assim, um *input* essencial no processo de supervisão.

Esta informação é enviada de forma padronizada, estando sujeita a um processo exaustivo de validações no sentido de assegurar da melhor forma possível a qualidade da informação reportada e, conseqüentemente, a consistência das análises posteriormente efetuadas.

No que se refere ao reporte qualitativo atualmente exigido para efeitos de supervisão da atividade das empresas de seguros, importa destacar:

- o relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, pela importância que representa na gestão sã e prudente do negócio;
- o relatório do atuário responsável, pela importância do papel do atuário responsável na aferição, entre outros aspetos, da adequação dos prémios e provisões técnicas, cujos critérios utilizados devem satisfazer os princípios de uma prudente base atuarial e serem, dentro do que é razoável prever, suficientes para satisfazer os compromissos assumidos pela seguradora;
- o relatório sobre o cálculo das provisões técnicas com base em princípios económicos, tendo por base a importância da preparação gradual e tempestiva para as exigências que o novo regime de solvência implicará em matéria de cálculo das provisões técnicas;
- o relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial, considerando o trabalho do revisor oficial de contas, que procura assegurar a fiabilidade da informação reportada, o qual deve conter a certificação dos documentos de prestação de contas das empresas.

As análises efetuadas, a partir da informação reportada e dos elementos de supervisão disponíveis (de análises transversais e de ações *on-site*), incluem uma apreciação sustentada num conjunto de rácios e indicadores quantitativos pré-estabelecidos, com uma granularidade substantiva (por ramo/modalidade) e por natureza de risco (tarifação, provisionamento, investimentos), que permitem, através de avaliações evolutivas e de comparação com *benchmarks* setoriais e/ou de mercado e tendo por base a ferramenta ARES, proceder à avaliação (individualizada) dos riscos subjacentes às atividade e estratégias de negócio das empresas de seguros e, nessa sequência, definir as prioridades de supervisão.

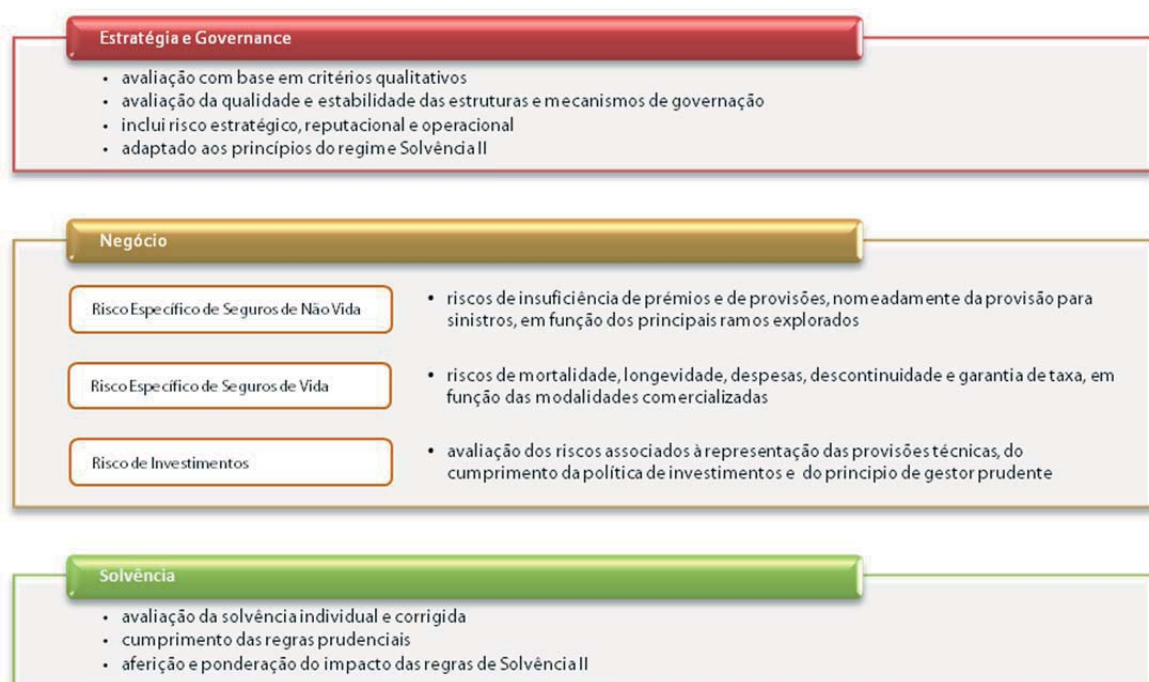
Em 2013 procedeu-se a um ajustamento na ferramenta ARES, tendo por base as necessidades de melhoria identificadas, o qual permitiu efetuar avaliações intercalares de risco das empresas de seguros, permitindo efetuar uma reavaliação das prioridades de supervisão e/ou avaliar a necessidade de ações complementares.

Após a conclusão de cada processo de agregação das avaliações, intercalar e anual, os resultados são compilados numa *newsletter*, a qual pretende, de forma rápida e simples, dar uma visão transversal e consolidada da avaliação dos riscos, identificando as empresas de seguros que apresentam maior risco (globalmente e por categoria de risco) e a pior evolução face à última

avaliação anual efetuada, bem como salientar as prioridades de análise que merecerão maior profundidade.

A estrutura de classes de risco utilizada para efeitos da avaliação do risco das empresas de seguros supervisionadas pela ASF manteve-se inalterada no presente exercício: 1) Estratégia e *governance*; 2) Negócio, que inclui os riscos específicos de seguros de Vida e de Não Vida e o risco de investimento; e 3) Solvência.

Figura 15 – Estrutura do ARES



De sublinhar a apreciação crítica do trabalho apresentado pelos atuários responsáveis, quer através do reporte do relatório atuarial, quer através das comunicações efetuadas com a ASF, apreciação essa que é igualmente tida em consideração na avaliação dos riscos específicos de seguros.

A agregação dos resultados da avaliação efetuada a cada módulo de risco permite identificar os principais fatores de risco por empresa de seguros e, transversalmente, para o mercado segurador, dos pontos de vista global e setorial.

Tendo por base o nível de risco atribuído a cada empresa e o respetivo impacto no mercado segurador, é construída a matriz de risco, permitindo posicionar as empresas de seguros e, consequentemente, proceder à sua hierarquização.

Os resultados da avaliação servem de auxílio na determinação das prioridades de supervisão, sendo revistas e/ou implementadas novas medidas de supervisão a adotar para cada empresa, bem como identificadas as áreas que carecem de análises aprofundadas.

De entre as diversas medidas de supervisão adotadas, importa destacar as seguintes:

- acompanhamento *on-going* da atividade da empresa de seguros, através da monitorização regular das demonstrações financeiras e das garantias prudenciais;
- realização de análises específicas *on-site* e/ou *off-site*, nomeadamente a análise de informação adicional além da periodicamente reportada;
- pedido de planos de financiamento e de recuperação da situação financeira das empresas de seguros e respetiva monitorização e acompanhamento;
- imposição de reforço das provisões técnicas e/ou dos capitais próprios;
- transmissão de orientações às empresas de seguros, de forma a reforçar a consistência e a convergência de acordo com as melhores práticas, tendo como fim último a harmonização e a equidade do setor.

No que se refere às empresas de seguros inseridas em grupos, tem sido intensificada a supervisão complementar, ao nível do grupo, nomeadamente quanto à situação da solvência corrigida, à concentração de riscos e às operações intragrupo. Nas empresas integradas em grupos internacionais, tem-se mantido a cooperação internacional, junto das autoridades congéneres, sendo de relevar, neste domínio, a participação da ASF nos colégios de supervisores responsáveis pela supervisão dos grupos de seguros.

Neste contexto, e considerando que o órgão de administração e os gestores de topo são os responsáveis principais pela gestão sã e prudente da empresa de seguros, o processo de supervisão tem necessariamente inerente uma interação frequente com estas estruturas de governação.

Futuro processo de supervisão – novo regime de solvência

O regime Solvência II, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2016, consubstancia um novo padrão de regulação e supervisão da atividade seguradora e resseguradora, destinado a reforçar a solidez financeira das empresas de seguros e de resseguros, a estabilidade e competitividade do setor segurador e o bom funcionamento do mercado, tendo como fim último a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

As novas regras preconizam uma visão holística e integrada dos riscos, de forma a permitir identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar corretamente os diferentes riscos a que as empresas de seguros e de resseguros se encontram expostas.

O processo de supervisão encontra-se atualmente em fase de adaptação às novas exigências do novo regime de solvência, o qual será estruturado com base numa abordagem prospetiva e baseada nos riscos, assumindo um caráter acentuadamente preventivo. A supervisão irá naturalmente abranger a avaliação dos requisitos quantitativos (Pilar I), dos requisitos qualitativos (Pilar II) e dos procedimentos de prestação de informação das empresas de seguros e de resseguros (Pilar III), pilares onde o novo regime se baseia.

Nos requisitos quantitativos, prevê-se a avaliação económica dos elementos do ativo e do passivo, destacando-se, neste último âmbito, a avaliação das provisões técnicas mediante o cálculo, em separado, da melhor estimativa e da margem de risco ou, se aplicável, a respetiva avaliação como um todo. Relativamente aos fundos próprios, que abrangem os fundos próprios de base e os fundos próprios complementares, determina-se a classificação dos respetivos elementos em três níveis, consoante a capacidade de absorção de perdas.

Em matéria de requisitos qualitativos, encontra-se prevista a implementação por parte das empresas de seguros de sistemas de governação eficazes, incluindo sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, de forma a garantir uma gestão sã e prudente das suas atividades. O cumprimento de requisitos de qualificação e de idoneidade será exigível a todas as pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou exercem outras funções-chave na mesma, designadamente no que se refere à função de gestão de riscos, à função de verificação do cumprimento, à função de auditoria interna e à função atuarial.

No âmbito dos procedimentos de prestação de informação das empresas de seguros e de resseguros será estabelecido um conjunto de obrigações de reporte perante a ASF, devendo as empresas de seguros e de resseguros prestar toda a informação necessária para efeitos de supervisão.

Acompanhamento circunstanciado efetuado em 2014

Tal como referido anteriormente, a conjuntura macroeconómica no ano 2014 ficou marcada pela manutenção de elevados níveis de desemprego e de endividamento e simultaneamente por sinais de retoma económica, se bem que ligeiros, na área do Euro e em Portugal. Mantiveram-se ainda as expetativas de duração prolongada do ambiente de baixas taxas de juro.

O mercado segurador português registou um aumento da produção no Ramo Vida, com estabilização das taxas de resgate. Embora as rendibilidades oferecidas tenham diminuído, continuam em níveis atrativos, tendo sido introduzido um maior grau de flexibilização no desenho dos novos produtos procurando, assim, mitigar os riscos de garantia de taxas associados. A envolvente económica fez-se sentir ao nível da produção Não Vida, que contraiu ligeiramente.

Durante o exercício de 2014 foi dada continuidade ao acompanhamento circunstanciado à exploração da modalidade de acidentes de trabalho, atentos ao desequilíbrio técnico que se tem observado. Tendo por base os planos de reequilíbrio técnico apresentados pelas diversas empresas de seguros que exploram o ramo, bem como o reporte mensal de indicadores, foi identificada como área de maior dificuldade a negociação e a adequada subscrição e tarificação dos contratos de maior dimensão. Neste contexto, e por forma a analisar de forma detalhada o grau de cumprimento das recomendações efetuadas, foi solicitado no final do exercício o reporte discriminado de todas as apólices subscritas / renovadas / anuladas cuja massa salarial segura fosse superior a 1,5 milhões de euros.

Paralelamente, no âmbito do acompanhamento da adequação ao nível de provisionamento, manteve-se, em relação aos principais seguros (automóvel e acidentes de trabalho), o reporte trimestral da informação relativa à exploração técnica e ao provisionamento.

Atendendo ao crescimento do Ramo Vida e às alterações que se têm verificado recentemente ao nível da comercialização de produtos vida no mercado, manteve-se o acompanhamento mensal ao lançamento de novos produtos em 2014, nomeadamente ao nível da gestão financeira dos mesmos – nível de prudência e adequado matching entre ativos e passivos –, de forma a avaliar a adequação das taxas de rendibilidade implícitas face aos compromissos assumidos pelas empresas de seguros.

No que se refere aos investimentos, cujas carteiras continuam a apresentar uma forte exposição aos títulos de dívida pública, tem-se prosseguido o acompanhamento tempestivo da evolução das carteiras de ativos afetos às provisões técnicas das empresas de seguros, as quais são reportadas numa base trimestral. A mesma avaliação revelou-se mais exaustiva no caso particular de algumas empresas, cuja evolução dos ativos, aliada a algumas opções de investimento, tornaram a situação da representação das provisões técnicas mais vulnerável, tendo sido solicitado, nesses casos, um reporte mais detalhado e com uma maior periodicidade.

Durante 2014 manteve-se, à semelhança de anos anteriores, o reporte, numa base trimestral, da solvência a nível individual e corrigido de todas as empresas supervisionadas, temática que foi alvo de um acompanhamento reforçado, atendendo, nomeadamente, à proximidade da entrada em vigor do novo regime de solvência.

Neste contexto, importa destacar os estudos de impacto quantitativo (QIS) realizados nos últimos anos, cujos resultados agregados são divulgados ao mercado, e que têm revestido um papel preponderante na preparação das empresas de seguros para o cálculo dos requisitos de capital para os diversos riscos a que se encontram expostas, permitindo identificar os impactos aos vários níveis da transição para o regime Solvência II.

De sublinhar o exercício QIS-2014, com data de referência 31 de dezembro de 2013, que abrangeu a totalidade do mercado segurador supervisionado pela ASF². O exercício teve como principal objetivo a avaliação do impacto, em termos de requisitos quantitativos, da introdução do regime Solvência II, com a identificação, de forma atempada, das áreas de vulnerabilidade do setor, quer ao nível de necessidades de capital e/ou de redução dos riscos, quer da capacidade de concretização dos cálculos de uma forma robusta, consistente e fiável.

Na sequência da análise e avaliação ao reporte do exercício QIS efetuado, o qual foi sujeito a um processo de validações e revisão bastante detalhado, foram identificadas algumas matérias merecedoras de atenção especial, nomeadamente a avaliação dos impostos diferidos e o cálculo do ajustamento para a capacidade de absorção desses impostos, a aplicação dos limites dos contratos na avaliação da melhor estimativa das provisões técnicas, o cálculo apropriado das opções e garantias embutidas nos contratos, a explicitação de alguns dos submódulos de risco do requisito de capital e, ainda, a aplicação do pacote de medidas de longo prazo e de transição.

No que se refere à vertente qualitativa, e tendo por base as orientações dirigidas pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) às autoridades de supervisão nacionais, a 31 de outubro de 2013, sobre o procedimento a adotar na fase preparatória para a aplicação do regime Solvência II, a ASF emitiu a Circular n.º 5/2014, de 12 de

² A desenvolver em secção própria, no capítulo 5 (Desenvolvimento de estudos técnicos e de análises macroprudenciais).

dezembro, de forma a avaliar o grau de preparação para a aplicação do regime Solvência II, solicitando às empresas de seguros a seguinte informação:

- até 31 de janeiro de 2015, resposta a um questionário sobre a aplicação do novo regime de solvência, a identificação das tarefas executadas, bem como um plano de implementação das previstas e o detalhe sobre as áreas onde se têm verificado maiores dificuldades;
- até 31 de março de 2015, a política de autoavaliação do risco e solvência, bem como cópia do relatório que tenha sido produzido no seguimento de um exercício de autoavaliação do risco e da solvência já efetuado ou a efetuar até essa data;
- dentro dos prazos previstos nas Orientações sobre submissão de informação da EIOPA, o reporte da informação nelas requerido.

Efetivamente, para além de todos os trabalhos inerentes às funções e responsabilidades da supervisão do atual regime de solvência, tem sido efetuado um trabalho exaustivo para acomodar da melhor forma possível todo o processo de implementação do regime Solvência II, abrangendo o enquadramento legal, a definição e a revisão das competências de supervisão, bem como das ferramentas de monitorização.

Por último, e à semelhança do acompanhamento efetuado nos anos anteriores, foi dada continuidade à realização de reuniões com os Conselhos de Administração e com os gestores de topo da generalidade das empresas de seguros, nas quais são discutidas as estratégias de negócio e de gestão definidas de forma a avaliar a evolução da situação de cada empresa, bem como o grau de preparação para o regime Solvência II.

Por fim, refira-se, também, o trabalho desenvolvido no âmbito da supervisão dos corretores de seguros, compreendendo uma análise de índole económico-financeira, cujo objetivo consiste em garantir que possuam uma estrutura económica adequada para o desenvolvimento da atividade, considerando o cumprimento de determinados requisitos legais e prudenciais.

Supervisão *on-site*

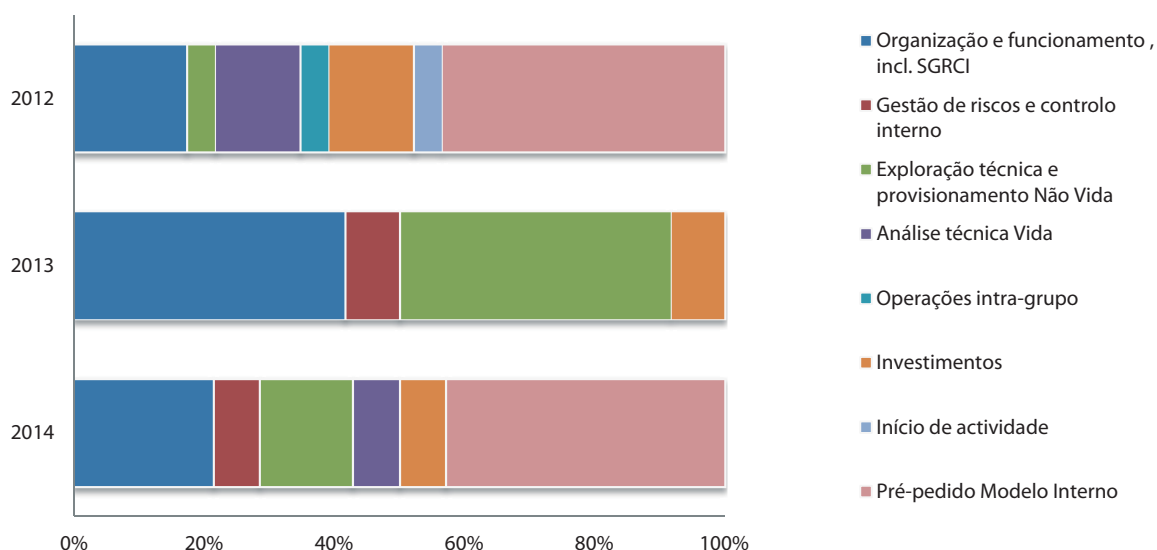
Tendo por base as avaliações intercalar e final do risco efetuadas a cada empresa de seguros, a análise do impacto da materialização de cada um dos riscos no mercado e o número e a antiguidade de inspeções realizadas anteriormente, a ASF procede à hierarquização das prioridades da supervisão *on-site*, planificando assim as diversas áreas e empresas objeto de ações de inspeção.

No seguimento dos diversos trabalhos desenvolvidos no ano anterior, a área da exploração técnica e do provisionamento Não Vida continuou a merecer um papel de destaque nas ações de inspeção, dada a necessidade de assegurar a adequação dos prémios praticados, bem como do nível de provisionamento, em especial na exploração do ramo automóvel e da modalidade de acidentes de trabalho.

Os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, atendendo à importância crescente que o estabelecimento de adequados mecanismos de governação tem para uma gestão sã e prudente do negócio segurador, continuaram também a merecer enfoque nas análises *on-site* realizadas.

Paralelamente, e considerando o processo de transição para o novo regime de solvência, assumiram grande relevância as ações de acompanhamento *on-site* no âmbito dos processos de pré-pedido apresentados com a intenção de utilizar um modelo interno para o cálculo dos diversos requisitos de solvência a vigorar em Solvência II.

Figura 16 – Principais temáticas das ações de inspeção



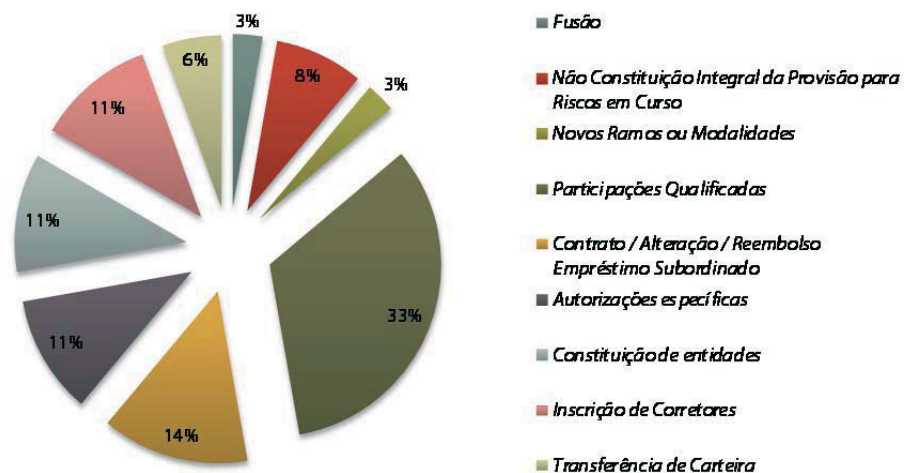
Processos de autorização e de não oposição, com apreciação económico-financeira

Considerando o regime aplicável ao exercício da atividade das empresas de seguros e de resseguros, a ASF analisa anualmente um conjunto de pedidos de autorização, submetidos pelas empresas de seguros supervisionadas, sobre determinadas matérias específicas sujeitas a aprovação, merecendo especial ênfase os relativos ao estabelecimento e ao controlo de participações qualificadas.

Durante o ano 2014, a ASF procedeu à análise de uma série de pedidos de autorização e de não oposição, dos quais importa salientar:

- os processos de autorização de participações qualificadas, nos quais se insere, pela sua abrangência e impacto, a alienação de uma empresa de seguros para uma sociedade sediada noutro Estado membro da União Europeia;
- a realização / alteração / reembolso de contratos de empréstimos subordinados;
- a fusão por incorporação de uma sociedade gestora de participações sociais numa empresa de seguros pertencente ao mesmo grupo financeiro nacional, com a transferência global do património e conseqüente extinção da entidade;
- a constituição de quatro entidades de direito português.

Figura 17 – Processos de autorização decompostos por categorias



A função de *enforcement* contabilístico

Nos termos do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), com exceção da IFRS 4, da qual são apenas adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

Para efeitos da apreciação da adequação e conformidade das demonstrações financeiras das entidades sujeitas à supervisão da ASF face às exigências das NIC adotadas no PCES, foi realizado, em anos anteriores, um trabalho exaustivo de avaliação da conformidade.

Neste enquadramento, a avaliação da conformidade da aplicação por parte das empresas de seguros deste regime contabilístico e de divulgação, ou seja, a função de *enforcement*, afigura-se particularmente exigente, atendendo à necessidade de acompanhamento permanente das revisões ocorridas nas NIC e à flexibilidade permitida na apresentação das demonstrações financeiras.

Deste modo, foram, novamente em 2014, apreciadas as políticas contabilísticas utilizadas pelas empresas de seguros na preparação das suas demonstrações financeiras, bem como a adequação das divulgações constantes das notas ao balanço e conta de ganhos e perdas, tendo em conta, sempre que relevante, as especificidades existentes em cada empresa.

De entre as matérias analisadas, no âmbito do cumprimento das regras preconizadas nas NIC, foi dado um enfoque especial, atendendo às principais alterações ocorridas em algumas IAS / IFRS que entraram em vigor durante o ano 2013, à IAS 19 (Benefícios dos empregados), tendo sido estabelecido o fim da possibilidade da utilização do corredor, e à IFRS 13 (Mensuração ao justo valor), que vem substituir a parte relativa à mensuração dos instrumentos financeiros da IAS 39.

Para as análises efetuadas, foram relevantes os esclarecimentos adicionais solicitados às empresas de seguros e a comunicação estreita com os respetivos revisores oficiais de contas.

Paralelamente, e de acordo com os trabalhos realizados em anos anteriores, foi avaliada a adequação dos elementos de prestação de contas da generalidade dos corretores de seguros face às normas contabilísticas aplicáveis, bem como aos requisitos específicos de relato adicionais estabelecidos para o setor da mediação de seguros.

FUNDOS DE PENSÕES

Processo de supervisão dos fundos de pensões – uma avaliação orientada para os riscos

Em 2014, o processo de supervisão prudencial dos fundos de pensões continuou a dar relevo à abordagem baseada nos riscos financeiros intrínsecos às carteiras de investimento e nos riscos de taxa de juro e de longevidade associados às responsabilidades decorrentes dos planos de pensões.

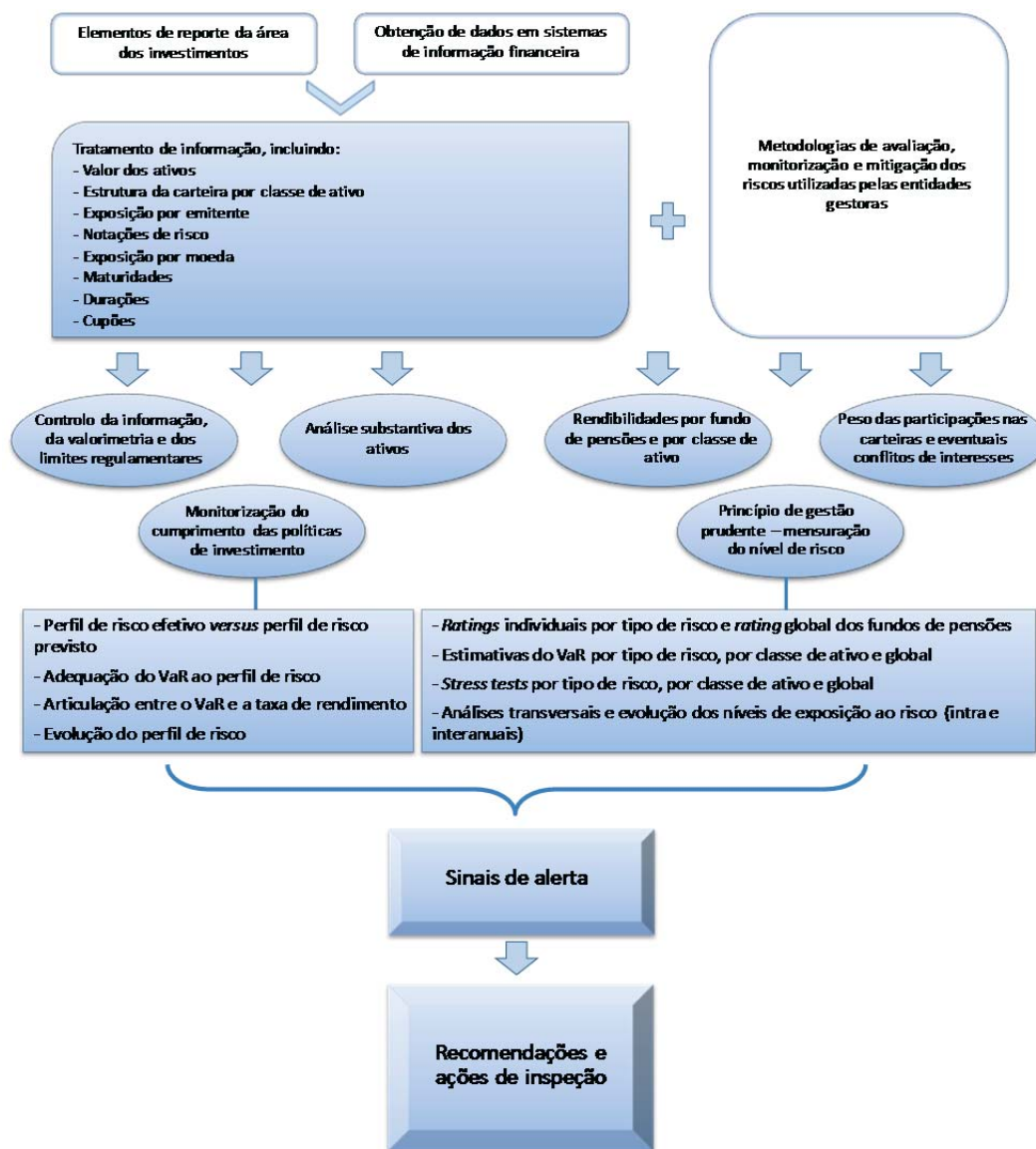
No âmbito do processo de supervisão orientado para os riscos são mensurados, de forma objetiva e mediante dados quantificáveis, os principais riscos financeiros a que se encontram expostas as carteiras dos fundos de pensões, tendo em conta oito categorias de risco, em concreto, os riscos de taxa de juro, acionista, imobiliário, cambial, de crédito-spread, de concentração, de liquidez e de inovação.

Com recurso à ferramenta de cálculo da estimativa do valor em risco (VaR), atribui-se, quer um indicador para cada área de risco individual, quer um indicador global de risco para cada fundo de pensões. São igualmente mensurados os níveis de risco e o VaR por classe de ativos, nomeadamente para os títulos de dívida, os valores acionistas, as aplicações imobiliárias, a liquidez, os investimentos alternativos e os produtos derivados.

O processo de supervisão inclui ainda a realização de *stress tests* e de testes de sensibilidade que permitem estudar o potencial impacto de cenários adversos relativos às diferentes categorias de ativos financeiros.

Na figura seguinte encontra-se esquematizado o processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões, independentemente da dimensão, da natureza e do tipo de plano que financiam.

Figura 18 – Processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões



Na área das responsabilidades dos planos de pensões de benefício definido, o processo de supervisão está igualmente orientado para os riscos. Apoia-se na ferramenta de estimação das responsabilidades, a qual utiliza informação relativa às características dos veículos de financiamento dos planos de pensões.

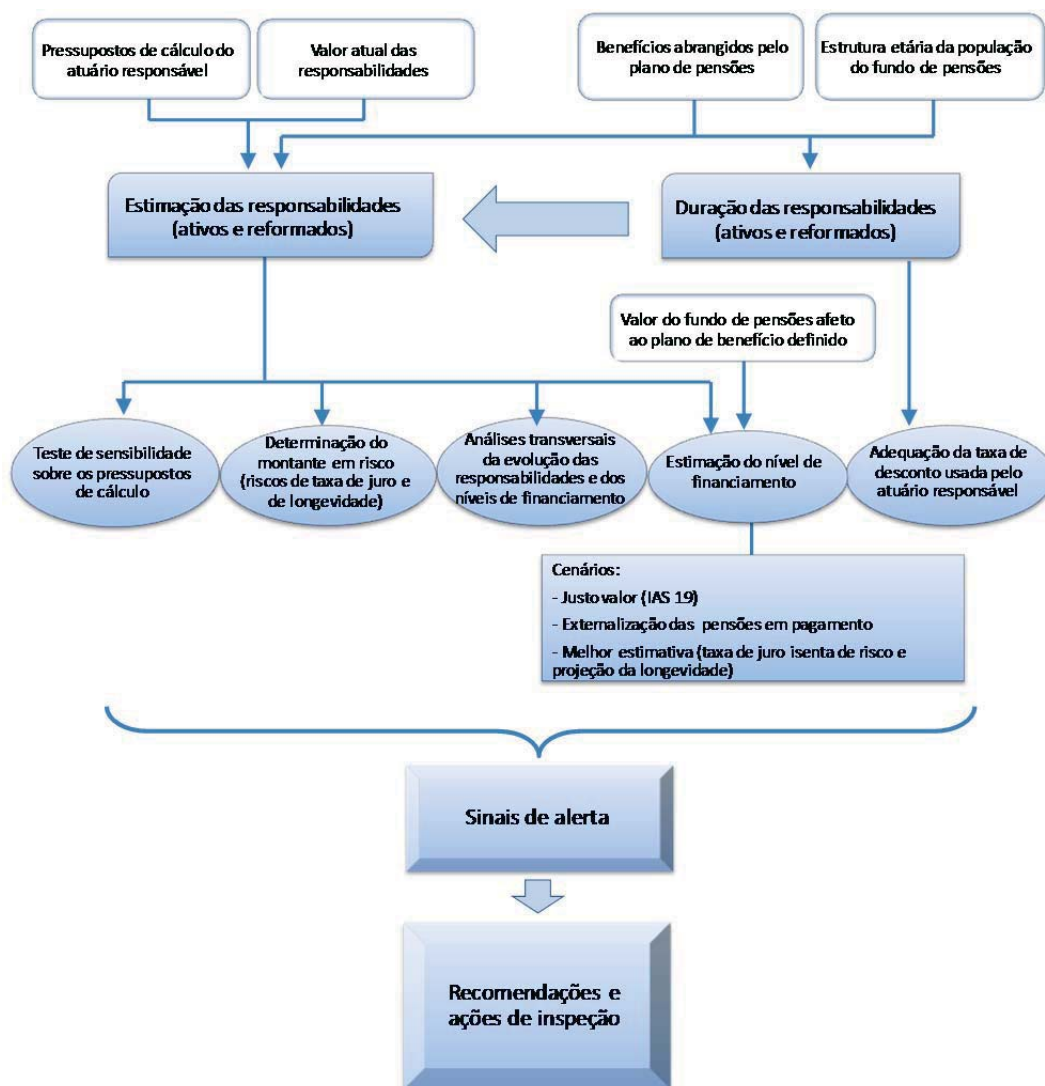
Para a estimação são criados cenários distintos, nomeadamente no que respeita às taxas de desconto das responsabilidades e ao decréscimo de mortalidade. Para o efeito é necessário aferir a adequação das taxas de desconto às durações das responsabilidades tanto com a população ativa como com a população reformada. As durações são estimadas com recurso aos dados populacionais, tendo em consideração os benefícios garantidos pelos planos de pensões.

A ferramenta permite efetuar análises transversais e, em especial, realizar testes de sensibilidade, que consistem na quantificação do impacto que alterações dos pressupostos de cálculo provocam no montante das responsabilidades.

Saliente-se que, em 2014, foi alterada a idade de acesso à pensão de reforma por velhice do Regime Geral de Segurança Social, pelo que a ferramenta de estimação das responsabilidades teve de ser adaptada em conformidade.

A figura seguinte resume o tratamento dado às responsabilidades dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de pensões de benefício definido.

Figura 19 – Tratamento das responsabilidades (planos de benefício definido)



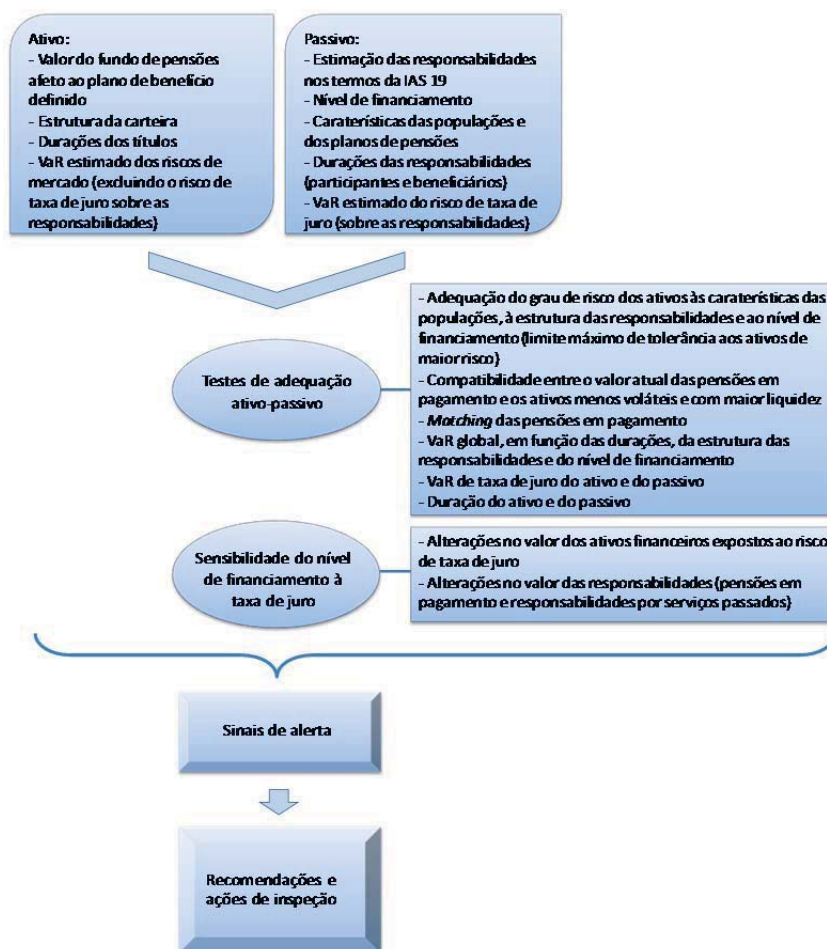
Para a avaliação do alinhamento das estratégias de investimento às responsabilidades dos fundos de pensões são realizados alguns testes cujos resultados proporcionam uma avaliação tão completa quanto possível da adequação ativo-passivo.

De modo a verificar que os fundos de pensões são geridos numa perspetiva de longo prazo e norteados por objetivos de segurança, qualidade e liquidez das aplicações financeiras, os testes procuram aferir em que medida as estratégias de investimento consideram a estrutura populacional, o perfil de risco das responsabilidades e o correspondente nível de financiamento.

Ainda, usando o valor e a duração dos títulos expostos ao risco de taxa de juro, bem como a duração das pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados, tem sido quantificada a sensibilidade do nível de financiamento das responsabilidades face a variações das taxas de juro.

A figura seguinte sintetiza a articulação entre as carteiras de investimento e as responsabilidades dos fundos de pensões, no âmbito do processo de supervisão da adequação ativo-passivo e do nível de financiamento.

Figura 20 – Adequação ativo-passivo



Acompanhamento da situação prudencial dos fundos de pensões

Com base nos elementos reportados à ASF, foi construído um conjunto de indicadores de alerta de riscos, que permite quantificar de forma objetiva e transversal o perfil de risco de cada fundo de pensões. Esta quantificação tem permitido efetuar análises específicas de fundos cuja situação exige maior acompanhamento.

Por outro lado, deu-se continuidade ao procedimento instituído de realização de uma análise conjugada dos diferentes tipos de elementos, designadamente contratuais, contabilísticos, financeiros, estatísticos e atuariais, por forma a poderem ser detetadas eventuais situações não emergentes da análise individualizada desses elementos.

Importa salientar os contactos mantidos com os atuários responsáveis e os revisores oficiais de contas, no sentido da consciencialização da importância que reveste o reconhecimento e a mitigação dos riscos, pelos seus possíveis impactos nos fundos de pensões e pelas consequentes implicações na solidez financeira e na solvência dos mesmos.

Na área de investimentos, para além do controlo da valorimetria atribuída pelas entidades gestoras e da verificação das regras de diversificação e dispersão prudenciais, manteve-se o acentuado nível de vigilância dos princípios gerais de uma gestão financeira prudente, bem como a monitorização regular do cumprimento das políticas de investimento, orientada para os fundos de pensões abertos, por serem veículos vocacionados para a comercialização aberta junto dos consumidores tanto individuais como coletivos.

Reforçou-se igualmente o enfoque na abordagem substantiva orientada para a qualidade dos ativos financeiros que integram o património dos fundos e os riscos que lhes são intrínsecos, o que possibilitou, em última instância, assegurar que esses ativos não colidem com a proteção dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários nem com a credibilidade e estabilidade do mercado nacional de fundos de pensões. Neste contexto, prosseguiu-se uma análise pormenorizada à utilização e avaliação de produtos derivados, bem como de valores mobiliários tidos como financeiramente mais inovadores ou complexos e que integram o risco de inovação já mencionado.

No âmbito da supervisão baseada nos riscos, referente à área de investimentos dos fundos de pensões, deu-se continuidade ao processo de avaliação automática trimestral dos riscos financeiros das carteiras desses fundos. Esta avaliação resulta da ponderação dos montantes em risco obtidos para cada uma das várias áreas de risco individuais identificadas, por um lado, e do montante em risco calculado para as diferentes classes de ativos financeiros, por outro.

Manteve-se a análise da evolução, quer dos ativos que integram as carteiras dos fundos de pensões, quer dos níveis de risco das várias áreas identificadas e do risco global a que os fundos se encontram sujeitos. Esta abordagem tem permitido fazer comparações intra e interanuais para cada fundo de pensões, bem como controlar a tendência do mercado quanto ao perfil de risco e, em especial, conhecer a perspetiva das entidades em matéria de gestão dos riscos financeiros.

Ainda, a área das responsabilidades dos fundos de pensões fechados e das adesões coletivas a fundos de pensões abertos que financiam planos de benefício definido ou mistos tem continuado a ser objeto de apreciação, pretendendo-se verificar o cumprimento das regras vigentes relativas ao cálculo das responsabilidades. Deu-se assim continuidade à seleção de fundos fechados e adesões coletivas para a determinação das responsabilidades que lhes estão associadas nos

termos dos respetivos planos de pensões com o objetivo de aferir a sua correta quantificação e o seu financiamento. A análise passou a incluir o primeiro plano de benefícios de saúde financiado por um fundo de pensões, constituído em 2014.

Além disso, com base na informação recolhida, fez-se o acompanhamento periódico do nível de financiamento dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de benefício definido ou mistos, tendo-se observado que, em termos gerais, aquele nível manteve-se constante face ao ano transato.

Continuou a assistir-se a uma crescente transformação de planos de benefício definido em planos de contribuição definida, pelo que têm merecido atenção reforçada os fundos de pensões e as adesões coletivas que financiam este último tipo de planos, o que se tem consubstanciado tanto na verificação do cumprimento dos mesmos quanto à regularidade e ao montante das contribuições realizadas como na análise da adequação dos valores em risco às estratégias de aplicações financeiras estabelecidas nas políticas de investimento.

Supervisão das entidades gestoras

Em 2014, manteve-se o acompanhamento regular efetuado às entidades gestoras, sobretudo no que se refere à adoção, concretização e atualização dos procedimentos internos, por um lado, e à concretização das recomendações formuladas pela ASF aquando da realização de inspeções *in loco*, por outro.

Continuaram a privilegiar-se as relações com os responsáveis das entidades gestoras, bem como o conhecimento e a avaliação dos procedimentos internos, quer em matéria de definição, adoção e monitorização das políticas de investimento, quer no que se refere ao controlo interno relativamente aos diferentes tipos de risco a que os fundos estão expostos.

Ainda sob a perspetiva da supervisão preventiva e orientada para os riscos, o enfoque também tem sido direcionado, designadamente durante as ações de inspeção, para os mecanismos usados pelas entidades gestoras que assegurem a adequação do património dos fundos de pensões às respetivas responsabilidades, permitindo consolidar, também por essa via, a defesa dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários.

Há ainda a realçar a intensificação das ações realizadas com a finalidade de garantir padrões adequados de gestão diligente e profissional e evitar a ocorrência de situações de conflitos de interesses, possibilitando assim compatibilizar a estrutura das carteiras dos fundos de pensões com os objetivos e as especificidades dos mesmos.

Foram ainda efetuadas inspeções orientadas para a organização e o funcionamento das entidades gestoras em causa, bem como para a gestão dos investimentos e para o processamento das pensões dos fundos de pensões por si geridos, tendo sido tomadas as medidas e efetuadas as recomendações entendidas como adequadas face às situações identificadas.

De acordo com a análise dos relatórios e contas e demais informação recebida, verificou-se que a margem de solvência das sociedades gestoras de fundos de pensões encontrava-se, ao longo do ano, devidamente constituída.

MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Registo dos mediadores de seguros e resseguros

O Regime Jurídico da Mediação de Seguros (Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho) estabelece a obrigatoriedade de registo das pessoas (singulares ou coletivas) residentes ou cuja sede social se situe em Portugal que exerçam a atividade de mediação de seguros.

A ASF é a autoridade responsável pelo registo dos mediadores de seguros ou de resseguros em Portugal.

Qualquer interessado pode aceder remotamente, de forma fácil e rápida, à informação proveniente do registo dos mediadores de seguros ou de resseguros, através do sítio da ASF na *Internet* residente em www.asf.com.pt/mediacao.

Passaporte comunitário

A ASF regista as notificações dos mediadores de seguros e de resseguros, registados em outros Estados membros da União Europeia, que comunicam a sua intenção de iniciar a respetiva atividade no território português em regime de livre prestação de serviços ou de estabelecimento (sucursal), bem como as respetivas alterações.

Por sua vez, os mediadores de seguros ou de resseguros registados em Portugal que pretendam exercer pela primeira vez atividade, através de sucursal ou em regime de livre prestação de serviços, no território de outro ou de outros Estados membros da União Europeia, devem, previamente, informar desse facto a ASF, através do portal ASF. A ASF comunica às autoridades competentes dos Estados membros da União Europeia em cujo território o mediador de seguros ou de resseguros pretende exercer a sua atividade, se estas o desejarem.

Qualificação adequada para o exercício da atividade de mediação de seguros ou de resseguros

Os candidatos a mediadores de seguros ou de resseguros pessoa singular, os membros do órgão de administração responsáveis pela atividade de mediação e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros ou de resseguros têm que dispor de qualificação adequada para o exercício dessas funções. Nos termos da legislação em vigor, dispõem de qualificação se detiverem, como habilitações literárias mínimas, a escolaridade obrigatória legalmente definida e obtiverem aprovação num curso sobre seguros, adequado à atividade que irão desenvolver, reconhecido pela ASF.

A ASF, para além de reconhecer os cursos de formação sobre seguros adequados à atividade de mediação de seguros ou de resseguros, verifica igualmente as condições de funcionamento e a qualidade técnica dos mesmos, podendo, em casos devidamente fundamentados, retirar um curso da lista dos cursos reconhecidos.

A ASF disponibiliza no seu sítio na *Internet*, em www.asf.com.pt/mediacao, a lista dos cursos reconhecidos.

Evolução do número de mediadores registados

Em 2014 continuou a observar-se uma diminuição do número de mediadores ativos, fruto de uma ação efetiva e continuada da ASF, que tem como objetivo controlar situações irregulares no registo de mediadores de seguros. Para esta diminuição contribuiu ainda a redução do número de pedidos para registo de novos mediadores.

No âmbito do controlo das irregularidades ao registo de mediadores de seguros, foram efetuadas 3 821 intimações, que determinaram, em conjunto com as notificações transitadas do ano anterior, a suspensão ou o cancelamento de 1 905 registos de mediadores de seguros. Das irregularidades assim detetadas, destacam-se as seguintes:

- impossibilidade de contactar o mediador por via postal;
- agentes de seguros sem endereço eletrónico válido;
- mediadores de seguros ligados sem contrato com, pelo menos, uma empresa de seguros;
- agentes de seguros sem apólice de seguro de responsabilidade civil profissional;
- sociedades de mediação de seguros sem administrador responsável e/ou pessoas diretamente envolvidas por cada estabelecimento aberto ao público;
- mediadores de seguros ligados sem seguradora responsável pelo seu registo;
- corretores de seguros sem a adequada dispersão de carteira;
- corretores sem apólice de seguro de responsabilidade civil e/ou sem garantias financeiras;
- agentes de seguros e corretores sem estrutura económico-financeira adequada;
- mediadores que deixaram de residir em Portugal.

Quadro 7 – Evolução do número de mediadores³

2013	Ativos	Suspensos	Cancelados	Mudança		Suspensos	Ativos
				Novos	Categoria		
em 31-12-2012			em 2013			em 31-12-2013	
Mediador de seguros ligado	10 784	1 551	1 303	25	818	1 182	10 440
Agente	13 747	3 836	762	104	829	4 015	13 676
Corretor	85	3	1	2	0	4	82
Mediador de resseguros	8	0	0	0	1	0	9
TOTAL	24 624	5 390	2 066	131	1 648	5 201	24 207
2014	Ativos	Suspensos	Cancelados	Mudanças		Suspensos	Ativos
				Novos	Categoria		
em 31-12-2013			em 2014			em 31-12-2014	
Mediador de seguros ligado	10 440	1 182	956	20	860	1 147	10 081
Agente	13 676	4 015	753	80	791	4 252	13 296
Corretor	82	4	2	0	0	1	77
Mediador de resseguros	9	0	0	0	2	0	11
TOTAL	24 207	5 201	1 711	100	1 653	5 400	23 465

Continuou a constatar-se um aumento do número de registos suspensos, nomeadamente pela inexistência de contrato com uma empresa de seguros e por incompatibilidades decorrentes, muitas vezes, de ingresso em sociedades de mediação.

A distribuição dos mediadores de seguros ativos em 31 de dezembro de 2014, tendo em consideração as categorias, a forma jurídica e a atividade autorizada, pode ser observada no quadro seguinte.

³ Note-se que as contagens incluídas no quadro representam a situação dos registos de mediadores de seguros e de resseguros em 31 de dezembro. A diferença verificada, em 31 de dezembro de cada ano, não se justifica pela simples soma algébrica dos cancelamentos e novos registos ocorridos em 2014, atendendo a que aqueles números não têm em conta a retroação dos efeitos de diversas decisões de revogação de cancelamento do registo de mediadores efetuadas no decurso do ano 2014.

Quadro 8 – Distribuição dos mediadores de seguros

	Coletivo				Singular				TOTAL GERAL
	Ramo			TOTAL	Ramo			TOTAL	
	Não Vida	Vida	Ambos		Não Vida	Vida	Ambos		
Ligado 1	8	9	179	196	1 442	523	7 909	9 874	10 070
Ligado 2	2	0	7	9	0	1	1	2	11
Agente	54	2	2 623	2 679	1 022	12	9 583	10 617	13 296
Corretor	0	0	76	76	0	0	1	1	77
Mediador de resseguros	0	0	11	11	0	0	0	0	11
TOTAL	64	11	2 896	2 971	2 464	536	17 494	20 494	23 465

No quadro seguinte, apresentam-se os movimentos efetuados no registo dos mediadores de seguros, constatando-se uma redução do número global de movimentos.

Quadro 9 – Movimento de requerimentos no registo de mediadores

	2012	2013	2014
Alteração do registo inicial	5 732	6 767	5 577
Notificação de atividade fora de Portugal	10	12	18
Cancelamento (diversos)	5 389	4 461	2 258
Registo inicial (inscrição)	1 907	1 698	1 687
Mudança de categoria de mediador	177	131	105
Suspensão de registos	1 305	1 216	1 029
Levantamento de suspensão de registos	251	454	333
Notificação de mediadores em Portugal (LPS ou Sucursal)	311	722	274
Notificação de revogação de mediadores em Portugal (LPS ou Sucursal)	164	209	188
Participações qualificadas	5	8	9
TOTAL	15 251	15 678	11 478

No âmbito do Passaporte Comunitário, referente ao exercício da atividade de mediação de seguros em Portugal por mediadores de outros Estados membros da União Europeia, apresenta-se no quadro seguinte o movimento das notificações ocorridas em 2014.

Quadro 10 – Mediação de seguros em Portugal, por mediadores de outros Estados-membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2014

Regime	País Origem	Total Notificações em PT
LPS	Alemanha	8
LPS	Áustria	24
LPS	Bélgica	4
LPS	Eslovaca (República)	3
LPS	Eslovénia	2
LPS	Espanha	12
LPS	Estónia	1
LPS	França	59
LPS	Gibraltar	1
LPS	Grécia	2
LPS	Hungria	2
LPS	Irlanda	9
LPS	Itália	24
LPS	Luxemburgo	10
LPS	Malta	3
LPS	Países Baixos (Holanda)	2
LPS	Reino Unido	101
LPS	República Checa	5
LPS	Suécia	1
Sucursal	França	1
Total		274

No quadro seguinte apresenta-se o movimento das notificações ocorridas em 2014, referente à notificação do início de atividade de mediadores portugueses noutros Estados-membros da União Europeia, no regime indicado. Não ocorreram notificações em regime de estabelecimento (sucursal)

Quadro 11 – Mediadores portugueses noutros Estados-membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2014

Livre Prestação de Serviços		
Categoria	País	Quant.
Agente	Alemanha	3
Agente	Espanha	2
Agente	França	2
Agente	Hungria	1
Agente	Irlanda	1
Agente	Reino Unido	2
Agente	República Checa	1
Agente	Roménia	1
Agente	Suécia	1
Agente	Total	14
Corretor	França	1
Corretor	Luxemburgo	1
Corretor	Reino Unido	1
Corretor	Total	3
Ligado 1	Espanha	1
Ligado 1	Total	1
Total	Total	18

A situação em 31 de dezembro de 2014, referente ao exercício da atividade de mediadores portugueses noutros Estados-membros da União Europeia, era a que consta do quadro seguinte.

Quadro 12 – Mediadores portugueses noutros Estados-membros da União Europeia – situação em 31 de dezembro de 2014

Categoria	País	LPS	Sucursal	Total
Agente	Alemanha	4	-	4
Agente	Eslovaca (República)	-	1	1
Agente	Eslovénia	1	-	1
Agente	Espanha	18	4	22
Agente	França	5	-	5
Agente	Hungria	1	-	1
Agente	Irlanda	1	-	1
Agente	Itália	1	-	1
Agente	Luxemburgo	1	-	1
Agente	Polónia	1	1	2
Agente	Reino Unido	5	2	7
Agente	República Checa	1	-	1
Agente	Roménia	1	-	1
Agente	Suécia	1	-	1
Agente	Total	41	8	49
Corretor	Espanha	8	-	8
Corretor	França	1	-	1
Corretor	Luxemburgo	1	-	1
Corretor	Reino Unido	1	-	1
Corretor	Total	11	-	11
Ligado 1	Espanha	4	-	4
Ligado 1	França	1	2	3
Ligado 1	Luxemburgo	-	1	1
Ligado 1	Total	5	3	8
Total	Total	57	11	68

Cursos sobre seguros para a qualificação de mediadores

Em 2014 foram reconhecidos pela ASF 16 novos cursos de formação a duas entidades formadoras, dez para a qualificação de mediadores de seguros e seis para a qualificação de pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros.

De referir que uma entidade solicitou o reconhecimento de três novos cursos que, por não cumprirem os requisitos necessários, não foram aprovados.

Durante aquele ano, foram também reconhecidas 14 alterações ao funcionamento dos cursos aprovados, incidindo sobretudo ao nível do corpo de formadores.

No final de 2014 e face a 2013, verifica-se um aumento no número de entidades formadoras (de 31 para 33) e um aumento do número de cursos reconhecidos pela ASF (de 156 para 172).

Constata-se, assim, que no final de 2014, encontravam-se reconhecidos 172 cursos distribuídos da seguinte forma:

- Mediador de seguros ligado (atividade acessória) – 32;
- Mediador de seguros ligado (atividade principal) – 46;
- Agente de seguros, corretor de seguros ou mediador de resseguros – 64;
- Pessoas diretamente envolvidas na atividade de Mediador de seguros ligado (atividade acessória) – 7;
- Pessoas diretamente envolvidas na atividade de Mediador de seguros ligado (atividade principal) – 10;
- Pessoas diretamente envolvidas na atividade de agente de seguros, corretor de seguros ou mediador de resseguros – 10;
- Curso profissional de técnico de banca e seguros, criado pela Portaria n.º 888/2004, de 21 de julho – 3.

No âmbito das competências de acompanhamento e de supervisão dos cursos de formação de mediadores de seguros atribuídas à ASF, foram realizadas dez ações de supervisão, das quais resultaram recomendações às respetivas entidades promotoras, visando promover a melhoria das condições de funcionamento e a qualidade técnica dos cursos reconhecidos.

AUTORIZAÇÕES E REGISTO – EMPRESAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

No ano 2014, verificaram-se alterações significativas no que respeita ao número de operadores estabelecidos no mercado segurador nacional.

Foram autorizadas quatro novas empresas de seguros nacionais, duas das quais constituídas com parte da carteira de seguros de outra empresa de seguros nacional, uma outra com a carteira de uma sucursal em Portugal que entretanto encerrou e uma ainda constituída sem carteira inicial.

Todos os processos de autorização de transferência de carteira ocorridos em 2014, envolvendo empresas de seguros nacionais, tiveram por finalidade a constituição de novas empresas de seguros.

Por outro lado, e contrariando a tendência dos anos anteriores, verificou-se um crescimento das empresas de seguros que notificaram para operar no mercado segurador em regime de livre prestação de serviços.

Não obstante, não se verificou qualquer notificação para efeitos do estabelecimento de sucursais de empresas de seguros em Portugal, situação aliás semelhante ao ano transato.

Relativamente a autorizações para aquisição de participações qualificadas, verificou-se um aumento de cinco processos para 12, tendo havido contudo um processo que mereceu a oposição da ASF.

De referir ainda que, na sequência da constituição de novas empresas de seguros nacionais, bem como das alterações no controlo de seguradoras existentes, registaram-se cinco sociedades gestoras de participações no setor dos seguros junto da ASF, duas das quais têm sede fora da União Europeia.

No que concerne aos seguros obrigatórios, encontravam-se registadas na ASF, até ao final de 2014, 611 apólices, tendo-se verificado, no período de 2014, um decréscimo do número de apólices registadas face a 2013. No decurso do ano passado foram objeto de deliberações de registo 113 apólices (88 correspondentes a pedidos de registo de seguradoras nacionais, 20 correspondentes a pedidos de registo de sucursais de empresas de seguros com sede fora do território nacional e cinco correspondentes a pedidos de registo de empresas de seguros em regime de livre prestação de serviços em Portugal), enquanto em 2013 tinham sido objeto de deliberações de registo 203 apólices.

O quadro seguinte indica o número de processos originados por requerimentos apresentados por empresas de seguros nacionais e notificações provenientes de autoridades de supervisão de outros Estados membros da União Europeia.

Quadro 13 – Autorizações e notificações – empresas de seguros

	2010	2011	2012	2013	2014
Autorização para alteração de estatutos	34	16	14	9	14
Autorização para exploração de novos ramos ou modalidades	1	1	1	1	1
Autorização de novas seguradoras	0	0	0	1	4
Autorização de fusão e dissolução de seguradoras	2	3	1	0	1
Autorização para aquisição de participações qualificadas	8	7	5	5	12
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	123	53	63	56	59
Notificação de sucursais de empresas comunitárias em Portugal	0	0	6	0	0
Notificação de LPS comunitárias em Portugal	48	43	39	33	52
Notificação de transferências de carteiras (seguradoras da UE)	22	40	41	20	24
Empréstimos subordinados e similares	2	12	5	8	6
Registo de apólices de seguros obrigatórios	303	220	274	203	113
Certificação de atuários responsáveis de seguradoras	5	5	6	2	4

No que respeita aos fundos de pensões, manteve-se a tendência de aumento no número de processos analisados verificada nos últimos anos. Este aumento deve-se essencialmente à alteração de contratos e à extinção de fundos de pensões ou de quotas-partes dos mesmos.

As alterações aos contratos incidiram em grande parte sobre alterações aos planos de pensões, com redução de benefícios ou transformação de planos de benefício definido em contribuição definida.

No que se refere a extinções, verificou-se uma subida nos fundos de pensões ou suas quotas-partes e uma redução significativa, relativamente a 2013, na cessação de adesões coletivas. Estas extinções continuam a dever-se essencialmente à insuficiência de meios das empresas em financiar adequadamente os seus planos de pensões.

No final de 2014, existiam 147 fundos de pensões fechados e 78 fundos de pensões abertos.

De acordo com o estabelecido na legislação aplicável, procedeu-se ainda à fiscalização preventiva de contratos de gestão, de depósito e de adesão coletiva. Além disso, realizou-se a apreciação prévia, nos termos da legislação em vigor, de 16 contratos de adesão coletiva e de dez contratos de extinção de adesões coletivas.

Quadro 14 – Processos de autorização – SGFP e fundos de pensões

	2010	2011	2012	2013	2014
Sociedades gestoras de fundos de pensões					
Autorização para alteração de estatutos	4	1	2	2	5
Autorização para aquisição de participações qualificadas	0	1	0	5	1
Certificação de atuários responsáveis de fundos de pensões	0	2	2	0	2
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	20	17	12	4	9
Fundos de pensões					
Autorização para constituição de fundos de pensões	9	2	5	7	5
Autorização para alteração de contratos	53	44	36	56	57
Autorização para transferência de gestão	2	2	8	3	5
Autorização para extinção de fundos de pensões e quotas-partes	20	10	9	12	15
Cessação de adesões coletivas a fundos de pensões abertos	9	31	22	34	10

2. SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL

ATIVIDADES A DESTACAR GENERICAMENTE NO ÂMBITO DA SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL

A supervisão comportamental das empresas de seguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores de seguros prosseguiu, em 2014, com um conjunto de ações destinadas à verificação do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e à avaliação do impacto de recomendações e orientações emitidas pela ASF.

Foram igualmente realizadas ações de supervisão decorrentes de reclamações apresentadas por titulares e beneficiários de contratos de seguros e por terceiros lesados. Em algumas situações, especialmente no âmbito da atividade de mediação de seguros, as reclamações tiveram origem nos próprios operadores, tendo o tratamento dos casos apresentados conduzido, muitas vezes, à emissão de recomendações ou determinações específicas para a situação concreta.

Com o objetivo de melhorar a divulgação das posições então assumidas junto do público, a estrutura interna dedicada especificamente à supervisão comportamental iniciou a atualização dos textos disponíveis no sítio da ASF na *Internet*. Esta atualização assenta numa dupla perspetiva: para além da inclusão de entendimentos mais recentes, publicados em outros suportes, procura-se melhorar as buscas para utilizadores não especializados, através da atribuição de etiquetas simples e intuitivas a cada entendimento.

Prosseguiu-se, também, com a ultimação dos projetos de cartas-circulares, relativas a diversas matérias identificadas como prioritárias, as quais se encontram em fase final de discussão interna ou com o setor. Alguns destes documentos poderão conduzir a futuras iniciativas regulatórias.

A transmissão dos entendimentos é normalmente acompanhada de um pedido de informação relativo aos procedimentos adotados pelo operador em causa com vista a implementar o entendimento da ASF. Do mesmo modo, nas situações em que a divulgação do entendimento é efetuada por carta-circular é solicitada informação sobre as medidas a implementar com vista ao alinhamento das práticas dos operadores com a posição transmitida pela ASF. Assim, essa divulgação proporciona habitualmente uma análise transversal ao mercado dos procedimentos seguidos pelos operadores nessas matérias.

TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

No que diz respeito à análise de situações concretas expostas à ASF, foram tratados em 2014 pela supervisão comportamental 173 casos provenientes de reclamações e denúncias, a maioria das quais apresentada pelos próprios operadores, no âmbito da mediação de seguros e de resseguros, e cujo detalhe se apresentará na seção respetiva. O seu tratamento, como já referido, permite, para além da análise do problema concreto, a identificação de matérias prioritárias que poderão conduzir à emissão de entendimentos ou de regulamentação específica.

AÇÕES ON-SITE

As ações de supervisão *on-site* na vertente comportamental podem distinguir-se em dois tipos: as credenciadas e as do tipo "cliente-mistério". No primeiro caso, os colaboradores da ASF identificam-se nessa qualidade, podendo ou não existir um aviso prévio, e, nas segundas, apresentam-se junto do operador supervisionado como potencial cliente.

Quadro 15 – Ações de supervisão *on-site*

Supervisão <i>on-site</i>	2014	%
"Cliente-mistério"		53,0%
Seguros Vida	3	
Seguros Não Vida	40	
Mediação de seguros	19	
<i>Subtotal</i>	62	
Credenciadas		47,0%
Fundos de pensões	1	
Seguros Vida	13	
Seguros Não Vida	4	
Mediação de seguros	32	
Várias atividades	5	
<i>Subtotal</i>	55	
Total	117	

Nota: As ações *on-site* no âmbito da mediação de seguros são detalhadas na secção respetiva.

No que diz respeito às ações *on-site* credenciadas, foi privilegiada, no âmbito do ramo Vida, a análise das práticas adotadas pelas empresas de seguros na distribuição da participação nos resultados, principalmente nos seguros PPR, PPE e PPR/E mas também nos seguros de grupo contributivos, bem como os procedimentos observados na prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

A ASF prosseguiu ainda com a realização deste tipo de ações junto de empresas de seguros no âmbito das práticas relativas aos seguros de vida associados ao crédito, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 222/2009, de 11 de setembro, e dos procedimentos adotados no

pagamento dos valores de resgate e reembolso nos seguros de vida e operações de capitalização, tendo em conta as recomendações emitidas na Circular n.º 10/2009, de 20 de agosto, bem como sobre os critérios de subscrição observados na celebração, na execução e na cessação de contratos de seguro de vida em caso de deficiência ou de risco agravado de saúde do proponente, incluindo no que concerne à informação prestada a este último.

Importa ainda referir as ações *on-site* centradas na informação prestada pelas empresas de seguros no âmbito do registo central de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização, previsto no Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 112/2013, de 6 de agosto, bem como sobre a celebração de contratos eventualmente diferenciados em função do género.

Tendo em conta a relevância da prestação de informação no âmbito dos fundos de pensões, a ASF prosseguiu ainda as ações *on-site* credenciadas para monitorizar a informação prestada aos participantes e beneficiários, bem como à comissão de acompanhamento, nos termos definidos, respetivamente, nos artigos 60.º a 62.º e nos n.ºs 9 e 10 do artigo 53.º da atual redação do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro.

Nos ramos Não Vida, foram objeto de especial acompanhamento *on-site* os procedimentos relacionados com o cumprimento dos prazos de regularização de sinistros previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, e a análise dimensional de reclamações apresentadas no seguro automóvel, tendo em conta o disposto na Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, relativa à conduta de mercado, alterada e republicada pela Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 22 de janeiro.

Foram ainda efetuadas algumas ações “cliente-mistério” no âmbito da aplicação desta última norma regulamentar, em especial no que concerne à gestão de reclamações de empresas que comercializam produtos do ramo Vida.

As ações *on-site* deste tipo nos ramos Não Vida incidiram, nomeadamente, sobre as práticas de funcionamento dos centros telefónicos de relacionamento (*call centers*) das empresas de seguros, implementadas na sequência do Decreto-Lei n.º 134/2009, de 2 de junho, e sobre a comercialização de contratos de seguros em que o operador faz depender a celebração da subscrição de outros contratos.

AÇÕES OFF-SITE

As ações *off-site* numa perspetiva comportamental consistem não só na análise de informação e documentação reportada à ASF pelos operadores, mas também de situações cujo conhecimento lhe chega por outras vias, nomeadamente através de reclamações e denúncias, como já referido.

Quadro 16 – Ações de supervisão *off-site*

Supervisão <i>off-site</i>	2014	%
Fundos de pensões	79	6,9%
Seguros Vida	333	29,0%
Seguros Não Vida	446	38,9%
Mediação de seguros	155	13,5%
Várias atividades	134	11,7%
Total	1.147	

Nota: as ações *off-site* no âmbito da mediação de seguros são detalhadas na secção respetiva.

As ações *off-site* incidiram sobretudo na monitorização das publicações obrigatórias, da responsabilidade dos operadores, que decorrem do quadro legal e regulamentar aplicável ao setor segurador e dos fundos de pensões, nomeadamente no que diz respeito:

- à prestação de contas;
- ao relato financeiro dos fundos de pensões;
- às recomendações emitidas pelo provedor dos clientes das empresas de seguros e pelo provedor dos participantes e beneficiários de adesões individuais a fundos de pensões abertos;
- às carteiras dos fundos autónomos dos seguros de vida PPR e dos fundos de pensões abertos;
- ao exercício dos direitos de voto nas sociedades emittentes dos valores mobiliários que integram o património dos fundos de pensões.

Assumiram também especial relevo as ações *off-site* que recaíram sobre os mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política antifraude e sobre a política de remunerações das empresas de seguros, bem como sobre a comercialização de novos produtos do ramo Vida, sendo que, no âmbito dos ramos Não Vida, continuaram a ser monitorizadas as informações reportadas periodicamente pelas empresas no âmbito do sistema de controlo de prazos de regularização de sinistros automóvel (CPRS), enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 291/2007.

São ainda de realçar as seguintes análises transversais levadas a cabo através da utilização de inquéritos enviados aos diversos operadores:

- procedimentos adotados na regularização de sinistros decorrentes de fenómenos da natureza, no que diz respeito à comprovação da ocorrência reclamada, em particular no que concerne à exigência de uma declaração emitida por entidades públicas com competência para certificar as condições de ocorrência de determinados fenómenos meteorológicos e geofísicos;
- procedimentos adotados pelas empresas de seguros na regularização de sinistros em que ocorra a colisão de dois ou mais veículos e se verifiquem danos, materiais ou corporais, em terceiros estranhos ao embate, como é o caso dos peões, e em que nenhum dos intervenientes assume a responsabilidade pelo sinistro.

O ano 2014 foi, ainda, marcado pelo acompanhamento, através de um pedido de informação relativo aos procedimentos adotados, ou das medidas a implementar pelos operadores, com vista à realização de uma análise transversal ao alinhamento das suas práticas com a posição transmitida pela ASF nas Cartas-Circulares n.ºs 3/2014 e 4/2014, ambas de 6 de agosto, relativas, respetivamente, aos seguintes aspetos:

- regularização de sinistros excessivamente prolongada, por se aguardar desfecho de inquérito ou de investigações internas;
- utilização, por empresas de seguros, de linhas telefónicas com prefixos 707 e 808.

MEDIAÇÃO DE SEGUROS E DE RESSEGUROS

Tendo presente o número substancial de operadores autorizados a exercer a atividade de mediação de seguros (mais de 23 mil mediadores nacionais em 2014) e o elevado peso que os mesmos representam na distribuição de seguros em Portugal (acima dos 80%), a ASF procurou focar a supervisão comportamental desta atividade nas matérias mais problemáticas/gravosas ou potencialmente lesivas dos tomadores, segurados ou beneficiários de seguros.

Esta atuação visou essencialmente a verificação do cumprimento dos diversos deveres dos mediadores e das empresas de seguros específicos para a mediação de seguros, os quais se encontram consagrados no Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, no regime jurídico do contrato de seguro e nas Normas Regulamentares n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, n.º 18/2007-R, de 31 de dezembro, n.º 15/2009-R, de 30 de dezembro, e n.º 3/2010-R, de 18 de março.

Adicionalmente, e de entre a diversa legislação e regulamentação acessórias aplicáveis à atividade de mediação de seguros, foi prestada, em 2014, especial atenção às matérias relacionadas com o livro de reclamações e com a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

Tendo presente a sua vertente orientadora das boas práticas de mercado e de divulgação da interpretação da ASF relativamente a matérias mais problemáticas, foi dada continuidade à monitorização da aplicação, pelos mediadores de seguros e pelas empresas de seguros, das circulares e entendimentos interpretativos publicados sobre a mediação de seguros.

Sem prejuízo da supervisão proactiva de iniciativa da ASF (*on-site* e *off-site*), com base em matérias prioritárias, em elementos recolhidos e em reportes sistemáticos, as ações de supervisão da mediação de seguros foram, contudo, condicionadas pelo elevado número de ações desencadeadas em razão de reclamações e denúncias recebidas pela ASF, em particular entre operadores.

A esse respeito, e para além das situações detetadas no âmbito de reclamações de consumidores, é de salientar o peso dos problemas cujo conhecimento advém pelas seguintes vias (por ordem decrescente de quantidade de casos):

- reclamações e denúncias de empresas de seguros contra mediadores de seguros, maioritariamente relativas a irregularidades na prestação de contas;
- reclamações e denúncias entre mediadores de seguros;

- reclamações e denúncias de mediadores de seguros contra empresas de seguros;
- informações e denúncias recebidas de outras entidades contra práticas de mediadores de seguros.

De facto, à semelhança dos últimos anos, as irregularidades na prestação de contas foram a tipologia de irregularidades denunciadas que originou mais casos de supervisão comportamental de mediadores de seguros, tendo-se mesmo verificado um ligeiro aumento face ao ano anterior.

Em termos gerais, atendendo às prioridades de supervisão definidas e ao número de situações que foram reportadas à ASF, mereceram especial atenção, em 2014, para além das acima identificadas, as seguintes matérias:

- exercício não autorizado da atividade de mediação de seguros;
- situações de (potencial) falta de cobertura decorrente das práticas e procedimentos do mediador de seguros;
- movimentação de valores e regras relativas à conta “clientes”;
- dever do mediador de seguros de prestar contas nos termos legal e contratualmente estabelecidos;
- deveres de informação e menções obrigatórias do mediador e da empresa de seguros, bem como o respetivo modo de transmissão;
- publicação dos documentos de prestação de contas relativos a corretores de seguros e mediadores de resseguros e respetiva divulgação pela ASF;
- requisitos de qualificação, de idoneidade e de não incompatibilidade aplicáveis às pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros e aos membros do órgão de administração designados responsáveis pela atividade;
- intervenção de mais do que um mediador na comercialização de contratos de seguro, em particular situações de relação “grossista” vs. “retalhista” e modelos de negócio assentes em sistemas de *franchising*;
- transferências de carteiras de seguros e substituição do mediador dos contratos;
- direito do mediador de seguros de obter atempadamente, das empresas de seguros, todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao desempenho da sua atividade e à gestão eficiente da sua carteira;
- direito do mediador em receber atempadamente as remunerações devidas pelas empresas de seguros;
- resolução do contrato de mediação ou alterações ao mesmo, por iniciativa da empresa de seguros.

Seguindo a tendência dos últimos anos, e tendo em consideração os benefícios subjacentes ao envolvimento de um maior número de operadores no processo de supervisão, durante o ano de 2014 foi privilegiada a metodologia de supervisão *off-site*, potenciando os recursos existentes na análise e tratamento das matérias supra referidas

No que respeita às ações de supervisão *on-site*, as mesmas seguiram o plano de atividades previamente estabelecido (considerando, nomeadamente, as matérias específicas em análise, o tipo e a dimensão dos operadores, os seus modelos de negócio, bem como as zonas geográficas em que atuam), abrangendo ainda situações detetadas em sede de supervisão *off-site* e que, face ao seu número e/ou à sua gravidade, requereram uma atuação mais incisiva por parte da ASF.

Entre as matérias sobre as quais incidiram as ações de supervisão *on-site*, que englobaram diligências de forma credenciada ou em “cliente-mistério”, é de destacar, para além das atrás detalhadas, o acompanhamento de diversas situações de não aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 144/2006, e de subcontratação por empresas de seguros, atendendo às problemáticas detetadas.

Na sequência dos problemas elencados e das recomendações e determinações transmitidas aos operadores, foi reforçada a divulgação de entendimentos, com vista à uniformização da interpretação (e aplicação) das disposições aplicáveis à atividade de mediação de seguros.

Por último, realça-se ainda um inquérito realizado a diversas empresas de seguros, resultante de um cruzamento da base de dados de registo dos mediadores de seguros com o reporte de remunerações pagas por aquelas empresas, em 2013, aos mediadores que consigo colaboraram. Tal exercício permitiu identificar situações de processamento de remunerações relativas a ramos de seguros nos quais os respetivos mediadores não se encontram autorizados, ou cuja autorização tenha cessado há, pelo menos, um ano.

MONITORIZAÇÃO E SUPERVISÃO DA PUBLICIDADE E DA COMERCIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA

Compete à ASF garantir o cumprimento de padrões de conduta adequados em matéria de publicidade emitida pelos operadores supervisionados. Para tal, manteve-se a monitorização sistemática da mesma, analisando os anúncios recebidos diariamente, à luz das regras legais e regulamentares em vigor, entre as quais se destaca a Norma Regulamentar n.º 3/2010-R, de 18 de março, que consubstancia o quadro normativo aplicável à publicidade divulgada em qualquer meio ou suporte, designadamente a rádio, televisão, imprensa, sítios na *Internet*, cartazes, folhetos, entre outros.

Nos casos em que se verificou o incumprimento das regras aplicáveis, a ASF continuou, como tem sido procedimento habitual, a privilegiar a correção atempada das irregularidades detetadas, sobretudo baseada na rápida intervenção relativamente a situações com maior potencial impacto negativo para os consumidores, nomeadamente através da alteração dos conteúdos das campanhas publicitárias em causa ou da sua suspensão.

No que diz respeito à comercialização à distância, foi criado, em 2011, um sistema de monitorização dos *sites* das empresas de seguros que permitiu que, durante 2012 e 2013, se procedesse à análise de quase todos os sítios na *Internet* dos operadores autorizados a operar nos

ramos Não Vida, que não apresentavam a possibilidade de contratação online, encontrando-se alcançados os objetivos propostos.

Com a integração no Departamento de Supervisão Comportamental da área especificamente dedicada à monitorização da publicidade e da comercialização à distância, entendeu-se continuar aquela monitorização numa base de análise de situações de risco, que surgem usualmente relacionadas com a publicidade ou que chegam, de outro modo, ao conhecimento da ASF. Simultaneamente, iniciou-se o desenvolvimento de um novo sistema de monitorização da contratação *online*, isto é, do processo de comercialização disponível em alguns *sites* em que todo o processo de venda do seguro pode ocorrer através da *Internet*.

3. POLÍTICA REGULATÓRIA

PROJETO SOLVÊNCIA II

A Diretiva Solvência II

O regime Solvência II traduz uma revisão global e profunda do enquadramento legal europeu aplicável ao setor segurador, cujas bases se encontram previstas na Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), alterada pelas Diretivas n.os 2011/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, 2012/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de setembro de 2012, 2013/23/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, 2013/58/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013 e 2014/51/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014⁴.

Atendendo à relevância central que o novo regime terá na futura conformação do setor segurador e respetiva supervisão, os esforços regulatórios da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) foram durante o ano de 2014 canalizados prioritariamente para o processo de implementação na ordem jurídica nacional do regime Solvência II.

Consulta Pública n.º 1/2014

Neste âmbito, a ASF colocou em consulta pública⁵, em julho de 2014, o anteprojeto de diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, consubstanciando um novo paradigma de regulação e supervisão da atividade seguradora e resseguradora. Procura-se, assim, reforçar a solidez financeira das empresas de seguros e de resseguros, a estabilidade e competitividade do setor segurador, bem como a proteção dos credores específicos de seguros.

Para além de consignar um novo regime, a Diretiva Solvência II reformulou e consolidou num único articulado 13 diretivas aplicáveis ao setor segurador, revogadas com efeitos a 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, a transposição em apreço justifica e impõe uma revisão geral do regime jurídico do acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, atualmente previsto no Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, e subsequentemente alterado pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 52/2010, de 26 de maio, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 91/2014, de 20 de junho. O presente diploma constitui, assim, um marco na consolidação de um novo regime jurídico aplicável ao setor segurador, pese embora a legislação e regulamentação em vigor tenham já

⁴ De referir que já em 2015 foi publicado o Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II) (JO, L, 12, de 17.01.2015, p. 1).

⁵ Documentos disponíveis na seguinte hiperligação: <http://www.asf.com.pt/NR/exeres/B7ADED65-F859-4590-911D-E114E598D945.htm>

antecipado e introduzido faseadamente, no ordenamento jurídico português, alguns dos princípios inerentes ao regime Solvência II.

Para além da transposição estrita da Diretiva Solvência II e da consolidação do regime segurador, a presente iniciativa visou, aproveitando o ensejo legislativo, aperfeiçoar noutros aspetos o enquadramento regulatório aplicável.

Assim, no que diz respeito ao regime sancionatório, concretiza-se a autonomização do regime penal e contraordenacional aplicável à atividade de gestão de fundos de pensões, que passa a integrar o diploma que regula tal atividade, prevendo-se, por outro lado, a aprovação de um regime processual autónomo comum aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações processadas pela ASF. Adicionalmente, são introduzidas atualizações decorrentes do novo regime e da articulação e graduação das infrações qualificadas como simples, graves ou muito graves, promovendo-se, ainda, um alinhamento com o regime sancionatório aplicável ao restante setor financeiro.

Procede-se, ainda, na sequência da avaliação global da respetiva aplicação, à revisão do regime jurídico da constituição e funcionamento dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras, previsto no Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, com as alterações subsequentes, transpondo-se, também, a Diretiva Solvência II, bem como, parcialmente, as Diretivas n.os 2011/61/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2011, e 2013/14/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, na parte em que alteram a Diretiva n.º 2003/41/CE, relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais. Para além das alterações decorrentes da referida transposição, clarifica-se o regime aplicável aos planos de pensões e aos direitos adquiridos, bem como os requisitos de informação a prestar aos participantes e beneficiários, adaptando a regulação ao desenvolvimento do setor. Importa também sublinhar a consagração legal da possibilidade de os fundos de pensões estarem afetos ao financiamento de um mecanismo equivalente nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

Introduzem-se, também, alterações no âmbito do regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, em parte decorrentes diretamente da Diretiva Solvência II e as restantes correspondentes a ajustamentos pontuais de forma a conferir acrescidas exequibilidade e eficácia ao nível da operacionalização do regime consagrado, bem como prevenir o uso do contrato de seguro para efeitos de branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

Procede-se, por último, a um ajustamento do regime previsto no Decreto-Lei n.º 40/2014, de 18 de março, que aprova as medidas nacionais necessárias à aplicação do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, no sentido de cometer à ASF as competências previstas no referido diploma relativamente às contrapartes não financeiras que se encontrem sujeitas à sua supervisão.

A consulta pública decorreu até 5 de setembro, tendo resultado em 9 respostas.

Estudo de impacto quantitativo

Outro aspeto fundamental a acautelar na transição para o novo regime resultante da transposição da Diretiva Solvência II prende-se com a mensuração do seu impacto em termos de requisitos quantitativos, tanto ao nível individual como ao nível agregado do mercado. Torna-se essencial identificar, antecipadamente, as áreas de vulnerabilidade do setor em ambiente Solvência II, quer em matéria de necessidades de capital e/ou de redução dos riscos, quer da capacidade de concretização dos cálculos exigidos de uma forma robusta, consistente e suficientemente fiável.

Assim, a ASF, considerando necessária a realização de um estudo de impacto quantitativo de âmbito nacional pelas empresas sujeitas à sua supervisão prudencial, veio determinar a realização do mesmo através da **Circular n.º 1/2014, de 9 de maio**.

Este estudo de impacto quantitativo teve como principais objetivos:

- a) a manutenção de um adequado ritmo de preparação das empresas de seguros para o novo regime;
- b) a divulgação ao mercado segurador dos desenvolvimentos regulatórios internacionais mais recentes;
- c) a familiarização das empresas de seguros com os requisitos e formatos de reporte previstos em regime Solvência II;
- d) o reconhecimento antecipado, por cada empresa de seguros, da sua posição financeira no novo regime e do impacto nos requisitos quantitativos das estratégias de negócio e de investimento prosseguidas; e
- e) a obtenção, pela ASF, de uma visão global do mercado segurador, com a identificação das empresas e das áreas que devem merecer maior atenção no processo de transição.

Preparação para a aplicação do regime Solvência II

Em 31 de outubro de 2013, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”) emitiu, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1094/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, orientações dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação para a aplicação do regime Solvência II⁶.

Posteriormente, em dezembro de 2013, a ASF confirmou perante a EIOPA a sua intenção de dar cumprimento às referidas Orientações, incorporando-as no seu enquadramento regulatório através de Normas Regulamentares a emitir com base nas normas habilitantes incluídas na legislação nacional de transposição da Diretiva Solvência II.

⁶ Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/publications/eiopa-guidelines/index.html>.

Já no início de 2014, a ASF realizou uma sessão de divulgação relativa à implementação do regime Solvência II, dando enfoque às Orientações emitidas pela EIOPA, ressaltando a importância de uma adequada preparação nos termos aí previstos e reiterando a necessidade de manutenção de um diálogo regular entre operadores e autoridade de supervisão no que diz respeito às áreas-chave a acautelar na transição para o novo regime.

Contudo, tendo em consideração que a extensão das alterações legislativas entretanto motivadas pelas alterações à Diretiva Solvência II introduzidas pela Diretiva «Omnibus II» (Diretiva n.º 2014/51/UE) veio impedir a aprovação com a antecipação inicialmente prevista do pacote legislativo que inclui o diploma de transposição da Diretiva Solvência II, a ASF veio, através da **Circular n.º 5/2014, de 12 de dezembro**, reiterar a necessidade de as empresas de seguros e os grupos seguradores com sede em Portugal prosseguirem os trabalhos preparatórios com vista a uma adequada transição para o regime Solvência II e adotarem as medidas necessárias para o efeito.

Através desta iniciativa regulatória a ASF pretendia tomar conhecimento das principais dificuldades e desafios que as empresas de seguros e os grupos seguradores têm vindo a enfrentar ao longo deste processo, com o intuito de ponderar as medidas mais adequadas para os ultrapassar, procurando fazer um ponto de situação sobre o grau de preparação destes, utilizando como referência as Orientações relativas à fase de preparação emitidas pela EIOPA.

Desta forma, através da Circular n.º 5/2014, foi solicitado que as empresas de seguros e os grupos seguradores:

- Disponibilizem à ASF, até 31 de janeiro de 2015
 - a) o questionário anexo à Circular, preenchido de forma detalhada e circunstanciada;
 - b) a identificação das tarefas já executadas, bem como um plano de implementação das previstas, com vista à preparação para a aplicação do regime Solvência II, que inclua: (i) a calendarização das tarefas planeadas, e respetivo grau de execução; (ii) A abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II, bem como aos sistemas de informação, aos planos de formação e outros;
 - c) o detalhe sobre as áreas em que se têm verificado mais dificuldades / constrangimentos, no que respeita à preparação para o regime Solvência II.

- Enviem à ASF, até 31 de março de 2015, a política de autoavaliação do risco e da solvência, bem como cópia do relatório que tenha sido produzido no seguimento de um exercício de autoavaliação do risco e da solvência já efetuado ou que seja efetuado até essa data, o qual deve conter as conclusões e os resultados das avaliações realizadas;

- Submetam à ASF o conjunto de informação prevista nas Orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais de acordo com as datas de referência e nos prazos aí indicados.

Margem de solvência e fundo de garantia das empresas de seguros

O regime de determinação da margem de solvência e do fundo de garantia das empresas de seguros foi estabelecido pela Norma Regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 11/2008-R e n.º 12/2008-R, ambas de 30 de outubro, e n.º 21/2010-R, de 16 de dezembro. Este normativo veio assegurar que o regime prudencial aplicável às empresas de seguros não fosse afetado pelas alterações decorrentes da introdução do regime contabilístico baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Tendo em consideração a proximidade da aplicação do regime resultante da transposição da Diretiva “Solvência II” e, também, a experiência entretanto observada, a ASF julgou importante promover a convergência gradual do regime prudencial atual com os princípios que serão aplicáveis em sede do futuro regime através da emissão da **Norma Regulamentar n.º 2/2014-R, de 30 de janeiro**. Dado que o regime assentará na valorização, para efeitos de solvência, dos ativos segundo o seu justo valor, este normativo procedeu ao reconhecimento faseado, na margem de solvência disponível e nos elementos constitutivos do fundo de garantia, do diferencial entre o valor contabilístico e o justo valor para os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado.

OUTRAS INICIATIVAS REGULATÓRIAS

Cálculo da solvência corrigida de uma empresa de seguros integrada num grupo de seguros e regime da supervisão complementar das operações intragrupo

A Norma Regulamentar n.º 23/2002-R, de 5 de dezembro, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 1/2007-R, de 18 de janeiro e n.º 11/2008-R, de 30 de outubro, veio estabelecer os princípios e os métodos aplicáveis ao cálculo da solvência corrigida de uma empresa de seguros integrada num grupo de seguros, bem como o regime da supervisão complementar das operações intragrupo.

Com as intervenções legislativas subsequentes, a última das quais corporizada no Decreto-Lei n.º 91/2014, de 20 de junho, que transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que altera as Diretivas n.os 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE e 2009/138/CE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro, decorreram alterações pontuais ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, com reflexo necessário na respetiva regulamentação.

Assim, muito embora as alterações a introduzir não assumissem natureza estrutural, a incidência das mesmas num número relevante de disposições do normativo levou à aprovação de um novo instrumento regulatório, através da **Norma Regulamentar n.º 6/2014-R, de 9 de outubro**.

Questionário da EIOPA relativo à proteção dos consumidores de seguros de telemóvel

No âmbito das respetivas competências no âmbito da proteção dos consumidores e da inovação financeira e desempenhando o seu papel de liderança na promoção da transparência, da simplicidade e da equidade no mercado dos produtos e serviços financeiros destinados aos consumidores em todo o mercado interno a EIOPA elaborou um questionário com vista à recolha de elementos que possibilitem a deteção de eventuais fatores de desfavor dos consumidores de seguros de telemóvel.

Para os presentes efeitos e de acordo com a definição adotada pela EIOPA, o «seguro de telemóvel» é todo o contrato de seguro cujo objeto principal corresponda à cobertura de danos verificados em telemóveis (a título exemplificativo: perda, furto, estragos).

Uma vez que a respetiva difusão impende sobre as autoridades competentes (tal como definidas no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento) a ASF divulgou em anexo à **Circular n.º 2/2014, de 25 de julho** o questionário da EIOPA, solicitando que as empresas de seguros com sede em território nacional e que explorem o seguro de telemóvel respondam, facultando informação referente ao ano de 2013.

Questionário sobre práticas do mercado em matéria de transferência dos direitos à pensão profissional

Com o fim de facultar aos Estados membros meios que lhes permitam melhorar a transferibilidade de direitos adquiridos a pensão, sobretudo quando forem criados novos regimes complementares de pensão, a EIOPA está a elaborar um relatório sobre o regime e a prática na União Europeia da transferência do direito a pensão complementar, concretamente dos direitos financiados por fundo de pensões profissional ou por contrato de seguro. Este relatório tem como objetivo identificar as boas práticas do mercado no que respeita à transferibilidade de direitos adquiridos a pensão complementar. Entre as fontes desse relatório conta-se um Questionário às Autoridades Nacionais de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões sobre as regras e as práticas nacionais em matéria de transferência de direitos a pensão complementar.

Para dar resposta ao referido questionário, a ASF entendeu ser essencial obter informação quanto às práticas existentes no mercado Português dos regimes complementares de pensão financiados por fundos de pensões ou por contratos de seguro. Assim, através da **Circular n.º 3/2014, de 31 de julho**, foi divulgado um questionário às entidades gestoras de fundos de pensões e empresas de seguros que, em território Português, explorem fundos de pensões ou contrato de seguro que confiram direitos a pensão complementar. Este questionário resultou da tradução do questionário da EIOPA e respetiva adaptação à realidade nacional.

Apólice Uniforme do Seguro de Colheitas para Portugal Continental

O Sistema Integrado de Proteção Contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC) foi criado em 1996, pelo Decreto-Lei n.º 20/96, de 19 de março, tendo estabelecido mecanismos de bonificação de prémios e mecanismos de resseguro, nomeadamente a compensação de sinistralidade.

A Portaria n.º 65/2014, de 12 de março, aprovou o Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade e revogou a Portaria n.º 318/2011, de 30 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 61/2012, de 20 de fevereiro, e pela Portaria n.º 45/2013, de 6 de fevereiro.

Considerando que este regulamento veio substituir o anterior sistema de seguro de colheitas único por um sistema que prevê um seguro de colheitas horizontal que abrange todas as culturas no território continental e dois seguros especiais, relativos às pomóideas no Interior Norte e ao tomate para a indústria, a **Norma Regulamentar n.º 4/2014-R, de 9 de maio**, veio proceder a ajustamentos à apólice uniforme do seguro de colheitas, aprovada pela Norma Regulamentar n.º 2/2012-R, de 23 de fevereiro e alterada pela Norma Regulamentar n.º 4/2013-R, de 11 de abril.

Cartas-Circulares

Por último, no ano de 2014 a ASF divulgou junto das entidades supervisionadas seis cartas-circulares, as quais incidiram, nomeadamente, sobre a temática do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como sobre questões interpretativas suscitadas em domínios específicos.

INICIATIVAS LEGISLATIVAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2014, a ASF continuou a acompanhar, apoiando tecnicamente a representação permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), vários dossiês legislativos europeus, dos quais se destacam os subsequentemente descritos.

Produtos de investimento de retalho

No dia 9 de dezembro de 2014 foi publicado o Regulamento (UE) n.º 1286/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros (PRIIP)⁷.

⁷JO, L, 352, de 09.12.2014, p. 1.

Este regulamento estabelece regras uniformes para o formato e o conteúdo do documento de informação fundamental que deve ser elaborado pelos produtores de PRIIP e para o seu fornecimento aos investidores não profissionais a fim de lhes permitir compreender e comparar as principais características e os principais riscos dos PRIIP.

No seguimento da publicação deste Regulamento o Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão – Autoridade Bancária Europeia (“EBA”), Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (“ESMA”) e EIOPA - divulgou um documento de discussão sobre documentos de informação fundamental no âmbito de pacotes de produtos de investimento de retalho de natureza seguradora, que visam contribuir para que os consumidores de seguros melhor compreendam e comparem estes produtos na União Europeia⁸.

Instituições de realização de planos de pensões profissionais

A 27 de março de 2014, a Comissão Europeia apresentou uma Proposta de revisão da Diretiva relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais (Diretiva IORP⁹), tendo como principais objetivos simplificar e promover os serviços transfronteiriços de gestão de planos de pensões profissionais, melhorar o sistema de governação das instituições de realização de planos de pensões profissionais, reforçar os requisitos de informação a prestar aos participantes e beneficiários de planos de pensões e aperfeiçoar a supervisão das referidas instituições.

Durante o ano de 2014, a ASF acompanhou as discussões da Proposta no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Serviços Financeiros do Conselho da União Europeia, que decorreram sob a égide das Presidências Grega e Italiana.

Revisão da Diretiva relativa à mediação de seguros

Prosseguiu durante as Presidências Grega e Italiana a discussão em sede do Grupo de Trabalho sobre Serviços Financeiros do Conselho da União Europeia da Proposta adotada pela Comissão em 3 de julho de 2012 de revisão da Diretiva relativa à mediação de seguros¹⁰, tendo a ASF continuado a apoiar tecnicamente a REPER neste processo.

Iniciativas da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”)

Cabe mencionar algumas das principais iniciativas regulatórias da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”) em 2014, não só porque a ASF integra

⁸ Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/consultations/consultation-papers/index.html>

⁹ Diretiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de junho de 2003. (JO, L, 235 de 23.9.2003, p. 10).

¹⁰ Diretiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de dezembro de 2002 (JO, L, 9, de 15.1.2003, p. 3).

esta Autoridade e intervém nos respetivos processos de elaboração e decisão, como porque estas têm relevante impacto na regulação e supervisão nacional.

Atividade seguradora

Solvência II

No início do ano, a 31 de janeiro de 2014, a EIOPA aprovou e publicou um cronograma interno relativo ao desenvolvimento e conclusão de projetos cujo principal objetivo é enquadrar, de um ponto de vista regulatório e de forma atempada e proporcional, a implementação técnica do regime Solvência II, o qual produzirá plenos efeitos a 1 de janeiro de 2016.

Neste sentido, foram elaborados, pela EIOPA, dois conjuntos de Normas Técnicas de Execução (doravante referidas como "ITS" - *Implementing Technical Standards*), referentes, de forma geral, às matérias que a seguir se enunciam:

- **Primeiro Conjunto:** Processos de Aprovação abrangendo nomeadamente: (i) aprovação dos elementos dos fundos próprios complementares; (ii) aprovação dos modelos internos; (iii) decisão conjunta, a tomar pelas autoridades de supervisão interessadas, sobre o modelo interno do grupo; (iv) aprovação dos ajustamentos de congruência; (v) entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros (special purpose vehicles) e (vi) aprovação da utilização de parâmetros específicos da empresa.

O procedimento de consulta pública deste primeiro conjunto de ITS decorreu entre 31 de março e 29 de junho de 2014 e posteriormente, em outubro de 2014, foi submetido à apreciação da Comissão Europeia¹¹.

- **Segundo Conjunto:** Pilar 1 (base quantitativa), Pilar 2 (requisitos qualitativos), Pilar 3 (divulgação pública de informação e de reporte perante as autoridades de supervisão) e transparência de supervisão.

O procedimento de consulta pública referente ao segundo conjunto de ITS elaboradas pela EIOPA decorreu entre dezembro de 2014 e 2 de março de 2015¹². Depois de analisados/incorporados os comentários recebidos em sede de consulta pública e de acordo com cronograma adotado pela EIOPA, estas ITS serão apresentadas à Comissão Europeia até junho de 2015.

Foram também elaborados pela EIOPA dois conjuntos de Orientações, os quais englobam as seguintes matérias:

- **Primeiro Conjunto:** Orientações relevantes para processos de aprovação, incluindo Pilar 1 (base quantitativa) e modelos internos e Pilar 2 (sistema de governação e autoavaliação do risco e da solvência).

O processo de consulta pública¹³ destas Orientações decorreu entre 1 de junho e 28 de agosto de 2014.

¹¹ <https://eiopa.europa.eu/Pages/Supervision/Insurance/draft-implementing-technical-standards-on-the-supervisory-approval-processes-for-solvency-ii.aspx>

¹² [https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Public-consultation-on-the-Set-2-of-the-Solvency-II-Implementing-Technical-Standards-\(ITS\)-and-Guidelines.aspx](https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Public-consultation-on-the-Set-2-of-the-Solvency-II-Implementing-Technical-Standards-(ITS)-and-Guidelines.aspx)

¹³ <https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Public-consultation-on-the-Set-1-of-the-Solvency-II-Guidelines.aspx>

A publicação destas Orientações em todas as línguas oficiais da União Europeia teve lugar em fevereiro de 2015, pelo que os supervisores nacionais terão que confirmar, num prazo de dois meses, se cumprem ou pretendem cumprir estas Orientações (o designado procedimento *comply or explain*).

- **Segundo Conjunto:** Orientações relevantes para o Pilar 2 (requisitos qualitativos) e Pilar 3 (divulgação pública de informação e de reporte perante as autoridades de supervisão). Em dezembro de 2014 teve início o procedimento de consulta pública referente a este segundo conjunto de Orientações. O prazo para apresentação de comentários terminou a 2 de março de 2015¹⁴. De acordo com o cronograma aprovado, a publicação destas Orientações em todas as línguas oficiais da União Europeia terá lugar em julho de 2015.

Ainda no âmbito do regime Solvência II, cumpre referir que (depois de decorrido o respetivo processo de consulta pública) foram emitidas as Orientações relativas ao funcionamento operacional dos colégios (*Guidelines on the Operational functioning of Colleges of Supervisors*¹⁵), encontrando-se a decorrer o prazo de que os supervisores nacionais dispõem para confirmar se cumprem ou pretendem cumprir estas Orientações, as quais visam uniformizar e fomentar a cooperação, comunicação e troca de informações entre as autoridades competentes em relação às práticas desenvolvidas no âmbito da supervisão de grupos que exercem a atividade (re)seguradora numa base transfronteiriça.

Finalmente foram ainda publicadas, a 20 de outubro de 2014, as Orientações sobre a utilização do Identificador de Entidade Jurídica (*Legal Entity Identifier - LEI*)¹⁶ nas diversas línguas oficiais da União Europeia. Consequentemente, os supervisores nacionais, decorrido um prazo de dois meses, pronunciaram-se, em dezembro de 2014, acerca do cumprimento ou intenção de cumprir estas Orientações.

Este documento visa a facilitar e uniformizar a utilização do Identificador de Entidade Jurídica enquanto código de identificação único para empresas e grupos de seguros e resseguros, assim como para instituições de realização de planos de pensões profissionais, sob supervisão das autoridades nacionais competentes.

No âmbito das iniciativas acima expostas, a ASF acompanhou os processos descritos representando as posições nacionais quando devido e cumprindo as obrigações a que esta autoridade se encontra adstrita, designadamente no âmbito dos procedimentos de *comply or explain* acima identificados.

Proteção do Consumidor e Inovação financeira

No domínio das matérias especificamente vocacionadas para a proteção do consumidor de seguros e fundos de pensões e no âmbito da análise de situações de inovação financeira, os trabalhos da EIOPA revelaram-se igualmente muito prolíferos, dando origem à publicação de múltiplos documentos, dos quais se destacam os seguintes.

¹⁴ [https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Public-consultation-on-the-Set-2-of-the-Solvency-II-Implementing-Technical-Standards-\(ITS\)-and-Guidelines.aspx](https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Public-consultation-on-the-Set-2-of-the-Solvency-II-Implementing-Technical-Standards-(ITS)-and-Guidelines.aspx)

¹⁵ <https://eiopa.europa.eu/Pages/Guidelines/Guidelines-on-operational-functioning-of-colleges.aspx>

¹⁶ Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/Pages/Guidelines/Guidelines-on-the-use-of-the-Legal-Entity-Identifier.aspx>

Relatório da EIOPA sobre Boas Práticas aplicáveis a sítios na *Internet* comparativos (*comparison websites*)

A EIOPA publicou em 30 de janeiro de 2014 um relatório que identifica boas práticas no que concerne a sítios na *Internet* comparativos (*comparison websites*) com referência ao mercado segurador europeu, ou seja, os que possibilitem a comparação de produtos de natureza seguradora (com particular enfoque nos sítios que assumem caráter comercial)¹⁷.

Para além da menção a um conjunto de boas práticas, o documento aborda, entre outras, as seguintes matérias: legislação aplicável, categorização, iniciativas nacionais e caracterização dos sítios na *Internet* comparativos (*comparison websites*) no espaço económico europeu.

Importa salientar que este tema foi objeto de destaque no relatório da EIOPA sobre tendências dos consumidores europeus (2012), divulgado em dezembro de 2013.

Através do presente relatório, a EIOPA visa promover a transparência, simplicidade e equidade relativamente às comparações *on-line* entre produtos seguradores por utilizadores da *Internet*.

Relatório acerca da implementação da regulação do *Test Achats* na legislação nacional

A EIOPA publicou, em 6 de fevereiro de 2014, um relatório através do qual pretende divulgar o nível de acomodação, pelos Estados membros, do teor do acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia ("TJUE") de 1 de março de 2011, proferido no processo C-236/09 (*Association Belge des Consommateurs Test-Achats ASBL et al./ Conseil des ministres*), nas respetivas ordens jurídicas nacionais¹⁸.

De acordo com o julgamento do TJUE, é proibida, por discriminatória, a consideração do género como fator de avaliação do risco pelas empresas de seguros (e demais prestadores de serviços financeiros), de tal forma que dela resulte uma diferenciação de prémios e de prestações aplicáveis a homens e a mulheres. Por força do citado aresto do TJUE, a proibição tornou-se eficaz a partir de 21 de dezembro de 2012.

Até essa data, os Estados membros eram livres de excecionar essa proibição nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 5.º da Diretiva n.º 2004/113/CE do Conselho, de 13 de dezembro de 2004 (que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento), disposição que admitia a diferenciação tarifária com base no género desde que fundada em dados atuariais e estatísticos relevantes e rigorosos. Foi esta possibilidade de exceção pelo legislador nacional que veio a ser declarada inválida pelo TJUE no processo acima aludido (por contender, sem limitação temporal, com o princípio da igualdade), pelo que os Estados membros deveriam retificar, até à mencionada data de 2012, as normas nacionais que admitiam a referida diferenciação¹⁹.

¹⁷Documento disponível em

https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/Report_on_Good_Practices_on_Comparison_Websites.pdf

¹⁸ Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/8.2_EIOPA-CCPF1-13-091_Test_Achats_rev2.pdf

¹⁹ De referir que no seguimento desta decisão do TJUE, foi publicada, no dia 11 de fevereiro de 2015, a Lei 9/2015, que implementa na ordem jurídica interna a decisão do TJUE acima mencionada. Nos termos deste diploma é alterado o artigo 6.º (regime geral dos contratos de seguro e outros serviços financeiros) da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento. As alterações mencionadas produzem

Tratamento de reclamações por mediadores de seguros - Breve Guia da EIOPA sobre as Orientações relativas ao Tratamento de Reclamações por Mediadores de Seguros

No seguimento da divulgação da versão final das Orientações relativas ao tratamento de reclamações por mediadores de seguros (*Guidelines on Complaints-Handling by Insurance Intermediaries*), em dezembro de 2013, pela EIOPA, e à semelhança do ocorrido com referência às orientações relativas ao tratamento de reclamações por empresas de seguros, a Autoridade aprovou e publicou em 27 de março de 2014 um Breve Guia sobre as Orientações relativas ao Tratamento de Reclamações por Mediadores de Seguros (*One-Minute Guide on the guidelines on complaints-handling by insurance intermediaries*)²⁰.

Este documento, de fito informativo e desprovido de força vinculativa, destina-se a clarificar o teor das orientações e a concretizar, à luz do princípio da proporcionalidade, a respetiva aplicação aos mediadores de seguros de reduzida dimensão (*small insurance intermediaries*), em especial os mediadores que sejam pessoas singulares, tendo presente que, nos termos do Direito da União Europeia, as autoridades nacionais de supervisão devem envidar os melhores esforços no sentido da observância das orientações emitidas pela EIOPA.

As Orientações e o respetivo Breve Guia incidem sobre as entidades competentes para tratar as reclamações, política de gestão de reclamações, função de gestão de reclamações, registo, reporte, acompanhamento interno e resposta às reclamações.

Relatório da EIOPA sobre o reporte das Autoridades de Supervisão Nacionais relativo ao parecer sobre Seguros de Proteção ao Crédito

Em junho de 2013, a EIOPA publicou um parecer (acompanhado de uma nota de enquadramento) sobre questões relacionadas com a proteção dos consumidores no âmbito dos seguros de proteção ao crédito. Nos termos daquele parecer, a EIOPA solicitou às autoridades competentes que reportassem eventuais investigações ou ações nos planos regulatório e / ou de supervisão sobre este tema.

Em abril de 2014, a EIOPA organizou um *workshop* sobre seguros de proteção ao crédito, com intervenções asseguradas pelos respetivos técnicos, bem como por representantes da indústria, de associações de consumidores e de autoridades nacionais de supervisão (entre as quais, a ASF).

efeito a partir de 21 de dezembro de 2012, aplicando-se aos contratos celebrados a partir dessa data, inclusive. Nos termos da lei, entende-se que foram celebrados a partir de 21 de dezembro de 2012 os contratos: a) cuja aceitação ocorra a partir dessa data; b) Concluídos antes dessa data mas prorrogados a partir da mesma por meio de acordo entre as partes, afastando a prevista cessação.

É ainda estabelecido que os contratos de seguro e outros serviços financeiros celebrados a partir de 21 de dezembro de 2012, inclusive, deverão ser adaptados no prazo de 90 dias às exigências resultantes da nova redação do artigo 6.º, sem que daí possa resultar prejuízo para os tomadores de seguro, segurados, beneficiários das prestações de seguro ou participantes ou beneficiários de fundos de pensões.

²⁰ Disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-043_One_Minute_Guide_on_Complaints_Handling_by_Insurance_Intermediaries.pdf

Com base nas respostas recebidas e na informação recolhida no *workshop*, a EIOPA elaborou um Relatório que procura sintetizar e descrever as iniciativas nacionais ocorridas, em curso ou planeadas após a emissão do parecer em apreço e, bem assim, comunicar a decisão da autoridade de supervisão europeia quanto ao acompanhamento do assunto. O Relatório em apreço foi publicado em 25 de junho de 2014²¹.

Para além do resumo das iniciativas, a EIOPA conclui que a emissão do parecer influenciou desenvolvimentos importantes em vários mercados nacionais. As áreas de enfoque mais comuns foram as seguintes: prestação de informação, vendas cruzadas / remuneração e práticas de comercialização em geral.

A EIOPA considera ainda que continua a justificar-se o acompanhamento dos desenvolvimentos nacionais (alguns, em fases iniciais de planeamento/ implementação), adiando a decisão sobre eventuais novas ações neste domínio para momento posterior.

Requisitos aplicáveis à colocação de Instrumentos Financeiros, emitidos pelos próprios ou por entidades do mesmo grupo, por Instituições de Crédito e Empresas de Seguros junto dos seus clientes (“Self-placement”)

A EIOPA publicou em 31 de julho de 2014 um documento do Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão (“Comité Conjunto”), acompanhado de uma nota informativa, sobre a colocação, por parte de entidades financeiras junto dos seus clientes, de instrumentos financeiros emitidos pelos próprios ou por outras entidades do respetivo grupo financeiro (prática designada por “self-placement”)²².

Através desta iniciativa, o Comité Conjunto visa salientar, na perspetiva da tutela dos consumidores, a necessidade de os operadores (entre os quais, instituições de crédito e empresas de seguros) considerarem os requisitos, de natureza prudencial e comportamental, em vigor ou em discussão na União Europeia, no que concerne à colocação / distribuição dos referidos produtos.

Conflitos de interesses na distribuição (venda direta ou através de mediador de seguros) de produtos de investimento com base em seguros

No contexto de pedido formal de aconselhamento técnico que lhe foi dirigido pela Comissão Europeia, a EIOPA publicou em 1 de outubro de 2014 um Parecer sobre identificação, prevenção, gestão e divulgação de conflitos de interesses na distribuição (venda direta ou através de mediador de seguros) de produtos de investimento com base em seguros²³.

²¹ Disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/PPI_follow-up_report_publication.pdf

²² Disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/JC_2014_62_Self_placement_-_Reminder_to_financial_institutions.pdf

²³ Disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-CCPFI-14-099_EIOPA_Final_Report_on_the_Discussion_Paper.pdf

Note-se que, no quadro da preparação do Parecer em apreço, a EIOPA realizou duas consultas públicas e organizou um evento público, com o intuito de recolher as opiniões dos principais interessados quanto a esta matéria.

A estrutura do documento assenta em diferentes pontos, incluindo (i) o enquadramento jurídico, (ii) os critérios para a identificação de conflitos de interesses, (iii) a política de conflitos de interesses, (iv) a remuneração e os incentivos, (v) a proporcionalidade e (vi) os estudos de investimento.

Importa assinalar que este Parecer da EIOPA será considerado pela Comissão Europeia no âmbito da emissão de atos delegados ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 13.º-C e do artigo 13.º-E da “Diretiva relativa à Mediação de Seguros”, introduzidos pela Diretiva n.º 2014/65/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros e que altera a Diretiva 2002/92/CE e a Diretiva 2011/61/EU (também designada por “DMIF II”)²⁴.

Acompanhamento do mercado e poderes de intervenção sobre produtos de investimento com base em seguros

A EIOPA publicou em 27 de novembro de 2014, para efeitos de consulta pública, um documento referente às respetivas competências e das autoridades nacionais de supervisão ao nível do acompanhamento do mercado e poderes de intervenção sobre produtos de investimento com base em seguros²⁵.

Este documento foi elaborado no quadro da preparação de parecer que visa dar resposta a pedido de aconselhamento técnico, dirigido à EIOPA pela Comissão Europeia, no contexto da emissão de atos delegados ao abrigo do Regulamento sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e produtos de investimento com base em seguros (“PRIIP”).

Com vista ao reforço da proteção dos consumidores de seguros na União Europeia, os referidos poderes de intervenção compreendem, nos termos e nas condições legalmente previstas e em circunstâncias excecionais, a proibição ou restrição temporária da comercialização, distribuição ou venda de produtos de investimento com base em seguros, bem como de atividades ou práticas financeiras de empresas de seguros ou resseguros.

Orientações sobre mecanismos de governação e monitorização de produtos de natureza seguradora por parte de empresas de seguros

A EIOPA divulgou em 27 de outubro de 2014 um documento de consulta pública respeitante a projeto de Orientações sobre mecanismos de governação e monitorização de produtos de natureza seguradora por parte de empresas de seguros²⁶.

²⁴ JO, L, 173, de 12.6.2014, p. 349.

²⁵ Disponível em <https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/CP-14064.aspx>

²⁶ Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/CP-14150-Guidelines-on-product-oversight-amp-governance-arrangements.aspx>.

Segundo a EIOPA, a expressão “mecanismos de governação e monitorização de produtos” refere-se a processos internos, funções e estratégias que visam o desenho e a introdução de (novos) produtos de seguros no mercado, bem como a sua monitorização e revisão durante o respetivo ciclo de vida.

No quadro da tutela dos consumidores, através das Orientações em apreço, a EIOPA procura contribuir para a prevenção de vendas inadequadas ou abusivas de seguros no mercado europeu, assim como promover a convergência das práticas de supervisão nos diferentes Estados membros.

As mencionadas Orientações dirigem-se às autoridades de supervisão nacionais competentes, devendo as empresas de seguros observar os requisitos regulatórios e de supervisão por aquelas exigidos.

Proteção dos consumidores e tendências de consumo

No dia 2 de dezembro de 2014, a EIOPA divulgou o seu terceiro relatório sobre tendências dos consumidores no setor segurador e dos fundos de pensões europeu, referente a 2013²⁷.

Note-se que, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 1094/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que cria a EIOPA, compete a esta Autoridade observar, analisar e comunicar as tendências dos consumidores.

O referido documento apresenta uma perspetiva global sobre as tendências nos diferentes Estados membros, visando, entre outros aspetos, contribuir para a identificação de possíveis vulnerabilidades no mercado europeu de seguros e de fundos de pensões e deteção de áreas elegíveis e atribuição de prioridades relativamente a ações futuras a desenvolver pela EIOPA.

Cumprir ainda destacar que no quadro dos projetos que a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”) tem vindo a desenvolver sobre tendências dos consumidores no setor segurador e dos fundos de pensões europeu, foi divulgada a metodologia revista concernente à preparação do Relatório anual sobre esta matéria. A eventual necessidade de promover a revisão da metodologia em função da experiência adquirida havia sido já prevista na sua versão inicial (de novembro de 2012).

Instituições de realização de planos de pensões profissionais

No âmbito do processo de revisão da Diretiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de junho, relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais (Diretiva IORP), a EIOPA propôs, na sua resposta ao pedido de aconselhamento da Comissão Europeia, publicada em fevereiro de 2012²⁸, o desenvolvimento de uma ferramenta de supervisão baseada no risco e assente numa avaliação “*market consistent*” dos

²⁷ Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-207-Third_Consumer_Trends_Report.pdf

²⁸ Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-BOS-12-015_EIOPA_s_Advice_to_the_European_Commission_on_the_review_of_the_IORP_Directive.pdf

ativos, passivos e mecanismos de segurança (tais como o apoio financeiro do associado e os sistemas de garantia de pensões existentes em alguns Estados membros), conhecida por “holistic balance sheet” (HBS).

Com o objetivo de testar a operacionalização e o impacto da proposta relativa à HBS, entre outubro e dezembro de 2012, foi realizado um exercício de estudo de impacto quantitativo (QIS), tendo a EIOPA publicado os respetivos resultados em julho de 2013²⁹. Na sequência desse exercício, em meados de 2013, a Comissão Europeia anunciou que o processo de revisão da Diretiva IORP não iria prever, pelo menos para já, a introdução de novos requisitos quantitativos³⁰.

Ainda assim, a EIOPA, por sua iniciativa, decidiu dar continuidade às discussões em matéria de requisitos quantitativos e ao desenvolvimento de especificações técnicas para a construção da HBS, tendo como objetivo final providenciar aconselhamento técnico à Comissão Europeia.

Neste contexto, a EIOPA publicou, em outubro de 2014:

- a) o documento intitulado “*Consultation Paper on Further Work on Solvency of IORPs*”³¹, que foi colocado em consulta pública por um período de três meses;
- b) o relatório designado por “*Mapping Exercise for Further Work on Solvency of IORPs*”³², que contém uma análise das respostas das autoridades nacionais competentes a um conjunto de questionários de informação factual, lançados com o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade e das especificidades de cada Estado membro relativamente a temáticas relacionadas com a solvência das IORP.

Tendo em conta que no documento “*Consultation Paper on Further Work on Solvency of IORPs*” é proposto um conjunto de definições, metodologias e opções que terão de ser testadas na prática, a EIOPA irá realizar um exercício de avaliação quantitativa no âmbito dos trabalhos sobre a solvência das IORP em 2015.

Esta avaliação quantitativa irá decorrer em simultâneo com o exercício de *stress test* a nível europeu na área das IORP, enquadrado no âmbito dos trabalhos da EIOPA relacionados com a estabilidade financeira.

Durante o ano 2014, a EIOPA procedeu ainda à publicação dos seguintes relatórios:

- a) em julho, a oitava edição do relatório sobre os desenvolvimentos ocorridos em matéria de prestação de serviços transfronteiriços de gestão de planos de pensões profissionais, referente ao período de junho de 2013 a junho de 2014³³;

²⁹ Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/Publications/Quantitative%20impact%20studies/EIOPA-BoS-13-124 - Report on QIS on IORPs-20130704.pdf>

³⁰ Documento disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-454_en.htm

³¹ Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-CP-14-040_CP_on_Further_Work_on_Solvency_of_IORPs.pdf

³² Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-CP-14-040_Mapping_Exercise_for_Further_Work_on_Solvency_of_IORPs.pdf

³³ Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-083-Market-Development-Report-2014-deff.pdf>

- b) em dezembro, o relatório de informação factual sobre as práticas relativas à fase de pagamento das pensões³⁴.

Task force sobre pensões individuais (Task Force on Personal Pensions)

A *Task Force on Personal Pensions* foi criada pela EIOPA com o objetivo de assistir a Comissão Europeia no desenvolvimento de um regime prudencial e de proteção do consumidor a nível europeu relativo aos produtos de pensões individuais, considerando dois instrumentos regulatórios possíveis:

- a) aprovação de uma Diretiva que estabeleça regras comuns aplicáveis a todos os produtos de pensões individuais;
- b) aprovação de um Regulamento que introduza um “segundo regime”, i.e., um regime europeu que, não substituindo as legislações nacionais, possa ser aplicado em alternativa às mesmas.

Os trabalhos da *task force* foram faseados em três etapas, tendo a primeira correspondido à elaboração de um documento de discussão destinado a recolher a opinião dos *stakeholders* sobre as matérias em causa. A segunda etapa consistiu na elaboração de um relatório preliminar, publicado em fevereiro de 2014³⁵, que, com base na análise dos contributos recebidos dos *stakeholders*, apresenta uma visão geral das questões e opções subjacentes ao desenvolvimento de um regime prudencial e de proteção do consumidor a nível europeu relativo aos produtos de pensões individuais.

No seguimento da publicação do relatório preliminar da EIOPA, e de acordo com o plano estabelecido, a Comissão Europeia emitiu, em julho de 2014, um pedido de aconselhamento técnico detalhado nesta matéria, conferindo à EIOPA um prazo de resposta até 1 de fevereiro de 2016.

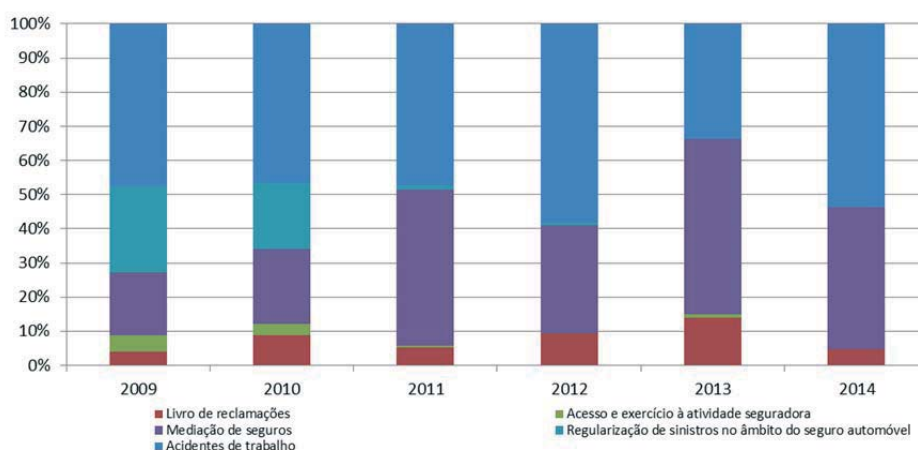
³⁴ Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-193_EIOPA_s_Fact_Finding_Report_on_Decumulation_Phase_Practices.pdf

³⁵ Documento disponível em https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-029_Towards_an_EU_single_market_for_Personal_Pensions- An_EIOPA_Preliminary_Report_to_COM.pdf

4. SANÇÕES, CONTRAORDENAÇÕES E OUTRAS MATÉRIAS JURÍDICAS

Em 2014, deram entrada 84 processos com indícios contraordenacionais relativos às diversas áreas de atuação da ASF tendo-se observado uma forte redução no número de processos recebidos por incumprimento das obrigações inerentes ao livro de reclamações. Verificou-se também uma ligeira redução do número de processos relativos a mediadores de seguros, a maior parte deles relacionados com a prática de má prestação de contas. Os processos relativos a acidentes de trabalho continuam a ter um peso significativo entre os processos recebidos, e recomeçaram a crescer em 2014, o que se poderá explicar por alguma recuperação da atividade económica.

Figura 21 – Distribuição dos processos contraordenacionais por áreas



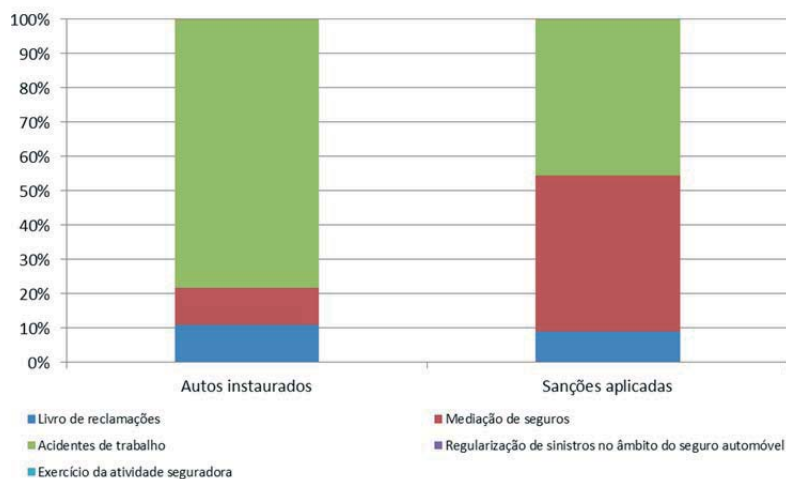
Durante o ano de 2014 continuou a verificar-se uma diminuição do número de processos contraordenacionais instaurados, assim como nas situações com contornos criminais. Constatou-se ainda uma diminuição da conflitualidade judicial, o que aponta no sentido de uma melhor aceitação da justiça das coimas aplicadas e um aumento dos processos arquivados sem aplicação de sanções, o que sugere a necessidade de aperfeiçoamentos nas fases pré-processuais.

Quadro 17 – Dados globais sobre processos contraordenacionais

	2012	2013	2014
Processos contraordenacionais entrados	120	101	84
Processos arquivados (sem matéria para contraordenação)	33	29	49
Autos instaurados	69	64	55
Processos que deram origem a queixa-crime	15	32	2
Autos concluídos (coima, admoestação, arquivamento)	231	97	92
Autos em curso	114	80	42
Número de testemunhas ouvidas	31	30	15
Valor das coimas aplicadas (milhares de euros)	144,1 m€	244,5m€	96,3m€
Autos e processos que transitaram para o ano seguinte (excluindo recursos para Tribunal)	203	231	92
Recursos de impugnação judicial	30	13	6

Apresenta-se, na figura seguinte, a distribuição dos autos instaurados e das sanções aplicadas pelas diversas áreas de atuação da ASF.

Figura 22 – Autos instaurados e sanções aplicadas por áreas (2014)



No ano 2014, no que concerne à área de mediação de seguros, os autos de contraordenação instaurados tiveram como fundamento principal a falta de prestação de contas por parte dos mediadores de seguros, que também esteve na base da maioria das sanções aplicadas.

Em matéria de acidentes de trabalho, os autos de contraordenação instaurados, assim como as sanções aplicadas, tiveram como fundamento o incumprimento, pelas empresas de seguros, dos prazos de participação aos tribunais dos acidentes de trabalho nos casos em que a lei a isso obriga.

Relativamente ao livro de reclamações, quer os autos de contraordenação instaurados pela ASF, quer as sanções por este aplicadas, dizem respeito à violação dos deveres de dispor do livro de reclamações e de o facultar quando solicitado. Casos mais raros respeitam à violação do dever de envio à autoridade de supervisão do original da folha do livro de reclamações.

Acrescente-se ainda que a atividade jurídica do Departamento de Ação Sancionatória e Serviços Jurídicos abrangeu muitas outras matérias, conforme se pode retirar do quadro seguinte:

Quadro 18 – Pedidos de parecer e outros processos não contraordenacionais entrados no DSJ

	2012	2013	2014
Gestão interna da ASF e fundos	20	28	20
Questões financeiras da ASF e fundos	17	5	13
Estatuto do pessoal da ASF e fundos	9	10	14
Impostos e taxas	7	2	11
Branqueamento de capitais	8	12	5
Estatuto dos órgãos da ASF	7	2	3
Acesso a documentos administrativos	2	4	2
Regularização de sinistros com automóveis	2	6	2
Crimes envolvendo a ASF	0	0	2
Fundos de pensões e SGFP	0	0	2
Outros	41	38	40
Total	113	107	114

5. DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS TÉCNICOS E DE ANÁLISES MACROPRUDENCIAIS

RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE RISCOS DO SETOR SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES

Em março e dezembro de 2014, a ASF publicou a terceira e quarta edições do Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, tendo sido dada continuidade às análises de cariz macroprudencial sobre os principais riscos e vulnerabilidades com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor, bem como reforçada a ligação dessas análises com a vertente microprudencial da supervisão.

Apesar de se ter observado, ao longo de 2014, uma ligeira diminuição dos riscos associados à envolvente macroeconómica e à concentração dos investimentos dos operadores em ativos do setor financeiro nacional e em dívida pública portuguesa, os estudos realizados continuam a identificar estes dois aspetos como merecedores de especial atenção por parte da autoridade de supervisão, sob o ponto de vista da resiliência do setor no seu todo.

Destaque ainda para as análises de risco efetuadas, na primeira edição, sobre a gestão da continuidade de negócio, a sensibilidade das empresas de seguros às exposições em títulos de dívida e a adequabilidade da volatilidade assumida na fórmula-padrão do requisito de capital de solvência (SCR) para o risco de provisões de Automóvel e, na segunda edição, sobre a composição dos elementos da margem de solvência disponível das empresas de seguros, a evolução dos custos de exploração das empresas de seguros e do potencial impacto na exposição ao risco operacional e a qualidade creditícia dos resseguradores.

ESTUDO DE IMPACTO QUANTITATIVO NACIONAL (QIS-2014) PARA O NOVO REGIME DE SOLVÊNCIA DO SETOR SEGURADOR (SOLVÊNCIA II)

A ASF lançou, no período entre maio e julho de 2014, um estudo de impacto quantitativo de âmbito nacional (QIS-2014) de caráter obrigatório, abrangendo a totalidade do setor segurador português supervisionado. Este exercício, com data de referência de 31 de dezembro de 2013, teve por principal objetivo a avaliação do impacto, em termos de requisitos quantitativos, da introdução do regime Solvência II, com a identificação, de forma atempada, das áreas de vulnerabilidade do setor, quer ao nível de necessidades de capital e/ou de redução dos riscos, quer da capacidade de concretização dos cálculos de uma forma robusta, consistente e fiável.

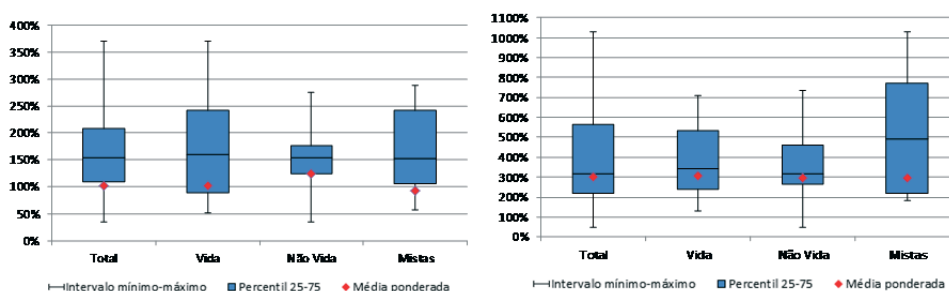
A base de cálculo da posição financeira e dos requisitos de capital assentou nos princípios do regime Solvência II, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2016, sendo os resultados obtidos comparáveis com a posição *pre-stress* do *Stress test* europeu, embora os exercícios tenham assumido âmbitos distintos.

Para o QIS-2014, verificou-se que a maioria das empresas de seguros apresentava, na data de referência, um rácio de cobertura do SCR superior a 100%, sendo a média ponderada desse rácio

de 101%. O número de empresas que apresentou rácios inferiores a 100% foi de oito, num universo de 41 operadores.

Por sua vez, todas as empresas, exceto uma, apresentaram rácios de cobertura do requisito de capital mínimo (MCR) acima de 100%, com uma média ponderada bastante confortável, de 301%.

Figura 23 – Rácio de cobertura do SCR e rácio de cobertura do MCR



Em termos da composição do balanço prudencial, o Ativo apresentou uma variação pouco significativa face ao apurado para as contas estatutárias (+0,09%), resultante do facto de grande parte destes ativos já serem avaliados ao nível estatutário pelo justo valor. Em relação ao Passivo, verificou-se uma redução global também pouco expressiva (-0,02%), embora a análise mais granular de algumas rubricas demonstre comportamentos diferenciados.

Da comparação entre as provisões técnicas atuais e a sua melhor estimativa, verifica-se, em termos globais, um aumento das responsabilidades de natureza Vida (média ponderada de +1,3%) e um decréscimo das de natureza Não Vida (média ponderada de -18,7%).

Em matéria de fundos próprios, a maior fatia é classificada como tier 1 (91,5% dos elementos disponíveis), com a quase totalidade a corresponder a itens não restritos, ou seja, de melhor qualidade.

Em termos de composição do SCR, verificou-se, para um conjunto significativo de operadores, uma elevada preponderância da carga de capital para o risco de mercado, particularmente para o submódulo de risco de concentração, que representou, em termos agregados, 65% do SCR. Desta forma, uma das principais conclusões do exercício é a necessidade de maior diversificação das carteiras de ativos de vários operadores, o que, por si só, permitirá reduzir substancialmente o seu SCR, aumentando consequentemente o rácio de cobertura.

Figura 24 – SCR global para o conjunto das empresas Vida e SCR global para o conjunto das empresas Não Vida

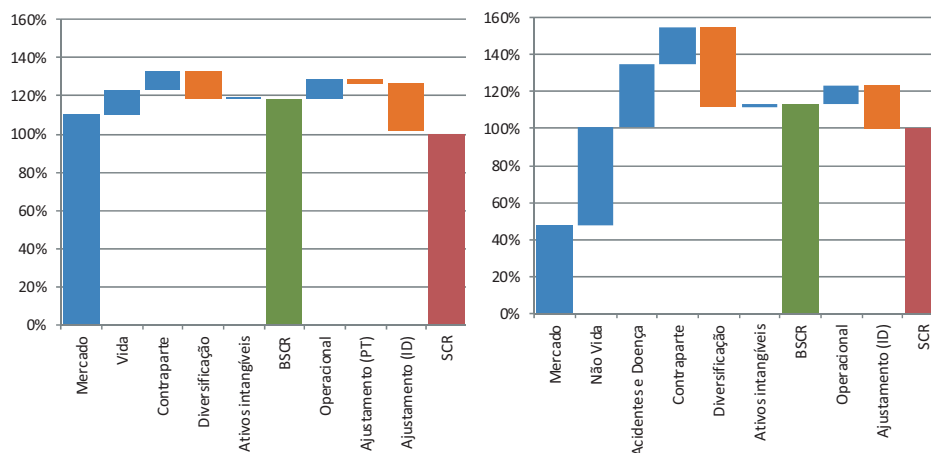
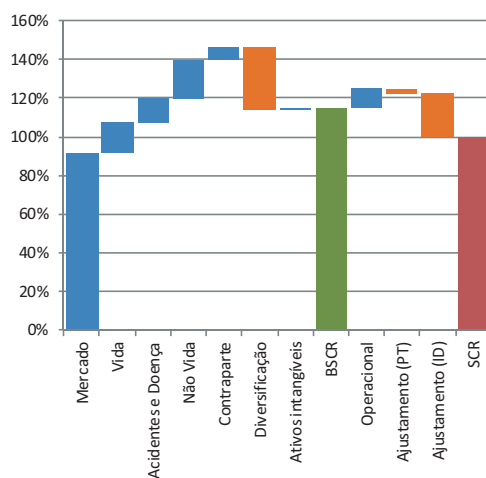


Figura 25 – SCR global para o conjunto das empresas mistas



Como forma de providenciar *feedback* ao mercado e também de contextualizar os resultados dos exercícios de *stress test* que foram publicados pela EIOPA a 1 de dezembro de 2014, a ASF publicou, no dia 28 de novembro de 2014, o relatório com os resultados agregados do QIS-2014³⁶.

Os resultados agregados do QIS-2014 permitiram concluir que as perspetivas do setor na transição para o regime Solvência II são globalmente satisfatórias, embora existam operadores e áreas que carecem de atenção especial, para os quais se torna necessário implementar ações de supervisão específicas, incluindo o estabelecimento de planos de transição adequados.

³⁶ Acessível em http://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/CEB29557-7870-47EC-9AC7-F60522AAF3DD/0/Relat%C3%B3rioQIS2014_1128_vers%C3%A3o_externa_final.pdf

Na interpretação dos resultados do QIS-2014 é relevante ter em conta um conjunto de elementos que explicam e contextualizam os resultados obtidos, nomeadamente:

- i. a posição financeira e de solvência em que assentou o exercício baseia-se num regime que só estará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. Nestes termos, várias empresas de seguros ainda não haviam, na data de referência, adaptado plenamente as suas estratégias de negócio e de investimento às novas exigências e métricas. A este respeito, note-se que o novo regime de solvência é estruturalmente diferente do atual;
- ii. no sentido de assegurar uma transição eficaz e sem disrupções, o regime Solvência II estará, numa fase inicial, sujeito a um conjunto de medidas de transição. Salienta-se, em particular, a medida de transição de adiamento da exigência de cumprimento do SCR até ao final de 2017³⁷ para as empresas que, à data de 31 de dezembro de 2015, cumpram a margem de solvência do regime cessante;
- iii. o cumprimento das exigências de cobertura do SCR pode ser alcançado por via do aumento dos fundos próprios, da redução dos riscos subjacentes aos ativos e passivos ou da combinação entre ambos. Neste contexto, destaca-se o elevado peso da carga de capital do risco de concentração, pelo que uma das estratégias de redução do SCR terá necessariamente de passar pela diversificação dos investimentos entre emittentes / grupos económicos;
- iv. por fim, os resultados do estudo de impacto quantitativo demonstraram uma reduzida utilização das medidas do pacote das garantias de longo prazo e das medidas transitórias sobre a taxa de juro e sobre as provisões técnicas. Sem prejuízo da verificação dos critérios de elegibilidade, tais medidas podem permitir uma redução significativa do valor das provisões técnicas, na maioria dos casos por ajustamentos à taxa de juro sem risco utilizada no desconto, com o conseqüente aumento do nível de fundos próprios. Desta forma, a utilização adequada de uma ou mais destas medidas poderá permitir a mitigação das situações de insuficiência de alguns operadores.

STRESS TEST EUROPEU PARA O SETOR SEGURADOR

A EIOPA realizou, em 2014, o segundo exercício de *stress test* ao setor segurador europeu. Este exercício, com data de referência a 31 de dezembro de 2013, teve como objetivo avaliar a resiliência do setor a desenvolvimentos adversos dos mercados, bem como avaliar os potenciais riscos sistémicos em situações de *stress*.

Para o efeito, foram considerados dois módulos principais. O módulo *Core* teve como propósito medir a resiliência do setor a desenvolvimentos adversos em parâmetros de riscos de mercado, de crédito e específicos de seguros. Por sua vez, o módulo *Low Yield* visou a mensuração da extensão e profundidade dos riscos subjacentes à manutenção de um ambiente prolongado de baixas taxas de juro, focando-se no impacto macroeconómico de movimentos da estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

³⁷ Sujeito a medidas de reporte extraordinárias e ao cumprimento progressivo de um plano de transição.

A base de cálculo da posição financeira e dos requisitos de capital assentou nos princípios de avaliação que serão estabelecidos no regime Solvência II, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2016. Tal permitiu, por um lado, assegurar a comparabilidade dos resultados entre Estados membros e, por outro lado, obter indicadores de maior relevância, por serem consentâneos com o regime que irá vigorar no curto prazo.

A nível nacional, o exercício de *stress test* lançado pela EIOPA, teve a participação de oito entidades nacionais (ex-Caixa Seguros, no módulo *Core*; e Fidelidade, Allianz, Ocidental Vida, Axa Seguros, Axa Vida, Mapfre Vida e Generali Vida, no módulo *Low Yield*), com uma representatividade de 52,8% dos prémios brutos emitidos, no módulo *Core*³⁸ e de 55,4% das provisões técnicas relevantes para o módulo *Low Yield*.

A participação no módulo *Core* foi efetuada em base consolidada, enquanto no módulo *Low Yield* foi realizada em base individual.

As respostas dos participantes foram objeto de validação pelas autoridades de supervisão nacionais e pela EIOPA, que procedeu a validações adicionais, a nível central.

No relatório final sobre o exercício de *stress test*, publicado pela EIOPA a 30 de novembro³⁹, foram apresentados, não só os resultados agregados, mas também os resultados por país, assentes no conjunto das empresas que participaram no módulo *Low Yield*.

As principais conclusões apresentadas nesse relatório apontam para a suficiência da capitalização do setor segurador europeu em base Solvência II, embora 14% das empresas (representativas de 3% do total de ativos) apresentem rácios de cobertura do SCR, em base *pre-stress*, inferiores a 100%. Em termos dos cenários testados, considera-se que o setor está mais vulnerável à combinação de um ambiente de baixas taxas de juro e de choques de descida do valor dos ativos. No cenário *Low Yield*, relativo a um ambiente prolongado de baixas taxas de juro (*Japanese scenario*), 24% das empresas de seguros não cumpririam o seu SCR, com dificuldades reportadas nas maturidades entre oito e 11 anos.

Na sequência do exercício, a EIOPA emitiu, na mesma data, um conjunto de recomendações dirigidas às autoridades de supervisão nacionais⁴⁰, no sentido de assegurar uma resposta comum e consistente a nível europeu.

No que respeita à posição *pre-stress*, as conclusões a nível nacional são semelhantes às apresentadas para o estudo de impacto quantitativo nacional (QIS-2014), sendo as diferenças resultantes do âmbito de participação. O impacto dos choques de mercado definidos para o módulo *Core*, ainda que elevado, foi ao encontro do que seria expectável, atentos às exposições a obrigações emitidas por entidades do próprio grupo económico e à dívida pública nacional. Ainda ao nível do módulo *Core*, os resultados dos choques específicos de seguros não se mostraram materialmente relevantes. Igual conclusão pode ser retirada da componente do exercício que pretendia testar os efeitos dos atuais baixos níveis de taxa de juro.

³⁸ Note-se que, no apuramento da quota de mercado dos participantes no módulo *Core*, é contabilizada a contribuição das subsidiárias nacionais de grupos que reportaram a autoridades de supervisão de outros Estados membros da União Europeia.

³⁹ Acessível em <https://eiopa.europa.eu/Publications/Surveys/Stress%20Test%20Report%202014.pdf>.

⁴⁰ Acessível em <https://eiopa.europa.eu/Publications/Surveys/EIOPA%20Stress%20Test%20General%20Recommendations.pdf>.

6. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

NACIONAL

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

Através da alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 143/2013, de 18 de outubro, ao Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro, a regulação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) foi alterada com vista a ampliar as respetivas funções, sendo-lhe reconhecidas competências consultivas em relação ao Banco de Portugal no contexto da definição e execução da política macroprudencial para o sistema financeiro nacional.

Nestes termos, em 2014, o CNSF reuniu em duas sessões autónomas, uma no âmbito das funções de coordenação entre as autoridades de supervisão que o integram no exercício das respetivas competências de regulação e supervisão ao nível microprudencial, e outra no âmbito das referidas funções macroprudenciais.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do CNSF refletiram também as exigências que resultam do funcionamento do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, integrando o Comité Europeu de Risco Sistémico (ESRB), as Autoridades Europeias de Supervisão e respetivo Comité Conjunto, bem como as autoridades nacionais de supervisão financeira. Neste âmbito, além de se terem mantido os mecanismos de intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão nacionais no exercício da sua participação nas Autoridades Europeias de Supervisão, bem como no âmbito da preparação do Mecanismo Único de Supervisão, articularam-se posições em matéria de políticas macroprudenciais e de análise de riscos sistémicos, com vista à preparação das reuniões do Conselho Geral do ESRB.

De destacar ainda no âmbito macroprudencial: (i) o desempenho de funções consultivas, designadamente através da identificação, acompanhamento e avaliação dos riscos para a estabilidade do sistema financeiro, nomeadamente os riscos intersectoriais; (ii) a criação de um grupo de trabalho sobre *shadow banking* cujo mandato consiste em estudar as entidades e atividades de *shadow banking* em Portugal, com vista a avaliar os riscos daí decorrentes e possíveis formas de os mitigar; (iii) a criação de um grupo de trabalho para identificar os riscos decorrentes dos mercados imobiliários; (iv) a instituição de um grupo de trabalho dedicado a identificar riscos de conduta, em particular de *mis-selling* e *self-placement* e propor soluções para a respetiva mitigação. Os trabalhos destes grupos prosseguirão no ano de 2015.

De destacar ainda no âmbito microprudencial: (i) o acompanhamento da implementação da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e a criação do Novo Banco, S.A.; (ii) os trabalhos associados à operacionalização do Regulamento relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e do Regulamento relativo às agências de notação de risco; (iii) os trabalhos relativos à transposição da Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativo; (iv) a proposta de anteprojeto de diploma legislativo relativo ao regime a aplicar aos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro da área bancária, mobiliária, seguradora e resseguradora e dos fundos de pensões; (v) os desenvolvimentos ao nível da operacionalização do projeto *Legal Entity Identifier* (LEI) em Portugal

Ainda em 2014, o Conselho acompanhou um conjunto de outras matérias de interesse para o sistema financeiro, nomeadamente a avaliação da eficácia e eficiência dos sistemas de preparação dos processos sancionatórios ao nível das três autoridades de supervisão, e aos resultados do setor segurador nacional ao estudo de impacto quantitativo nacional e ao exercício de *stress test* europeu.

O CNSF manteve a articulação no domínio da prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, e no seguimento da metodologia anteriormente aprovada pelo CNSF, para elaboração e consequente difusão de alertas e de informação.

Por último, cabe ainda mencionar a execução do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), o qual constitui um instrumento destinado a enquadrar, dinamizar e difundir projetos de formação financeira, contribuindo para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados.

Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

No ano de 2014, foram desenvolvidos os trabalhos de supervisão na área do controlo de qualidade referente ao ciclo 2013 / 2014. Foi aprovado o respetivo relatório de supervisão, que inclui um conjunto de recomendações à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e o seguimento das recomendações do ano anterior, tendo resultado do mesmo o agravamento da classificação de alguns processos de controlo de qualidade. Foram desenvolvidos trabalhos relativos ao acompanhamento dos processos disciplinares instaurados pela OROC, que se encontram ainda em curso.

Durante o mesmo período, prosseguiram os trâmites relativos aos processos administrativos que estão a ser analisados pelo Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), tendo sido dado o devido seguimento.

Em 2014, o CNSA emitiu pareceres sobre projetos legislativos nacionais e comunitários com incidência na respetiva esfera de competências.

O CNSA acompanhou também os trabalhos desenvolvidos, no âmbito do *International Forum of Independent Audit Regulators* (IFIAR), do Grupo Europeu dos Órgãos de Supervisão dos Auditores (EGAOB) e do *European Audit Inspections Group* (EAIG).

No domínio da cooperação com países terceiros, o CNSA continuou, em 2014, uma análise detalhada dos projetos de acordo de colaboração e de acordo de proteção de dados remetidos pelo *Public Company Accounting Oversight Board* (US PCAOB).

INTERNACIONAL

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

De entre os vários trabalhos desenvolvidos pelo *Insurance and Private Pensions Committee* (IPPC) durante o ano 2014, deve ser dado especial destaque à continuação das discussões em torno das estratégias de investimento das empresas de seguros, em particular no que respeita aos

investimentos de longo prazo, às preocupações relacionadas com o impacto sobre os operadores do setor segurador e dos fundos de pensões do ambiente prolongado de baixas taxas de juro, às questões relacionadas com o financiamento do risco de desastres e ainda a aspetos específicos no âmbito do projeto sobre as anuidades, incluindo pressupostos de mortalidade e risco de longevidade.

No âmbito do Grupo de Trabalho sobre Pensões Privadas (WPPP), a ASF acompanhou os trabalhos relativos a vários temas, sendo de assinalar os seguintes: proposta de revisão dos *Core Principles of Private Pension Regulation*, relatório sobre o projeto relativo à adequação da poupança para a reforma, relatório sobre pressupostos de mortalidade e risco de longevidade, projeto sobre as rendas vitalícias e projeto sobre os incentivos fiscais e a poupança para a reforma.

Comité Técnico do International Organisation of Pension Supervisors

Relativamente ao Comité Técnico do *International Organisation of Pension Supervisors*, a ASF acompanhou, entre outros, os trabalhos relativos aos relatórios sobre o papel das autoridades de supervisão na introdução de programas de adesão automática a um plano de pensões privado e sobre a distribuição de anuidades e outros produtos de pagamento de pensões, tendo a ASF contribuído para este último projeto através da resposta a um questionário. Em 2014, a ASF respondeu ainda a um questionário sobre o papel da avaliação e dos cálculos atuariais na área das pensões, sendo este um projeto conjunto com a *International Actuarial Association* (IAA).

Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos

A 11.ª Assembleia Geral e XVIII Conferência da ASEL teve lugar na Ilha do Sal, em Cabo Verde, de 10 a 12 de setembro de 2014, e contou com a presença dos representantes das autoridades de supervisão de seguros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na reunião foi apresentado pelo secretariado da ASEL o novo sítio na *Internet* da ASEL e dado a conhecer a atribuição da categoria de Observador Consultivo, nos termos da Resolução da XIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Díli, em 22 de julho de 2014.

Na Conferência foram apresentados vários temas, tendo merecido especial destaque os relativos à salvaguarda da estabilidade financeira na perspetiva do setor segurador e dos fundos de pensões, constituição de empresas de seguros em países emergentes, mediação de seguros, a fraude nos seguros e branqueamento de capitais, os desafios à implementação do seguro agrícola, e a importância do resseguros para o seguro obrigatório de acidentes de trabalho.

Procedeu-se, no âmbito deste encontro, a uma profícua troca de experiências entre os membros, tendo sido salientada a evolução positiva dos mercados segurador e de fundos de pensões nos países e territórios integrantes da ASEL.

7. APOIO AO CONSUMIDOR DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

GESTÃO E ANÁLISE DE RECLAMAÇÕES / PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

A ASF dispõe de um serviço especialmente vocacionado para a gestão das reclamações, no âmbito do qual procura contribuir para a resolução e para o esclarecimento das situações apresentadas, desenvolvendo diligências no sentido de promover a conciliação de interesses entre as partes envolvidas. Através da análise das reclamações, são ainda identificados potenciais indícios de desconformidades, relativamente a preceitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como são identificadas formas de atuação que, não obstante a respetiva adequação legal, possam ser objeto de aperfeiçoamento.

Assim, além das diligências na situação concreta e individualizada, a apreciação de uma reclamação pode justificar o início de uma ação de supervisão ou a identificação de uma prática proibida e sancionável. Adicionalmente, a informação recolhida nesta sede é também objeto de reflexão para efeitos de eventuais iniciativas regulatórias.

Em 2014, a ASF recebeu 9 458 reclamações, englobando as recebidas diretamente e aquelas em que foi utilizado o livro de reclamações, disponível nos estabelecimentos dos operadores sujeitos à supervisão desta Autoridade, o que correspondeu a uma diminuição na ordem dos 5%, comparativamente ao número de reclamações recebidas por esta autoridade de supervisão no ano anterior. No entanto, convém sublinhar que este decréscimo é pouco expressivo; sobretudo, quando comparado com outros aumentos verificados em anos recentes, designadamente em 2011. De notar ainda que, em 2014, foram encerrados 9 557 processos de reclamação.

Figura 26 – Evolução das reclamações apresentadas à ASF



No quadro seguinte, estão refletidos os processos de reclamação encerrados em 2014, onde se pode verificar que a maioria diz respeito a seguros dos ramos Não Vida (que totalizam cerca de 89,5% das reclamações analisadas), em especial ao ramo Automóvel (51,9%) e ao ramo Incêndio e

Outros Danos (18,9%), tendo a percentagem de reclamações nestes ramos de seguro aumentado, respetivamente, 21,6% e 16,1%, face ao ano anterior.

Quanto ao ramo Vida, a maioria das reclamações incidiu sobre o “Seguro de Vida”, frequentemente associado a crédito, sendo ainda de destacar o aumento no número de reclamações relacionadas com operações de gestão de fundos de pensões e com seguros ligados a fundos de investimento (cerca de 20%).

De salientar, por último, o aumento verificado nas reclamações no âmbito do seguro de acidentes de trabalho (cerca de 25%) e, embora ainda com pouca expressão face aos outros ramos, no “Seguro de perdas pecuniárias” (onde se inclui a cobertura de desemprego), o qual registou um aumento de 28,57% face ao ano de 2013.

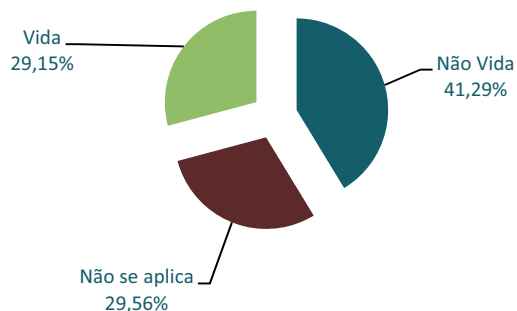
Quadro 19 – Distribuição das reclamações analisadas por ramos e tipo de seguros (2014)

	N.º	%	Varição (%)
Não Vida	8551	89,5%	20,0%
Seguro automóvel	4964	51,9%	21,6%
Seguro de incêndio e outros danos	1806	18,9%	16,1%
Seguro de acidentes de trabalho	581	6,1%	24,9%
Seguro de saúde	423	4,4%	17,2%
Seguro de responsabilidade civil	311	3,3%	38,2%
Seguro de acidentes pessoais	191	2,0%	0,5%
Seguro de perdas pecuniárias	171	1,8%	28,6%
Seguro de assistência	75	0,8%	1,4%
Seguro marítimo / Seguro aéreo	16	0,2%	-15,8%
Seguro financeiro (crédito e caução)	7	0,1%	-41,7%
Seguro de proteção jurídica	6	0,1%	-33,3%
Vida	962	10,1%	7,2%
Seguro de vida	667	7,0%	6,5%
PPR/E	138	1,4%	3,0%
Operações de capitalização	91	1,0%	9,6%
Operações de gestão de fundos coletivos de r	36	0,4%	24,1%
Seguros ligados a fundos de investimento	30	0,3%	20,0%
Não se aplica	44	0,5%	20,0%
Total Geral	9557	1	18,5%

Além da atividade de gestão das reclamações que lhe são dirigidas, a ASF responde igualmente, no âmbito do exercício das suas competências, a pedidos de esclarecimento de natureza técnico-jurídica que lhe sejam apresentados.

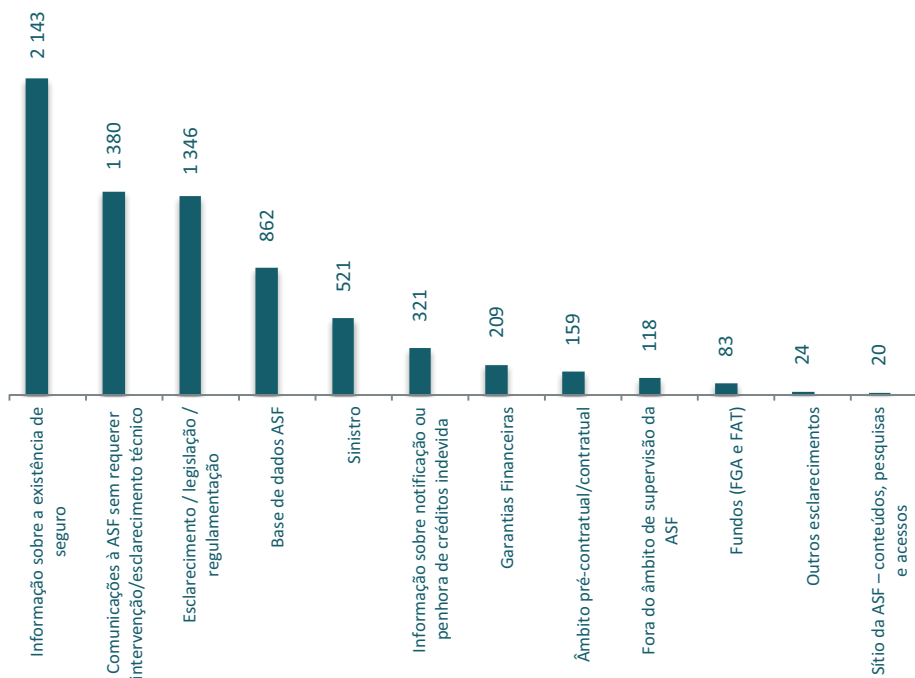
Em 2014, foram analisados 7 313 pedidos de esclarecimento, o que representou um ligeiro crescimento relativamente a 2013, em que foram recebidos 6 823 pedidos. Neste âmbito, é de destacar o facto de os temas relacionados com o seguro automóvel atingirem cerca de 30% do total dos pedidos, à semelhança dos pedidos relacionados com o ramo Vida (29,15%), o que se traduziu num aumento em comparação com os 20 % de 2013.

Figura 27 – Pedidos de esclarecimento – tipo de seguro (2014)



Salientam-se, dos temas mais recorrentes neste tipo de pedidos, os referentes a informações sobre a existência de seguro (29,82%) e os relativos e informações sobre legislação/ regulamentação (18,73%).

Figura 28 – Pedidos de esclarecimento – matérias (2014)



ATENDIMENTO AO PÚBLICO E APOIO AO CONSUMIDOR

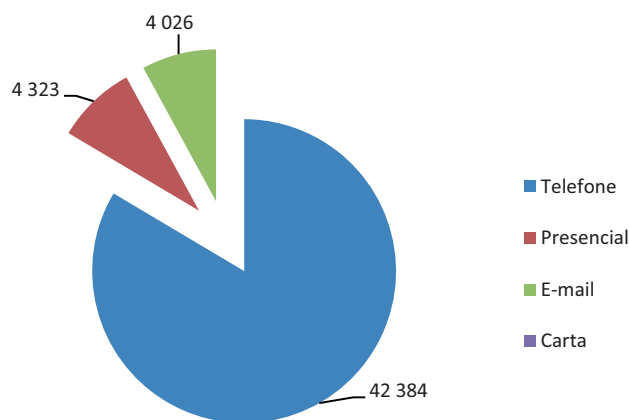
Serviços de atendimento ao público

No sentido de apoiar os consumidores de seguros e de fundos de pensões, a ASF tem procurado desenvolver iniciativas que contribuam para uma maior compreensão do funcionamento do mercado, bem como dos produtos e serviços disponibilizados pelos operadores supervisionados.

Para este efeito, esta autoridade de supervisão dispõe de um serviço especialmente vocacionado para o esclarecimento de questões relacionadas com a atividade seguradora e dos fundos de pensões, assim como com questões relacionadas com a atividade de mediação de seguros. Este serviço está disponível por via telefónica (linhas informativas - 808 787 787 para o atendimento geral e 808 788 878 para o Fundo de Garantia Automóvel e Fundo de Acidentes de Trabalho), presencial ou através de correio eletrónico.

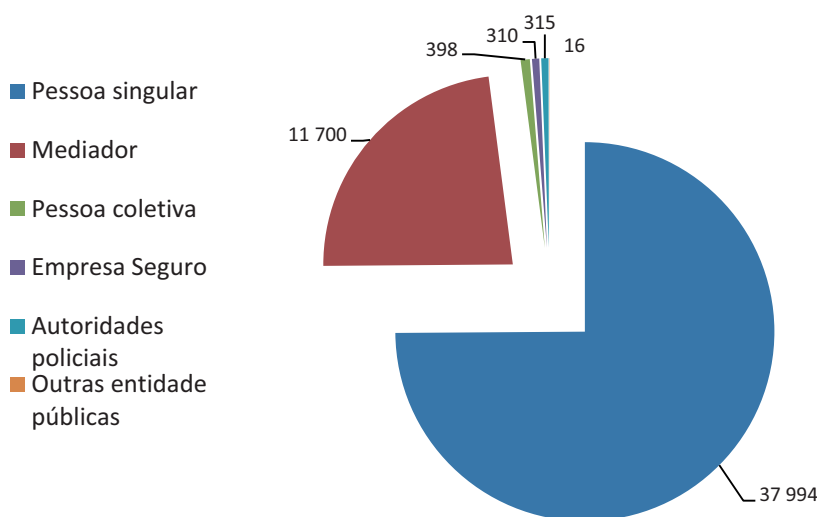
Em 2014, o serviço de atendimento direto totalizou 50 733 contactos, o que se traduziu numa diminuição de cerca de 11% em comparação com o ano transato.

Figura 29 – Serviço de atendimento ao público – distribuição por meio de comunicação utilizado



Os principais utilizadores deste serviço enquadram-se na classificação de pessoa singular, que representam 74,89 % do total. Registou-se, igualmente, um número significativo de contactos provenientes de operadores, nomeadamente de mediadores de seguros, que, no ano em referência, representaram cerca de 23% do total desse universo.

Figura 30 – Serviço de atendimento ao público – caracterização dos utentes



Sítio institucional da ASF na Internet e Portal do Consumidor

O sítio na *Internet* da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) faculta diversos conteúdos úteis ao consumidor de seguros e fundos de pensões.

Assuem destaque, a este nível, os canais referentes a “Seguros”, “Fundos de Pensões” e “Mediação”, nos quais é possível encontrar informação acerca da legislação / regulamentação específica de cada uma das matérias tratadas, bem como acerca das entidades autorizadas a exercer a atividade seguradora, de gestão de fundos de pensões e de mediação.

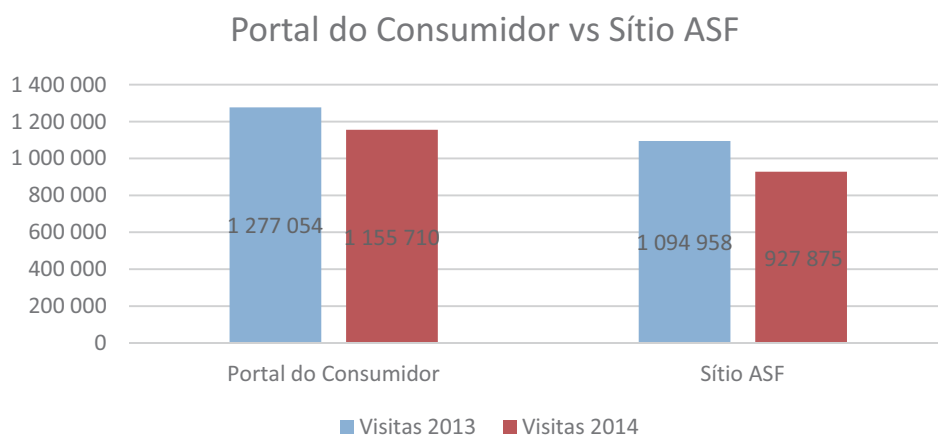
Da observação dos dados recolhidos é possível verificar que em 2014 as páginas mais visualizadas dizem respeito à pesquisa de entidades autorizadas para a atividade de mediação, que totalizou 69 266 acessos. Destaque ainda para as novidades do canal “Seguros” (37 305 acessos), bem como as pesquisas referentes a “Seguros Obrigatórios” (34 724 visualizações).

Na tarefa de facilitar a obtenção de informação sobre o setor, importa ainda realçar o Portal do Consumidor de Seguros e Fundos de Pensões (doravante “Portal do Consumidor” ou “Portal”), que constitui uma ferramenta essencial de formação financeira, contribuindo para melhorar os conhecimentos e comportamentos dos consumidores de seguros e fundos de pensões.

O Portal do Consumidor disponibiliza diversos conteúdos informativos e ferramentas que apoiam o utilizador na tarefa de compreender o essencial sobre o setor segurador e dos fundos de pensões.

Ao nível dos instrumentos facultados assuem destaque os diversos serviços de consulta (consulta de matrícula, comissões e rendibilidades dos PPR, representantes de sinistros, centros de informação automóvel, beneficiários de seguro de vida, acidentes pessoais e operações de capitalização, gestores de reclamações das empresas de seguros, e provedores do cliente) bem como uma área de canais temáticos, onde é possível aceder a um conjunto de perguntas e respostas sobre diversos produtos do setor segurador e dos fundos de pensões.

Figura 31 – Visitas ao portal do consumidor e ao sítio institucional da ASF na Internet



FORMAÇÃO FINANCEIRA

Em 2014 a ASF reforçou a sua participação nos projetos de formação financeira, em particular através das iniciativas do Plano Nacional de Formação Financeira (doravante apenas “Plano” ou “PNFF”), projeto que lançou em 2011, em conjunto com os restantes supervisores do setor financeiro.

Entre os vários projetos concretizados em 2014 assumem especial relevância os trabalhos tendentes à introdução da educação financeira nos currículos escolares. A este propósito importa realçar a realização de duas oficinas de formação de professores, com o objetivo de implementar o Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos.

Os trabalhos desenvolvidos a este nível mereceram o reconhecimento internacional, com a atribuição a Portugal do “Prémio País 2014” para a Europa, pela organização *Child and Youth Finance International*⁴¹.

Ainda com o objetivo de munir os mais jovens com competências financeiras que os habilitem à adoção de comportamentos responsáveis, o PNFF iniciou a preparação de materiais didático-pedagógicos para apoiar professores e alunos na abordagem aos temas de formação financeira previstos no Referencial, através da assinatura de um protocolo, entre o Conselho Nacional de Supervisores

⁴¹ A *Child and Youth Finance International* (CYFI) é uma organização sem fins lucrativos (ONG), com sede em Amesterdão, fundada em 2012 por Jeroo Billimoria. A CYFI dinamiza aquele que é considerado o maior movimento de sensibilização mundial para a importância da formação e inclusão financeira dos jovens. Conta com o apoio pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas e de uma rede alargada de entidades, entre as quais organismos supranacionais, como a OCDE e a UNICEF, autoridades de supervisão financeira, instituições financeiras privadas, fundações, ONG e académicos. O Prémio País distingue a realização de iniciativas excecionais e inovadoras, a construção de alianças fortes entre os responsáveis políticos e os reguladores financeiros, a participação nas iniciativas dinamizadas regularmente pela CYFI e a demonstração de esforços na construção de alianças entre os parceiros locais mais relevantes.

Financeiros, o Ministério da Educação e Ciência e quatro associações do setor financeiro (APB – Associação Portuguesa de Bancos; APS – Associação Portuguesa de Seguradores; APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado).

Com base no catálogo de módulos de formação divulgado em 2013, realizou-se em 2014 o primeiro ciclo de ações de formação abertas ao público em geral. As sessões, cujos conteúdos assentaram na conjugação de diferentes temas do Catálogo de Módulos de Formação do PNFF⁴² tiveram lugar todas as quartas-feiras do mês de setembro.

Para além de matérias transversais aos três supervisores, como a gestão das finanças pessoais e a prevenção da fraude, abordou-se especificamente o regime dos seguros associados ao crédito, a aplicação de poupança no setor segurador, bem como os aspetos mais relevantes dos contratos de seguro automóvel, multiriscos habitação e saúde.

A ASF cooperou ainda com entidades diversas, participando em ações de formação financeira e outras iniciativas, para a disseminação de conhecimentos financeiros e dos trabalhos do PNFF.

Em outubro de 2014, esteve presente numa ação de formação realizada em Braga, no Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (CIAB), onde abordou temas relacionados com o contrato de seguro e os principais tipos de seguros.

Reconhecendo a importância das competências financeiras no sucesso dos empreendedores, em 2014 a ASF participou, no âmbito dos trabalhos do PNFF, na 1.ª edição do programa Academia ES, no Porto, promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)⁴³.

Na sessão dedicada aos “Produtos Financeiros no Apoio a Projetos de Economia Social”, os técnicos da ASF aludiram ao papel dos seguros na criação do próprio negócio.

A formação financeira no apoio ao empreendedorismo foi, aliás, o tema central do Dia da Formação Financeira, que em 2014 teve lugar na cidade de Évora.

As atividades do Dia da Formação Financeira 2014 tiveram como centro o Palácio D. Manuel e contaram com a participação de cerca de 500 alunos e professores de diversas escolas da região.

O Dia da Formação Financeira teve início com uma conferência dedicada à reflexão sobre a importância da formação financeira no apoio ao empreendedorismo, que contou com as intervenções do Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, do Governador do Banco de Portugal, do Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, do Secretário de Estado Adjunto e da Economia e do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

Neste dia foram igualmente anunciados os projetos vencedores da 3.ª edição do Concurso Todos Contam.

⁴² O catálogo de módulos de formação inclui os seguintes temas: gestão do orçamento familiar; prevenção e gestão do incumprimento; conta de depósito, conta de títulos e meios de pagamento; serviços mínimos bancários; produtos de poupança e investimento; crédito à habitação; crédito ao consumo e ao investimento; criação e gestão de empresas; seguros; prevenção da fraude.

⁴³ O programa Academia ES procura dar a conhecer aos jovens a economia social, destacando os valores deste setor e a sua importância na criação de emprego e na promoção da inovação social e empresarial.

Quadro 20 – Vencedores da 3ª edição do concurso “Todos Contam”

CICLO / NÍVEL ESCOLAR	ESCOLA	DISTRITO
Educação pré-escolar	Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova	Porto
1.º ciclo do ensino básico	Escola Básica Conde de Vialva, do Agrupamento de Escolas n.º 4 de Évora	Évora
2.º ciclo do ensino básico	Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	Braga
3.º ciclo do ensino básico	Instituto Duarte de Lemos	Aveiro
Ensino secundário	Escola Profissional Vértice	Porto
Prémio Especial do Júri	Agrupamento de Escolas General Serpa Pinto de Cinfães	Viseu

A 3.ª edição deste concurso contou com a participação de escolas de quase todos os distritos de Portugal continental, com exceção de Beja, Faro e Viana de Castelo. Foram também recebidos projetos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Na edição de 2014 foi atribuído, pela primeira vez, um prémio para a educação pré-escolar, para além dos prémios atribuídos a cada um dos três níveis do ensino básico e ao ensino secundário.

No Dia da Formação Financeira 2014 foi também apresentado o novo projeto do PNFF, uma plataforma de *e-learning* que irá apoiar a formação de formadores e as iniciativas de formação financeira. Através desta plataforma, serão disponibilizadas sessões de formação em vídeo, com a apresentação sincronizada em texto dos principais tópicos abordados. As sessões serão ainda complementadas com bibliografia e outros recursos pedagógicos considerados relevantes em cada uma das temáticas abordadas.

Pelo segundo ano consecutivo, o PNFF associou-se à *Global Money Week*, uma iniciativa internacional da *Child and Youth Finance International (CYFI)*, que, em 2014, decorreu entre 10 e 17 de março. Durante essa semana, entidades de 118 países desenvolveram ações de sensibilização envolvendo um total de 3 milhões de jovens, sob o tema “O que é que as crianças e os jovens querem para o seu futuro?”.

Neste contexto, alunos da Escola de Comércio de Lisboa e do INETESE visitaram as instalações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, tendo participado numa ação de sensibilização sobre o Plano Nacional de Formação Financeira, a *Global Money Week* e a importância da poupança.

A ASF intensificou ainda a sua intervenção junto de diversas instituições de ensino, promovendo ações de formação e sensibilização, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de estratégias conjuntas que potenciam o interesse dos alunos nestas matérias, habilitando-os com conhecimentos que permitam a tomada de decisões financeiras mais conscientes e esclarecidas.

Nesta senda, grupos de alunos oriundos do curso de Técnico de Banca e Seguros, ministrado pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e da disciplina de Direito Bancário e dos Seguros, do curso de mestrado (2.º Ciclo) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL) foram recebidos na ASF, onde puderam conhecer o funcionamento e competências do supervisor financeiro.

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

A ASF é responsável pela produção de um conjunto de publicações de natureza técnica, através das quais se procura divulgar informação relevante para o mercado, bem como reportar as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano por esta autoridade de supervisão em diferentes áreas.

No ano 2014, a ASF publicou o Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões referente ao exercício de 2013, onde é apresentado o enquadramento da atividade nas conjunturas nacional e internacional, bem como os principais indicadores relativos ao mercado. Na secção de Estudos específicos, esta edição inclui a descrição das conclusões do exercício *Long-Term Guarantees Assessment* e a apresentação detalhada dos resultados do questionário sobre a gestão da continuidade de negócio no setor segurador e dos fundos de pensões, consolidando a informação recolhida através da Circular n.º 6/2013, de 3 de outubro.

No ano em referência foi também editado o Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado, o qual traz a público informação específica e sistematizada sobre os desenvolvimentos ocorridos na esfera da conduta de mercado no setor segurador e dos fundos de pensões, tanto na perspetiva dos operadores como dos consumidores e demais interessados nestas áreas, procurando também refletir o acompanhamento da evolução das diferentes matérias associadas à conduta de mercado, tanto no plano nacional como internacional.

Destaque ainda para a publicação, em março e dezembro, das terceira e quarta edições do Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, com referência ao final dos semestres imediatamente anteriores. Nestas publicações, é apresentado o panorama global dos riscos para o setor, assente numa perspetiva macroprudencial e prospetiva. Nestas edições, foram introduzidos melhoramentos adicionais, no sentido de explicitar os pontos de vista do mercado e da própria ASF e de manter a diversidade dos temas abordados, abrangendo não só riscos financeiros, mas também riscos específicos de seguros e operacionais.

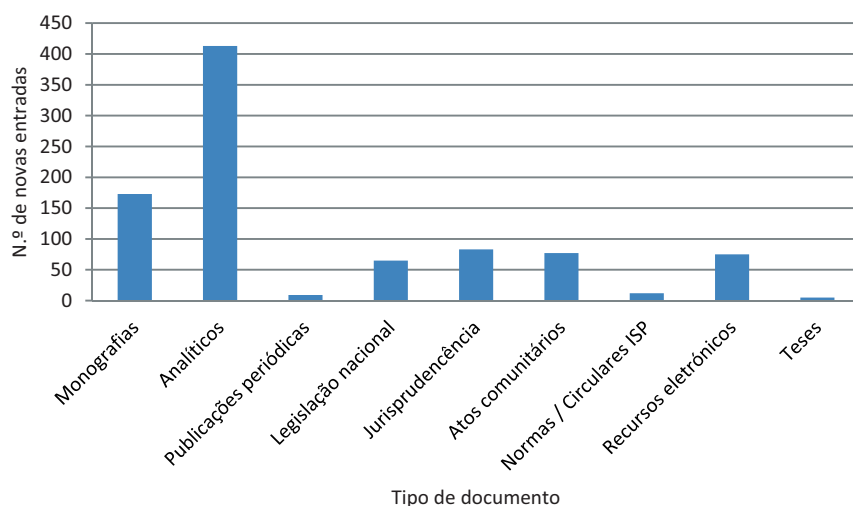
BIBLIOTECA

Em 2014, a Biblioteca da ASF desenvolveu um conjunto de ações que visaram incrementar a qualidade e quantidade dos recursos documentais, numa ótica de atualizar, diversificar e melhorar os serviços prestados e reforçar a comunicação com os seus utilizadores, internos e externos.

Relativamente às aquisições de bibliografia, a Biblioteca procurou corresponder às necessidades dos utilizadores de forma a promover o crescimento da coleção, disponibilizando um acervo documental adequado às suas necessidades e interesses. Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- reforço do acervo bibliográfico adequada, com a integração de 173 novos títulos no fundo monográfico (correspondendo a 195 exemplares), traduzindo-se num pequeno decréscimo relativamente a 2013;
- tratamento técnico documental dos analíticos relacionados com a atividade seguradora e dos fundos de pensões, tendo este fundo conhecido um aumento de 413 novas referências;
- renovação das assinaturas de publicações periódicas, quer em suporte papel, quer em suporte eletrónico, tendo-se verificado em 2014, a entrada de 9 títulos de publicações periódicas na base bibliográfica;
- tratamento técnico documental e disponibilização no catálogo do normativo da ASF, da legislação nacional, da legislação comunitária e da jurisprudência relacionada com o setor segurador e de fundos de pensões, associando, sempre que possível, o ficheiro com o texto integral. No ano de 2014 efetuou-se o tratamento documental de 12 normas e circulares da ASF, 65 novos diplomas legais nacionais, 77 diplomas comunitários e 83 acórdãos;
- recolha e tratamento técnico documental de recursos eletrónicos, tendo este fundo conhecido um aumento de 75 novos títulos;
- recolha e tratamento técnico documental de teses de natureza científica ou técnica (5 teses) relacionadas com a atividade seguradora e de fundos de pensões.

Figura 32 – Entradas de novas referências (2014)



Além das atividades correntes que envolvem o tratamento técnico de documentos e gestão das coleções, foi implementada, em 2013, uma nova versão do catálogo da biblioteca, agora designado por Nyron (antigo Winlib), que inclui um conjunto de novas funcionalidades.

Manteve-se o apoio aos utilizadores através dos diferentes canais disponíveis, nomeadamente, presencial, telefone e correio eletrónico.

Durante o ano em referência, deu-se continuidade à implementação do projeto da biblioteca digital da ASF, enquanto serviço que pretende disponibilizar a cópia digital de documentos pertencentes à coleção da biblioteca (caídos em domínio público).

Foi criada uma *newsletter* com informação sobre as últimas monografias e os últimos fascículos das publicações periódicas adquiridas, para promover este acervo junto dos leitores externos.

Serviços

Quanto ao serviço de referência e apoio aos utilizadores, foi dada resposta a 456 solicitações, realizadas presencialmente, o que representa um aumento em relação ao ano de 2013. Paralelamente ao serviço de atendimento presencial, foi também prestado atendimento por outros canais, nomeadamente, por telefone e por correio eletrónico. Este atendimento não presencial registou 251 solicitações, conhecendo, desta forma, um decréscimo comparativamente ao ano transato.

A Biblioteca manteve em 2014 o serviço de empréstimo domiciliário a leitores externos, leitores internos e interbibliotecas, registando-se um volume total de 560 transações.

Divulgação / comunicação

No âmbito da divulgação e comunicação da Biblioteca com os seus utilizadores, mereceu especial destaque a manutenção e atualização dos conteúdos da página na *Internet* da Biblioteca e a divulgação interna (através de correio eletrónico) do boletim informativo com as últimas monografias adquiridas, bem como do boletim com os índices dos últimos fascículos das publicações periódicas inseridos na base de dados.

Caraterização e satisfação dos leitores externos presenciais

Relativamente à caraterização sócio-demográfica dos utilizadores externos presenciais, verificou-se, no ano de 2014, uma maior afluência de leitores do sexo feminino, maioritariamente de nacionalidade portuguesa, na faixa etária entre 21 e 30 anos. A grande maioria são estudantes e residentes na área de Lisboa.

Quanto ao grau de satisfação, a larga maioria dos utilizadores externos presenciais que frequentaram este serviço, continuou a manifestar uma grande satisfação com modo como foram atendidos e acolhidos, bem como a adequação das instalações e ambiente. Relativamente à coleção, continua a observar-se que as obras e recursos existentes na Biblioteca correspondem, normalmente, às necessidades dos utilizadores.

8. GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

BALANÇO

No final do exercício de 2014, o total do ativo líquido da ASF atingiu o montante de 20 470 milhares de euros, refletindo um acréscimo de 24,6% relativamente a 2013 (16 431 milhares de euros), em consequência do aumento das disponibilidades, quer em aplicações de curto prazo (CEDIC) quer em depósitos e caixa.

A forma de recebimento das taxas provenientes das empresas de seguros, através de Documento Único de Cobrança (DUC), numa única conta titulada pela ASF junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), determina que 44% das disponibilidades correspondam a valores recebidos na ASF, a transferir no mês de janeiro, por conta de outras entidades, nomeadamente taxas para a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), taxa sobre Certificados de Responsabilidade Civil Automóvel (CRC), taxa para Prevenção Rodoviária (PR), taxas para o FAT e taxas para o FGA. Refira-se, ainda, que na rubrica Contribuintes, conta corrente, existem 487 milhares de euros por receber, decorrentes das multas aplicadas pela ASF às empresas de seguros, revertendo 291 milhares de euros a favor do Estado.

Todos os valores incluídos no ativo, mas pertencentes a outras entidades, encontram-se compensados no passivo que, em 2014, ascendeu a 8 292 milhares de euros, representando cerca de 71,5% deste.

Ainda do lado do ativo, cabe realçar os investimentos financeiros em títulos de dívida portuguesa (60%), estando o restante na sua quase totalidade relacionado com as tecnologias de informação, designadamente o investimento em curso, correspondente a projetos de desenvolvimento informático, por empresas externas à ASF. Os investimentos financeiros de médio e longo prazo são constituídos por Obrigações do Tesouro (OT'S) e Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo (CEDIM), os de curto prazo são constituídos por Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) todos emitidos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público. Estes ativos são necessários para a efetiva representação das reservas para equilíbrio financeiro e para riscos de atividade.

A reserva para equilíbrio financeiro no montante de 1 200 milhares de euros, tem por base assegurar a estabilidade financeira da ASF face a possíveis desvios na receita. Quanto à reserva para riscos de atividade incorridos pela ASF no exercício de poderes de regulação e supervisão de setor segurador e dos fundos de pensões (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), tendo por base a reavaliação efetuada dos riscos em causa, foi considerado adequado o montante de 4 300 milhares de euros.

Nas rubricas de fundos próprios, destacam-se para além das reservas referidas a integração dos resultados de 2014.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado em 2014 foi de 4 845 milhares de euros, em 2013 tinha sido de 1 616 milhares de euros.

Os proveitos evidenciaram um acréscimo de 15% face ao ano anterior, situando-se em 19 196 milhares de euros.

Apesar da ligeira quebra verificada na atividade seguradora dos ramos Não Vida, o significativo aumento da atividade do ramo Vida e das contribuições para os fundos de pensões, contribuíram para o acréscimo de cerca de 9% dos valores das contribuições obrigatórias provenientes das entidades supervisionadas, relativamente aos valores registados em 2013.

Refira-se que a produção que serviu de base ao cálculo das contribuições obrigatórias, em 2014, corresponde àquela que as empresas de seguros e os fundos de pensões registaram no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014.

A evolução positiva (+34%) apresentada pelos proveitos e ganhos financeiros deve-se, sobretudo, à anualização dos juros dos investimentos efetuados no final de 2013, aquando da substituição de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), por Certificados de dívida de médio longo prazo (CEDIM). Estes instrumentos financeiros são valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses, não são negociáveis em mercado, mas têm como referência os yields de mercado da série de Obrigações do Tesouro (OT), são emitidos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) e a data de emissão e reembolso coincide com as das OT.

Os custos de funcionamento atingiram o montante de 14 291 milhares de euros, revelando um decréscimo de 4,3% face ao ano anterior.

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 1,6%, relativamente ao ano anterior, refletindo no essencial a atualização dos contratos pelo índice de inflação.

Os custos com o pessoal, que registaram um decréscimo global de 8,4%, em 2014, relativamente a 2013, evidenciam essencialmente o resultado da aplicação dos cortes remuneratórios que decorrem do disposto na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014, e da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

Nos gastos com as transferências correntes concedidas está refletido o valor da transferência para a Autoridade da Concorrência, conforme Portaria n.º57/2014, de 7 de março.

ORÇAMENTO

No cumprimento da sua missão, a ASF tem vindo a assumir um nível de exigência cada vez maior, tanto em recursos materiais de tecnologia sofisticada como de recursos humanos qualificados, que lhe permita acompanhar o funcionamento dos mercados, quer a nível nacional, quer de cooperação internacional, nomeadamente no envolvimento em grupos de trabalho na União Europeia. Em 2014, o cumprimento destas exigências ocorreu num enquadramento orçamental de grande austeridade.

A ASF tem elaborado e executado o seu orçamento numa perspetiva de equilíbrio da atividade corrente, procurando obter uma relação próxima entre as receitas e as despesas, como se constata na análise ao quadro seguinte:

Quadro 21 – Evolução das receitas e despesas da ASF

	Unidades: milhares de euros				
Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas (1)	20 237	18 013	16 707	16 603	18 860
Correntes	20 235	18 010	16 704	16 600	18 858
Capital	2	3	3	3	2
Despesas (2)	25 934	16 256	16 023	13 960	14 368
Correntes	18 698	15 842	15 632	13 746	13 825
Aquisição de bens de capital	650	414	391	214	543
Transferências de capital para o Estado	6 586	0	0	0	0
Saldo orçamental (1) - (2)	-5 697	1 757	684	2 643	4 492

Esta análise exclui as rubricas de Ativos financeiros e saldos de gerências anteriores, de acordo com a fórmula prevista na Lei de Enquadramento Orçamental.

As receitas realizadas pela ASF são essencialmente compostas por taxas de supervisão cobradas às entidades supervisionadas que, em 2014, representam 91% do total das receitas correntes. Estas apresentam o valor de 17 181 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 100% das previsões corrigidas e ultrapassando em 11,5% as previsões iniciais.

A justificação para o desvio atrás referido deve-se, basicamente, a uma alteração de estratégia por parte dos grupos bancários no que respeita à captação de poupanças, bem como à capacidade das empresas de seguros para recolher essas poupanças, numa perspetiva de médio e longo prazo. Assim, a produção das empresas supervisionadas pela ASF aumentou cerca de 12,9%, no ramo Vida, em 2014, relativamente a 2013. A contribuição proveniente do ramo Vida representou 31% do total da receita das taxas de supervisão em 2014.

Relativamente às despesas correntes realizadas pela ASF, são originadas essencialmente por duas grandes rubricas: despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços. No que respeita às despesas com o pessoal, que em 2014 representam 60% da despesa corrente, obtiveram um grau de execução de 99%. O peso desta rubrica no orçamento da ASF está relacionada com a necessidade que a ASF tem de contratar profissionais dotados de níveis de qualificação e de experiência já firmados no mercado segurador e dos fundos de pensões. Quanto à aquisição de bens e serviços, a ASF tem feito um esforço de racionalização e de promoção da eficiência, bem traduzido pelo grau de execução que, em 2014, se situou nos 95% dos valores orçamentados. Note-se que nesta rubrica se encontra incluída a despesa relativa ao arrendamento do edifício-sede, a qual tem um peso relevante, cerca de 36% do total das aquisições de bens e serviços, e cujo grau de execução foi de 100%, em 2014.

Uma outra rubrica é a de aquisição de bens de capital, que representou, em 2014, cerca de 3,7% do orçamento de funcionamento da ASF. Estas despesas de investimento respeitam fundamentalmente a tecnologias de informação destinadas a melhorar e a manter atualizado o parque informático da ASF (*hardware e software*).

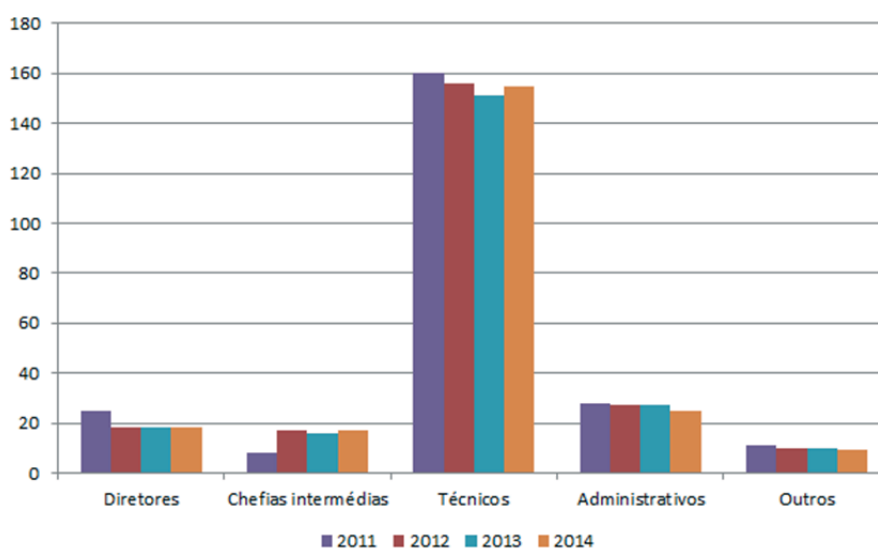
9. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO E CARATERIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

O sentido de responsabilidade e competência representam os fatores essenciais no desenvolvimento e crescimento da ASF, assente num quadro de técnicos qualificados capazes de responder aos desafios que lhe são colocados.

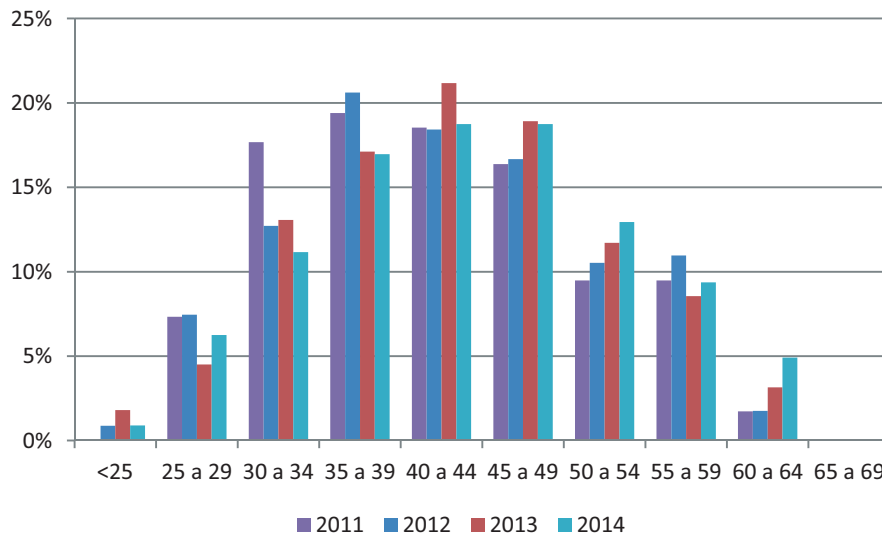
O quadro de pessoal da ASF em dezembro de 2014 era composto por 224 trabalhadores, tendo-se verificado um aumento líquido de dois colaboradores face ao ano anterior.

Figura 33 – Evolução do quadro de pessoal



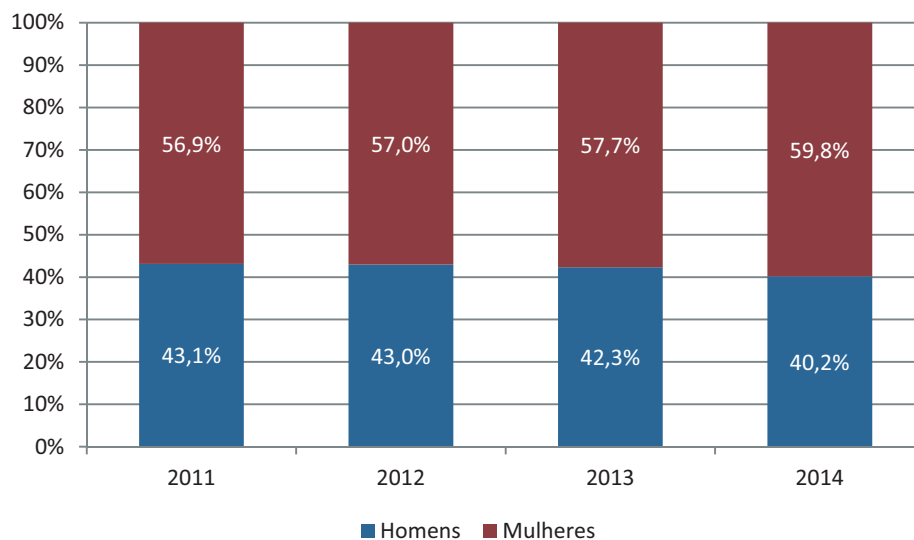
A média de idade dos colaboradores da ASF em 2014 registou um ligeiro crescimento, quando comparada com a verificada no ano anterior, passando para 43,41 (42,9 em 2013).

Figura 34 – Estrutura etária do pessoal da ASF



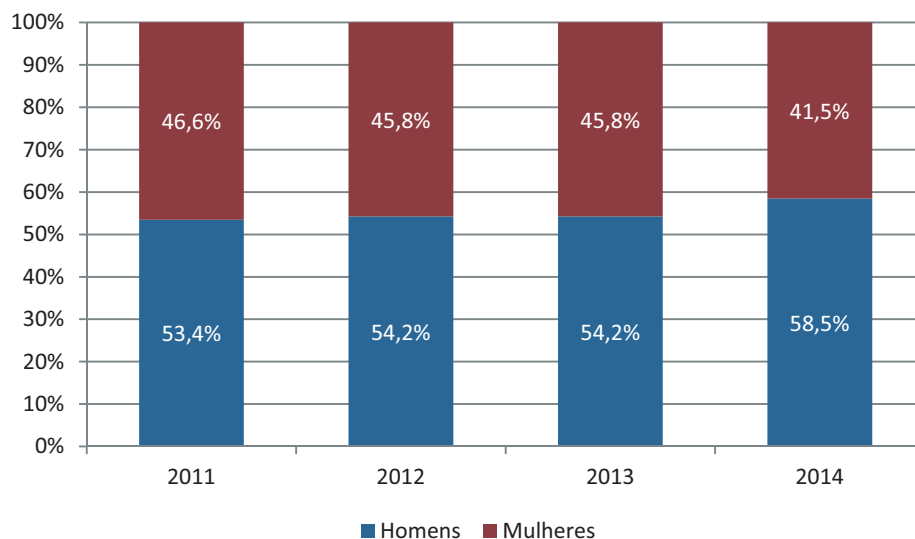
Na distribuição de colaboradores por género verifica-se um aumento de trabalhadores do sexo feminino, representando globalmente 59,8%, tendência que se tem vindo a acentuar nos últimos anos.

Figura 35 – Distribuição dos colaboradores da ASF por género



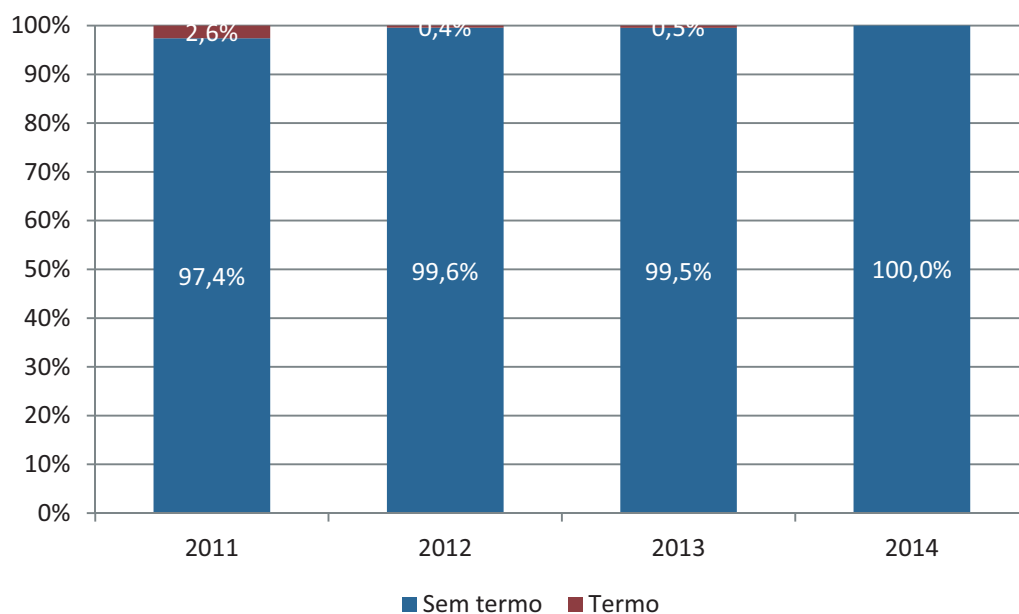
A distribuição de trabalhadores que integram cargos de chefia revela um equilíbrio em termos de estrutura, demonstrando que a gestão dos recursos humanos assenta no desenvolvimento de competências das pessoas.

Figura 36 – Distribuição dos colaboradores da ASF que integram cargos de chefia por sexo



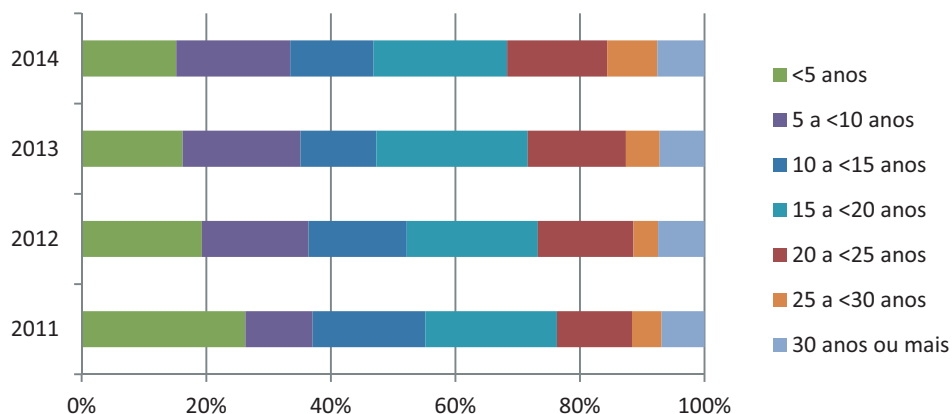
A ASF tem pautado pela estabilidade nas relações laborais através da celebração de contratos de trabalho sem termo, representando 100% no ano de 2014. Revela-se imprescindível com o crescendo de responsabilidades atribuídas a esta entidade, a aquisição e retenção de um capital humano dotado de experiência e competência profissionais.

Figura 37 – Distribuição dos colaboradores da ASF por relação jurídica de emprego



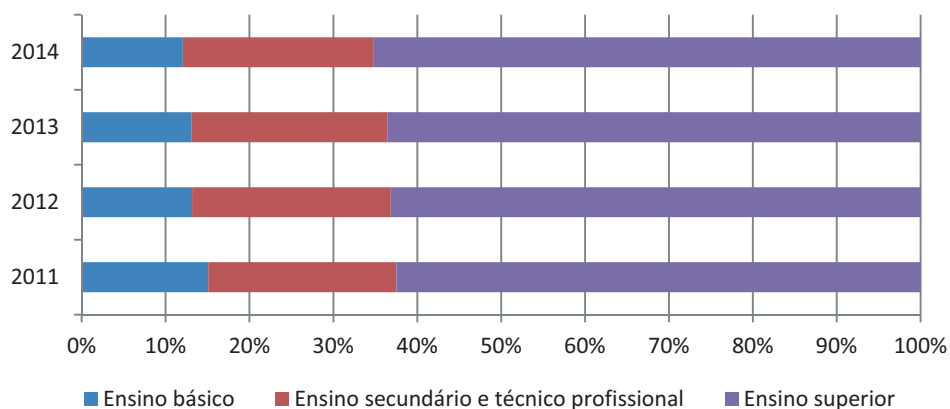
Analisando a distribuição dos colaboradores da ASF por antiguidade, permanece um equilíbrio na estrutura, contribuindo para uma melhoria contínua e otimização dos quadros mais jovens.

Figura 38 – Distribuição dos colaboradores da ASF por antiguidade



Face à natureza e complexidade das atribuições e funções da ASF, o quadro de efetivos apresenta um elevado grau de qualificação. Os colaboradores com um nível de ensino superior representam 65%, com o ensino secundário e técnico profissional atingem os 23% e com o nível de ensino básico o valor é de apenas 12%.

Figura 39 – Habilitações académicas dos colaboradores



FORMAÇÃO

O exercício das atribuições desta autoridade de supervisão exige um aperfeiçoamento constante dos seus quadros técnicos, pelo que a formação assume, neste contexto, grande relevância.

Em 2014 e atendendo aos condicionamentos orçamentais existentes foi dada prioridade à formação técnica, em especial a relacionada com a preparação da entrada em vigor do projeto Solvência II, bem como à formação em línguas.

Quadro 22 – Indicadores 2014

Indicadores 2014	
Nº de Participações	248
Nº de Ações	44
Tipo de Ação	
Técnicas	16
Línguas	15
IT	11
Outras	2
Ações de Formação (internas)	4
Ações de Formação (externas)	40

10. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Em 2014 foi criada a área de Controlo Interno e Gestão de Riscos, integrando a estrutura da Secretaria-Geral.

Não obstante de ter ficado operacional apenas no último trimestre do ano, a área de Controlo Interno e Gestão de Riscos deu início à sua atividade com dois projetos principais: um ao nível da validação das responsabilidades afetas ao Fundo de Acidentes de Trabalho e outro relativo à elaboração do Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Relativamente ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a intervenção da área de Controlo Interno e Gestão de Riscos focou-se na elaboração do Relatório de Execução do referido documento, para o ano 2014, tendo sido reunidos os contributos das diferentes Unidades Orgânicas que constituem a ASF e disponibilizado o documento tanto na *Intranet* como na *Internet* desta Autoridade.

11. GESTÃO PATRIMONIAL, DE INSTALAÇÕES E DE RECURSOS MATERIAIS

Em 2014, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões manteve as práticas de responsabilidade social como fator indispensável da sua orientação estratégica. Ficou concluído o processo de certificação energética do edifício-sede, com uma classificação de B, a qual, por se tratar de edifício de escritórios, devemos destacar como uma classificação energética acima da média, já que, em regra, apenas os edifícios que na fase de construção foram projetados com o objetivo de atingir as classes energéticas mais eficientes (classe A) têm a possibilidade de alcançar essa classificação.

Prosseguiu-se também uma política de sustentabilidade ambiental, refletida na promoção da reciclagem de resíduos (papel, consumíveis e plástico) e na implementação de medidas de racionalização energética.

Relativamente à gestão dos espaços utilizados pelos diferentes serviços da responsabilidade desta autoridade de supervisão, procurou-se adotar critérios de racionalização, em linha com as restrições orçamentais a que a Instituição está sujeita.

Foi concluído com sucesso o processo de transferência de várias Unidades Orgânicas do edifício República 59 para o edifício-sede, destacando-se as poupanças muito significativas nos encargos com arrendamentos.

No que diz respeito às áreas da saúde, higiene e segurança no trabalho, foram realizadas auditorias em todos os edifícios (três) desta autoridade de supervisão, com resultados que atestam as práticas das melhores condições de segurança e higiene.

Foi ainda realizado com sucesso um simulacro de incêndio no edifício-sede da ASF e nas instalações da delegação do Porto.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Das atividades do ano 2014, destaca-se a entrada em produção do sistema de consulta ao registo central de contratos vida e a introdução de um conjunto significativo de melhorias na solução de gestão documental, aproveitando o último *upgrade* de versão daquela solução.

O ano 2014 fica também marcado pelo arranque formal dos trabalhos de implementação do sistema de informação de suporte ao Solvência II, dando a devida sequência aos trabalhos de preparação e planeamento realizados em colaboração com a direção de supervisão prudencial. Foram disponibilizadas pela EIOPA as versões definitivas dos ficheiros de reporte (Pilar 3 de Solvência II) para a fase preparatória, bem como da taxonomia XBRL e do Data Point Model (DPM). Estes componentes revestiram-se de crucial importância para início dos trabalhos de desenvolvimento a realizar pelo Departamento de Sistemas de Informação.

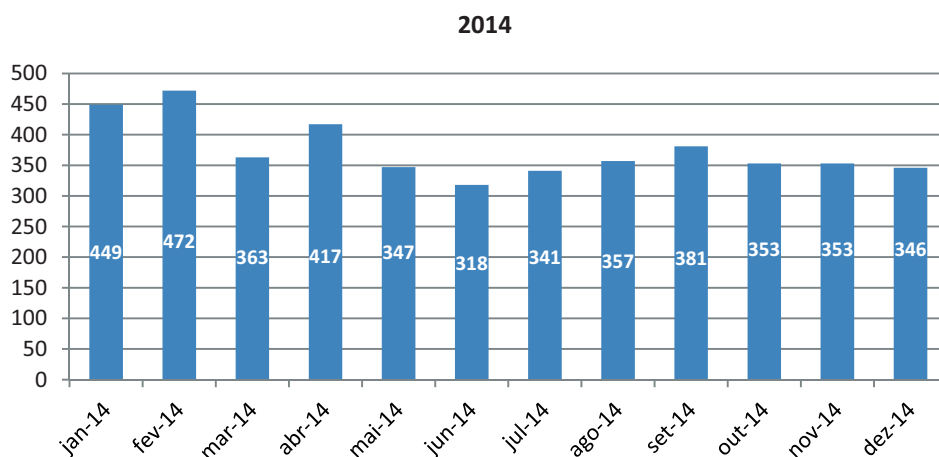
De referir, também, o início do desenvolvimento de um sistema de gestão dos processos dos serviços jurídicos.

No campo das infraestruturas de sistemas de informação procedeu-se à renovação da solução de cópias de segurança (backup e restore) com a qual se pretende acomodar o constante crescimento do volume de informação, tanto produzida como recebida, e diminuir o tempo de execução destes processos e respetivo impacto na performance global e disponibilidade dos sistemas.

Também alvo de melhorias foi a infraestrutura de rede local, com a renovação dos seus equipamentos centrais para onde convergem todas as ligações. Com esta renovação aumentou-se a disponibilidade de largura de banda e reduziu-se a latência interna nas ligações, contribuindo desta forma para uma melhor rapidez no funcionamento dos sistemas.

Foram iniciados processos internos de avaliação, segundo modelos de maturidade de TI, com o objetivo de identificar melhorias e desenhar um plano de ação para melhorar os serviços prestados. Na sequência deste processo já foi iniciada a implementação de um portal para utilizador de serviços de TI, que possibilita o registo, acompanhamento e avaliação de todas as solicitações efetuadas.

Figura 40 – Pedidos abertos durante o ano 2014



Foram abertos cerca de 375 pedidos por mês, 4497 no total, com um decréscimo normal nos meses de junho e julho, e em linha com os anos anteriores.

De importante também se destaca todo um trabalho contínuo de manutenção, prevenção e resolução de problemas nos sistemas de informação da ASF.

12. GESTÃO DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Caraterização do Organismo

O Fundo de Garantia Automóvel, adiante designado por FGA, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/79, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 58/79, ambos de 25 de setembro. Atualmente, o âmbito de intervenção e as atribuições do FGA estão definidos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

O FGA é um fundo público dotado de autonomia administrativa e financeira cuja gestão é da responsabilidade da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Missão

O FGA garante a reparação de danos decorrentes de acidentes rodoviários ocorridos em Portugal e causados por:

- veículos sujeitos ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA), com estacionamento habitual em Portugal ou matriculado em país que não tenha Serviço Nacional de Seguros, ou cujo Serviço não tenha aderido ao Acordo entre Serviços Nacionais de Seguros;
- veículos sujeitos ao SORCA, sem chapa de matrícula ou com uma chapa de matrícula que não corresponde ou deixou de corresponder à chapa de matrícula do veículo (matrícula falsa);
- veículos não sujeitos ao SORCA em razão do veículo em si mesmo, ainda que com estacionamento habitual no estrangeiro;
- veículos sujeitos ao SORCA, importado de um Estado-membro, por um período de 30 dias a contar da data da aceitação da entrega pelo adquirente, mesmo que os veículos não tenham sido formalmente registados em Portugal.

O FGA satisfaz, até ao limite do capital mínimo do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel, as indemnizações que se mostrem devidas por:

- danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro válido e eficaz, ou for declarada a insolvência da empresa de seguros;
- danos materiais, quando o responsável, sendo conhecido, não beneficie de seguro válido e eficaz;
- danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos, ou o veículo causador, não beneficiando de seguro válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia;
- danos materiais, nas situações de responsável desconhecido, quando a prova existente no processo demonstre, inequivocamente, que está identificado o veículo sem seguro causador do acidente.

Ao FGA cabe também reembolsar o Gabinete Português de Carta Verde em consequência de acidentes regularizados no âmbito do Regulamento Geral do Conselho dos Serviços Nacionais de Seguros, que tenham sido causados por veículos sem seguro automóvel obrigatório, com estacionamento habitual em Portugal.

O FGA assume ainda as responsabilidades das empresas de seguros que sejam declaradas em estado de insolvência, no que respeita às indemnizações que se mostrem devidas por dano corporal e relativamente aos sinistros não regularizados ocorridos na vigência dos contratos.

O FGA exerce as funções de Organismo de Indemnização em Portugal, satisfazendo indemnizações às pessoas lesadas residentes em Portugal, que tenham sido vítimas noutra Estado-Membro ou num País aderente ao Sistema Carta Verde, de acidente rodoviário causado por veículo habitualmente estacionado e segurado noutra Estado-Membro, que não o da sua residência, ou por veículo desconhecido ou relativamente ao qual não tenha sido possível identificar a Empresa de Seguros.

Enquanto Centro de Informação, o FGA responde aos Pedidos de Informação dos Utentes e dos Centros de Informação congéneres no que respeita à identificação de Empresas de Seguros, de Representantes para Sinistros e quando justificadamente, dos proprietários dos veículos.

Abertura de processos

O exercício fechou com 3 768 novos processos, o que representa uma variação homóloga negativa de 9%, não obstante no último trimestre ter sido registado um número de acidentes superior a todos os trimestres anteriores, com mais 11% do que no trimestre imediatamente anterior.

Nos últimos dez anos o número de acidentes participados ao FGA decresceu 47% – de 7 069 em 2005, para 3 768 em 2014. Dos acidentes participados, 2 861 (76%) ocorreram no exercício, 679 (18%) no exercício anterior, 216 entre 2010 e 2012 (6%) e 12 em anos anteriores (0,3%).

Sinal muito positivo foi o decréscimo, uma vez mais, das aberturas judiciais (processos abertos com origem em demandas diretas, sem prévio contacto com os serviços do FGA), com 86 ocorrências no exercício, número que representa apenas 2% do universo das aberturas e um significativo decréscimo de 13%, relativamente a 2013.

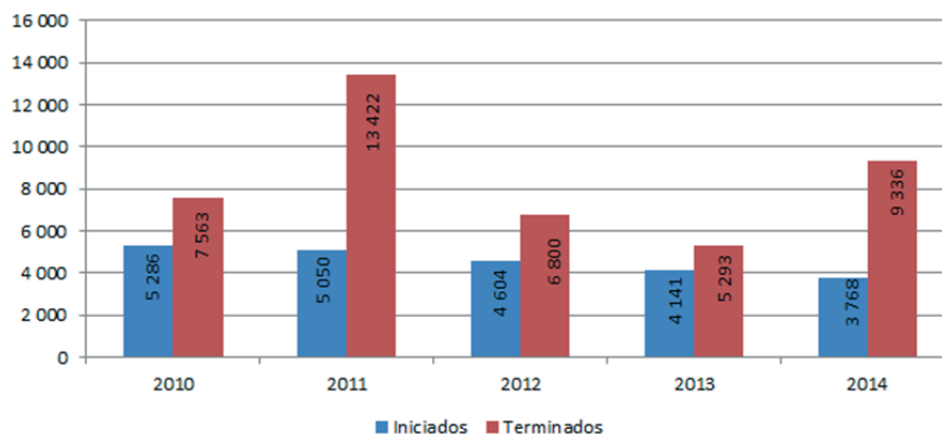
Encerramento de processos

Foram encerrados 9 336 processos (298 judiciais e 9 038 extrajudiciais), mais 4 611 ocorrências do que 2013 (variação homóloga positiva de 98%). Para este resultado contribuiu o encerramento de aproximadamente 4 700 processos de reembolsos, que foram tratados no âmbito do procedimento para a segunda cessão de créditos do FGA.

Dos processos encerrados, 1 753 (19%) foram abertos no exercício e 1 278 (14%) respeitavam a acidentes ocorridos também no exercício.

O rácio encerramentos / aberturas foi de 248%, mais 134% do que em 2013.

Figura 41 – Processos de sinistros iniciados / terminados



Dados da sinistralidade

Sinal negativo foi, lamentavelmente, o aumento do número de mortes: 33 em 2014 e 29 em 2013.

Os processos de dano corporal (mortes incluídas) representaram 16% das aberturas do exercício.

Dos sinistros participados, não foram identificados 263 responsáveis (7% do universo), menos 17% do que em 2013, mas com nove casos de morte.

A maioria dos acidentes foi causada por veículos ligeiros de passageiros – 2 019 casos, isto é, 54% do universo. Foram participados 124 sinistros provocados por veículos de duas rodas, menos 30% do que em 2013.

A norma de direito estradal mais infringida foi a inobservância da distância entre veículos (art.º 18.º do Código da Estrada) com 848 ocorrências (23% do universo). A velocidade excessiva provocou 378 acidentes (10%). Registaram-se 309 manobras irregulares de marcha atrás (8%) e 233 ocorrências de circulação em sentido contrário (6%). As ultrapassagens em condições perigosas deram causa a 119 acidentes (3% do universo), tantos quantos os que foram provocados por mudança súbita de fila de trânsito.

A colisão e o choque entre veículos representaram 76% dos acidentes participados, (3 142 ocorrências).

Dado curioso, em termos topográficos, foi o número de acidentes ocorridos em reta (1 746 ocorrências), o que representa 46% das participações de sinistro.

A esmagadora maioria dos acidentes ocorreu em tecido urbano, com 2 724 ocorrências, o que representa 72% do conjunto. Em autoestradas foram registados 247 acidentes (7%) e 314 em estradas nacionais (8%). Houve acidentes em estradas regionais, estradas municipais, estradas militares, em caminhos públicos e privados. Em parques de estacionamento registaram-se 313 acidentes (8% do universo).

Em termos geográficos os distritos de Lisboa e do Porto “lideraram”, respetivamente, com 1 025 (27%) e 761 (20%) acidentes. Seguiram-se Braga com 309 (8%), Setúbal com 284 (8%) e Aveiro com 177 (5%).

Regularização de sinistros

Pela Divisão de Sinistros foram fechados 3 952 processos extrajudiciais de sinistros, dos quais 2 255 foram assumidos (57% do conjunto).

Foram recusados 1 697 pedidos de indemnização (43%) por se ter concluído que estavam excluídos do âmbito de intervenção do FGA ou que deviam ser declinados (v.g., responsabilidade do lesado, existência de seguro válido para o lesante).

No que respeita ao cumprimento dos prazos de regularização de sinistros (aplicáveis ao FGA com as devidas adaptações, nos termos do n.º 4 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto), os resultados podem considerar-se muito satisfatórios.

De facto, ao nível do dano material, o tempo médio de marcação e conclusão das peritagens foi inferior a um dia, o tempo médio da disponibilização dos relatórios aos lesados foi de dois dias e, muito importante, o tempo médio da tomada de posição (assunção ou declinação do sinistro) foi de 15 dias úteis, sendo o prazo legal de 30 dias úteis.

No que respeita ao dano corporal, o tempo médio da disponibilização à pessoa lesada do relatório relativo ao exame de avaliação do dano corporal foi inferior a um dia. O tempo médio da tomada de posição (assunção ou declinação do sinistro) foi de 25 dias de calendário, sendo o prazo legal de 45 dias.

Na regularização extrajudicial de sinistros o FGA pagou indemnizações que totalizaram 5 389 574 euros (35% do universo), valor que comparado com 2013 representa um significativo decréscimo de 16%.

Porém, já as indemnizações fixadas judicialmente (incluindo juros) somaram 10 125 960 euros (65% do conjunto), montante a que corresponde uma variação homóloga positiva de 3%.

Em termos globais (regularização judicial e extrajudicial), a reparação do dano material (consertos e / ou perdas totais de veículos, imobilização e / ou substituição de veículos e outros danos em coisas) custou 3 481 223 euros (22% do universo). A reparação do dano corporal (danos não patrimoniais, danos patrimoniais futuros por incapacidades permanentes, despesas medico/medicamentosos/transportes e outros danos emergentes) importou em 8 767 846 euros (57% do universo). Por morte foram satisfeitas indemnizações (perda do direito à vida, danos não

patrimoniais pela perda dos familiares, alimentos e outros danos patrimoniais futuros) que totalizaram 3 266 465 euros (21% do conjunto).

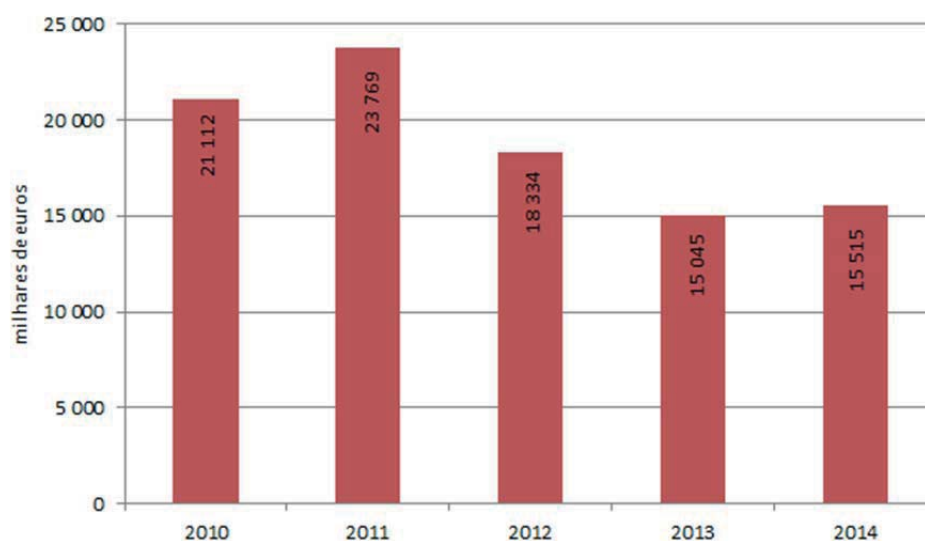
Custos com regularização de sinistros e reembolsos

As despesas com a gestão e regularização de sinistros e reembolsos (judiciais e extrajudiciais) totalizaram 1 237 308 euros, montante que representa, relativamente a 2013, um decréscimo de 8%.

As despesas de liquidação (sinistros) somaram 918 518 euros (74% do total) e as de cobrança (reembolsos) 304 000 (26% do total), correspondendo 69 758 euros a comissões de créditos efetivados pelos serviços de gestão e recuperação de créditos (cujas cobranças atingiram 462 801 euros).

As despesas gerais, como emolumentos, taxas, comunicação e outros serviços, totalizaram 14 789 euros (1% do universo).

Figura 42 – Indemnizações pagas



Custos médios

Os custos médios dos processos, efetivo e global, que correspondem, respetivamente, à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, nos quais se registaram pagamentos e à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, quer tenha ou não ocorrido pagamentos, registaram os seguintes valores:

Quadro 23 – Custos médios dos processos

	EFETIVO		GLOBAL	
	Valor	ΔHom.	Valor	ΔHom.
EXTRAJUDICIAL	2 986	-1,0%	1 585	-0,5%
JUDICIAL	50 435	17,2%	23 278	-7,7%
POR PROCESSO	6 756	-7,8%	3 534	-9,1%

Os custos médios das indemnizações, efetivo e global, que correspondem, respetivamente, à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, nos quais se registaram pagamentos e à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, quer tenha ou não ocorrido pagamentos, registaram os seguintes valores:

Quadro 24 – Custos médios das indemnizações

	Efetivo						Global					
	Lesão Material		Lesão Corporal		Morte		Lesão Material		Lesão Corporal		Morte	
	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.
Extrajudicial	1 549	-6,4%	6 006	32,5%	63 008	-22,1%	794	-36,3%	3 064	-16,0%	28 354	-46,1%
Judicial	4 593	29,8%	32 410	-9,3%	127 318	41,2%	1 212	-4,7%	17 047	-14,1%	66 107	3,6%
Por Processo	1 662	-5,3%	13 927	-4,0%	111 240	26,3%	823	-34,1%	7 169	-29,8%	55 620	-9,0%

Atividade contenciosa

Foram instauradas contra o FGA pelas pessoas lesadas 260 ações judiciais, sendo 132 demandas diretas (sem prévio contacto com o FGA) e 128 demandas subsequentes (por falta de acordo indemnizatório ou por não aceitação da decisão quanto à responsabilidade pela produção do acidente).

No exercício findaram 425 ações de sinistros, com 259 absolvições (61%), 47 transações (11%) e 119 condenações (28%).

Os pedidos das ações findas no exercício totalizavam 32 325 159 euros, tendo o FGA despendido com indemnizações e juros 7 944 287 euros, isto é, apenas cerca de um terço do valor dos pedidos.

Por sua vez o FGA instaurou 310 ações de reembolsos contra os responsáveis civis (proprietários e condutores), incumpridores da obrigação de segurar a responsabilidade civil decorrente da circulação dos seus veículos.

Durante o exercício findaram 341 ações de reembolsos, com apenas 25 absolvições dos demandados, o que representa uma taxa pouco expressiva de 7% do universo.

Processos europeus

Ao nível dos designados processos europeus e em especial no âmbito do Organismo de Indemnização, foram registados 282 processos (7% do universo dos acidentes participados em 2014), número que representa, face a 2013, um decréscimo de 13%.

Destes acidentes, 121 ocorreram em Portugal, 89 em França, 41 em Espanha, 11 no Reino Unido, seis na Alemanha e outros tantos na Bélgica. Na Itália registaram-se quatro acidentes e na Suíça, República Checa, Eslováquia e Irlanda, um, em cada um destes Países.

Do universo de acidentes tratados no domínio da Quarta-Diretiva, 138 foram participados por cidadãos e / ou entidades residentes e / ou estabelecidos em Portugal, 133 por Organismos de Indemnização congéneres, dez por Representantes para Sinistros nomeados em Portugal e um deles, por uma companhia de seguros com sede no estrangeiro.

Quanto às causas, 162 participações corresponderam a acidentes causados por veículos portugueses sem seguro (57%), 110 por falta de resposta fundamentada dos Representantes para Sinistros (39%), oito por falta de Representante para Sinistros (3%) e apenas dois causados por responsável desconhecido.

As indemnizações suportadas com a regularização destes sinistros somaram 572 480 euros.

Quadro 25 – Evolução da atividade do FGA no âmbito da Quarta Diretiva Automóvel

Exercícios	Processos abertos	Var. %	Indemnizações pagas (EUR)	Var. %
2010	329	-6,3%	170 523	-46,4%
2011	295	-10,3%	100 854	-40,9%
2012	315	6,8%	75 354	-25,3%
2013	325	3,2%	184 538	144,9%
2014	282	-13,2%	572 480	210,2%

No que respeita aos processos regularizados no circuito do sistema europeu de carta verde e causados por veículos com estacionamento habitual em Portugal, sem seguro automóvel válido, foram reembolsados 413 481 euros ao Gabinete Português de Carta Verde, menos 17% do que em 2013.

Centro de Informação

Foram registados 1 336 processos, mais 13% do que em 2013. A maioria dos pedidos teve origem em Portugal (807 ocorrências – 60% do universo), seguindo-se Espanha (160 ocorrências – 12% do universo), França (158 ocorrências – 12% do universo), Alemanha (70 ocorrências – 5% do universo) e o Reino Unido (43 ocorrências – 3% do universo). Dos restantes 98 pedidos, destacam-se os 17 provenientes de Itália, cerca de 1% do universo.

Foram encerrados 1 269 processos, número que representa um acréscimo homólogo de 8% e uma taxa de encerramento de praticamente 95%.

Reembolsos

Foram arrecadados 2 373 273 euros de reembolsos. Neste montante está incluída a receita proveniente da segunda sessão de créditos do FGA, no valor de 162 353 euros (7% do valor total da cobrança no exercício).

Foi obtido um rácio de cobrabilidade global (considerados todos os processos) de 14%, inferior em 3% relativamente a 2013. O rácio de cobrabilidade efetivo (considerados apenas os processos com responsável conhecido) foi de 17%, menos 4% do que no período homólogo.

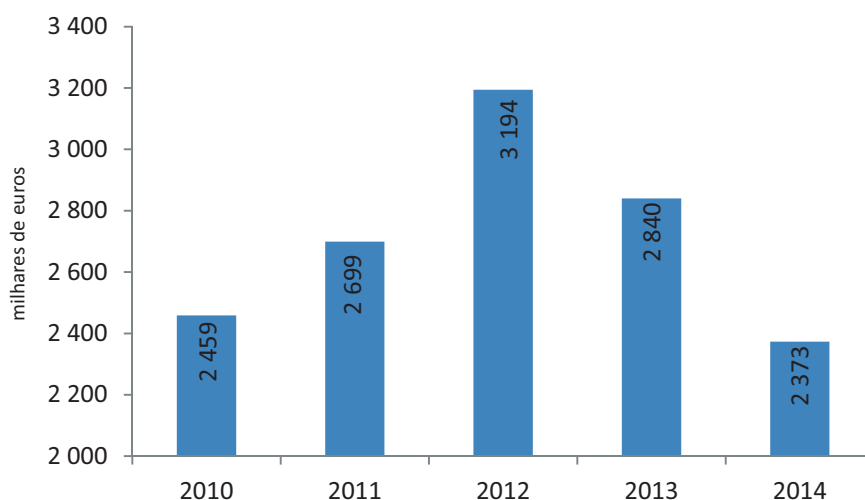
Extrajudicialmente, pelo setor de reembolsos do FGA foram cobrados 1 018 185 euros dos responsáveis (43% do conjunto) e 462 801 euros pelos prestadores externos de serviços de gestão e recuperação de créditos (20% do universo).

Judicialmente (ações instauradas pelo FGA contra os responsáveis civis) foram arrecadados 718 706 euros (30% do universo). Desta receita, 336 287 euros resultaram da atividade da Divisão de Contencioso do FGA (47%) e 382 419 euros (53%) da intervenção da rede de mandatários do FGA.

Comparativamente ao exercício anterior registou-se um decréscimo global de 16%, não obstante os procedimentos de reembolso terem mantido, na integralidade, o habitual rigor e persistência.

A generalidade das dificuldades no cumprimento das obrigações pecuniárias, também se refletiu nos resultados da atividade de reembolsos do FGA, não esquecendo que, habitualmente, os incumpridores da obrigação do seguro automóvel são pessoas singulares ou coletivas que revelam manifesta insuficiência de meios para solver as suas obrigações.

Figura 43 – Reembolsos cobrados



Conta provisões

O saldo global da conta “provisões” transitado em 31 de dezembro de 2014 foi de 139 665 091 euros, valor que corresponde a uma variação negativa de 11 026 555 euros, menos 7,3%, comparativamente ao saldo transitado em 31 de dezembro de 2013, resultado que deve ser considerado regular.

Este saldo inclui:

- Provisões para sinistros (riscos em curso) 39 403 132 euros (28%)
- Provisões para Despesas (IBNR e Riscos em Curso) 24 863 308 euros (18%)
- Provisões IBNR (incurred but not reported) 11 880 807 euros (9%)
- Provisões IBNER (incurred but not enough reported), 63 517 844 euros (45%)

Sistema de gestão da qualidade

Foi mantida a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do FGA (SGQ). Não foi identificada qualquer “não-conformidade” ou “área sensível” e foi elogiado o envolvimento generalizado e o grau de conhecimento do sistema demonstrado pelos colaboradores contactados. O grau de satisfação dos utentes, numa escala de um a cinco, atingiu o valor médio de 4. No que respeita ao desempenho dos processos do SGQ foi conseguida uma taxa global de 105%, destacando-se:

- Processo de gestão “Planeamento Estratégico” com 145%.
- Processo operacional “Gestão de Sinistros” com 102%.
- Processos operacionais “Atendimento” e “Centro de Informação”, ambos com 100%.
- Processo de suporte “Avaliação do Dano Corporal” com 159%.
- Processo de suporte “Contencioso de Sinistros” com 120%.
- Processo de suporte “Gestão da Qualidade” com 116%.
- Processo de suporte “Gestão de Dados Financeiros” com 110%.

Recursos financeiros

No final do exercício de 2014, o total do ativo líquido do FGA atingiu o montante de 403 568 milhares de euros, refletindo um aumento de 3,1% relativamente a 2013 (391 107 milhares de euros), em consequência do crescimento dos ativos financeiros nomeadamente as aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

A rubrica "Acréscimos de proveitos" reflete o montante a receber relativo às contribuições das empresas de seguros para o FGA, recebidas por estas em conjunto com os prémios referentes ao quarto trimestre de 2014, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

O financiamento deste Fundo, de acordo com o citado Diploma, assenta essencialmente em três pilares: nas taxas incidentes sobre os prémios comerciais obrigatórios do seguro de responsabilidade civil automóvel; nos reembolsos provenientes dos responsáveis por acidentes sem seguro quando este era obrigatório; e nos rendimentos de aplicações financeiras.

Quanto ao passivo, o mesmo ascendeu ao montante de 140 021 milhares de euros (151 041 milhares de euros em 2013), sendo que 99,7% refere-se às provisões para riscos e encargos.

Estas provisões correspondem à estimativa dos custos com sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e à estimativa de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Decorrente da análise de *run-off*, efetuada a 31 de dezembro de 2014, concluiu-se por uma diminuição das provisões para riscos e encargos por comparação com o ano anterior.

Quadro 26 – Distribuição do total da provisão (2014)

Provisão para processos	39 403 132 €
Provisão para IBNER	63 517 844 €
Provisão para IBNR	11 880 807 €
Provisão para despesas de gestão	24 863 308 €
Total da provisão	139 665 091 €

O quadro seguinte mostra o rácio de cobertura dos ativos financeiros sobre as responsabilidades (provisões para riscos e encargos), que tem tido uma evolução bastante consistente e positiva.

Quadro 27 – Rácio de cobertura das responsabilidades

	Unidade: milhares de euros					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativos financeiros (Títulos e disponibilidades)	368 761	373 787	376 071	387 462	388 177	394 990
Provisões ou responsabilidades	185 246	166 299	161 651	150 899	150 692	139 665
Rácio de cobertura	1,99	2,25	2,33	2,57	2,58	2,83

Conforme evidencia o quadro seguinte, o resultado líquido do FGA, em 2014, aumentou substancialmente em relação ao ano anterior.

Quadro 28 – Evolução dos Resultados Líquidos

	Unidade: milhares de euros			
	Exercício		Diferença	
	2013	2014	Valor	%
Proveitos e Ganhos	126 265	116 679	- 9 586	-7,6
Custos e Perdas	113 015	93 197	- 19 818	-17,5
Resultados Líquidos	13 250	23 482	10 232	77,2

Este aumento deve-se, essencialmente, ao efeito da variação das provisões técnicas. Efetivamente, em 2014, aquelas provisões influenciaram o resultado em cerca de 11 026 milhares de euros, face aos 207 milhares de euros em 2013. Esta diminuição justifica-se pela diminuição de acidentes participados bem como pela diminuição do custo médio por processo.

As contribuições das empresas de seguros a favor do FGA estão previstas no artigo 58.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, e resultam da aplicação de uma percentagem sobre o montante total dos prémios comerciais da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel, líquido de estornos e anulações e que, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, são entregues ao FGA, no mês seguinte a cada trimestre civil de cobrança.

Execução orçamental

As receitas correntes cobradas, no valor de 30 349 milhares de euros, apresentaram um grau de execução de 99%, relativamente aos valores orçamentados. Destas 71% provem de taxas cobradas aos tomadores de seguros obrigatórios de responsabilidade civil automóvel e que, em 2014, registaram o valor de 21 573 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 100% das previsões iniciais.

Relativamente às despesas correntes realizadas, apresentaram um grau de execução de 71%, justificado essencialmente pela diminuição das indemnizações pagas por sinistros quando o FGA se substitui aos responsáveis por acidentes de viação que não haviam celebrado contratos de seguro obrigatório, bem como alguns ganhos de eficiência.

Análise sumária dos ativos financeiros

A composição dos ativos financeiros consta no quadro seguinte, onde se comparam os valores de aquisição, de balanço (líquidos) e de mercado. Registe-se que o valor de balanço diverge em 21 528 milhares de euros do valor de mercado, dado que o primeiro considera os custos de aquisição deduzidos das menos-valias potenciais (provisões) e o segundo inclui naturalmente as mais-valias potenciais.

Quadro 29 – Composição dos ativos financeiros do FGA

	Unidade: milhares de euros					
	Valores de Aquisição	%	Valores Líquidos	%	Valores de Cotação (em 31-12-14)	%
1. Partes de capital	1 778	0	310	0	310	0
2. Fundos de Investimento	25 152	6	23 040	6	31 571	8
3. Obrigações e Títulos de Participação	37 899	10	37 282	9	45 084	11
4. Títulos da Dívida Pública Portuguesa	219 849	55	219 849	56	225 044	54
5. $\Sigma(1, \dots, 4)$	284 678	71	280 481	71	302 009	73
6. Outras Aplicações de Tesouraria (CEDIC)	108 000	27	108 000	27	108 000	26
7. Depósitos	6 509	2	6 509	2	6 509	1
8. $\Sigma(6,7)$	399 187	100	394 990	100	416 518	100

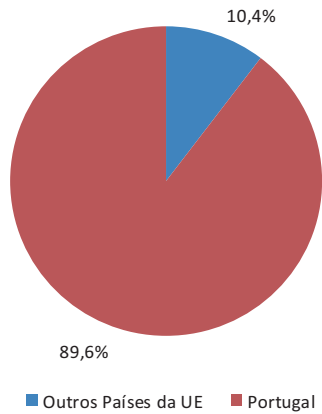
No contexto atual, considerou-se adequado, manter até à maturidade os Certificados de Dívida de Médio Prazo (CEDIM), o montante de 175 000 milhares de euros. Estes instrumentos financeiros são valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses, não são negociáveis em mercado, mas têm como referência os yields de mercado da série de Obrigações do Tesouro (OT), são emitidos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) e a data de emissão e reembolso coincide com as das OT.

Tomando em consideração este investimento a figura seguinte evidencia a distribuição dos títulos de dívida pelos Países emitentes.

A política de investimentos foi prudente e conservadora, tendo-se privilegiado os depósitos em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) e os títulos de dívida portuguesa, mantendo-se, assim, baixo o nível de risco presente nos investimentos dos anos anteriores.

A figura seguinte apresenta a distribuição dos títulos de dívida por país emitente.

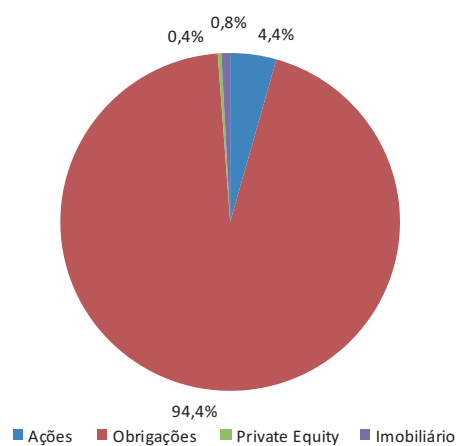
Figura 44 - Títulos de dívida por país emitente



O *rating* médio dos títulos que compõem a carteira de obrigações e dívida manteve-se, constatando-se que cerca de 90,5% do total apresentam uma classificação igual ou superior BBB+, consequência da notação de *rating* atribuída à Dívida Pública Portuguesa.

Conforme se verifica na figura seguinte a estrutura da carteira do FGA, retirando os CEDIM, continua a privilegiar os títulos de dívida.

Figura 45 - Composição da carteira por classe de ativos



A taxa média de rentabilidade das aplicações de curto prazo foi de 0,49%, obtida pela aplicação dos excedentes de tesouraria, junto do IGCP, em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

(CEDIC). Apesar de a remuneração ser inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas devido à situação do país e dos mercados de capitais durante o ano 2014.

A rentabilidade total da carteira, em 2014 foi de 6,14%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 72% da carteira corresponder a dívida soberana.

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Caraterização do Organismo

O Fundo de Acidentes de Trabalho, designado abreviadamente por FAT, é um fundo público dotado de personalidade judiciária e de autonomia administrativa e financeira, competindo à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a sua gestão técnica e financeira.

O FAT foi criado na sequência do disposto no Art.º 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, e encontra-se regulado pelo Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio. Encontra ainda previsão no art.º 283º, n.º 6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

Missão

O FAT tem por missão principal:

- garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caraterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- pagar os prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer, mediante requerimento apresentado pelo gestor da empresa;
- reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, bem como às atualizações da prestação suplementar por assistência de terceira pessoa, derivadas de acidentes de trabalho ou de acidentes em serviço.

Atividade desenvolvida

Em 2014, a atividade do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) focou-se, sobretudo, na tramitação técnico-jurídica e na gestão dos processos de indemnizações resultantes de acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras economicamente incapazes, na recuperação dos créditos associados a estes processos e, ainda, no controlo e na análise dos fluxos financeiros das

empresas de seguros, relativos à receita com origem nestas empresas e ao reembolso das atualizações das pensões. Foram, também, desenvolvidas outras atividades decorrentes das competências do FAT, nomeadamente as relacionadas com o recebimento das verbas previstas no artigo 63.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro (reversões).

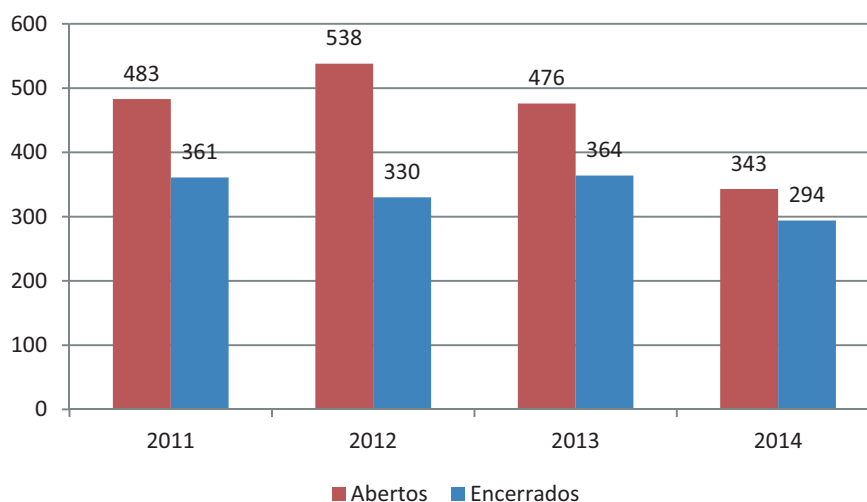
Processos de indemnizações de acidentes de trabalho e de recuperação de créditos

No final de 2014, o número total de processos em gestão ascendia a 2 263, tendo sido abertos 582 e encerrados 605 no decorrer do ano. O número de processos abertos relativos a indemnizações de acidentes de trabalho somou 343 (decrésimo de 28 % relativamente a 2013), tendo sido encerrados 294 processos, pelo que, no final do ano, se encontravam em gestão 1 625 processos.

No final do ano, o número de pensionistas com pensões em pagamento ascendia a 2 153 (638 beneficiários por morte e 1515 sinistrados), dos quais 92 beneficiam de prestação suplementar de assistência a terceira pessoa. Foram ainda indemnizados 692 sinistrados por incapacidades temporárias e outras prestações em espécie e em dinheiro.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do número de processos de indemnizações abertos e encerrados.

Figura 46 – Evolução do número de processos de indemnizações



No que respeita aos processos de reembolso, com vista à recuperação dos créditos constituídos no âmbito dos processos de indemnizações, foram abertos 213 processos e encerrados 280, o que resultou num total de 594 processos em gestão no final do ano. Durante o período em análise, foram abertos 26 processos de reversão, sendo o que o número de processos em gestão no final do ano ascendia a 44.

Em matéria de representação do FAT junto dos Tribunais, foram efetuadas 117 diligências, nomeadamente, relativas a audiências de julgamento, tentativas de conciliação, audiências de parte e entregas presenciais de capital de remição.

Processos relativos ao controlo da receita e dos reembolsos de empresas de seguros

Quanto ao controlo e à análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros relativos à receita com origem nestas empresas, designadamente as relativas aos capitais de remição e aos salários seguros e ao reembolso das atualizações das pensões, foram auditadas / notificadas as empresas de seguros que exploram acidentes de trabalho em Portugal, tendo sido abertos 908 processos e encerrados 854, o que resultou em diversas correções, quer dos dados constantes dos ficheiros remetidos pelas empresas de seguros, quer dos quantitativos em causa.

Procedeu-se ainda à adaptação dos aplicativos informáticos do FAT na sequência da publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 173/2014, de 12 de março, relativo ao reembolso às empresas de seguros das atualizações de pensões relativas a incapacidades inferiores a 30% e não remíveis.

Foi ainda desenvolvida uma nova ferramenta informática que permite o aumento da segurança, nomeadamente ao nível da integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados correspondentes às intervenções/interações do FAT junto das empresas de seguros.

Neste âmbito, foi também desenvolvido um estudo com vista à análise da adequação dos níveis de provisionamento do FAT, com base no qual foram determinadas as responsabilidades.

Sistema de Gestão da Qualidade

No âmbito do SGQ do FAT, foi renovada a certificação em conformidade com a norma ISO 9001:2008, não tendo a entidade certificadora registado qualquer não-conformidade. De facto, a avaliação efetuada aos processos de gestão relevou a eficácia do sistema. A gestão pela qualidade, orientada para o aumento da eficiência da atividade e melhoria do grau de satisfação dos sinistrados / pensionistas, assenta na superação dos objetivos definidos para os indicadores de desempenho dos processos de atividade do FAT. Assim, o grau de eficiência do desempenho dos indicadores do SGQ registou um desempenho global de 100%.

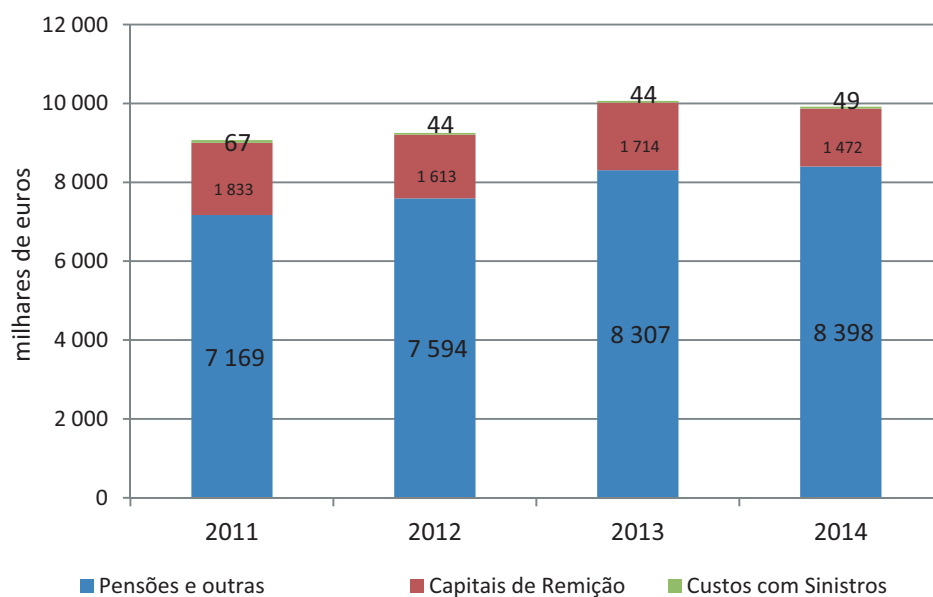
Ressalve-se ainda o indicador de “avaliação da satisfação dos utentes”, que atingiu um grau de satisfação de 99%. Tal avaliação resultou da análise às respostas dadas aos 778 inquéritos enviados aos sinistrados / pensionistas do FAT.

Indemnizações de acidentes de trabalho e reembolsos a empresas de seguros

Quanto aos montantes pagos pelo FAT, destacam-se os valores desembolsados, enquanto entidade que se substitui às entidades empregadoras economicamente incapazes e o reembolso às empresas de seguros dos custos suportados em cumprimento das disposições legais relativas às atualizações de pensões. Relativamente aos primeiros, destaca-se o valor global das pensões e outras prestações de acidentes de trabalho da responsabilidade direta do FAT, que se cifrou em 8 398 milhares de euros, representando uma manutenção de valores face a 2013. Já o montante pago em capitais de remição ascendeu a 1 472 milhares de euros, um decréscimo de 14%, relativamente a 2013. Os custos com a gestão e regularização de sinistros ascenderam a 49 mil euros.

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos montantes pagos pelo FAT em indemnizações por acidentes de trabalho.

Figura 47 – Evolução das indemnizações de acidentes de trabalho

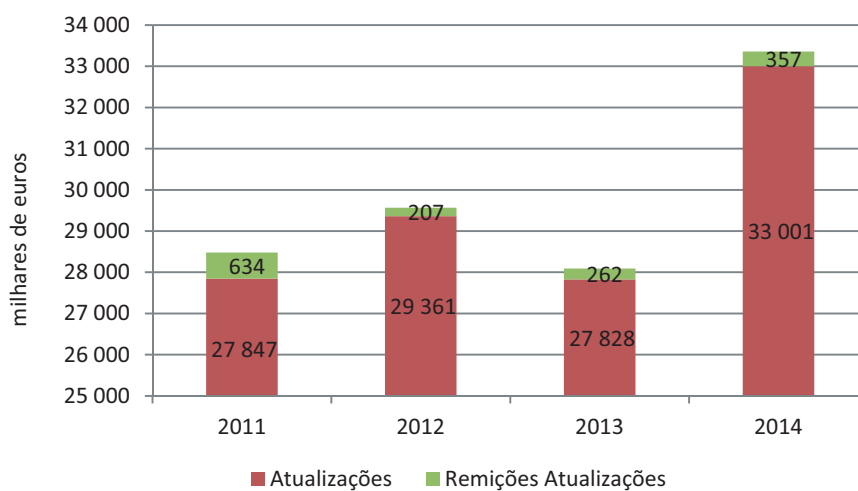


Por outro lado, no que se refere ao reembolso às empresas de seguros, foram desembolsadas as seguintes verbas:

- 33 001 milhares de euros relativos a atualizações de pensões, duodécimos adicionais e atualizações de prestações suplementares de assistência por terceira pessoa (acréscimo de 18,6% relativamente a 2013);
- 357 milhares de euros relativos a remições de atualizações de pensões (acréscimo de 36% relativamente a 2013).

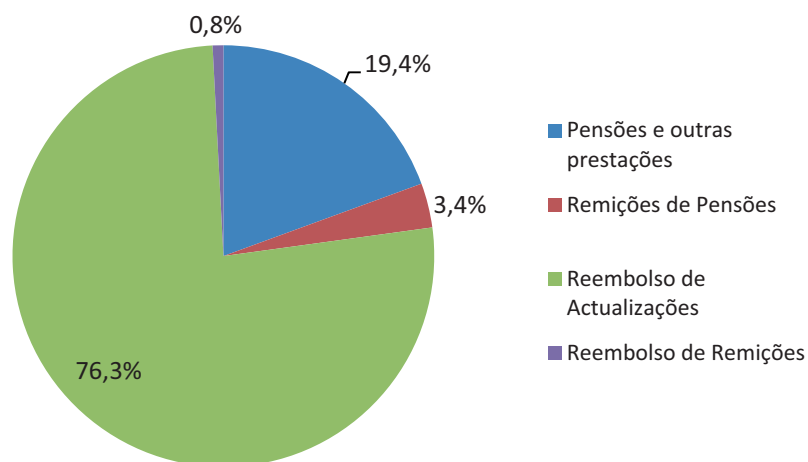
Assim, o valor global transferido pelo FAT para as empresas de seguros foi de 33 358 milhares de euros. O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT.

Figura 48 – Evolução dos reembolsos a empresas de seguros



O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT, em 2014.

Figura 49 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT

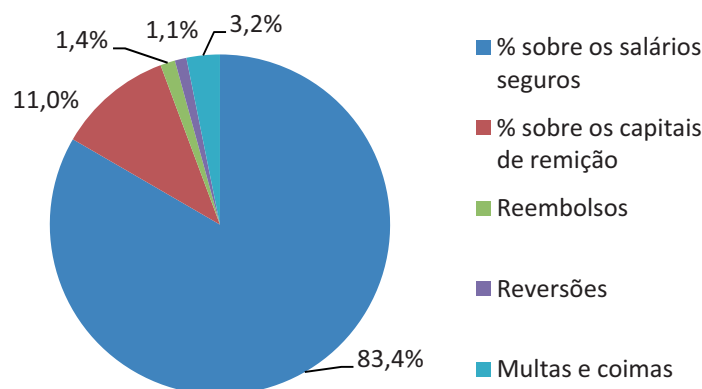


Receitas

Quanto aos montantes recebidos pelo FAT, saliente-se o valor de 863 milhares de euros a título de reversões, enquanto os reembolsos de indemnizações, ao longo do exercício, ascenderam a 1 090 milhares de euros.

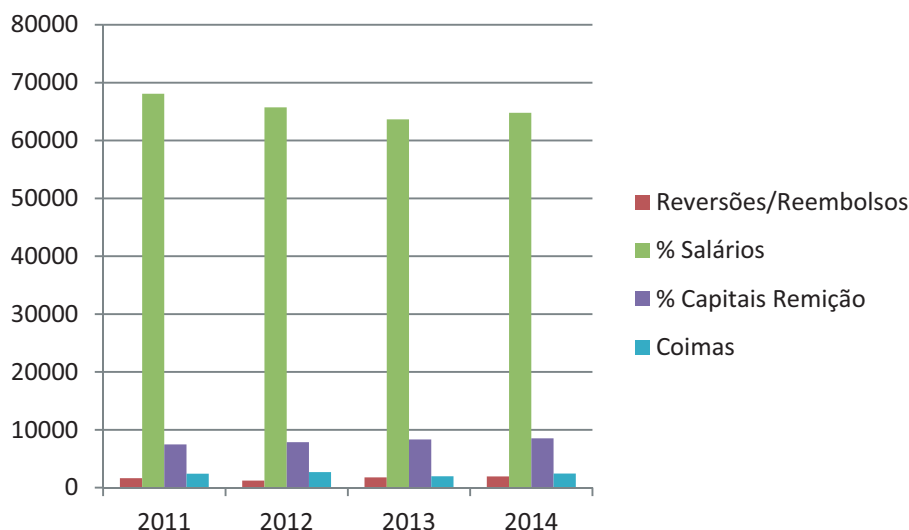
Relativamente às receitas previstas nas alíneas a) e b), do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, resultantes da aplicação das percentagens de 0,15% sobre os salários seguros e de 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa, à data de 31 de dezembro de 2013, os montantes recebidos foram de 64 792 milhares de euros e de 8 519 milhares de euros, respetivamente, o que significou, em comparação com o ano precedente, um acréscimo de 1,8% e um aumento de 2,1% respetivamente. O montante total recebido com origem nas empresas de seguros foi, assim, de 73 312 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 1,8% relativamente a 2013. A título de “Multas e coimas”, a receita arrecadada foi de 2 455 milhares de euros.

Figura 50 – Decomposição das receitas do FAT



O gráfico seguinte ilustra a evolução das receitas do FAT.

Figura 51 – Evolução das receitas do FAT



Recursos financeiros

No final do exercício de 2014, o total do ativo líquido do FAT atingiu o montante de 383 432 milhares de euros, refletindo um aumento de 11,1%, relativamente ao valor de 2013 (345 106 milhares de euros), em consequência do crescimento dos ativos financeiros. O crescimento desta rubrica justifica-se pelo diferencial entre os valores recebidos a título de taxas incidentes sobre os salários cobertos pelas apólices de seguro, sobre os capitais de remição de pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas de prestações suplementares de assistência de terceira pessoa e, essencialmente, os pagamentos inerentes às suas atividades específicas (gestão e regularização de processos de sinistros de acidentes de trabalho e reembolsos das atualizações das pensões). Este diferencial reforça o fundo destinado a sustentar as responsabilidades de longo prazo com pensões e atualizações de pensões de acidentes de trabalho.

A rubrica utentes (responsáveis de sinistros) reflete os montantes a recuperar decorrentes da transferência de responsabilidades para o FAT, pelo pagamento das prestações emergentes dos acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes. O seu contravalor encontra-se registado no passivo em sinistros a reembolsar.

Por outro lado, a rubrica acréscimos de proveitos reflete os montantes de contribuições das empresas de seguros para o FAT, recebidas por estas nos meses de novembro e dezembro de 2014, resultantes da aplicação da percentagem sobre os salários seguros. Tal situação resulta do sistema de recebimentos através do DUC, em que as receitas provenientes das empresas de seguros são recebidas pela ASF, que as transfere para o FAT logo que identificadas. Deste modo, este mecanismo implica um desfasamento temporal de dois meses entre a cobrança pelas empresas de seguros e o efetivo recebimento dos montantes pelo FAT.

O passivo atingiu um volume de 1 008 837 milhares de euros, sendo que 99,2% deste montante corresponde às provisões para pensões, ao IBNR e às provisões para prestações em espécie,

reconhecidas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Esta rubrica aumentou 21,4% em relação ao ano anterior, apresentando um valor global de 1 000 313 milhares de euros.

As provisões matemáticas para pensões correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões, assumidas diretamente pelo FAT, e das atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por incapacidade inferior permanente a 30% mas com pensão anual superior a seis vezes a RMMG ou por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados ao FAT.

A provisão para prestações em espécie corresponde a uma estimativa do valor a suportar pelo FAT decorrente de despesas de saúde, próteses, ortóteses e outras devidas a sinistrados.

O referido aumento de 21,4% resulta essencialmente do efeito conjugado da atualização anual das pensões de 0,4% (Portaria n.º 378-C/2013, de 31 de dezembro), da manutenção do pressuposto de crescimento de 2% a longo prazo das pensões e da alteração dos restantes pressupostos atuariais no cálculo das provisões matemáticas, na sequência de um estudo atuarial realizado para aferir a razoabilidade dos pressupostos usados no cálculo das responsabilidades do FAT.

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, o rácio de cobertura das responsabilidades pelos ativos financeiros, em 2014, foi consistente com a tendência que se vinha verificando consequência do efeito das provisões anteriormente referidas.

Quadro 30 – Rácio de cobertura das responsabilidades

	Unidade: milhares de euros				
	2010	2011	2012	2013	2014
Ativos financeiros (Títulos e disponibilidades)	205 953	246 935	292 870	332 804	371 161
Provisões ou responsabilidades	582 772	601 534	675 565	824 492	1 000 313
Rácio de cobertura	35,3%	41,1%	43,4%	40,4%	37,1%

O resultado líquido em 2014 foi negativo em 135 499 milhares de euros, refletindo sobretudo o supramencionado reforço das provisões matemáticas. Este resultado determinou que os Fundos Próprios tenham diminuído no mesmo montante, atingindo o valor negativo de 625 405 milhares de euros, em 2014 (-489 906 milhares de euros em 2013). Estes saldos negativos são ainda

consequência do montante das responsabilidades (506 802 milhares de euros) transferidas para o FAT aquando da sua criação⁴⁴.

No pressuposto de manutenção da legislação em vigor, designadamente no que respeita à receita a cobrar, não se estima que o FAT venha a ter problemas de solvência financeira a longo prazo.

Execução orçamental

As receitas correntes cobradas, no valor de 82 562 milhares de euros, tiveram um desvio positivo de 10% face aos valores orçamentados. As receitas recebidas, em 2014, com origem nas taxas cobradas aos tomadores de seguros e às empresas de seguros, representam 89% do total das receitas correntes, apresentando o valor de 73 312 milhares de euros e atingindo um grau de execução de 108% das previsões iniciais. A justificação para este desvio deve-se, basicamente, a uma maior fiscalização nas empresas por parte das entidades competentes visando o controlo do seguro de acidentes de trabalho.

Relativamente às despesas correntes, cujo grau de execução foi de 88%, correspondem essencialmente: às transferências para as empresas de seguros, relativas às atualizações de pensões, e às transferências para as famílias, quando o FAT se substitui às entidades empregadoras que não contrataram seguro de acidentes de trabalho. No que respeita às transferências para empresas de seguros, que em 2014 representam 75% da despesa corrente, obtiveram um grau de execução de 90%, relativamente ao orçamento inicial, enquanto no que respeita às transferências para as famílias o grau de execução foi de 92%. Estes desvios justificam-se essencialmente, pelo não conhecimento à priori dos novos pensionistas a cargo das empresas de seguros e do FAT.

Análise sumária dos ativos financeiros

Consta do quadro seguinte a composição dos ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2014, onde se comparam os valores de aquisição, de balanço (líquidos) e de mercado. Registe-se que o valor de balanço diverge em 5 743 milhares de euros do valor de mercado, visto que o primeiro considera os custos de aquisição deduzidos das menos-valias potenciais (provisões), enquanto no segundo se utiliza o preço de mercado à data do balanço.

⁴⁴ O FAT foi constituído com a transferência de património dos extintos Fundo de Garantia e Atualização de Pensões (FGAP) e Fundo de Atualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (FUNDAP), que totalizava um valor negativo de 506 802 milhares de euros.

Quadro 31 – Composição dos ativos financeiros do FAT

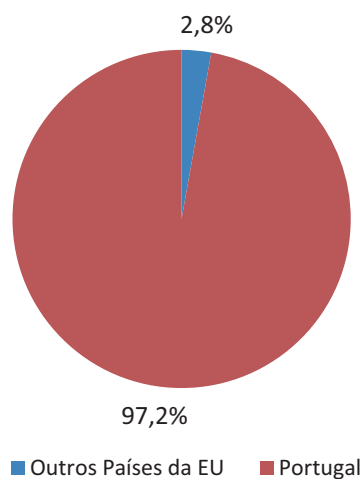
Unidade: milhares de euros

	VALORES DE AQUISIÇÃO	%	VALORES LÍQUIDOS	%	VALORES DE COTAÇÃO (em 31-12-14)	%
1. Fundos de Investimento	3 770	1	3 666	1	4 958	1
2. Obrigações e Títulos de Participação	10 167	3	9 918	3	12 137	3
3. Títulos da Dívida Pública Portuguesa	252 885	68	252 883	68	255 115	68
4. $\Sigma(1, \dots, 3)$	266 822	72	266 467	72	272 210	72
5. Outras Aplicações de Tesouraria (CEDIC)	100 000	27	100 000	27	100 000	27
6. Depósitos	4 694	1	4 694	1	4 694	1
7. $\Sigma(4, \dots, 6)$	371 516	100	371 161	100	376 904	100

No contexto atual, considerou-se adequado manter até à maturidade os Certificados de Dívida de Médio Prazo (CEDIM), no montante de 240 000 milhares de euros. Estes instrumentos financeiros são valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses, não são negociáveis em mercado, mas têm como referência os yields de mercado da série de Obrigações do Tesouro (OT), são emitidos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) e a data de emissão e reembolso coincide com as das OT.

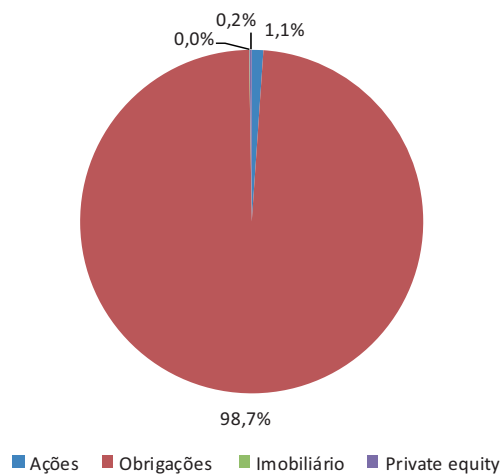
Tomando em consideração este investimento a figura seguinte evidencia a distribuição dos títulos de dívida pelos países emitentes.

Figura 52 – Títulos de dívida por país emitente



Conforme se verifica na figura seguinte a estrutura da carteira do FAT, retirando os CEDIM, continua a privilegiar os títulos de dívida.

Figura 53 – Composição da carteira por classe de ativos



A rentabilidade total da carteira em 2014 foi de 3,09%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 64,5% da carteira estar representada por CEDIM cuja rentabilidade foi de 2%, e 26,8% em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), emitidos pelo IGCP, cuja taxa média de rentabilidade em 2014 foi de 0,48%.

E. LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O TRIÉNIO 2015-2017

Os desafios que se colocam ao setor segurador e de fundos de pensões no futuro próximo, fruto de um contexto nacional e internacional de recuperação económica, exigem da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) uma resposta clara quanto às prioridades da sua atuação, no sentido de assegurar o bom funcionamento do mercado e contribuir para a garantia e proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

Para o próximo triénio, os desafios que o setor irá enfrentar irão exigir de todos os colaboradores desta Autoridade de Supervisão uma dedicação total, de forma a criarem-se as condições para que os diferentes intervenientes no mercado possam usufruir dos benefícios inerentes a um setor financeiramente sólido e interveniente nas dimensões económica e social do país.

No domínio da supervisão microprudencial, a ASF vai manter uma relação próxima e atenta com todos os operadores e incentivar o reforço dos mecanismos de governação assentes em sistemas de gestão de riscos e de controlo interno robustos, que lhes permitam gerir de forma adequada e eficaz as diferentes tipologias de riscos.

A vertente macroprudencial será objeto de acompanhamento, através da implementação de medidas que permitam a identificação e monitorização de potenciais riscos sistémicos e da adequada articulação entre as perspetivas macro e microprudencial.

Relativamente ao regime Solvência II, existe a necessidade de ultimar os trabalhos de preparação para a sua aplicação, em particular no que concerne à respetiva implementação intercalar. Consequentemente, torna-se fundamental dar prioridade aos trabalhos necessários, quer ao nível dos operadores, quer internamente na ASF.

Durante este triénio serão continuados os trabalhos de revisão do atual regime que regula os fundos de pensões, no sentido de o dotar, cada vez mais, de uma perspetiva orientada para os riscos, à semelhança do que se está a verificar no mercado segurador.

No campo da mediação, está em fase de negociação, ao nível da Comissão Europeia, a alteração à diretiva comunitária relativa à mediação de seguros (IMD II), que passará a abranger toda a distribuição de seguros e irá acarretar a necessidade de transposição para o enquadramento jurídico nacional, bem como a adaptação dos atuais instrumentos regulatórios.

A ASF continuará a trabalhar no reforço da formação financeira, em articulação com as restantes autoridades de supervisão financeira nacionais, contribuindo assim para uma sociedade mais informada.

Será reforçada a proteção dos consumidores, procurando desenvolver iniciativas que contribuam para aumentar o nível de conhecimentos sobre a atividade seguradora e de fundos de pensões que lhes permitam tomar decisões esclarecidas.

O cumprimento da importante missão que está confiada à ASF só é possível se todos os seus colaboradores se empenharem na concretização dos objetivos estratégicos que a seguir se apresentam. Por essa razão, a ASF considera determinante assegurar a existência de um quadro de técnicos altamente qualificados que garantam um desempenho de elevada qualidade, bem como assegurar a retenção e motivação desses mesmos recursos.

Os objetivos estratégicos da ASF para o triénio 2015-2017 são os seguintes:

- assegurar a definição e o cumprimento de adequados padrões de governação e níveis de solidez financeira por parte dos operadores;
- assegurar a implementação de elevados padrões de conduta por parte dos operadores;
- assegurar a transição eficaz e eficiente para o regime Solvência II;
- intensificar as análises ao nível macroeconómico, através do reforço dos mecanismos de monitorização e de avaliação dos riscos com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor;
- contribuir para a evolução equilibrada dos regimes jurídicos relevantes no âmbito das atribuições da ASF, garantindo a sua efetiva aplicação e cumprimento;
- reforçar o envolvimento da ASF na formação financeira da população, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de perceção e mitigação dos riscos e promovendo a divulgação de informação relevante sobre o setor;
- consolidar a estratégia de cooperação interinstitucional;
- dispor de recursos humanos suficientes, qualificados e motivados;
- garantir a utilização eficiente e responsável dos recursos disponíveis;
- gerir de forma eficaz e eficiente os fundos autónomos sob responsabilidade da ASF.

F. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA 2015

Para o ano de 2015, e em linha com os objetivos estratégicos, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) pretende dar prioridade aos seguintes aspetos:

- manter uma supervisão contínua dos operadores, a nível individual e de grupo, agindo preferencialmente de forma preventiva;
- aperfeiçoar o processo de supervisão baseado nos riscos assumidos pelos operadores;
- consolidar as estratégias de supervisão dos modelos de governação dos operadores;
- aprofundar e aperfeiçoar o processo de supervisão da prestação de informação financeira ao mercado, por parte dos operadores;
- reforçar o processo *on-site* de supervisão comportamental;
- reforçar a monitorização *off-site* da atuação dos operadores, no âmbito da supervisão comportamental;
- reforçar a divulgação de entendimentos da ASF sobre a aplicação prática e concreta da legislação, no âmbito da conduta de mercado;
- analisar os pedidos de informação e reclamações, apresentados por particulares e organismos oficiais, relativamente ao exercício das atividades seguradoras, de mediação de seguros e de gestão de fundos de pensões;
- adotar a legislação e a regulamentação que transpõem para o ordenamento jurídico nacional o regime Solvência II, bem como outras disposições complementares;
- assegurar a preparação da ASF para a implementação do regime Solvência II;
- acompanhar a implementação do regime Solvência II por parte das empresas de seguros;
- acompanhar os desenvolvimentos macroeconómicos e financeiros globais, antecipando e atuando de forma adequada face a riscos emergentes com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor e a vulnerabilidades nos níveis de solidez financeira dos operadores nacionais;
- desenvolver iniciativas no âmbito da gestão da continuidade de atividade com o intuito de avaliar a capacidade de resposta, quer ao nível individual, quer ao nível do mercado, perante uma situação de disrupção operacional generalizada;
- estudar e propor soluções que a nível do regime jurídico nacional contribuam para o equilíbrio entre os direitos dos consumidores, a proteção da mutualidade, a inovação e competitividade do mercado, bem como a estabilidade a nível macroeconómico;
- efetuar o acompanhamento dos trabalhos legislativos a nível europeu com impacto no âmbito das atribuições da ASF;
- consolidar a regulamentação nas várias áreas de intervenção da ASF;
- garantir o cumprimento do normativo vigente e o exercício das competências sancionatórias;
- participar ativamente na implementação do Plano Nacional de Formação Financeira, no quadro dos objetivos definidos pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- disponibilizar aos diferentes intervenientes do mercado informação clara, relevante e imparcial sobre o setor segurador e de fundos de pensões;
- potenciar o conhecimento técnico do setor segurador e dos fundos de pensões junto de grupos profissionais específicos;
- otimizar a interação com entidades que intervêm no processo regulatório com impacto nas áreas sob supervisão da ASF;

- participar ativamente nas estruturas de cooperação e coordenação no domínio da regulação e supervisão do sistema financeiro nacional;
- participar ativamente nas estruturas de cooperação e coordenação no domínio da regulação e supervisão ao nível internacional;
- manter a cooperação internacional com os países de língua oficial portuguesa;
- manter a cooperação internacional com a Iberoamérica;
- garantir que a ASF dispõe de quadros em número e com qualidade adequados para cumprir a sua missão e responsabilidades;
- garantir a crescente qualificação dos quadros da ASF através de um adequado e criterioso planeamento e escolha das ações de formação a desenvolver;
- garantir a motivação dos quadros da ASF;
- promover a utilização eficiente dos recursos e orientar o desenvolvimento dos sistemas de informação através de uma gestão adequada e eficiente dos recursos (financeiros e materiais) da ASF;
- nortear a gestão operacional e o desenvolvimento da arquitetura de sistemas pelo cumprimento de boas práticas;
- reforçar a estruturação dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno da ASF;
- assegurar a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade para os fundos autónomos. Implementar uma cultura de gestão sã assente nos riscos incorridos e práticas de reporte em conformidade com os normativos em vigor;
- gerir com rigor os meios financeiros afetos aos fundos autónomos.

G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, REFERÊNCIAS E ANEXOS

1. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2014, os resultados líquidos da ASF e dos Fundos por ele geridos foram os seguintes:

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES (ASF)	4 844 719,64 €
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL (FGA)	23 481 529,07 €
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO (FAT)	(135 499 276,61 €)

Nos termos do n.º 4 do art.º 35.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 06 de janeiro, o resultado apurado no exercício 2014 (4 844 719,64 euros) bem como o resultado transitado de 2013 (1 832 786,54 euros) da ASF são aplicados:

- reforço para a reserva para equilíbrio financeiro 480 000,00 euros;
- reforço para reserva para riscos de atividade 5 200 000,00 euros;
- o remanescente fica em resultados transitados 997 506,18 euros.

Os resultados apurados no exercício de 2014 do FGA e do FAT ficam em “Resultados transitados”.

Nos termos da alínea d) do art.º 46.º daquele Estatuto, o Relatório de Atividades e as Contas do Exercício serão divulgadas no sítio da ASF na *Internet*.

2. REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às seguintes pessoas e entidades:

- ao Ministério das Finanças, pela forma como estimulou e acompanhou a atividade da ASF e pela disponibilidade que sempre tem manifestado no âmbito desta fundamental relação institucional;
- à Comissão de Fiscalização, pela cooperação mantida que tem assumido a maior importância para o bom desenvolvimento e controlo da atividade;
- ao Conselho Consultivo, pela forma eficiente e cooperante como exerceu as atribuições que lhe estão cometidas;
- ao conjunto das várias entidades do setor segurador e fundos de pensões, pela boa colaboração desenvolvida que assume particular importância para o cumprimento das missões desta instituição;
- a todos os colaboradores da ASF, pelo seu continuado empenhamento na prossecução e constante evolução qualitativa dos objetivos desta entidade.

Lisboa, aos 17 de março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



José Figueiredo Almaça
(Presidente)



Filipe Aleman Serrano
(Vice-Presidente)



Maria de Nazaré Barroso
(Vogal)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**ASF - Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões**

BALANÇO

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Código contas POCP	ATIVO	Notas	ATIVO BRUTO		AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES		ATIVO LÍQUIDO	Código contas POCP	Notas	ATIVO LÍQUIDO		(em euros)
			2014	2013	2014	2013	2014			2013		
424	IMOBILIZADO											
426	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.2.3/7/8	127 992,96	0,00	127 992,96	0,00	0,00	5743	8.2.32	4 300 000,00	4 300 000,00	
429	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.2.3/7/8	3 325 845,49	2 874 460,14	451 385,35	387 645,37	387 645,37	5744	8.2.32	1 200 000,00	1 200 000,00	
442	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.2.3/7/8	8 340 814,63	8 052 308,81	288 505,82	384 662,43	384 662,43	59	8.2.32	1 832 786,54	216 822,18	
	IMOBILIZADO EM CURSO	8.2.3/7/8	45 756,00	0,00	45 756,00	27 275,26	27 275,26	88	8.2.32	4 844 719,64	1 615 964,36	
			11 840 409,08	11 054 761,91	785 647,17	799 583,06	799 583,06			12 177 506,18	7 332 786,54	
415	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	8.2.3/7/8	4 751 000,00	0,00	4 751 000,00	4 404 150,00	4 404 150,00					
	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.2.39.3 e 8.3.5	4 751 000,00	0,00	4 751 000,00	4 404 150,00	4 404 150,00					
	CIRCULANTE											
211	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO		486 520,63	0,00	486 520,63	675 211,75	675 211,75	292	8.2.31	221 615,00	212 330,00	
212	CLIENTES, C/C		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
251	CONTRIBuintes, C/C		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221		43 485,01	61 920,81	
229	DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		1,14	1,14	1,14	1 197,92	1 197,92	252		0,00	0,00	
262	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	8.2.24	8 683,62	8 683,62	8 683,62	19 060,80	19 060,80	219		0,00	0,00	
245	ADIANTAMENTOS AO PESSOAL		40,30	40,30	40,30	40,30	40,30	261		0,00	0,00	
245	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		199 798,45	199 798,45	199 798,45	9 953,77	9 953,77	24		442 858,80	439 181,82	
2681	OUTROS DEVEDORES		695 044,14	0,00	695 044,14	705 464,54	705 464,54					
153	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	8.3.5	4 700 000,00	4 700 000,00	4 700 000,00	2 200 000,00	2 200 000,00					
	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA - CEDIC'S											
	DEPÓSITOS E CAIXA											
131	CONTA NO IGP		2 849 058,92	2 849 058,92	2 849 058,92	1 036 481,17	1 036 481,17	262	8.2.24	292,65	0,00	
131	DEPÓSITOS À ORDEM ASF		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263		756,69	802,59	
131	DEPÓSITOS À ORDEM PR		1 897,50	1 897,50	1 897,50	8 207,25	8 207,25	2682		1 897,50	8 207,25	
131	DEPÓSITOS À ORDEM CRC		2 211 964,93	2 211 964,93	2 211 964,93	2 407 283,50	2 407 283,50	2682		2 211 964,93	2 407 283,50	
131	DEPÓSITOS À ORDEM ANPC		3 706 029,18	3 706 029,18	3 706 029,18	3 814 867,86	3 814 867,86	2682		3 706 029,18	3 814 867,86	
131	DEPÓSITOS À ORDEM FAT		79 813,02	79 813,02	79 813,02	65 804,71	65 804,71	2682		0,00	0,00	
12	OUTRAS CONTAS DEPOSITOS À ORDEM ASF		1 353,05	1 353,05	1 353,05	1 155,02	1 155,02	273	8.2.39	1 095 366,30	1 485 207,43	
11	CAIXA		8 850 116,60	8 850 116,60	8 850 116,60	7 333 799,51	7 333 799,51			0,00	0,00	
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	8.2.39.1	39 962,11	39 962,11	39 962,11	41 044,35	41 044,35			1 095 366,30	1 485 207,43	
272	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	8.2.39.1	647 815,10	647 815,10	647 815,10	946 812,71	946 812,71					
	CUSTOS DIFERIDOS		687 777,21	687 777,21	687 777,21	987 857,06	987 857,06					
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES				11 054 761,91							
	TOTAL DE PROVISÕES				0,00							
	TOTAL DO ATIVO		31 524 347,03	20 469 585,12	20 469 585,12	16 430 854,17	16 430 854,17			20 469 585,12	16 430 854,17	
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO									20 469 585,12	16 430 854,17	

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barrroso)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

Código contas POCP		Notas	2014		2013	
	Custos e perdas					
62	Fornecimentos e serviços externos			3 725 130,50		3 665 997,10
	Custos com o pessoal:					
641+642	Remunerações	8.2.39.2	6 405 988,13		7 193 907,25	
	Encargos Sociais					
643+644	Pensões	8.2.3	281 831,07		307 491,77	
645 a 648	Outros	8.2.3/1/9	2 189 328,99	8 877 148,19	2 191 032,50	9 692 431,52
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais			625 232,25		632 487,00
66	Amortizações do exercício	8.2.7/8	555 152,17		524 128,44	
	Provisões do exercício		0,00	555 152,17	0,00	524 128,44
	Outros custos e perdas operacionais					
651	Impostos e taxas		855,07		18 369,50	
652+654	Outros		479 570,86	480 425,93	382 342,81	400 712,31
	(A)			14 263 089,04		14 915 756,37
	Custos e perdas financeiras					
	Juros suportados	8.2.37	0,00		0,00	
685+688	Outros custos e perdas financeiras	8.2.37	28 102,86	28 102,86	28 718,74	28 718,74
	(C)			14 291 191,90		14 944 475,11
69	Custos e perdas extraordinárias	8.2.38		59 635,48		114 674,82
	(E)			14 350 827,38		15 059 149,93
	Resultado líquido do exercício			4 844 719,64		1 615 964,36
				19 195 547,02		16 675 114,29
	Proveitos e ganhos					
71	Vendas e prestações de serviços:					
	Vendas		0,00		0,00	
	Prestações de serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
	Impostos, taxas e outros					
72	Empresas de seguros e S. G. F. pensões	8.2.3		17 229 699,79		15 831 906,20
76	Outros proveitos e ganhos operacionais			1 445 570,32		714 578,05
	(B)			18 675 270,11		16 546 484,25
	Proveitos e ganhos financeiros					
781	Juros obtidos	8.2.37	131 518,07		98 030,33	
	Outros proveitos e ganhos financeiros	8.2.37	0,00	131 518,07	0,00	98 030,33
	(D)			18 806 788,18		16 644 514,58
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38		388 758,84		30 599,71
	(F)			19 195 547,02		16 675 114,29
	Resumo:			2014		2013
	Resultados operacionais (B) - (A) =			4 412 181,07		1 630 727,88
	Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =			103 415,21		69 311,59
	Resultados correntes (D) - (C) =			4 515 596,28		1 700 039,47
	Resultado líquido do exercício (F) - (E) =			4 844 719,64		1 615 964,36

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
 AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(9)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				(3)	(4)	(5)	ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	
	DESPESAS CORRENTES										
01 01 02	Órgãos sociais	524 740	0	524 189	524 189	0	524 189	551	551	0	100
01 01 04	Pessoal dos quadros - R. de cont. ind. trabalho	4 598 313	0	4 594 519	4 594 519	0	4 594 519	3 794	3 794	0	100
01 01 06	Pessoal contratado a termo	17 302	0	13 228	13 228	0	13 228	4 074	4 074	0	76
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	9 415	0	9 000	9 000	0	9 000	415	415	0	96
01 01 13	Subsídio de refeição	327 700	0	321 768	321 768	0	321 768	5 932	5 932	0	98
01 01 14	Subsídios de férias e de Natal	893 446	0	877 904	877 904	0	877 904	15 542	15 542	0	98
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	7 500	0	0	0	0	0	7 500	7 500	0	-
01 02 02	Horas extraordinárias	350	0	0	0	0	0	350	350	0	0
01 02 04	Ajudas de custo	50 000	0	41 339	41 339	0	41 339	8 661	8 661	0	83
01 02 07	Colaboração técnica e especializada	900	0	0	0	0	0	900	900	0	0
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	3 000	0	0	0	0	0	3 000	3 000	0	0
01 02 13	Outros suplementos e prémios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 02 14	Outros abonos em numerário ou espécie	3 750	0	0	0	0	0	3 750	3 750	0	0
01 03 01 A0 00	Entidade patronal para ADSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 02	Outros encargos com a saúde	7 500	0	4 547	4 547	0	4 547	2 953	2 953	0	61
01 03 05 A0 A0	Caixa Geral de Aposentações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 05 A0 B0	Contribuições para a Segurança Social	1 530 511	0	1 521 304	1 398 291	122 727	1 521 018	9 207	9 493	286	99
01 03 08	Outras pensões	291 800	0	290 515	290 515	0	290 515	1 285	1 285	0	100
01 03 09	Seguros	132 800	0	124 570	123 127	0	123 127	8 230	9 673	1 443	93
	A transportar	8 399 027	0	8 322 883	8 198 427	122 727	8 321 154	76 144	77 873	1 729	99

(em euros)

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
 AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100	
							ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPR. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5) - (8)		
		(1)	(2)											
			Transporte	8 399 027	0	8 322 883	8 198 427	122 727	8 321 154	76 144	77 873	1 729	99	
02 01 02			Combustíveis e lubrificantes	74 000	11 100	56 520	48 158	4 536	52 694	6 380	10 206	3 826	71	
02 01 04			Limpeza e higiene	10 000	0	6 025	5 916	0	5 916	3 975	4 084	109	59	
02 01 07			Vestuário e artigos pessoais	3 000	0	2 216	2 216	0	2 216	784	784	0	74	
02 01 08			Material de escritório	105 000	17 250	85 339	84 742	0	84 742	2 411	3 008	597	81	
02 01 12			Material de transporte - peças	1 000	0	0	0	0	0	1 000	1 000	0	0	
02 01 14			Outro material - peças	1 000	0	0	0	0	0	1 000	1 000	0	0	
02 01 15			Prémios, condecorações e ofertas	6 500	3 750	2 258	1 258	0	1 258	492	1 492	1 000	19	
02 01 17			Ferramentas e utensílios	1 000	0	15	15	0	15	985	985	0	2	
02 01 18			Livros e documentação técnica	55 000	0	53 098	52 785	0	52 785	1 902	2 215	313	96	
02 01 19			Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
02 01 21			Outros bens	20 000	0	19 924	19 831	0	19 831	76	169	93	99	
02 02 01			Encargos das instalações	158 000	0	155 997	130 646	12 382	143 028	2 003	14 972	12 969	91	
02 02 02			Limpeza e higiene	102 000	0	101 548	94 587	178	94 765	452	7 235	6 783	93	
02 02 03			Conservação de bens	137 000	0	135 222	131 749	30	131 779	1 778	5 221	3 443	96	
02 02 04			Locação de edifícios	1 604 042	188 250	1 414 884	1 414 884	0	1 414 884	908	908	0	88	
02 02 06			Locação de material de transporte	245 000	0	241 930	236 759	0	236 759	3 070	8 241	5 171	97	
02 02 08			Locação de outros bens	7 000	0	5 390	4 877	38	4 915	1 610	2 085	475	70	
02 02 09 B0 00			Comunicação fixa de dados	105 000	0	102 523	94 799	453	95 252	2 477	9 748	7 271	91	
02 02 09 C0 00			Comunicação fixa de voz	82 000	0	81 805	77 799	41	77 840	195	4 160	3 965	95	
02 02 09 D0 00			Comunicações móveis	42 000	0	41 850	34 189	7 651	41 840	150	160	10	100	
02 02 09 F0 00			Outros serviços de comunicação	115 000	0	110 895	92 598	6 467	99 065	4 105	15 935	11 830	86	
			A transporter	11 272 569	220 350	10 940 322	10 726 235	154 503	10 880 738	111 897	171 481	59 584	97	

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
 AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)				ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5) - (8)	
	Transporte	11 272 569	220 350	10 940 322	10 726 235	154 503	10 880 738	111 897	171 481	59 584	97
02 02 10	Transportes	150	0	0	0	0	0	150	150	0	0
02 02 11	Representação dos serviços	25 000	0	21 796	21 458	338	21 796	3 204	3 204	0	87
02 02 12 A0 00	Estágios profissionais na AP	400	0	196	196	0	196	204	204	0	49
02 02 12 B0 00	Outras	26 300	0	19 333	18 828	74	18 902	6 967	7 398	431	72
02 02 13	Deslocações e estadas	250 362	27 054	202 659	199 694	1 875	201 569	20 649	21 739	1 090	81
02 02 14 A0 00	Serviços de natureza informática	80 000	51 788	26 445	25 953	0	25 953	1 767	2 259	492	32
02 02 14 B0 00	Outros	229 000	73 475	152 635	151 748	0	151 748	2 890	3 777	887	66
02 02 15 A0 00	Tecnologias de informação e comunicação TIC	25 000	0	23 199	23 199	0	23 199	1 801	1 801	0	93
02 02 15 B0 00	Outras	50 000	0	47 738	44 912	0	44 912	2 262	5 088	2 826	90
02 02 16	Seminários, exposições e similares	20 000	0	16 407	16 234	50	16 284	3 593	3 716	123	81
02 02 17	Publicidade	25 200	0	22 090	20 627	0	20 627	3 110	4 573	1 463	82
02 02 18	Vigilância e segurança	133 000	0	132 238	111 970	10 314	122 284	762	10 716	9 954	92
02 02 19 A0 00	Equipamento informático - Hardware	169 500	127 750	41 020	41 020	0	41 020	730	730	0	24
02 02 19 B0 00	Software informático	122 500	0	122 400	120 112	510	120 622	100	1 878	1 778	98
02 02 19 C0 00	Outros	59 600	0	51 613	50 021	67	50 088	7 987	9 512	1 525	84
02 02 20 A0 00	Serviços de natureza informática	530 000	199 500	327 923	311 458	0	311 458	2 577	19 042	16 465	59
02 02 20 C0 00	Outros	104 300	0	92 846	92 096	0	92 096	11 454	12 204	750	88
02 02 22	Serviços de saúde	25 000	0	24 145	21 085	0	21 085	855	3 915	3 060	84
02 02 25	Outros serviços	36 000	0	27 473	26 662	186	26 848	8 527	9 152	625	75
04 02 02	Riscos Recusados	50 000	0	45 412	45 412	0	45 412	4 588	4 588	0	91
04 03 05	SFA - Autoridade da Concorrência	957 808	0	957 807	957 807	0	957 807	1	1	0	100
04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	122 650	0	122 375	122 375	0	122 375	275	275	0	100
	A transportar	14 314 339	699 917	13 418 072	13 149 102	167 917	13 317 019	196 350	297 403	101 053	93

3

(em euros)

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
 AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100	
					ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPR. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5) - (8)		
(1)	(2)											
	Transporte	14 314 339	699 917	13 418 072	13 149 102	167 917	13 317 019	196 350	297 403	101 053	93	
04 08 02 A0 00	Estágios profissionais na AP	16 000	0	12 032	12 032	0	12 032	3 968	3 968	0	75	
04 09 03	Resto do Mundo - Países terceiros e org. interna.	451 000	0	450 249	450 249	0	450 249	751	751	0	100	
06 02 01	Impostos e taxas	18 800	0	18 019	18 019	0	18 019	781	781	0	96	
06 02 03 A0 00	Outras	479 638	449 638	28 103	28 103	0	28 103	1 897	1 897	0	6	
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	15 279 777	1 149 555	13 926 475	13 657 505	167 917	13 825 422	203 747	304 800	101 053	90	
	DESPESAS DE CAPITAL											
07 01 07 A0 B0	Hardware de comunicação	118 720	0	118 455	118 455	0	118 455	265	265	0	100	
07 01 07 B0 B0	Outros	182 780	0	177 739	175 701	0	175 701	5 041	7 079	2 038	96	
07 01 08 B0 B0	Outros	168 500	0	165 192	160 140	0	160 140	3 308	8 360	5 052	95	
07 01 09 B0 B0	Outros - equipamentos administrativos	65 000	0	59 681	59 329	0	59 329	5 319	5 671	352	91	
07 01 11	Ferramentas e utensílios	1 500	0	0	0	0	0	1 500	1 500	0	0	
07 01 12	Artigos e objetos de valor	2 000	0	0	0	0	0	2 000	2 000	0	0	
07 01 15	Outros investimentos	34 000	0	29 693	28 885	0	28 885	4 307	5 115	808	85	
09 02 05	Administração Pública Central - Estado	2 500 000	0	2 500 000	2 500 000	0	2 500 000	0	0	0	100	
09 03 05	Administração Pública Central - Estado	1 352 600	0	1 352 600	1 352 600	0	1 352 600	0	0	0	100	
	TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	4 425 100	0	4 403 360	4 395 110	0	4 395 110	21 740	29 990	8 250	99	
	TOTAL DAS DESPESAS	19 704 877	1 149 555	18 329 835	18 052 615	167 917	18 220 532	225 487	334 790	109 303	92	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA
 AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
						ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) =(7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) =(4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
	RECEITAS CORRENTES												
04 01 99	Taxas diversas	17 255 000	3 600	17 176 986	0	17 176 986	3 600	17 180 586	0	0	17 180 586	0	100
04 02 01	Juros Mora	50 000	0	33 314	0	33 314	0	33 314	0	0	33 314	0	67
04 02 02	Juros Compensatórios	10 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04 02 04	Coimas Penalidades Contraordenações	140 000	28 501	19 400	0	5 680	28 501	34 181	0	0	34 181	13 720	24
05 03 01	Bancos Juros dos Cedic's	115 000	0	132 600	0	132 600	0	132 600	0	0	132 600	0	115
07 01 03	Publicações e impressos	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
07 02 99	Outros	2 205 000	0	1 440 000	0	1 440 000	0	1 440 000	0	0	1 440 000	0	65
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	60 000	0	37 757	0	37 757	0	37 757	0	0	37 757	0	63
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	19 835 100	32 101	18 840 057	0	18 826 337	32 101	18 858 438	0	0	18 858 438	13 720	95
	RECEITAS DE CAPITAL												
09 04 01	Outros bens de investimento	3 000	40	1 956	0	1 956	40	1 996	0	0	1 996	0	67
11 03 03	Administração pública - Administração central - Estado	1 350 000	0	1 350 000	0	1 350 000	0	1 350 000	0	0	1 350 000	0	100
16 01 01	Na posse do serviço	522 212	522 212	0	0	0	522 212	522 212	0	0	522 212	0	100
	TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	1 875 212	522 252	1 351 956	0	1 351 956	522 252	1 874 208	0	0	1 874 208	0	100
	TOTAL DA RECEITA	21 710 312	554 353	20 192 013	0	20 178 293	554 353	20 732 646	0	0	20 732 646	13 720	95

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

153
(Maria de Nazaré Barros)
(Vogal)

FLUXOS DE CAIXA

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

		Recebimentos		Pagamentos		(em euros)	
Capit.	Grup.			Capit.	Grup.		
		SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR					
		Execução orçamental	0,00				
		De dotações orçamentais (OE)	522 211,66				
		De receitas próprias	522 211,66				
16	01	Na posse do serviço					
		Na posse do Tesouro					
		De receita do Estado					
		De operações de tesouraria					
		Descontos em vencimentos e salários:					
		Receitas do Estado 251.567,07 €					
		RECEITAS					
		Dotações orçamentais (OE)	0,00				
		Receitas Próprias					
		CORRENTES					
04	01	Taxas	18 858 437,35				
04	02	Multas e outras penalidades	17 209 086,73				
05	03	Juros - Administração pública	38 993,72				
07	01	Vendas de bens	132 600,31				
07	02	Serviços	0,00				
15	01	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 440 000,00				
09	04	Outros bens de investimentos	37 756,59				
11	03	Títulos a médio e longo prazo	1 351 996,36				
		Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias					
		Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades					
17	01	Receita do Estado	3 866 017,26				
17	02	Operações de tesouraria	138 387 876,28				
		Descontos em vencimentos e salários:					
		Receita do Estado 3 103 404,58 €					
		Operações de tesouraria 53 524,72 €					
		Total Geral					
			169 798 126,76				
		SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR					
		Execução orçamental	7 333 799,51				
		De dotações orçamentais (OE)	522 211,66				
		De receitas próprias					
		Na posse do serviço					
		Na posse do Tesouro					
		De receita do Estado					
		De operações de tesouraria					
		Descontos em vencimentos e salários:					
		Receitas do Estado 251.567,07 €					
		RECEITAS					
		Dotações orçamentais (OE)	0,00				
		Receitas Próprias					
		CORRENTES					
01	01	Remunerações certas e permanentes	320 079,58				
01	02	Abonos variáveis ou eventuais	6 491 508,27				
01	03	Segurança Social					
02	01	Aquisição de bens					
02	02	Aquisição de serviços					
04	02	Administrações privadas					
04	03	Administração central SFA					
04	07	Instituições sem fins lucrativos					
04	08	Famílias					
04	09	Resto do Mundo					
06	02	Diversas					
		CAPITAL					
07	01	Investimentos					
09	02	Títulos a curto prazo					
09	03	Títulos a médio e longo prazo					
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias					
		Descontos em vencimentos e salários:					
		Receita do Estado 3 104 166,01 €					
		Operações de tesouraria 34 217,17 €					
		Importâncias entregues ao Estado e outras entidades					
		Receita do Estado					
		Operações de tesouraria					
		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE					
		Execução orçamental	0,00				
		De dotações orçamentais (OE)	142 253 893,54				
		De receitas próprias					
		Na posse do serviço					
		Na posse do Tesouro					
		De receita do Estado					
		De operações de tesouraria					
		Descontos em vencimentos e salários					
		Receita do Estado 250 805,40 €					
		Total Geral					
			169 798 126,76				

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, designada abreviadamente por ASF, é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa, financeira e de gestão e de património próprio e cujas contas estão sujeitas à aprovação do Ministro das Finanças.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa.

A ASF encontra-se inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas sob o n.º 501328599 e com o código de atividade n.º 84130.

O código de classificação orgânica atribuído à ASF é o seguinte: 03 1 09 03 00.

8.1.2 – A ASF foi criada pelo Decreto-Lei n.º 1/2015 de 06 de janeiro, o qual aprovou os estatutos. A legislação pela qual se rege a ASF em 2014 foi pelos estatutos do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de novembro, com a declaração de retificação n.º 20/AQ/2001, de 30 de novembro e com a alteração pelo Decreto-Lei n.º 195/2002, de 25 de setembro.

No que respeita ao seu regime financeiro, o artigo 35.º do atual Estatuto, estabelece o seguinte:

“1 — A gestão financeira e patrimonial do ASF, rege-se pelo disposto na lei-quadro das entidades reguladoras, nos presentes estatutos e, supletivamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 37.º, à ASF não são aplicáveis as regras da contabilidade pública e o regime dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente as normas relativas à autorização de despesa, à transição e utilização dos resultados líquidos e às cativações de verbas.

3 — A ASF respeita os princípios da prévia cabimentação e programação da realização das despesas subjacentes à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

4 — Os resultados líquidos da ASF, que podem transitar para o ano seguinte, são utilizados entre outras aplicações:

- a) Na constituição, pelo conselho de administração, de reserva para riscos de atividade ou para riscos de insuficiência de receitas ou de outras reservas que contribuem para a estabilidade dos montantes das taxas a que as entidades supervisionadas estão sujeitas;*
- b) Na promoção do desenvolvimento de conhecimento técnico e respetiva difusão e no esforço da literacia financeira, no que se refere ao setor segurador e dos fundos de pensões.”*

Dada a inclusão do orçamento da ASF no Orçamento do Estado, no âmbito do estipulado na Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei do enquadramento orçamental), republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 julho, em 2014 manteve-se o modelo de apresentação de contas em POCP.

Assim as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios da prudência, da continuidade, do acréscimo, do custo histórico, da consistência, da não compensação de saldos, da materialidade e da substância sobre a forma.

Foram objeto de aprovação pelo conselho de administração os julgamentos e estimativas que afetam os montantes do Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza e das divulgações necessárias para uma melhor compreensão da posição financeira da ASF. Tais estimativas são baseadas na melhor informação disponível à data da apresentação das contas e em casos, na avaliação que delas fazem especialistas nas matérias em questão.

São estes os casos das avaliações das provisões e reservas, conforme explicita a Nota 8.2.3.

8.1.3 – São órgãos da ASF o conselho de administração, o conselho consultivo e a comissão de fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 11.º a 29.º do Estatuto da ASF.

Organograma da ASF – *Vide* anexo I.

8.1.4 – A atividade da ASF consiste na supervisão e na regulação do mercado segurador e dos fundos de pensões por forma a assegurar o seu regular funcionamento. No âmbito dessa atividade, a ASF assegura ainda a cooperação com as autoridades correspondentes dos Estados-membros da União Europeia e de quaisquer outros países, o apoio técnico e consulta à Assembleia da República e ao Governo, em matérias relativas ao setor de atividade sob supervisão, gerir os fundos que lhe sejam confiados e as demais funções que lhe forem cometidas por lei.

8.1.5 – Recursos Humanos

Identificação dos responsáveis – *Vide* anexo II.

N.º de efetivos reportados a 31 de dezembro de 2014 – *Vide* anexo III.

8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede, com elaboração de Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos da ASF estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de Imobilizado, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamentos em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

8.2. – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Dado o enquadramento da ASF já explicitado 8.1, as notas ao Balanço e à Demonstração dos resultados seguem a ordem definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Assim, as notas aplicáveis são as seguintes: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.8, 8.2.24, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.4 e 8.3.5, as outras não são aplicáveis à ASF.

8.2.3 – No enquadramento dado pelos princípios referenciados no ponto 8.1 foram utilizados em 2014, os seguintes critérios valorimétricos:

Receita

As fontes de receita da ASF estão estabelecidas no seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 06 de janeiro, sendo maioritariamente constituídas pelo montante de taxas pagas pelas entidades sujeitas a supervisão, fixadas anualmente por Portaria e recebidas em duas prestações durante os meses de janeiro e julho de cada ano. O valor das taxas de supervisão, para o ano de 2014, foi fixado pela Portaria n.º 369/2013, de 26 de dezembro.

De acordo com a Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de dezembro, alterada pela Norma Regulamentar n.º 23/201-R, de 16 de dezembro, a ASF cobrou também uma taxa de supervisão contínua relativa à atividade de mediação de seguros.

No âmbito da legislação em vigor compete ainda à ASF a aplicação de coimas e sanções acessórias.

Estas receitas são registadas na rubrica “Impostos, taxas e outros” da demonstração dos resultados.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo de aquisição.

As depreciações/amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado no final do exercício, são integralmente provisionadas.

Pensões de reforma

A ASF, nos termos do artigo n.º 34 dos estatutos, assume a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma, num valor não inferior ao previsto no Contrato Coletivo de Trabalho da atividade seguradora (CCT).

Esta responsabilidade encontra-se coberta por um Fundo de Pensões, administrado pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S A. A ASF efetua os pagamentos ao fundo, de acordo com um plano de contribuições, de forma a assegurar a solvência do fundo.

O Fundo é composto por unidades de participação afetas ao plano de benefício definido e ao plano de contribuição definida. O plano de benefício definido é financiado por contribuições da ASF. O de contribuição definida é financiado por contribuições mensais da ASF e dos trabalhadores.

As contribuições da ASF para o fundo são reconhecidas como custo na rubrica “Encargos sociais – Pensões “ da demonstração dos resultados.

Outras rubricas

As restantes rubricas do balanço estão valorizadas ao custo de aquisição.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas				
Equipamento de transporte	127 992,96	0,00	0,00	127 992,96
Equipamento administrativo	3 102 296,68	289 245,59	517 082,13	2 874 460,14
Outras imobilizações corpóreas	7 810 163,98	265 906,58	23 761,75	8 052 308,81
TOTAL	11 040 453,62	555 152,17	540 843,88	11 054 761,91

ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas					
Equipamento de transporte	127 992,96	0,00	0,00	0,00	127 992,96
Equipamento administrativo	3 489 942,05	353 485,20	(38 797,48)	(478 784,28)	3 325 845,49
Outras imobilizações corpóreas	8 194 826,41	170 544,43	0,00	(24 556,21)	8 340 814,63
Imobilizações em curso	27 275,26	18 480,74	0,00	0,00	45 756,00
Investimentos financeiros					
Outras aplicações financeiras (OT's)	2 604 150,00	0,00	(1 005 750,00)	0,00	1 598 400,00
Outras aplicações financeiras (CEDIM's)	1 800 000,00	1 352 600,00	0,00	0,00	3 152 600,00
TOTAL	16 244 186,68	1 895 110,37	(1 044 547,48)	(503 340,49)	16 591 409,08

8.2.8 – Mapa das amortizações – Vide anexo IV

Mapa dos abates – Vide anexo V

8.2.24 - Valor das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal

Dívidas do pessoal

Adiantamentos **8 683,62 €**

Dívidas ao pessoal (acréscimos de custos)

Férias e subsídio de férias a pagar em 2015 **828 000,00 €**

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
292	Provisões para riscos e encargos				
	Prov. p/prémios de permanência	212 330,00	9 285,00	0,00	221 615,00
	TOTAL	212 330,00	9 285,00	0,00	221 615,00

No âmbito do CCT em vigor, quando um colaborador completa um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na ASF, tem direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Este prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença após o colaborador completar 50 anos de idade.

8.2.32 - Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício.

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor /(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor /(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Reserva para riscos de atividade	4 300 000,00	0,00	0,00	4 300 000,00
Reserva para equilíbrio financeiro	1 200 000,00	0,00	0,00	1 200 000,00
Resultados transitados	216 822,18	0,00	1 615 964,36	1 832 786,54
Resultado líquido do exercício	1 615 964,36	1 615 964,36	4 844 719,64	4 844 719,64
TOTAL	7 332 786,54	1 615 964,36	6 460 684,00	12 177 506,18

O montante de 4 300 000,00 euros é relativo a uma reserva prudencial que garanta as condições à ASF para responder a solicitações financeiras que possam surgir face à entrada em vigor da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, que aprovou o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e considerando a entrada em vigor do regime solvência II e o incremento das ações de supervisão.

A reserva no montante de 1 200 000,00 euros refere-se ao risco estimado de redução das receitas futuras provenientes do setor segurador atendendo à atual incerteza económica e financeira, encontrando-se o saldo corrente da ASF exposto ao risco de défices futuros.

8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	781	Juros obtidos	131 518,07	98 030,33
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	11,77	65,87	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos pronto pagamentos obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	28 091,09	28 652,87	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados financeiros	103 415,21	69 311,59				
		131 518,07	98 030,33			131 518,07	98 030,33

8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	346 205,92	2 939,49
694	Perdas em imobilizações	1 294,09	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00				
697	Correções relativas a exercícios anteriores	58 341,39	114 674,82	797	Correções relativas a exercícios anteriores	42 552,92	27 660,22
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	0,00
	Resultados extraordinários	329 123,36	(84 075,11)				
		388 758,84	30 599,71			388 758,84	30 599,71

8.2.39 - Outras informações consideradas relevantes para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

Acréscimos de Proveitos:

Juros de obrigações	39 671,97 €
Juros de CEDIC'S	<u>290,14 €</u>
	39 962,11 €

Custos Diferidos:

Diversos (rendas, seguros e outros)	647 815,10 €
-------------------------------------	---------------------

Acréscimos de Custos:

Encargos com férias a pagar em 2015	1 032 930,00 €
Auditoria externa e comissão de gestão do fundo de pensões	50 252,64 €
Diversos (eletricidade, telefone e outros)	<u>12 183,66 €</u>
	1 095 366,30 €

8.2.39.2 - As remunerações atribuídas aos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho de Administração

Presidente	215 510,25 €
Vice - Presidente	199 912,91 €
Vogal	<u>183 910,52 €</u>

Sub - Total

599 333,38 €

Comissão de Fiscalização

Presidente	0,00 €
ROC	16 380,00 €
Vogal	<u>12 804,25 €</u>

Sub - Total

29 184,25 €

Conselho Consultivo

0,0 €

TOTAL

628 517,63 €

8.2.39.3 - Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2014:

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-2014
Curto Prazo	4 700 000,00	0,00	0,00	4 700 000,00
CEDIC's	4 700 000,00	0,00	0,00	4 700 000,00
Médio e Longo Prazo	4 751 000,00	0,00	385 448,40	5 136 448,40
Títulos de dívida pública Portuguesa	4 751 000,00	0,00	385 448,40	5 136 448,40
TOTAL	9 451 000,00	0,00	385 448,40	9 836 448,40

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais:

1 - Despesa – *Vide* anexo VI

2 - Receita – *Vide* anexo VII

8.3.2 - Contratação administrativa:

1 - Situação dos contratos – *Vide* anexo VIII

2 - Formas de adjudicação – *Vide* anexo IX

8.3.4 - Transferências e subsídios

Transferências correntes:

Despesa

Disposições legais (1)	Entidade beneficiária (2)	Transferências Orçamentadas (3)	Transferências autorizadas (4)	Transferências efetuadas (5)	Transferências autorizadas e não efetuadas (6) =(4) - (5)
1 - CORRENTES					
Decreto - Lei nº 125/2014, de 18 de agosto	Autoridade da Concorrência	957 808,00	957 807,28	957 807,28	0,00
Decreto - Lei nº 66/2011, de 01 de junho Bolsa de estágio profissionalizante	Famílias	16 000,00	12 032,00	12 032,00	0,00
TOTAL		973 808,00	969 839,28	969 839,28	0,00

8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

1- Ativos de rendimento fixo – *Vide* anexo X

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

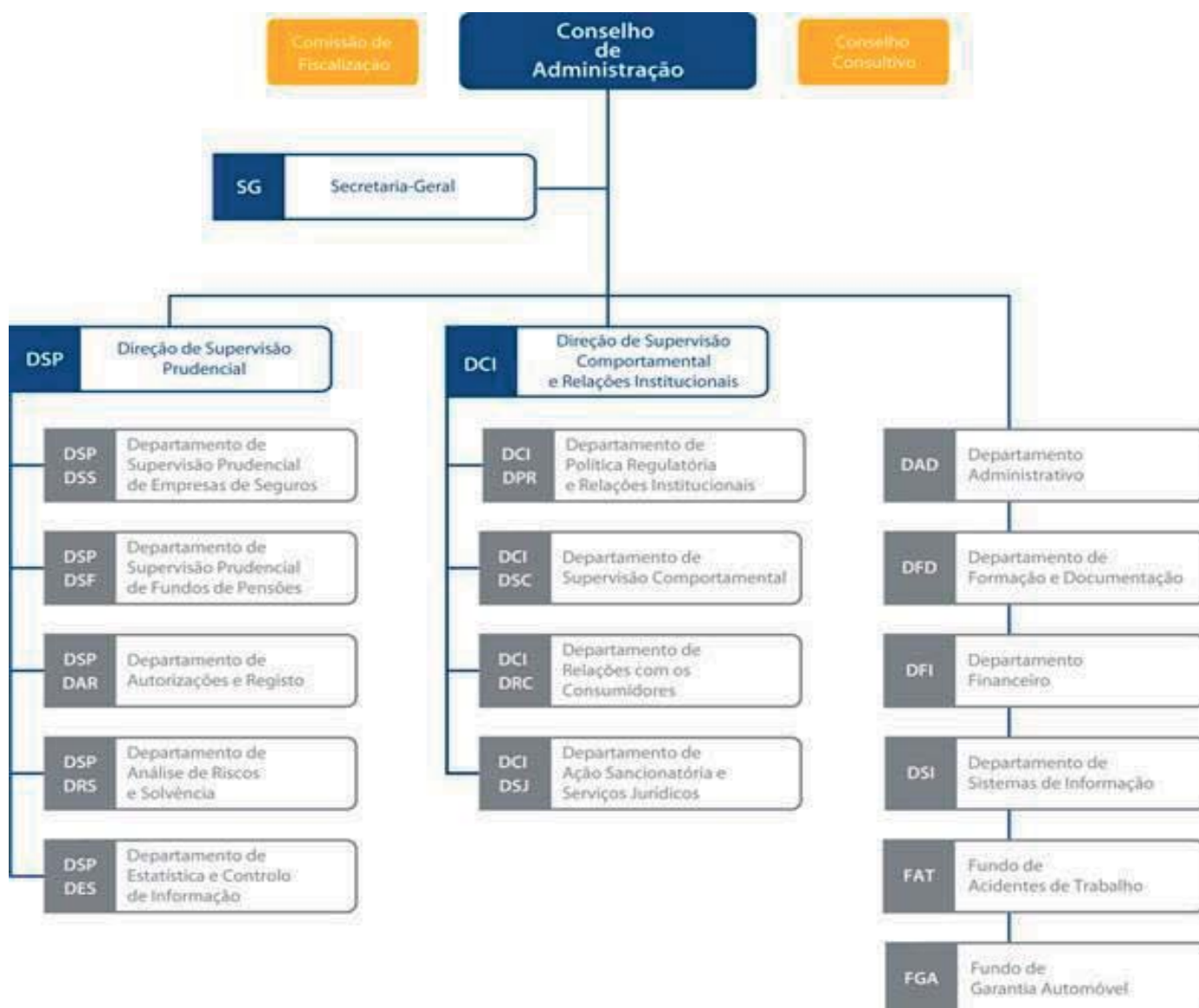
(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

Organograma



O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Identificação dos responsáveis

Identificação dos responsáveis pela Direção da entidade

Conselho de Administração

José António Figueiredo Almaça (Presidente)
 Filipe Alexandre Aleman Ferreira Serrano (Vice-Presidente)
 Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso (Vogal)

Identificação dos responsáveis por Direções/ Departamentos

Secretaria-Geral

Rui Manuel Lopes Fidalgo

Direção de Supervisão Prudencial

António Manuel Egídio Reis

Departamento de Supervisão Prudencial de Empresas de Seguros

Ana Cristina Guerra Fernandes dos Santos

Departamento de Supervisão Prudencial de Fundos de Pensões

Jorge Manuel da Silva Mendes Carriço

Departamento de Autorizações e Registo

Vicente Rato Barracas Mendes Godinho

Departamento de Análise de Riscos e Solvência

Hugo Miguel Moreira Borginho

Departamento de Estatística e Controlo de Informação

José Manuel Santos Pavão Nunes

Direção de Supervisão Comportamental e Relações Institucionais

Mário Rui Garcia Ribeiro

Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais

Maria Eduarda Vieira Ribeiro

Departamento de Supervisão Comportamental

Eduardo Alberto Farinha Pereira

Departamento de Relações com os Consumidores

Lia da Silva Arroja Neves Pereira Coutinho

Departamento de Ação Sancionatória e Serviços Jurídicos

João Miguel Roberto Santa Rita Colaço

Departamento Administrativo

Paulo Manuel Rocha Líbano Monteiro

Departamento de Formação e Documentação

Armando José Pinheiro Santos

Departamento Financeiro

Maria Jacinta Dias

Departamento de Sistemas de Informação

Gil Manuel Gama Lobo Salema da Costa

Fundo de Acidentes de Trabalho

Célia Maria Jesus Gomes Correia Matos

Fundo de Garantia Automóvel

José Carlos Simões Ferreira Marques

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

Efetivos

Pessoal do quadro em 31-12-2014

Grupos de Categorias	Efetivos em 31-12-2014
Diretores	18
Chefias Intermédias	17
Técnicos	155
Administrativos	25
Outros	9
Totais	224

Pessoal efetivo por estruturas e outras situações

Estruturas	Efetivos
Secretariado do Conselho Diretivo	3
Secretaria-Geral	21
Direção de Supervisão Prudencial	4
Departamento de Supervisão Prudencial de Empresas de Seguros	18
Departamento de Supervisão Prudencial de Fundos de Pensões	6
Departamento de Autorizações e Registo	14
Departamento de Análise de Riscos e Solvência	8
Departamento de Estatística e Controlo de Informação	7
Direção de Supervisão Comportamental e Relações Institucionais	3
Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais	8
Departamento de Supervisão Comportamental	12
Departamento de Relações com os Consumidores	11
Departamento de Ação Sancionatória e Serviços Jurídicos	5
Departamento Administrativo	19
Departamento de Formação e Documentação	5
Departamento Financeiro	10
Departamento de Sistemas de Informação	16
Fundo de Acidentes de Trabalho	11
Fundo de Garantia Automóvel	41
Requisições	1
Licenças Sem Vencimento	1
TOTAL	224

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014
RESUMO

(em euros)

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	Reintegrações e amortizações			Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)			De exercícios anteriores (6)	Do exercício			
						Taxas (7)	Valor (8)		
Material de Carga e Transporte			127 992,96		127 992,96		0,00	127 992,96	0,00
Equipamento Administrativo			3 325 845,49		2 585 214,55		289 245,59	2 874 460,14	451 385,35
Outras imobilizações Corpóreas			8 340 814,63		7 786 402,23		265 906,58	8 052 308,81	288 505,82
Total Geral			11 794 653,08		10 499 609,74		555 152,17	11 054 761,91	739 891,17

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos de utilidade esperada	De exercícios anteriores	Reintegrações e amortizações			Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição	Utilização				Taxas	Do exercício			
							(7)	Valor (8)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
4241 - Material de Carga e Transporte										
RADIO AUTO BLAKPUNT MELBOURN	1991	1991	183,04		183,04		0,00	183,04	0,00	0,00
HONDA CIVIC 4P 1.5i 88-86-JI c/alarme	1997	1997	18 954,32		18 954,32		0,00	18 954,32	0,00	0,00
OPEL ASTRA 1.4 CARAVAN 80-67-RE / extras	2001	2001	18 303,51		18 303,51		0,00	18 303,51	0,00	0,00
VOLKSWAGEN BORA 1.6 41-36-RH / extras	2001	2001	25 239,17		25 239,17		0,00	25 239,17	0,00	0,00
RENAULT KANGOO RL 1.9D 67-60-RS	2001	2001	9 442,37		9 442,37		0,00	9 442,37	0,00	0,00
PEUGEOT PARTNER 170C 1.9D 85-98-RV	2001	2001	9 826,32		9 826,32		0,00	9 826,32	0,00	0,00
AUDI A3 1.6 53-14-SG	2001	2001	25 563,39		25 563,39		0,00	25 563,39	0,00	0,00
OPEL ZAFIRA 1.6 22-80-SQ	2001	2001	20 480,84		20 480,84		0,00	20 480,84	0,00	0,00
Total do Material de Carga e Transporte			127 992,96		127 992,96		0,00	127 992,96	0,00	0,00
4261 - Mobiliário de escritório										
Mobiliário de Escritório	2003	2003	490 875,08		490 875,08		0,00	490 875,08	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2004	2004	3 612,08		3 612,08	12,50	0,00	3 612,08	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2005	2005	9 843,09		9 843,09	12,50	0,00	9 843,09	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2005	2005	372,10		372,10	100,00	0,00	372,10	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2006	2006	2 801,93		2 466,36	12,50	0,00	2 466,36	0,00	335,57
Mobiliário de Escritório	2007	2007	23 628,62		20 726,01	12,50	2 902,61	23 628,62	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2008	2008	410 582,03		307 936,50	12,50	51 322,75	359 259,25	0,00	51 322,78
Mobiliário de Escritório	2008	2008	744,62		744,62	100,00	0,00	744,62	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2009	2009	6 990,11		6 990,11	100,00	0,00	6 990,11	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2009	2009	122 525,54		76 530,85	12,50	15 315,72	91 846,57	0,00	30 678,97
Mobiliário de Escritório	2010	2010	3 432,88		3 432,88	100,00	0,00	3 432,88	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2010	2010	9 135,00		4 567,52	12,50	1 141,88	5 709,40	0,00	3 425,60
Mobiliário de Escritório	2011	2011	653,56		653,56	100,00	0,00	653,56	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2012	2012	3 929,16		3 929,16	100,00	0,00	3 929,16	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2013	2013	1 442,48		0,00	100,00	1 442,48	1 442,48	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2013	2013	12 812,84		1 601,61	12,50	1 601,61	3 203,22	0,00	9 609,62
Mobiliário de Escritório	2014	2014	695,42		0,00	100,00	695,42	695,42	0,00	0,00
Mobiliário de Escritório	2014	2014	44 143,41		0,00	12,50	5 517,93	5 517,93	0,00	38 625,48
Total do Mobiliário de Escritório			1 148 219,95		934 281,53		79 940,40	1 014 221,93		133 998,02

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

3

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	De exercícios anteriores (6)	Reintegrações e amortizações			Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)				De exercícios anteriores (7)	Do exercício			
							Taxas (8)	Valor (8)		
4262 - Computadores e outros equip. informáticos										
Computadores e outros	2007	2007	566 900,87		566 900,87			566 900,87	0,00	
Computadores e outros	2008	2008	139 143,05		139 143,05	25,00	0,00	139 143,05	0,00	
Computadores e outros	2009	2009	127 256,18		127 256,18	33,33	0,00	127 256,18	0,00	
Computadores e outros	2010	2010	233 493,70		233 470,35	33,33	0,00	233 470,35	23,35	
Computadores e outros	2010	2010	43 840,87		43 840,87	33,33	0,00	43 840,87	0,00	
Computadores e outros	2011	2011	95 383,36		95 373,81	33,33	0,00	95 373,81	9,55	
Computadores e outros	2011	2011	13 659,61		13 659,61	100,00	0,00	13 659,61	0,00	
Computadores e outros	2012	2012	148 976,95		98 282,73	33,33	49 654,02	147 936,75	1 040,20	
Computadores e outros	2013	2013	70 354,64		23 449,20	33,33	23 449,20	46 898,40	23 456,24	
Computadores e outros	2013	2013	1 296,20		0,00	100,00	1 296,20	1 296,20	0,00	
Computadores e outros	2014	2014	293 212,05		0,00	33,33	97 727,58	97 727,58	195 484,47	
Computadores e outros	2014	2014	943,64		0,00	100,00	943,64	943,64	0,00	
Total dos Comput. e O. Equip. Informáticos			1 734 461,12		1 341 376,67		173 070,64	1 514 447,31	220 013,81	
4263 - Fotocópia, calc. telecop. e similares										
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2006	2006	5 113,88		5 113,88		0,00	5 113,88	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2007	2007	10 861,01		10 861,01	20,00	0,00	10 861,01	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2007	2007	404,41		404,41	100,00	0,00	404,41	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2008	2008	39 508,53		39 508,55	20,00	0,00	39 508,55	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2008	2008	530,26		530,26	100,00	0,00	530,26	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2009	2009	243,90		243,90	100,00	0,00	243,90	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2010	2010	99,22		99,22	100,00	0,00	99,22	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2010	2010	19 323,68		15 458,96	20,00	3 864,72	19 323,68	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2012	2012	110,06		110,06	100,00	0,00	110,06	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2012	2012	2 435,50		974,20	20,00	487,10	1 461,30	974,20	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2013	2013	81,18		0,00	100,00	81,18	81,18	0,00	
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2014	2014	71,34		0,00	100,00	71,34	71,34	0,00	
Total das Fotocop. Calc. e Similares			78 782,97		73 304,45		4 504,34	77 808,79	974,20	

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

4

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	Reintegrações e amortizações				Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)			De exercícios anteriores (6)	Do exercício		Acumulado (9) = (6) + (8)	
						Taxas (7)	Valor (8)		
4267 - Estantes e Estruturas									
Estantes e estruturas	2008	2008	6 462,31		127,69	12,50	3 167,33	3 295,02	3 167,29
Estantes e estruturas	2009	2009	16 440,00		10 275,00	12,50	2 055,00	12 330,00	4 110,00
Estantes e estruturas	2014	2014	802,30		0,00	100,00	802,30	802,30	0,00
Estantes e estruturas	2014	2014	3 453,84		0,00	12,50	431,73	431,73	3 022,11
Total das Estantes e Estruturas			27 158,45		10 402,69		6 456,36	16 859,05	10 299,40
4268 - Outras máquinas e equipamentos									
Máquinas diversas	2007	2007	3 657,46		2 475,11	12,50	457,18	2 932,29	725,17
Máquinas diversas	2008	2008	81 345,31		60 930,18	12,50	10 168,16	71 098,34	10 246,97
Máquinas diversas	2008	2008	244,74		244,74	100,00	0,00	244,74	0,00
Máquinas diversas	2009	2009	660,07		660,07	100,00	0,00	660,07	0,00
Máquinas diversas	2009	2009	49 617,21		31 010,90	12,50	6 202,18	37 213,08	12 404,13
Máquinas diversas	2010	2010	3 545,48		3 545,48	100,00	0,00	3 545,48	0,00
Máquinas diversas	2010	2010	6 708,62		3 354,32	12,50	838,58	4 192,90	2 515,72
Máquinas diversas	2011	2011	1 562,29		1 562,29	100,00	0,00	1 562,29	0,00
Máquinas diversas	2011	2011	15 645,74		5 867,16	12,50	1 955,72	7 822,88	7 822,86
Máquinas diversas	2012	2012	2 079,68		2 079,68	100,00	0,00	2 079,68	0,00
Máquinas diversas	2013	2013	1 417,48		0,00	100,00	1 417,48	1 417,48	0,00
Máquinas diversas	2013	2013	3 566,75		713,35	20,00	713,35	1 426,70	2 140,05
Máquinas diversas	2014	2014	1 860,70		0,00	100,00	1 860,70	1 860,70	0,00
Máquinas diversas	2014	2014	8 302,50		0,00	20,00	1 660,50	1 660,50	6 642,00
Total das Outras maq. e Equipamentos			180 214,03		112 443,28		25 273,85	137 717,13	42 496,90

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

5

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	De exercícios anteriores (6)	Reintegrações e amortizações		Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)				Taxas (7)	Do exercício Valor (8)		
4269 - Artigos de conforto e decoração									
Diversos	1992	1992	9 431,44		8 456,68		0,00	8 456,68	974,76
Diversos	1996	1996	2 597,98		0,00	0,00	0,00	0,00	2 597,98
Diversos	1997	1997	373,50		0,00	0,00	0,00	0,00	373,50
Diversos	1998	1998	738,22		0,00	0,00	0,00	0,00	738,22
Diversos	1998	1998	300,87		300,87	100,00	0,00	300,87	0,00
Diversos	1999	1999	727,25		0,00	0,00	0,00	0,00	727,25
Diversos	1999	1999	19,95		19,95	100,00	0,00	19,95	0,00
Diversos	2000	2000	1 867,75		0,00	0,00	0,00	0,00	1 867,75
Diversos	2001	2001	4 365,28		0,00	0,00	0,00	0,00	4 365,28
Diversos	2001	2001	3 555,84		3 555,84	12,50	0,00	3 555,84	0,00
Diversos	2001	2001	841,72		841,72	100,00	0,00	841,72	0,00
Diversos	2002	2002	688,62		284,86	100,00	0,00	284,86	403,76
Diversos	2003	2003	265,61		265,61	100,00	0,00	265,61	0,00
Diversos	2004	2004	654,00		0,00	0,00	0,00	0,00	654,00
Diversos	2005	2005	2 369,87		2 369,84	12,50	0,00	2 369,84	0,01
Diversos	2005	2005	100,00		100,00	100,00	0,00	100,00	0,00
Diversos	2006	2006	5 376,16		5 376,16	25,00	0,00	5 376,16	0,00
Diversos	2007	2007	108,90		108,90	100,00	0,00	108,90	0,00
Diversos	2007	2007	650,00		0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
Diversos	2009	2009	30 250,50		0,00	0,00	0,00	0,00	30 250,50
Diversos	2009	2009	12 821,36		12 821,36	100,00	0,00	12 821,36	0,00
Diversos	2009	2009	75 121,45		75 121,44	25,00	0,00	75 121,44	0,01
Diversos	2010	2010	1 512,00		1 512,00	25,00	0,00	1 512,00	0,00
Diversos	2010	2010	2 160,00		2 160,00	100,00	0,00	2 160,00	0,00
Diversos	2012	2012	110,70		110,70	100,00	0,00	110,70	0,00
Total dos Artigos de Decoração			157 008,97		113 405,93		0,00	113 405,93	43 603,02
Total do equipamento administrativo			3 325 845,49		2 585 214,55		289 245,59	2 874 460,14	451 385,35

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

6

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	De exercícios anteriores (6)	Reintegrações e amortizações			Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)				Taxas (7)	Do exercício			
							Valor (8)			
4291 - Instalações telefónicas										
Instalações Telefónicas	2001	2001	28 357,03		28 357,03	0,00	0,00	28 357,03	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2002	2002	3 307,21		3 307,21	10,00	0,00	3 307,21	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2002	2002	1 760,10		1 760,10	100,00	0,00	1 760,10	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2003	2003	40 856,05		40 856,05	10,00	0,00	40 856,05	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2003	2003	257,85		257,85	100,00	0,00	257,85	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2004	2004	1 974,80		1 956,27	10,00	0,00	1 956,27	18,53	18,53
Instalações Telefónicas	2005	2005	577,16		577,16	100,00	0,00	577,16	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2007	2007	2 105,40		1 473,78	10,00	210,54	1 684,32	421,08	421,08
Instalações Telefónicas	2007	2007	531,14		531,14	100,00	0,00	531,14	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2008	2008	131 362,32		78 848,86	10,00	13 136,23	91 985,09	39 377,23	39 377,23
Instalações Telefónicas	2008	2008	1 609,30		1 448,37	20,00	0,00	1 448,37	160,93	160,93
Instalações Telefónicas	2009	2009	8 045,42		8 045,42	20,00	0,00	8 045,42	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2009	2009	32 609,53		16 304,75	10,00	3 260,95	19 565,70	13 043,83	13 043,83
Instalações Telefónicas	2010	2010	4 050,51		4 050,51	100,00	0,00	4 050,51	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2011	2011	125,90		125,90	100,00	0,00	125,90	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2012	2012	6 439,73		6 439,73	100,00	0,00	6 439,73	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2013	2013	313,04		0,00	100,00	313,04	313,04	0,00	0,00
Instalações Telefónicas	2014	2014	9 391,43		0,00	100,00	9 391,43	9 391,43	0,00	0,00
Total das Instalações Telefónicas			273 673,92		194 340,13		26 312,19	220 652,32		53 021,60
4292 - Equipamento desenho, microfilmagem, audiovisuais e similares										
Audiovisuais	2005	2005	57 089,31		57 089,31	0,00	0,00	57 089,31	0,00	0,00
Audiovisuais	2008	2008	47 582,30		47 582,30	20,00	0,00	47 582,30	0,00	0,00
Audiovisuais	2009	2009	16 098,29		16 098,29	20,00	0,00	16 098,29	0,00	0,00
Audiovisuais	2010	2010	3 168,00		2 534,40	20,00	633,60	3 168,00	0,00	0,00
Audiovisuais	2010	2010	1 039,20		1 039,20	100,00	0,00	1 039,20	0,00	0,00
Audiovisuais	2013	2013	350,55		0,00	100,00	350,55	350,55	0,00	0,00
Total do Equip. Desen. Microf. E Audio.			125 327,65		124 343,50		984,15	125 327,65		0,00

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

7

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	Reintegrações e amortizações				Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)			De exercícios anteriores (6)	Do exercício		Valor (8)		
						Taxas (7)	Valor (8)			
4294 - Programas computadores										
Programas de Computador	2009	2009	6 206 754,65		6 206 754,65	0,00	0,00	6 206 754,65	0,00	
Programas de Computador	2009	2009	516 834,91		516 834,91	33,33	0,00	516 834,91	0,00	
Programas de Computador	2010	2010	1 187,77		1 187,77	100,00	0,00	1 187,77	0,00	
Programas de Computador	2010	2010	226 987,70		226 987,70	33,33	0,00	226 987,70	0,00	
Programas de Computador	2011	2011	2 992,72		2 992,72	100,00	0,00	2 992,72	0,00	
Programas de Computador	2011	2011	84 302,74		84 294,30	33,33	0,00	84 294,30	8,44	
Programas de Computador	2012	2012	549,46		549,46	100,00	0,00	549,46	0,00	
Programas de Computador	2012	2012	298 521,75		198 994,60	33,33	99 497,30	298 491,90	29,85	
Programas de Computador	2013	2013	3 178,69		0,00	100,00	3 178,69	3 178,69	0,00	
Programas de Computador	2013	2013	197 576,00		65 852,08	33,33	65 852,08	131 704,16	65 871,83	
Programas de Computador	2014	2014	4 055,32		0,00	100,00	4 055,32	4 055,32	0,00	
Programas de Computador	2014	2014	137 603,99		0,00	33,33	45 863,41	45 863,41	91 740,58	
Total dos Programas de Computadores			7 680 545,70		7 304 448,19		218 446,80	7 522 894,99	157 650,70	
4295 - Aparelhos ar condicionado										
Climatização	2003	2003	18 386,35		18 386,35		0,00	18 386,35	0,00	
Climatização	2004	2004	5 216,08		5 216,08	12,50	0,00	5 216,08	0,00	
Climatização	2005	2005	4 581,50		4 581,51	12,50	0,00	4 581,51	0,00	
Climatização	2008	2008	2 196,00		1 647,00	12,50	274,50	1 921,50	274,50	
Climatização	2009	2009	78 896,90		39 448,45	10,00	7 889,69	47 338,14	31 558,76	
Climatização	2010	2010	44 194,80		17 677,92	10,00	4 419,48	22 097,40	22 097,40	
Climatização	2011	2011	4 646,94		1 394,07	10,00	464,69	1 858,76	2 788,18	
Climatização	2012	2012	1 960,62		392,12	10,00	196,06	588,18	1 372,44	
Climatização	2013	2013	1 819,17		1 819,17	100,00	0,00	1 819,17	0,00	
Climatização	2013	2013	1 068,87		106,89	10,00	106,89	213,78	855,09	
Climatização	2014	2014	1 212,78		0,00	100,00	1 212,78	1 212,78	0,00	
Climatização	2014	2014	14 498,97		0,00	10,00	1 449,90	1 449,90	13 049,07	
Total dos Aparelhos de Ar Condicionado			178 678,98		90 669,56		16 013,99	106 683,55	71 995,44	

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

8

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos de utilidade esperada (5)	Reintegrações e amortizações			Acumulado (9) = (6) + (8)	Valor Contabilístico Actual (10) = (4) - (9)
	Aquisição (2)	Utilização (3)			De exercícios anteriores (6)	Do exercício			
						Taxas (7)	Valor (8)		
4296 - Reclamos luminosos									
Reclamos Luminosos	2012	2012	4 236,05		1 059,02	12,50	529,51	1 588,53	2 647,52
Reclamos Luminosos	2014	2014	1 536,39		0,00	12,50	192,05	192,05	1 344,34
Total dos Reclamos Luminosos			5 772,44		1 059,02		721,56	1 780,58	3 991,86
4297 - Material incêndio, extintores e outros									
Extintores e Similares	2001	2001	28 566,13		28 566,13	0,00	0,00	28 566,13	0,00
Extintores e Similares	2005	2005	27 084,28		24 375,87	10,00	2 706,43	27 082,30	1,98
Extintores e Similares	2006	2006	15 400,05		15 400,05	12,50	0,00	15 400,05	0,00
Extintores e Similares	2007	2007	327,60		327,60	100,00	0,00	327,60	0,00
Extintores e Similares	2008	2008	1 280,57		960,42	12,50	160,07	1 120,49	160,08
Extintores e Similares	2009	2009	1 416,66		1 416,66	100,00	0,00	1 416,66	0,00
Extintores e Similares	2010	2010	443,44		443,44	100,00	0,00	443,44	0,00
Extintores e Similares	2011	2011	51,66		51,66	100,00	0,00	51,66	0,00
Extintores e Similares	2014	2014	2 245,55		0,00	25,00	561,39	561,39	1 684,16
Total do Material de Incêndio			76 815,94		71 541,83		3 427,89	74 969,72	1 846,22
Total das Outras Imobilizações Corpóreas			8 340 814,63		7 786 402,23		265 906,58	8 052 308,81	288 505,82
O Técnico de Contas			A Diretora Financeira			O Conselho de Administração			
(Filipe Valentim)			(Jacinta Dias)			(José Figueiredo Almeida) (Presidente)			
(Filipe Aleman Serrano) (Vice-Presidente)			(Filipe Aleman Serrano) (Vice-Presidente)			(Maria de Nazaré Barros) (Vogal)			

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014
RESUMO

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			(4)				
Equipamento de transporte			0,00			0,00	0,00
Equipamento Administrativo			517 581,76			517 082,13	499,63
Outras Imobilizações Corpóreas			24 556,21			23 761,75	794,46
Total Geral			542 137,97			540 843,88	1 294,09

(em euros)

1

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição (2)	Utilização (3)		Ano (5)	Mês (6)		
4261- MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO							
Escadote c/ 3 degraus vermelho	1995	1995	48,71	2014	09	48,71	0,00
Cadeira fixa c/ braços	1995	1995	301,89	2014	09	301,89	0,00
Cadeira giratória c/ braços	1995	1995	187,10	2014	09	187,10	0,00
Cadeira fixa s/ braços	1995	1995	131,54	2014	09	131,54	0,00
Cadeira fixa s/ braços	1995	1995	131,54	2014	09	131,54	0,00
Secretária concord 185x95x73	1995	1995	851,35	2014	09	851,35	0,00
Alonga concord c/ bloco	1995	1995	766,17	2014	09	766,17	0,00
Alonga Alpha 1100x600	1995	1995	196,91	2014	09	196,91	0,00
Mesa para fax 800x600	1995	1995	120,40	2014	09	120,40	0,00
Painel sistema integrado (c/ 2 esquadros)	1995	1995	117,18	2014	09	117,18	0,00
Painel sistema integrado (c/ 2 esquadros)	1995	1995	117,18	2014	09	117,18	0,00
Painel sistema integrado (c/ 2 esquadros)	1995	1995	117,18	2014	09	117,18	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
Armário suspenso c/ portas recolher	1995	1995	114,36	2014	09	114,36	0,00
A transportar			4 230,75			4 230,75	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			7 415,46			7 415,46	0,00
Transporte							
Candeeiro Hal GILL 5002	1993	1993	39,92		2014	09	0,00
Cesto para papéis NS Office	1993	1993	25,46		2014	09	0,00
Cadeira rovo rodada 2035RA	1993	1993	328,18		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	1999	1999	297,63		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faixa	1999	1999	142,98		2014	09	0,00
A transportar			12 072,14				0,00
						12 072,14	0,00

(em euros)

4

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			12 072,14			12 072,14	0,00
Alonga de secretária linha 2600 CN faia	1999	1999	142,98		2014 09	142,98	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	1999	1999	147,21		2014 09	147,21	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49		2014 09	11,49	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77		2014 09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77		2014 09	191,77	0,00
A transportar			14 185,66			14 185,66	0,00

(em euros)

5

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			14 185,66			14 185,66	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Cadeira ergonómica costa média c/ braços	1999	1999	191,77	2014	09	191,77	0,00
Mesa de reuniões linha 2600 CN	1999	1999	418,59	2014	09	418,59	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira fixa c/ 4 pés s/ braços	1999	1999	58,07	2014	09	58,07	0,00
Cadeira costa alta c/ braços	1999	1999	314,41	2014	09	314,41	0,00
Alonga de secretária linha 3000	1999	1999	410,66	2014	09	410,66	0,00
Cadeira fixa c/ braços	1999	1999	145,03	2014	09	145,03	0,00
Cadeira fixa c/ braços	1999	1999	145,03	2014	09	145,03	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000	1999	1999	147,21	2014	09	147,21	0,00
Cesto para papéis CP/4000	1999	1999	11,49	2014	09	11,49	0,00
Bengaleiro cromado c/ base em mármore	1999	1999	99,21	2014	09	99,21	0,00
Cadeira Confort 94-1878 c/ braços	1999	1999	191,01	2014	09	191,01	0,00
Secretária em faia 1000x900	1999	1999	1 102,99	2014	09	1 102,99	0,00
A transportar			18 862,10			18 862,10	0,00

(em euros)

6

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			18 862,10			18 862,10	0,00
Secretária tampo curvo em faixa 1000x90	1999	1999	545,08	2014	09	545,08	0,00
Secretária em faixa 800x1000	1999	1999	655,73	2014	09	655,73	0,00
Bloco rodado 600x600	1999	1999	327,98	2014	09	327,98	0,00
Mesa de reunião c/ 1200 diâmetro	1999	1999	530,49	2014	09	530,49	0,00
Cadeira 1888 c/braços, pé trenó	1999	1999	380,47	2014	09	380,47	0,00
Cadeira 1888 c/braços, pé trenó	1999	1999	380,47	2014	09	380,47	0,00
Cadeira 1888 c/braços, pé trenó	1999	1999	380,47	2014	09	380,47	0,00
Cadeira 1888 c/braços, pé trenó	1999	1999	380,47	2014	09	380,47	0,00
Candeiro Novilux DHG 1022 mod. NR8112	1999	1999	19,95	2014	09	19,95	0,00
Armário de cozinha Danúbio (copa 2.º piso Av. Rep. 59)	2000	2000	1 959,15	2014	09	1 959,15	0,00
Armário de cozinha Danúbio (copa 2.º piso Av. Rep. 59)	2000	2000	1 959,15	2014	09	1 959,15	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	2000	2000	297,63	2014	09	297,63	0,00
Secretária Linha sistema 2600 CN T.3	2000	2000	297,63	2014	09	297,63	0,00
Armário de WC (2.º piso Av. Rep. 59)	2000	2000	326,81	2014	09	326,81	0,00
Armário de WC (2.º piso Av. Rep. 59)	2000	2000	326,81	2014	09	326,81	0,00
Armário de WC (6.º piso Av. Rep. 59)	2000	2000	326,81	2014	09	326,81	0,00
Armário de WC (6.º piso Av. Rep. 59)	2000	2000	326,81	2014	09	326,81	0,00
Armário de parapeito de janela (Av. da Rep. 59 - 2.º)	2000	2000	300,55	2014	09	300,55	0,00
Armário de parapeito de janela (Av. da Rep. 59 - 2.º)	2000	2000	300,55	2014	09	300,55	0,00
Armário de parapeito de janela (Av. da Rep. 59 - 6.º)	2000	2000	300,55	2014	09	300,55	0,00
Armário de parapeito de janela (Av. da Rep. 59 - 6.º)	2000	2000	300,55	2014	09	300,55	0,00
Mesa babini studio ref.ª 3680	2000	2000	946,82	2014	09	946,82	0,00
Cavalete p/ bloco de papel 70 x 100	2000	2000	94,12	2014	09	94,12	0,00
A transportar			30 527,15			30 527,15	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			30 527,15			30 527,15	0,00
Secretária linha Tiper c/ tampo vidro	2000	2000	1 625,42		2014	09	0,00
Secretária linha Tiper c/ tampo vidro	2000	2000	1 625,42		2014	09	0,00
Bloco rodado 3 gavetas	2000	2000	460,52		2014	09	0,00
Bloco rodado 3 gavetas	2000	2000	460,52		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2000	2000	266,12		2014	09	0,00
Cadeira costa baixa c/ braços mod. ALA R	2000	2000	554,41		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		2014	09	0,00
A transportar			39 665,36			39 665,36	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			39 665,36			39 665,36	0,00
Transporte							
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		09	234,60	0,00
Cadeira c/ 4 pés est. Cromada mod. SARA R	2000	2000	234,60		09	234,60	0,00
Cinzeiro de parede P-2300 cor RAL 9006	2000	2000	54,80		09	54,80	0,00
Cinzeiro de parede P-2300 cor RAL 9006	2000	2000	54,80		09	54,80	0,00
Cinzeiro de parede P-2300 cor RAL 9006	2000	2000	54,80		09	54,80	0,00
Cadeira Confort 9H-1811 em simipele	2000	2000	309,71		09	309,71	0,00
Cadeira Confort 9H-1878 similipele preta	2000	2000	191,01		09	191,01	0,00
Cadeira Confort 9H-1878 similipele preta	2000	2000	191,01		09	191,01	0,00
Cadeira Confort 9H-1878 similipele preta	2000	2000	191,01		09	191,01	0,00
Cadeira Confort 9H-1878 similipele preta	2000	2000	191,01		09	191,01	0,00
Cadeira Confort 9H-1878 similipele preta	2000	2000	191,01		09	191,01	0,00
Cadeira Confort 9H-1878 similipele preta	2001	2001	585,34		09	585,34	0,00
Secretária linha Tiper cinza claro	2001	2001	183,41		09	183,41	0,00
Bengaleiro H-1000P cromado	2001	2001	60,01		09	60,01	0,00
Porta Chapéus P-2075 cinza	2001	2001	60,01		09	60,01	0,00
Porta Chapéus P-2075 cinza	2001	2001	60,01		09	60,01	0,00
Porta Chapéus P-2075 cinza	2001	2001	60,01		09	60,01	0,00
Cesto para papéis metálico (pintura 85)	2001	2001	18,21		09	18,21	0,00
Cesto para papéis metálico (pintura 85)	2001	2001	18,21		09	18,21	0,00
Cesto para papéis metálico (pintura 85)	2001	2001	18,21		09	18,21	0,00
Cesto para papéis metálico (pintura 85)	2001	2001	18,21		09	18,21	0,00
Armário modular	2001	2001	385,17		09	385,17	0,00
Armário c/ portas 85x80	2001	2001	260,87		09	260,87	0,00
Armário c/ portas 85x80	2001	2001	260,87		09	260,87	0,00
A transportar			43 492,25			43 492,25	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			43 492,25			43 492,25	0,00
Transporte							
Secretária sistema 4000 RN T3 + painel + alonga	2001	2001	460,52		2014	09	0,00
Secretária sistema 4000 RN T4 + painel + alonga	2001	2001	425,21		2014	09	0,00
Bloco gavetas rodado linha 4000RN	2001	2001	117,97		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2001	2001	250,02		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2001	2001	250,02		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2001	2001	250,02		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2001	2001	250,01		2014	09	0,00
Armário baixo c/ portas 85x80	2001	2001	250,01		2014	09	0,00
Secretária T3 rect/800 RN + painel + alonga	2002	2002	468,37		2014	09	0,00
Cesto para papéis 4000	2002	2002	12,33		2014	09	0,00
Cadeira ergonómica 468 please	2003	2003	618,89		2014	09	0,00
Cesto para papéis metálico pintura 84	2003	2003	15,17		2014	09	0,00
Cadeira 5081 c/ braços costa média	2003	2003	233,66		2014	09	0,00
Cadeira 5081 c/ braços costa média	2003	2003	233,66		2014	09	0,00
Cadeira 5081 c/ braços costa média	2003	2003	233,65		2014	09	0,00
Biombo misto 1700x800 (pint.84 tec.18)	2003	2003	322,40		2014	09	0,00
Biombo misto 1700x800 (pint.84 tec.18)	2003	2003	322,40		2014	09	0,00
Biombo misto 1700x1200 (pint.84 tec.18)	2003	2003	391,59		2014	09	0,00
Biombo misto 1700x1200 (pint.84 tec.18)	2003	2003	391,59		2014	09	0,00
Bloco gavetas rodado	2003	2003	412,81		2014	09	0,00
Alonga MT 100x62x72 vidro especial	2003	2003	950,86		2014	09	0,00
Alonga MT 100x62x72 vidro especial	2003	2003	950,86		2014	09	0,00
Alonga MT 100x62x72 vidro especial	2003	2003	950,85		2014	09	0,00
A transportar			52 255,12				0,00

(em euros)

10

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			52 255,12			52 255,12	0,00
Alonga MT 100x62x72 vidro especial	2003	2003	950,62		09	950,62	0,00
Cadeira Nela executive costa alta c/ braços	2003	2003	211,17		09	211,17	0,00
Biombo misto 608TA C.48 TC.YB005	2004	2004	238,14		09	238,14	0,00
Vitrine/armário vidro temperado	2004	2004	2 150,14		09	2 150,14	0,00
Cesto para papéis metálico pintura 84	2004	2004	21,21		09	21,21	0,00
Cesto para papéis metálico pintura 84	2004	2004	21,20		09	21,20	0,00
Quadro flip-chart (ref.ª por CC2)	2005	2005	94,95		09	94,95	0,00
Prateleira p/expositor inserido em estante	2005	2005	100,43		09	100,43	0,00
Apio p/pés - repousa pés Confort preto	2006	2006	18,85		09	18,85	0,00
Secretária 1600x800 c/longa 800x600	2006	2006	377,17		09	377,17	0,00
Bloco rodado 600 c/ 3 gavetas	2006	2006	194,12		09	194,12	0,00
Cadeira 5081 c/ braços lift biosny giratória	2006	2006	279,74		09	279,74	0,00
Cadeira 5021 c/ braços costa alta	2007	2007	360,19		09	315,14	45,05
Bloco rodado 3 gavetas linha Tipex	2007	2007	490,05		09	428,80	61,25
Cadeira 5021 c/ braços costa alta	2007	2007	360,19		09	315,14	45,05
Biombo misto 1480x1200 (pint.84 tec.196)	2007	2007	417,32		09	365,16	52,16
Biombo misto 1480x1200 (pint.84 tec.196)	2007	2007	462,04		09	404,29	57,75
Armário estante 800x720x280mm	2009	2009	274,28		09	171,43	102,85
Apio p/pés - repousa pés Confort preto	2009	2009	22,20		09	22,20	0,00
Apio p/pés - repousa pés Confort preto	2009	2009	22,20		09	22,20	0,00
Apio p/pés - repousa pés Confort preto	2009	2009	22,20		09	22,20	0,00
Apio p/pés - repousa pés Confort preto	2009	2009	22,20		09	22,20	0,00
Escadote tamborete c/ rodas azul	2009	2009	38,57		09	38,57	0,00
Cadeira ergonómica 468 new please tecido	2010	2010	546,58		09	546,58	0,00
Total			59 950,88			59 586,77	364,11

(em euros)

11

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			(4)				
4262- COMPUTADORES OUT. EQUIPA.							
Computador DELL OPTIPLEX 760 SF N.F26R84J	2009	2009	688,80	2014	02	688,80	0,00
Monitor DELL E178FP 17" N.23K7426192K1MDL	2009	2009	120,00	2014	02	120,00	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E5400 N.DG84B4J	2009	2009	982,80	2014	02	982,80	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E5400 N.HG84B4J	2009	2009	982,80	2014	02	982,80	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 760 SF N.C26R84J	2009	2009	688,80	2014	04	688,80	0,00
Monitor DELL E178FP 17" N.23K7426192K1N7L	2009	2009	120,00	2014	04	120,00	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 760 SF N.B26R84J	2009	2009	688,80	2014	05	688,80	0,00
Monitor DELL E178FP 17" N.23K7426192K1M7L	2009	2009	120,00	2014	05	120,00	0,00
Impressora HP 5P N.NLFB165228	1995	1995	933,75	2014	09	933,75	0,00
Impressora HP 5P N.NLFB165231	1995	1995	933,75	2014	09	933,75	0,00
Impressora HP Laserjet 6P N.NLBB106344	1996	1996	694,48	2014	09	694,48	0,00
Impressora HP Laserjet 5 sinx N.NLSK076395	1997	1997	2 799,50	2014	09	2 799,50	0,00
Impressora HP Laserjet 6P N.NLDF039702	1998	1998	760,42	2014	09	760,42	0,00
Impressora HP Laserjet 6P N.NLDF039746	1998	1998	760,42	2014	09	760,42	0,00
Impressora HP Laserjet 6P N.NLDF039674	1998	1998	760,42	2014	09	760,42	0,00
Computador Compaq DESKPRO N.8850CCJ7C076	1994	1994	1 231,38	2014	09	1 231,38	0,00
Impressora HP Laserjet 8100N N.NLQF014784	1999	1999	3 528,41	2014	09	3 528,41	0,00
Impressora HP Laserjet 8100N N.NLRF015581	1999	1999	3 472,38	2014	09	3 472,38	0,00
Impressora HP Laserjet 2100TN N.FRGW028515	1999	1999	1 094,24	2014	09	1 094,24	0,00
Impressora HP Laserjet 2100TN N.FRGW028454	1999	1999	1 094,24	2014	09	1 094,24	0,00
Impressora HP Laserjet 2100TN N.FRGW028520	1999	1999	1 094,24	2014	09	1 094,24	0,00
Impressora HP Laserjet 8100N N.NLTF000453	1999	1999	3 472,38	2014	09	3 472,38	0,00
Impressora HP Laserjet 8100N N.NLRF012692	1999	1999	3 472,38	2014	09	3 472,38	0,00
A transportar			30 494,39			30 494,39	0,00

(em euros)

12

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

13
(em euros)

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			30 494,39			30 494,39	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.FRGR852346	2000	2000	362,86	2014	09	362,86	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.FRGR852289	2000	2000	362,86	2014	09	362,86	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.FRGR852372	2000	2000	362,86	2014	09	362,86	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.FRGR852349	2000	2000	362,86	2014	09	362,86	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.FRHR691441	2000	2000	423,47	2014	09	423,47	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.SFRHR691443	2000	2000	423,46	2014	09	423,46	0,00
Impressora HP Laserjet 1100 N.FRHR691399	2000	2000	423,46	2014	09	423,46	0,00
Impressora Laserjet 1200 N.CNBF580057	2001	2001	538,19	2014	09	538,19	0,00
Impressora Laserjet 1200 N.CNBF580063	2001	2001	538,19	2014	09	538,19	0,00
Impressora HP Laserjet 1200 N.CNBF175485	2001	2001	566,09	2014	09	566,09	0,00
Impressora HP Laserjet 1200 N.CNBF175491	2001	2001	566,09	2014	09	566,09	0,00
Computador HP Vectra VL420 DT N.NL22413757	2002	2002	1 681,47	2014	09	1 681,47	0,00
Monitor HP 720 Ecran plano 17" N.KR21197898	2002	2002	294,84	2014	09	294,84	0,00
Monitor HP 720 Ecran plano 17" N.KR21197899	2002	2002	294,84	2014	09	294,84	0,00
Computador Compaq EVO D310U N.SNL22827025	2002	2002	1 443,47	2014	09	1 443,47	0,00
Proliant DL360R02 P1.400 512KB 256MB N.7124JINT1M042	2012	2012	5 377,00	2014	09	5 377,00	0,00
Proliant DL360R02 P1.400 512KB 256MB N.8251JINT12272	2002	2002	6 161,00	2014	09	6 161,00	0,00
Switch Storageworks SAN SWIT. 2GB	2002	2002	10 865,50	2014	09	10 865,50	0,00
Monitor COMPAQ 17" TFT 1701 N.KR305FA832	2003	2003	612,17	2014	09	612,17	0,00
Monitor COMPAQ 17" TFT 1701 N.KR305FA825	2003	2003	612,17	2014	09	612,17	0,00
Leitor optico DLC7070-M1 lig. Impressora N. C02L53560	2003	2003	350,70	2014	09	350,70	0,00
Impressora HP Laserjet 1000W N.CNCI623387	2003	2003	287,02	2014	09	287,02	0,00
Computador Compaq EVO D310 N.HUB31605	2003	2003	1 001,20	2014	09	1 001,20	0,00
A transportar			64 406,16			64 406,16	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

14
(em euros)

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
Transporte			64 406,16			64 406,16	0,00
Computador Compaq EVO D310 N.HUB31.60505	2003	2003	1 001,20		09	1 001,20	0,00
Computador Compaq EVO D310 N.HUB31.60505	2003	2003	1 001,19		09	1 001,19	0,00
Monitor 15" Compaq S5500 N.306BK43LD001	2003	2003	154,95		09	154,95	0,00
Impressora validação EPSON TMU295 N.A8D0134648	2003	2003	311,78		09	311,78	0,00
Scanner Fujitsu FI.4220C N.008413	2003	2003	2 850,05		09	2 850,05	0,00
Gravador de DVD + RW 300e externo N.MY3705372N	2003	2003	281,51		09	281,51	0,00
Monitor DELL 17" E773C N.6418036030LL	2003	2003	129,99		09	129,99	0,00
Server Proliant DL380R03 N.8327LDN11035	2003	2003	3 235,28		09	3 235,28	0,00
Server Proliant DL380R03 N.8327LDN11036	2003	2003	3 235,27		09	3 235,27	0,00
Firewall externa - reform. Segurança informática	2003	2003	17 426,36		09	17 426,36	0,00
IDS/DDP-100 - reform. Segurança informática	2003	2003	33 265,86		09	33 265,86	0,00
Acelarador SSL-TX 2200 N.01168	2004	2004	28 421,96		09	28 421,96	0,00
Servidor DL380R03 X3.06 N.8006KINZ2L	2004	2004	3 396,49		09	3 396,49	0,00
Monitor DELL DE 17" TFT N.71618461GD0U	2004	2004	547,21		09	547,21	0,00
Monitor DELL DE 17" TFT N.71618461GCHZ	2004	2004	547,21		09	547,21	0,00
Impressora XEROX PHASER 6250P N.PWH534415	2004	2004	1 928,99		09	1 928,99	0,00
Impressora XEROX PHASER 6250P N.PWH534164	2004	2004	1 928,99		09	1 928,99	0,00
Impressora XEROX PHASER 6250P N.PWH534410	2004	2004	1 928,99		09	1 928,99	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3.2GHZ N.GB84501W6K	2004	2004	8 166,43		09	8 166,43	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3.2GHZ N.GB84501W6V	2004	2004	8 775,42		09	8 775,42	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3.2GHZ N.GB84501W6L	2004	2004	8 775,42		09	8 775,42	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3.2GHZ N.GB84501W6T	2004	2004	6 079,75		09	6 079,75	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3.2GHZ N.GB84501W75	2004	2004	6 294,33		09	6 294,33	0,00
A transportar			204 090,79			204 090,79	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			204 090,79			204 090,79	0,00
Transporte							
Scanner Fujitsu Fi.4220C N.007644	2005	2005	1 935,15		09	1 935,15	0,00
Computador OPTIPLEX GX280 SFF N.C4FNR1J	2005	2005	671,20		09	671,20	0,00
Computador OPTIPLEX GX280 SFF N.65FNR1J	2005	2005	671,20		09	671,20	0,00
Monitor DELL TFT DE 17" N.41764-18055U1LQS	2005	2005	333,14		09	333,14	0,00
Monitor DELL TFT DE 17" N.41764-18055U1LTS	2005	2005	333,13		09	333,13	0,00
Computador OPTIPLEX GX280 SFF N.73FNR1J	2005	2005	671,20		09	671,20	0,00
Servidor HP DL380R03 G4 X3.6GHZ N.GB8606XS62	2006	2006	4 505,65		09	4 505,65	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 USFF AIO N.94R2D2J	2006	2006	776,18		09	776,18	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 USFF AIO N.C4R2D2J	2006	2006	776,18		09	776,18	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 USFF AIO N.1CLZC2J	2006	2006	776,18		09	776,18	0,00
Monitor DELL 1707FP AIO N.71618667B149	2006	2006	385,42		09	385,42	0,00
Monitor DELL 1707FP AIO N.71618667B334	2006	2006	385,42		09	385,42	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 SF N.FQYKD2J	2006	2006	1 279,83		09	1 279,83	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 SF N.2RYKD2J	2006	2006	1 279,83		09	1 279,83	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 SF N.4RYKD2J	2006	2006	1 279,83		09	1 279,83	0,00
Impressora validação EPSON TMU295 N.9JG004623	2006	2006	427,75		09	427,75	0,00
Computador portátil DELL Latitude D620 N.4N71G2J	2006	2006	1 707,21		09	1 707,21	0,00
Computador portátil DELL Latitude D420 N.61P1G2J	2006	2006	1 706,92		09	1 706,92	0,00
Computador portátil DELL Latitude D420 N.91P1G2J	2006	2006	1 706,92		09	1 706,92	0,00
Computador portátil DELL Latitude D420 N.B1P1G2J	2006	2006	1 706,92		09	1 706,92	0,00
Computador DELL OPTIPLEX GX620 USFF AIO NJR/JHG2J	2006	2006	776,18		09	776,18	0,00
Monitor DELL 1707FP AIO N.71618686B599	2006	2006	385,42		09	385,42	0,00
Monitor DELL 1707FP AIO N.71618686B448	2006	2006	385,42		09	385,42	0,00
A transportar			228 953,07			228 953,07	0,00

(em euros)

15

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			228 953,07			228 953,07	0,00
Transporte							
Servidor HP DL380R03 G4 X3.6GHZ N.GB8638MJEL	2006-10	2006	7 581,00		09	7 581,00	0,00
Servidor HP DL380R03 G4 X3.6GHZ N.GB8638MTOC	2006-10	2006	10 119,71		09	10 119,71	0,00
Servidor HP DL380R03 G4 X3.6GHZ N.GB8638MTOL	2006-10	2006	10 119,71		09	10 119,71	0,00
Storage DELL - EMC CX3-20 N.4LD36815LD3681	2006-10	2006	47 713,92		09	47 713,92	0,00
Switch fibra Brocade 200E N.JSSXR71	2006-09	2006	5 312,00		09	5 312,00	0,00
Catalyst 2960 48 Port 10/100/1000 N.FOC1051X108	2006-12	2006	2 985,00		09	2 985,00	0,00
Computador DELL OPTIPILEX 745 SF N.H1XR13J	2007-08	2007	621,13		09	621,13	0,00
Computador DELL OPTIPILEX 745 N.11XR13J	2007-08	2007	621,13		09	621,13	0,00
Computador DELL OPTIPILEX 745 N.B0XR13J	2007-08	2007	621,13		09	621,13	0,00
Computador DELL OPTIPILEX 745 N.301S13J	2007-08	2007	621,13		09	621,13	0,00
Computador DELL OPTIPILEX 745 N.G1XR13J	2007-08	2007	621,13		09	621,13	0,00
Computador DELL OPTIPILEX 745 N.51XR13J	2007-08	2007	621,13		09	621,13	0,00
Replicador de portas - adaptador CA e cabo	2007-07	2007	96,80		09	96,80	0,00
Brocade 200E FC4 (EMC) N.46G55C1	2007-10	2007	4 247,26		09	4 247,26	0,00
DAE DAE4P FC4 CX3-20 N.3JK3CD1	2007-10	2007	20 986,35		09	20 986,35	0,00
Monitor DELL 1708FP 17" N.446728728311FPL	2008-04	2008	198,55		09	198,55	0,00
DAE CX3 - 20 N.5CC0HH1	2008-11	2008	9 575,90		09	9 575,90	0,00
Memória 2GB p/ PC OPTIPILEX GX620	2009-04	2009	30,87		09	30,87	0,00
Memória 2GB p/ PC OPTIPILEX GX620	2009-04	2009	30,87		09	30,87	0,00
Memória 2GB p/ PC OPTIPILEX GX620	2009-04	2009	30,87		09	30,87	0,00
Memória 2GB p/ PC OPTIPILEX GX620	2009-04	2009	30,87		09	30,87	0,00
Monitor DELL E178FP 17" N.CNON978K6418092G011L	2009-06	2009	120,00		09	120,00	0,00
Suporte Monitor	2009-06	2009	88,64		09	88,64	0,00
A transportar			351 948,17			351 948,17	0,00

(em euros)

16

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			351 948,17			351 948,17	0,00
Transporte							
Replicador de portas - adaptador N.1296189G6925A01	2008	2008	113,74		09	113,74	0,00
Computador portátil DELL Latitude E5400 N.CSRMP4J	2010	2010	994,80		09	994,80	0,00
Computador portátil DELL Latitude E5400 N.4TRMP4J	2010	2010	1 009,20		09	1 009,20	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801413FI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Suporte monitor p/utilização porta N.395739010195615	2010	2010	29,40		09	29,40	0,00
Replicador de portas - adaptador N.3801296102N6442	2010	2010	29,40		09	29,40	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.2LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.3LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.4LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.5LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.7LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.8LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.9LLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.FLLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.HLLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.JLLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.IMLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.7MLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.9MLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.BMLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.DMLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.FMLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.HMLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
A transportar			363 510,68			363 510,68	0,00

(em euros)

17

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			363 510,68			363 510,68	0,00
Transporte							
Computador DELL Optiplex 380 SF N.JMLMP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.2NLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.3NLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.4NLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.6NLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.8NLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.9NLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.BNLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.DNLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.FNLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.HNLMPP4J	2010	2010	539,41		09	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.BTGMPP4J	2010	2010	550,29		09	550,29	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.CTGMPP4J	2010	2010	550,29		09	550,29	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.DTGMPP4J	2010	2010	550,29		09	550,29	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412VI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801401FI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801408DI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140WCI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014123I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141GKI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141FVI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141G5I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
A transportar			373 373,38			373 373,38	0,00

(em euros)

18

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
(1)			373 373,38			373 373,38	0,00
Transporte							
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140UMI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412JI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412UI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412FI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141G8I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014136I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801407AI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140WDI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412WI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141F7I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014138I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014119I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014137I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140W2I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141GII	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140W8I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141W8I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360804636GS	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412TI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141FGI	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140W1I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014135I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014081I	2010	2010	216,00		09	216,00	0,00
A transportar			378 341,38			378 341,38	0,00

(em euros)

19

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição (2)	Utilização (3)		Ano (5)	Mês (6)		
Transporte			378 341,38			378 341,38	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140MYI	2010	2010	216,00	2014	09	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080140MYI	2011	2011	229,60	2014	09	229,60	0,00
Computador portátil DELL Latitude E5400 N.BSRMP4J	2010	2010	994,80	2014	10	994,80	0,00
Computador portátil DELL Latitude E5400 N.BSRMP4J	2010	2010	1 009,20	2014	10	1 009,20	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141GLI	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Suporte monitor p/utilização porta N.58C739010195616	2010	2010	29,40	2014	10	29,40	0,00
Replicador de portas - adaptador N.00C1296102N4174	2010	2010	29,40	2014	10	29,40	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.6LLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.CLLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.4MLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.5MLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.6MLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.GMLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Computador DELL Optiplex 380 SF N.JMLMP4J	2010	2010	539,41	2014	10	539,41	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801413KI	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141W7I	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412GI	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801412LJ	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K7360801400RI	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K73608014126I	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.16K736080141VUI	2010	2010	216,00	2014	10	216,00	0,00
Total			386 353,65			386 353,65	0,00

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
4263 - FOTOCOPIADORAS CALC.SIMI.							
Calculadora CANON BP-5420	1996	1996	205,28	2014	09	205,28	0,00
Calculadora CANON BP35D N.510084	1991	1991	128,39	2014	09	128,39	0,00
Telecopiador Panasonic UF-585 N.1991000022	1999	1999	798,36	2014	09	798,36	0,00
Telecopiador Panasonic UF-585 N.1991000053	1999	1999	798,36	2014	09	798,36	0,00
Calculadora CANON BP 37-DE N.A4170462	2001	2001	107,96	2014	09	107,96	0,00
Calculadora CANON BP37-DE N.A4213530	2002	2002	109,82	2014	09	109,82	0,00
Calculadora CANON BP37-DTS N.A414904	2003	2003	109,48	2014	09	109,48	0,00
Calculadora CASIO HR-8 TEC	2006	2006	27,23	2014	09	27,23	0,00
Calculadora CANON BP37-DTS N.A504106	2006	2006	96,54	2014	09	96,54	0,00
Total			2 381,42			2 381,42	0,00
4267 - ESTANTES E ESTRUTURAS							
Estante composta por vários módulos	2001	2001	36 787,09	2014	09	36 787,09	0,00
Estante c/2099x846x320	2007	2007	1 084,16	2014	09	948,64	135,52
Total			37 871,25			37 735,73	135,52
4268 - OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							
UPS Victron Delta 31200 20KVA 30 min.	1995	1995	17 896,18	2014	09	17 896,18	0,00
UPS Victron Mod. D10/31 10 min.	1998	1998	8 228,67	2014	09	8 228,67	0,00
Micro ondas Moulinex Y53	1998	1998	114,68	2014	09	114,68	0,00
Guilhotina DAHLE 561	1993	1993	222,76	2014	09	222,76	0,00
Frigorífico encastre Ariston 160L - 2.º piso	2000	2000	361,83	2014	09	361,83	0,00
Frigorífico encastre Ariston 160L - 6.º piso	2000	2000	361,83	2014	09	361,83	0,00
Sistema vigilância vídeo - Prodig - CCTV	2006	2006	2 350,01	2014	09	2 350,01	0,00
Encadernadora/ máq. Encadernar Wire 500E	2010	2010	772,50	2014	09	772,50	0,00
Total			30 308,46			30 308,46	0,00

(em euros)

21

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
 Gerência de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição	Utilização		Ano	Mês		
	(2)	(3)		(5)	(6)		
4269 - ARTIGOS DE CONFORTO E DECORAÇÃO							
Ventoinha coluna Kangle	1999	1999	34,67	2014	09	34,67	0,00
Floreira/vaso tipo pote grande	2001	2001	104,60	2014	09	104,60	0,00
Floreira/vaso tipo pote grande	2001	2001	104,60	2014	09	104,60	0,00
Floreira/vaso tipo pote grande	2001	2001	104,60	2014	09	104,60	0,00
Floreira/pote fibra de vidro	2002	2002	61,28	2014	09	61,28	0,00
Floreira/pote fibra de vidro	2002	2002	61,27	2014	09	61,27	0,00
Floreira/pote fibra de vidro	2002	2002	61,27	2014	09	61,27	0,00
Floreira/pote fibra de vidro	2002	2002	61,27	2014	09	61,27	0,00
Floreira/pote fibra de vidro	2002	2002	61,27	2014	09	61,27	0,00
Floreira/pote fibra de vidro	2002	2002	61,27	2014	09	61,27	0,00
Total			716,10			716,10	0,00
4291 - INSTALAÇÕES TELEFÓNICAS							
Kit mãos livres NOKIA CK7W (84-03-ZD)	2004	2004	447,57	2014	09	447,57	0,00
Kit mãos livres P.CK3100 (30-HS-75)	2008	2008	229,90	2014	09	137,94	91,96
Kit mãos livres P.CK3100 (64-IG-33)	2008	2008	229,90	2014	09	137,94	91,96
Kit mãos livres P.CK3100 (30-HS-76)	2008	2008	229,90	2014	09	137,94	91,96
Kit mãos livres P.CK3100 (30-HS-81)	2008	2008	229,90	2014	09	137,94	91,96
Kit mãos livres P.CK3100 (30-HQ-77)	2008	2008	229,90	2014	09	137,94	91,96
Kit mãos livres P.CK3100 (30-HS-78)	2008	2008	229,90	2014	09	137,94	91,96
Kit mãos livres P.CK3100 (55-LB-66)	2009	2009	242,70	2014	09	121,35	121,35
Kit mãos livres P.CK3100 (30-HS-77)	2009	2009	242,70	2014	09	121,35	121,35
Kit mãos livres P.CK3100 (83-FC-21)	2010	2010	244,72	2014	09	244,72	0,00
Total			2 557,09			1 762,63	794,46

(em euros)

22

MAPA DOS ABATES
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Descrição do Ativo Imobilizado (1)	Ano		Ativo Imobilizado Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles (4)	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas 2014 (7)	Valor Contabilístico Actual 2014 (8)
	Aquisição (2)	Utilização (3)		Ano (5)	Mês (6)		
4292 - EQUIPAMENTO DESENHO, MICROFILMAGEM, AUDIOVISUAIS E SIMILARES							
Leitor de Compact Desc Sony CDP - XE900	1997	1997	314,19	09		314,19	0,00
Ecran Gamet 150x150	1983	1983	23,44	09		23,44	0,00
Total			337,63			337,63	0,00
4294 - PROGRAMAS DE COMPUTADORES							
VPN - REMOTE VPN CLIENT (10 licenças)	2003	2003	563,80	09		563,80	0,00
FIREWALL INTERNA (ISA SERVER)	2003	2003	13 008,75	09		13 008,75	0,00
Total			13 572,55			13 572,55	0,00
4295 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO							
Split PIONEER WYS009GAA	1998	1998	1 721,60	09		1 721,60	0,00
Split Mural Pioneer WYN009GAA	2000	2000	1 196,37	09		1 196,37	0,00
Split Mural Pioneer WYN009GAA	2000	2000	1 196,37	09		1 196,37	0,00
Ar condicionado Pioneer 18.0008TU	2002	2002	1 894,48	09		1 894,48	0,00
Ar condicionado Pioneer 24.0008TU	2002	2002	2 080,12	09		2 080,12	0,00
Total			8 088,94			8 088,94	0,00

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almacá)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica		Alterações orçamentais					Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)* (7)+(8)	Observações
Códigos	Descrição	Dotações iniciais (3)	Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa) (6)	Modif. na redação da rubrica (7)			
			Reforços (4)	Anulações (5)					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
01	Despesas correntes		43 000	1 968 150	0	0	0		
01 01 02	Órgãos sociais	482 740	42 000	0	0	0	0	524 740	
01 01 04	Pessoal dos quadros-regime contrato individual de trabalho	4 955 313	0	357 000	0	0	0	4 598 313	
01 01 06	Pessoal contratado a termo	27 302	0	10 000	0	0	0	17 302	
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	8 415	1 000	0	0	0	0	9 415	
01 01 13	Subsídio de refeição	377 700	0	50 000	0	0	0	327 700	
01 01 14	Subsídio de Natal	454 223	0	15 000	0	0	0	439 223	
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	467 500	0	460 000	0	0	0	7 500	
01 02 02	Horas extraordinárias	9 350	0	9 000	0	0	0	350	
01 02 04	Ajudas de custo	80 000	0	30 000	0	0	0	50 000	
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	18 000	0	15 000	0	0	0	3 000	
01 03 02	Encargos com a saúde	22 500	0	15 000	0	0	0	7 500	
01 03 05	Segurança Social	1 760 511	0	230 000	0	0	0	1 530 511	
01 03 08	Outras pensões	652 800	0	361 000	0	0	0	291 800	
01 03 09	Seguros	464 800	0	332 000	0	0	0	132 800	
01 03 10	Outras despesas de segurança social	84 150	0	84 150	0	0	0	0	
02	Aquisição de bens e serviços		204 500	394 800	249 042	0	0		
02 01 04	Limpeza e higiene	20 000	0	10 000	0	0	0	10 000	
02 01 08	Material de escritório	115 000	0	10 000	0	0	0	105 000	
02 01 15	Prémios condecorações e ofertas	25 000	0	18 500	0	0	0	6 500	
02 01 18	Livros e documentação técnica	50 000	5 000	0	0	0	0	55 000	
02 01 19	Artigos honoríficos e de decoração	4 000	0	4 000	0	0	0	0	
02 01 21	Outros bens	25 000	0	5 000	0	0	0	20 000	
02 02 01	Encargos das instalações	148 000	10 000	0	0	0	0	158 000	
02 02 02	Limpeza e higiene	109 000	0	7 000	0	0	0	102 000	
02 02 04	Locação de edifícios	911 134	100 000	0	249 042	0	0	1 260 176	
02 02 06	Locação de material de transporte	270 000	0	25 000	0	0	0	245 000	
02 02 09	Comunicações fixas de dados	100 000	5 000	0	0	0	0	105 000	
02 02 09	Comunicações fixas de voz	118 000	0	36 000	0	0	0	82 000	
02 02 09	Outros serviços de comunicação	130 000	0	15 000	0	0	0	115 000	
02 02 11	Representação dos serviços	15 000	10 000	0	0	0	0	25 000	
02 02 12	Outras	31 300	0	5 000	0	0	0	26 300	
02 02 13	Deslocações e estadas	180 362	70 000	0	0	0	0	250 362	
02 02 14	Serviços de natureza informática	90 000	0	10 000	0	0	0	80 000	
02 02 14	Outros	265 000	0	36 000	0	0	0	229 000	
02 02 15	Outras	70 000	0	20 000	0	0	0	50 000	
02 02 16	Seminários, exposições e similares	40 000	0	20 000	0	0	0	20 000	
02 02 17	Publicidade	78 000	0	52 800	0	0	0	25 200	
02 02 18	Vigilância e segurança	145 000	0	12 000	0	0	0	133 000	
02 02 19	Equipamento informático - hardware	165 000	4 500	0	0	0	0	169 500	
02 02 19	Equipamento informático - Software	140 000	0	17 500	0	0	0	122 500	
02 02 20	Outros	160 300	0	56 000	0	0	0	104 300	
02 02 22	Serviços de saúde	60 000	0	35 000	0	0	0	25 000	
04	Transferências correntes		107 650	66 000	722 808	0	0		
04 02 02	Companhias de seguros e fundos de pensões	110 000	0	60 000	0	0	0	50 000	
04 03 05	Autoridade da Concorrência	235 000	0	0	722 808	0	0	957 808	
04 07 01	Instituições s/ fins lucrativos	15 000	107 650	0	0	0	0	122 650	
04 09 03	Resto do Mundo-Países de terceiros e organizações Internacionais	457 000	0	6 000	0	0	0	451 000	
06	Outras despesas correntes		0	16 200	0	0	0		
06 02 01	Impostos e taxas	35 000	0	16 200	0	0	0	18 800	
07	Despesas de capital		0	410 000	0	0	0		
07 01 07	Hardware de comunicação	165 000	0	46 280	0	0	0	118 720	
07 01 07	Hardware outros	220 000	0	37 220	0	0	0	182 780	
07 01 08	Software outros	495 000	0	326 500	0	0	0	168 500	
09	Activos financeiros		2 500 000	0	0	0	0		
09 02 05	Administração pública central - Estado	0	2 500 000	0	0	0	0	2 500 000	
	TOTAL		2 855 150	2 855 150	971 850	0	0		

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Códigos (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
04	Receitas correntes						
	Taxas, multas e outras penalidades						
04.01.99	Taxas diversas	15 405 000	1 850 000	200 000	200 000	17 255 000	
04.02.01	Juros de mora	0	0	50 000	0	50 000	
04.02.02	Juros compensatórios	0	0	10 000	0	10 000	
04.02.04	Coimas e penalidades por contraordenação	0	0	140 000	0	140 000	
07.02.99	Outros	2 405 000	0	0	200 000	2 205 000	
16	Receitas de capital						
	Saldo da gerência anterior		522 212	0	0		
16.01.01	Na posse dos serviços	0	522 212	0	0	522 212	
	TOTAL		2 372 212	200 000	200 000		

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Situação dos contratos

Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações	
	Objeto	Data	Valor	Número do registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
AF Investimentos	Arrendamento	11.09.98	16 796,52	-	-	02.01.14	16 796,52	-	-	-	-	-	-	Rua Júlio Dinis - Porto
AF Investimentos	Parqueamentos	01.08.99	1 776	-	-	02.01.14	1 776	-	-	-	-	-	-	C. Gulbenkian
Amadeu H. Batista	Arrendamento	01.01.81	7 823,07	-	-	02.01.14	7 823,07	-	-	-	-	-	-	Armazém Pontinha
Bloomberg	Ser. Informação financeira	01.01.14	77 700,40	-	-	02.01.14	77 700,40	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
B13 Engenharia, Lda	Ser. Administração de Sistemas	01.12.14	91 320,12	-	-	17.12.14	915	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Câmara Municipal de Lisboa	Deteção Aut. Incêndios Olaias	03.12.14	675,60	-	-	01.11.14	675,60	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Câmara Municipal de Lisboa	Det. Aut. Incêndios Av. Rep. 76	03.12.14	675,60	-	-	01.11.14	675,60	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Caixa Gest	Serviços de aconselhamento	01.02.14	36 900	-	-	03.02.14	36 900	-	-	-	-	-	-	Serviço de aconselhamento
Cap Gemini	Administração de sistemas	02.01.14	91 635,02	-	-	13.01.14	91 635,02	-	-	-	-	-	-	Serviços de consultoria
Cap Gemini	Projecto Data Center	01.11.14	90 468,66	-	-	03.03.14	90 468,66	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
César de Araújo	Assessoria jurídica	02.01.14	18 322,22	-	-	10.01.14	18 322,22	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Climex, SA	Limpeza do edifício sede	02.01.14	58 508,64	-	-	03.01.14	58 508,64	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Climex, SA	Fornecimento de consumíveis de WC	02.01.14	13 004,84	-	-	03.01.14	13 004,84	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Climex, SA	Limpeza das instalações dos Fundos	02.01.14	16 530,87	-	-	02.01.14	16 530,87	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Resp. Civil	16.09.14	179,57	-	-	29.07.14	179,57	-	-	-	-	-	-	Apólice 6.000.559
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Equip. Eletrónico	24.01.14	4 837,94	-	-	20.05.14	4 837,94	-	-	-	-	-	-	Apólice 4 700 820
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Frota Automóvel	01.01.14	4 313,95	-	-	18.12.14	4 313,95	-	-	-	-	-	-	Apólice 850.000.180
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Caução Tesouraria	05.04.14	44,88	-	-	18.03.14	44,88	-	-	-	-	-	-	Apólice 69.251
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Multi. Risco Comercial	01.04.14	3 712,07	-	-	18.03.14	3 712,07	-	-	-	-	-	-	Apólice 5.026.000
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Doença grupo	01.01.14	296 807,64	-	-	03.06.14	36 111,85	-	-	-	-	-	-	Apólices nºs 9901950, 9901954 e 9901950
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Acidentes Trabalho	01.01.14	33 285,58	-	-	18.03.14	33 285,58	-	-	-	-	-	-	Apólices nºs 61044443
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Vida Grupo	01.01.14	61 283,58	-	-	04.06.14	61 283,58	-	-	-	-	-	-	Apólice nº 1105001269
Comp. Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Acidentes Pessoais	01.01.14	888,16	-	-	24.07.14	888,16	-	-	-	-	-	-	Apólice nº 500161139
Comon SA	Serv. De adequação do sítio ISPnet	01.07.14	3 739,2	-	-	01.07.14	3 739,2	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Convex	Manutenção software fax	01.01.14	931,05	-	-	07.07.14	931,05	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Colt Technology services	Números verdes	01.01.14	9 189,93	-	-	02.01.14	9 189,93	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Colt Technology services	Serviço de recuperação de sistemas	01.01.14	92 131,92	-	-	02.01.14	38 627,55	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
CTT - Correios de Portugal SA	Envio de correspondência	01.01.14	80 296,53	-	-	09.01.14	80 296,53	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Deloitte & Associados SROD, SA	Contrato de auditoria às contas do ISP	01.01.14	29 520	-	-	03.03.14	29 520	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Dualinfor	Manutenção Multifuncionais	01.01.14	20 070,99	-	-	16.12.14	20 070,99	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Escalatur Viagens e Turismo	Viagens no país e no estrangeiro	01.01.14	131 482,29	-	-	10.01.14	131 482,29	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
EDP	Fornec. Energia Eléctrica	01.01.14	124 524,79	-	-	10.01.14	124 524,79	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eurotex	Manutenção software autowert Porto	19.10.14	1 463,70	-	-	08.10.14	1 463,70	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eulen	Serviços de vigilância instalações	15.07.14	100 842,97	-	-	01.08.14	38 376,34	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Elo	Assistência técnica	01.01.14	814,48	-	-	13.01.14	814,48	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Elo	Assistência software	01.02.14	1 723,97	-	-	13.01.14	1 723,97	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eng.º Carlos Mimoso	Responsável técnico instalações eléctricas	01.01.14	1 402,20	-	-	13.01.14	1 402,20	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
EPAL	Fornecimento Água	01.01.14	9710,43	-	-	24.01.14	9710,43	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Finlog	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.14	56 804,72	-	-	02.01.14	56 804,72	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício
Gartner Portugal	Serviços de assessoria informática	01.01.14	25 953	-	-	22.12.14	25 953	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Grupo 8	Serviços de vigilância instalações	01.07.13	56 546,09	-	-	31.01.14	56 546,09	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Grupo 8	Serviço de receção	01.01.14	18 597,60	-	-	02.01.14	18 597,60	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Huser Gestão	Arrendamento Arquivo	01.01.14	25 128	-	-	02.01.14	25 128	-	-	-	-	-	-	Arrendamento do Arquivo Geral do ISP
Granjar, Lda	Manut. Ar Condicionado - Lisboa	01.07.14	18 302,40	-	-	03.02.14	18 302,40	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Granjar, Lda	Manut. Ar Condicionado - Porto	30.10.14	2 399,35	-	-	03.03.14	2 399,35	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Horto do Campo Grande, Lda	Contacto Manut. Edifício Rep. 59	01.01.14	1 476	-	-	03.03.14	1 476	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Horto do Campo Grande, Lda	Contacto Manut. plantas Sede	01.01.14	2 952	-	-	03.03.14	2 952	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Himoinsa-Grupos Electrónicos	Manutenção gerador Av. Rep. 76	02.03.14	1 663,48	-	-	23.01.14	1 663,48	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Renovação Soft. ArcServe	01.01.14	1 129,21	-	-	27.01.14	1 129,21	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Renovação Juniper	01.01.14	5 158,60	-	-	30.10.14	5 158,60	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Renovação Man. Soft.	01.01.14	2 009,82	-	-	07.07.14	2 009,82	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Man. Impressora Xerox776	01.01.14	815,18	-	-	05.02.14	815,18	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Jane Rodrigues Duarte	Ensino do Inglês	02.01.11	17 260,53	-	-	12.02.14	17 260,53	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Jet Colour	Aluguer de purificadores de água	01.01.14	3 832,05	-	-	03.03.14	3 832,05	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Leaseplan	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.14	142 533,63	-	-	02.01.14	142 533,63	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício
Lenk	Extensão garantia FUJI	01.01.14	1 697,40	-	-	20.03.14	1 697,40	-	-	-	-	-	-	Software
Lenk	Manutenção Edóclink	01.01.14	20 737,80	-	-	12.06.14	20 737,80	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Lenk	Manutenção Software COFAX	28.11.14	4 122,96	-	-	28.11.14	4 122,96	-	-	-	-	-	-	Software
Locarent	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.14	65 435	-	-	03.02.14	65 435	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício
Maquimoi, Lda	Manutenção de bombas sede	01.04.14	873,12	-	-	03.02.14	873,12	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Media Monitor	Serviço de recortes de imprensa	01.01.14	12 431,05	-	-	03.02.14	12 431,05	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Medialcare	Medicina, higiene e saúde no trabalho	01.01.14	28 526,29	-	-	03.02.14	28 526,29	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Minimal	Manutenção de Licenças	01.03.14	20 292,93	-	-	06.01.14	20 292,93	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
NÓNIO HIROSS	Renovação Ar Condicionado	01.01.14	1 599	-	-	11.12.14	1 599	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Notícias Direct, Lda	12 assinaturas Diário de Notícias	01.01.14	2 940	-	-	13.03.14	2 940	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
NORFIN	Arrendamento	27.04.13	163 570,40	-	-	02.01.14	163 570,40	-	-	-	-	-	-	Instalações da Av. da República, 59
Novabase	Manutenção solução Nyron	01.01.14	922,50	-	-	01.04.14	922,50	-	-	-	-	-	-	Software
Novabase	Manutenção Storage	01.01.14	12 297,54	-	-	01.11.14	12 297,54	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Novabase	Manutenção Switch Centrais	18.12.14	92 218,68	-	-	18.12.14	92 218,68	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Ondiser	Manutenção UPS - Sede e Rep. 59	28.08.14	2 434,17	-	-	05.12.14	2 434,17	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Ondiser	Manutenção UPS - sala servidores	01.01.14	984,00	-	-	10.01.14	984,00	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
ONI	Comunicação de voz e dados	01.01.14	64 294,07	-	-	02.01.14	64 294,07	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
OTIS	Manutenção elevadores sede	01.01.14	17 209,95	-	-	02.01.14	17 209,95	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Papiro	Manutenção Arquivo	01.02.14	8 942,78	-	-	03.02.14	8 942,78	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Portugal Telecom Prime	Comunicações de voz	01.01.14	4 543,54	-	-	02.01.14	4 543,54	-	-	-	-	-	-	Comunicações de voz
Postlog / CTT Expresso	Despacho de Correio Urgente	01.01.14	8.501,95	-	-	03.02.14	8.501,95	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
PRIBERAM INFORMÁTICA, Lda	Sistema Legix e codifio	01.04.14	4 306,23	-	-	05.03.14	4 306,23	-	-	-	-	-	-	Licenças de Software
Prosegur, Lda	Manutenção sistema de video-vigilância	01.01.14	3 226,82	-	-	03.03.14	3 226,82	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Randstad	Serv. de manutenção aplicacional	01.01.14	91 070,41	-	-	01.05.14	91 070,41	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Raso-Viagens e Turismo, SA	Viagens no país e estrangeiro	08.10.14	62 343,76	-	-	08.10.14	62 343,76	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Reisswolf, SA	Recolha e destruição confidencial de doc.	01.01.14	4 342,32	-	-	03.02.14	4 342,32	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Staff&Line	Software EasyVista	12.10.14	2 878,20	-	-	25.11.14	2 878,20	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Segur-Fago, Lda	Manutenção de extintores	01.01.14	3 597	-	-	11.08.14	3 597	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Socifide	Contrato de arrendamento	02.01.08	1 383 497,76	-	-	02.01.14	1 383 497,76	-	-	-	-	-	-	Instalações da Av. da República, 76
Servlimpe, Lda	Piquete da Av. Rep. 59	01.01.14	1 939,90	-	-	08.01.14	1 939,90	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Servlimpe, Lda	Piquete da Av. Rep. 76	01.01.14	22 964,53	-	-	08.01.14	22 964,53	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Sr. Hans Hellmer Valério	Ensino de linguas	01.01.14	13 562,50	-	-	12.02.14	13 562,50	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
The Language Company	Ensino de linguas	01.01.14	5 719,50	-	-	30.01.14	5 719,50	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Stamp Star, Lda	Ligação aos Bombeiros - Sede e Olaias	01.01.14	1 204,71	-	-	28.01.14	1 204,71	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Hewlett-Packard Portugal, Lda	Manutenção dos servidores	01.09.14	2 639,83	-	-	01.09.14	2 639,83	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Unisys	Adm. Sistemas segurança	01.01.14	40 310,64	-	-	06.06.14	40 310,64	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Unisys	Contrato Adm. Segurança	01.01.14	19 163,40	-	-	10.02.14	19 163,40	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Unisys	Renovação Proxy (acesso à Internet)	01.01.14	19 308,54	-	-	29.09.14	19 308,54	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Vodafone	Serviço de Telecomunicações</													

Formas de adjudicação

Tipo de contrato	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste direto		Total	
	Número de contratos (2)	Valor (3)	Número de contratos (4)	Valor (5)	Número de contratos (6)	Valor (7)	Número de contratos (8)	Valor (9)	Número de contratos (10)	Valor (11)	Número de contratos (12)	Valor (13)	Número de contratos (14)	Valor (15)	Número de contratos (16)	Valor (17)
Locação	1	45.767	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.937.837	9	1.983.604
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	2	96.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	657	2.593.355	659	2.690.240
Aquisição de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	422	727.167	422	727.167

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barros)
(Vogal)

Aplicações em ativos de rendimento fixo

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Curto Prazo								
CEDIC	IGCP	2 200 000,00	2 200 000,00	4 700 000,00	4 700 000,00	9 995,93	290,14	
Subtotal Curto Prazo								
Médio e Longo Prazo								
O.T. outubro 3,35% 10/2015	PORTUGAL (SOBERANO)	180 000,00	181 526,40	180 000,00	184 433,40	4 733,55	998,58	Reembolso em 2014
O.T. outubro 3,6% 10/2014	PORTUGAL (SOBERANO)	1 350 000,00	1 366 240,50			38 151,00	0,00	
O.T. junho 4,45% 06/2018	PORTUGAL (SOBERANO)	1 620 000,00	1 596 510,00	1 620 000,00	1 799 415,00	56 590,65	30 853,53	
CEDIM 1,97% 15/10/2015	IGCP	1 800 000,00	1 800 000,00	1 800 000,00	1 800 000,00	23 107,78	5 872,27	
CEDIM 1,03% 16/10/2017	IGCP	4 950 000,00	4 944 276,90	4 952 600,00	5 136 448,40	122 582,98	1 947,59	Aquisição em 2014
Subtotal Médio e Longo Prazo								
TOTAIS		7 150 000,00	7 144 276,90	9 652 600,00	9 836 448,40	132 578,91	39 962,11	

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FGA – Fundo de Garantia Automóvel

BALANÇO

FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Código contas POCP	ATIVO	Notas	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES		ATIVO LIQUIDO		ATIVO LIQUIDO		Código contas POCP	Notas	2014		2013	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013						
	IMOBILIZADO													
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS													
411	PARTES DE CAPITAL	8.2.3/7	1 778 858,70	1 469 283,91	309 574,79	741 671,84			59	8.2.32	240 065 923,89	226 815 564,44		
412	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	8.2.39.2	37 898 688,64	615 960,62	37 282 728,02	37 335 116,19			88	8.2.32	23 481 529,07	13 250 359,45		
414	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	8.2.7	42,90	0,00	42,90	42,90								
415	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.3.5	245 000 597,33	2 112 201,00	242 888 396,33	243 350 019,77								
			284 678 187,57	4 197 445,53	280 480 742,04	281 426 850,70					263 547 452,96	240 065 923,89		
	CIRCULANTE													
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO													
211	CLIENTES, C/C		0,00	0,00	0,00	0,00			292+293	8.2.31	124 440 255,00	133 819 824,00		
212	CONTRIBUINTES, C/C		0,00	0,00	0,00	0,00			297	8.2.31	15 224 836,00	16 871 822,00		
229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		291,79	291,79	291,79	764,33								
251	DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00								
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00								
262+268	OUTROS DEVEDORES	8.2.23	843 993,33	33 401,35	810 591,98	767 007,47								
			844 285,12	33 401,35	810 883,77	767 771,80								
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS													
153	TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00								
153	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA - CEDIC'S	8.3.5	108 000 000,00	0,00	108 000 000,00	96 000 000,00								
			108 000 000,00	0,00	108 000 000,00	96 000 000,00								
	DEPÓSITOS E CAIXA													
13	CONTA NO TESOUREIRO		6 279 020,51		6 279 020,51	5 166 594,12								
12	DEPÓSITOS A ORDEM		229 558,12		229 558,12	107 836,63								
11	CAIXA		895,91		895,91	1 609,76								
			6 509 474,54		6 509 474,54	5 276 040,51								
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS													
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	8.2.39.1	7 749 660,49		7 749 660,49	7 559 348,39								
272	CUSTOS DIFERIDOS		17 297,64		17 297,64	77 053,54								
			7 766 958,13		7 766 958,13	7 636 401,93								
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			0,00										
	TOTAL DE PROVISÕES			4 230 846,88										
	TOTAL DO ATIVO		407 798 905,36	4 230 846,88	403 568 058,48	391 107 064,94					403 568 058,48	391 107 064,94		
	O Técnico de Contas													
	(Filipe Valentim)													
	A Diretora Financeira													
	(Jacinta Dias)													
	O Conselho de Administração													
	(José Figueiredo Almeida)													
	(Presidente)													
	(Filipe Aleman Serrano)													
	(Vice-Presidente)													
	(Maria de Nazaré Barroso)													
	(Vogal)													

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

Código contas POCP	Notas	2014		2013	
Custos e perdas					
62	Fornecimentos e serviços externos		1 110 683,49		718 522,66
Custos com o pessoal:					
642	Remunerações	1 095 772,30		1 218 630,02	
644	Encargos sociais			178 977,13	
645 a 648	Pensões	41 641,12		384 652,75	
	Outros	365 160,26	1 502 573,68		1 782 259,90
63	Transf. correntes concedidas e prest. sociais				
	Indemnizações de sinistros		16 741 181,25		16 391 158,44
67	Provisões do exercício				
	Provisões p/ sinistros	73 384 944,78		81 685 289,90	
	Outras provisões do exercício	0,00	73 384 944,78	0,00	81 685 289,90
65	Outros custos e perdas operacionais		0,00		0,00
(A)					
68	Custos e perdas financeiras		92 739 383,20		100 577 230,90
	Provisões para aplic. financeiras	432 097,05		44 117,18	
	Outros custos e perdas financeiras	11 066,79	443 163,84	31 054,11	75 171,29
(C)					
69	Custos e perdas extraordinárias		93 182 547,04		100 652 402,19
	Perdas em investimentos financeiros	0,00		12 346 888,86	
	Outras perdas extraordinárias	14 463,11	14 463,11	15 833,83	12 362 722,69
(E)					
88	Resultado líquido do exercício		93 197 010,15		113 015 124,88
			23 481 529,07		13 250 359,45
			116 678 539,22		126 265 484,33
Proveitos e ganhos					
72	Impostos, taxas e outros				
	Empresas de seguros	21 525 397,97		22 195 263,06	
	Juros compensatórios	0,00	21 525 397,97	0,00	22 195 263,06
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
	Reembolsos e outras		2 382 483,40		2 839 960,66
(B)					
78	Proveitos e ganhos financeiros		23 907 881,37		25 035 223,72
	Juros de aplicações financeiras	6 483 424,35		4 822 787,27	
	Rendimentos de participações de capital	16 465,56		48 013,37	
	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	6 499 889,91	1 976,16	4 872 776,80
(D)					
79	Proveitos e ganhos extraordinários		30 407 771,28		29 908 000,52
	Anulação de provisões para sinistros	84 411 499,78		81 892 339,90	
	Anulação de provisões para investimentos	1 709 739,06		14 237 354,98	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	149 529,10	86 270 767,94	227 788,93	96 357 483,81
(F)					
			116 678 539,22		126 265 484,33
Resumo:			2014		2013
	Resultados operacionais (B) - (A) =		(68 831 501,83)		(75 542 007,18)
	Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		6 056 726,07		4 797 605,51
	Resultados correntes (D) - (C) =		(62 774 775,76)		(70 744 401,67)
	Resultado líquido do exercício (F) - (E) =		23 481 529,07		13 250 359,45

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100	
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)				ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5) - (8)		
	DESPESAS CORRENTES											
01 01 04	Pessoal do quadro - Reg. de c. ind. de trabalho	899 470	0	870 543	870 543	0	870 543	28 927	28 927	0	97	
01 01 06	Pessoal contratado a termo	13 464	0	0	0	0	0	13 464	13 464	0	0	
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	6 732	0	0	0	0	0	6 732	6 732	0	0	
01 01 13	Subsidio de refeição	90 300	0	77 346	77 346	0	77 346	12 954	12 954	0	86	
01 01 14 SF 00	Subsidios de férias	77 109	0	75 395	75 395	0	75 395	1 714	1 714	0		
01 01 14 SN 00	Subsidios de Natal	75 109	0	73 481	73 481	0	73 481	1 628	1 628	0	98	
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	93 500	0	0	0	0	0	93 500	93 500	0	0	
01 02 02	Horas extraordinárias	1 870	0	0	0	0	0	1 870	1 870	0	0	
01 02 04	Ajudas de custo	2 500	0	0	0	0	0	2 500	2 500	0	0	
01 02 06	Formação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	10 000	0	0	0	0	0	10 000	10 000	0	0	
01 02 14	Outros abonos em numerário ou espécie	4 300	0	0	0	0	0	4 300	4 300	0	0	
01 03 02	Outros encargos com a saúde	5 000	0	1 271	1 271	0	1 271	3 729	3 729	0	25	
01 03 04	Outras prestações familiares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
01 03 05 A0 B0	Contribuições para a Segurança Social	317 713	0	258 920	258 920	0	258 920	58 793	58 793	0	81	
01 03 08	Outras pensões	119 700	0	41 641	41 641	0	41 641	78 059	78 059	0	35	
01 03 09	Seguros	87 700	0	86 092	86 092	0	25 433	1 608	62 267	60 659	29	
01 03 10	Outras despesas de segurança social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
02 02 01	Encargos das instalações	36 000	0	34 430	34 430	530	28 170	1 570	7 300	5 730	80	
02 02 02	Limpeza e higiene	26 000	0	24 404	24 404	0	16 511	1 596	9 489	7 893	64	
	A Transportar	1 866 467	0	1 543 523	1 468 711	530	1 469 241	322 944	397 226	74 282	79	

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

2

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
	DESCRIÇÃO (2)	ANO (6)				ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5) - (8)		
		Transporte	1 866 467	0	1 543 523	1 468 711	530	1 469 241	322 944	397 226	74 282	79
02 02 03		Conservação de bens	15 000	0	9 162	9 019	0	9 019	5 838	5 981	143	-
02 02 04		Locação de edifícios	261 000	0	152 663	132 529	0	132 529	108 337	128 471	20 134	51
02 02 09 00		Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 11		Representação dos serviços	1 350	0	226	226	0	226	1 124	1 124	0	17
02 02 12 A0 00		Estágios profissionais na AP	200	0	0	0	0	0	200	200	0	0
02 02 13		Deslocações e estadas	20 000	0	4 836	4 836	0	4 836	15 164	15 164	0	24
02 02 14 B0 00		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1 250 000	264 608	935 546	910 546	0	910 546	49 846	74 846	25 000	73
02 02 15 B0 00		Formação	25 000	0	14 464	13 597	0	13 597	10 536	11 403	867	54
02 02 16		Seminários, exposições e similares	1 000	0	0	0	0	0	1 000	1 000	0	0
02 02 17		Publicidade	87 500	0	0	0	0	0	87 500	87 500	0	0
02 02 18		Vigilância e segurança	40 000	0	165	0	0	0	39 835	40 000	165	0
02 02 19		Assistência técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 20 C0 00		Outros trabalhos especializados	1 000	0	0	0	0	0	1 000	1 000	0	0
02 02 22		Serviços de saúde	7 500	0	0	0	0	0	7 500	7 500	0	0
02 02 25		Outros serviços	2 205 000	330 750	1 489 641	1 186 933	44 028	1 230 961	384 609	643 289	258 680	56
04 08 02 A0 00		Estágios profissionais na AP	4 900	0	0	0	0	0	4 900	4 900	0	0
04 08 02 B0 00		Outras	20 717 021	0	16 000 019	15 515 470	0	15 515 470	4 717 002	5 201 551	484 549	75
06 02 03 A0 00		Outros	30 000	0	11 069	11 069	0	11 069	18 931	18 931	0	-
06 02 03 R0 00		Reserva	682 979	682 979	0	0	0	0	0	0	0	-
		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	27 215 917	1 278 337	20 161 314	19 252 936	44 558	19 297 494	5 776 266	6 640 086	863 820	71

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

3

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2)		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO				ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5)-(8)	
07 01 01	DESPESAS DE CAPITAL Edifícios		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 01	Soc. e q. soc. não financeiras - privadas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 05	Adm. pública - Adm. central - Estado		15 000 000	0	12 000 000	0	0	12 000 000	3 000 000	0	0	-
09 03 01	Soc. e q. soc. não financeiras - privadas		2 000 000	0	0	0	0	0	2 000 000	0	0	-
09 03 02	Soc. e q. soc. não financeiras - públicas		5 000 000	0	0	0	0	0	5 000 000	0	0	-
09 03 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.		2 000 000	0	0	0	0	0	2 000 000	0	0	-
09 03 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 05	Adm. pública - Adm. central - Estado		12 576 900	0	1 992 560	0	0	1 992 560	10 584 340	0	0	16
09 03 09	Adm. pública - Adm. local - R. Autónomas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 14	Resto mundo - União Europeia - instituições		2 000 000	0	0	0	0	0	2 000 000	0	0	-
09 03 15	Resto mundo - União Europeia - Países membros		5 000 000	0	0	0	0	0	5 000 000	0	0	-
09 03 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.		5 000 000	0	0	0	0	0	5 000 000	0	0	-
09 07 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas		2 000 000	0	0	0	0	0	2 000 000	0	0	-
09 07 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.		1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	0	0	-
09 07 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões		1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	0	0	-
09 08 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas		1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	0	0	-
	A Transportar		53 576 900	0	13 992 560	0	0	13 992 560	39 584 340	0	0	26

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO (2)	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100	
					ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5) - (8)		
	Transporte	53 576 900	0	13 992 560	13 992 560	0	13 992 560	39 584 340	39 584 340	0	0	26
09 08 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	-
09 08 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	-
09 08 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	-
09 08 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	-
	TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	57 576 900	0	13 992 560	13 992 560	0	13 992 560	43 584 340	43 584 340	0	0	24
	TOTAL DAS DESPESAS	84 792 817	1 278 337	34 153 874	33 245 496	44 558	33 290 054	49 360 606	50 224 426	863 820	39	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
						ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) = (4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
	RECEITAS CORRENTES												
04 01 99	Taxas diversas	21 670 000	0	21 572 828	0	21 572 828	0	21 572 828	0	0	21 572 828	0	100
04 02 02	Juros compensatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 01 02	Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	80 700	0	177 021	0	177 021	0	177 021	0	0	177 021	0	219
05 03 01	Administração central - Estado	4 800 000	0	4 525 166	0	4 525 166	0	4 525 166	0	0	4 525 166	0	94
05 03 05	Administração local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 06 01	União Europeia - Instituições	440 000	0	440 867	0	440 867	0	440 867	0	0	440 867	0	100
05 06 02	União Europeia - Países membros	1 100 000	0	1 090 716	0	1 090 716	0	1 090 716	0	0	1 090 716	0	99
05 06 03	Países terceiros e org. internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 07 01	Div. e part. lucros soc. q. s. não fin.	50 000	0	16 466	0	16 466	0	16 466	0	0	16 466	0	33
05 08 01	Div. e part. nos lucros de soc. financeira	5 000	0	4 142	0	4 142	0	4 142	0	0	4 142	0	83
05 10 04	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
06 08 01	Famílias - R. dos resp. por sinistros	2 500 000	0	2 376 948	0	2 376 948	0	2 376 948	0	0	2 376 948	0	95
08 01 99	Outras	25 350	0	1 200	0	1 200	0	1 200	0	0	1 200	0	5
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	50 000	0	143 987	0	143 987	0	143 987	0	0	143 987	0	288
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	30 721 050	0	30 349 341	0	30 349 341	0	30 349 341	0	0	30 349 341	0	99

MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
De 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
						ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) = (4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
	<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>												
11 02 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 02 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 02 03	Administração central Estado	50 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 03 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 02	Sociedades financeiras	2 100 000	0	2 100 000	0	2 100 000	0	2 100 000	0	0	2 100 000	0	100
11 03 03	Administração pública - A. central - Estado	2 000 000	0	2 000 000	0	2 000 000	0	2 000 000	0	0	2 000 000	0	100
11 03 07	Administração pública - A. local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 11	Resto do mundo - União Europeia	75 000	0	120 652	0	120 652	0	120 652	0	0	120 652	0	161
11 03 12	Resto do mundo - P. terceiros e org. internaci.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 01	Sociedades e q. soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
16 01 01	Na posse do serviço	5 178 103	5 178 103	0	0	0	5 178 103	5 178 103	0	0	5 178 103	0	100
	TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	59 353 103	5 178 103	4 220 652	0	4 220 652	5 178 103	9 398 755	0	0	9 398 755	0	16
	TOTAL DA RECEITA	90 074 153	5 178 103	34 569 993	0	34 569 993	5 178 103	39 748 096	0	0	39 748 096	0	44

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

FLUXOS DE CAIXA

FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

		(em euros)	
Capit. Grup.	Recebimentos	Capit. Grup.	Pagamentos
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	5 276 040,51	
	Execução orçamental	5 178 103,05	
	De dotações orçamentais (OE)	0,00	
	De receitas próprias	5 178 103,05	
16	Na posse do serviço	5 178 103,05	
	Na posse do tesouro		
	De receita do Estado	1 490,83	
	De operações de tesouraria	96 446,63	
	Descontos em vencimentos e salários:		
	Receitas do Estado 0,00		
	RECEITAS	34 595 418,72	
	Dotações orçamentais (OE)	0,00	
	Receitas Próprias	34 569 993,27	
	CORRENTES	30 349 340,85	
04	Taxas	21 572 828,08	
05	Juros - Sociedades financeiras	177 020,93	
05	Juros - Administração pública	4 525 165,59	
05	Juros - Resto do mundo	1 531 583,30	
05	Div. part. lucros de soc. Q. S. não financeiras	16 465,56	
05	Div. part. lucros de soc. financeiras	4 141,68	
06	Transferências correntes - Famílias	2 376 948,37	
08	Outras receitas correntes	1 200,00	
15	Reposições não abatidas aos pagamentos	143 987,34	
	CAPITAL	4 220 652,42	
11	Títulos a curto prazo	0,00	
11	Títulos a médio e longo prazo	4 220 652,42	
11	Ações e outras participações	0,00	
	Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias	0,00	
	Importância retidas para entrega ao Estado ou outras entidades	13 889,96	
17	Receita do Estado	11 535,49	
17	Operações de tesouraria		
	Descontos em vencimentos e salários:		
	Receita do Estado 0,00		
	Operações de tesouraria 0,00		
	Total Geral	39 871 459,23	
			33 361 984,69
			0,00
			33 290 054,38
			19 297 494,38
			1 096 765,41
			0,00
			327 264,96
			2 346 924,99
			0,00
			0,00
			15 515 470,23
			11 068,79
			13 992 560,00
			12 000 000,00
			1 992 560,00
			0,00
			0,00
			13 857,42
			58 072,89
			71 930,31
			6 509 474,54
			6 415 450,54
			0,00
			6 415 450,54
			6 415 450,54
			0,00
			1 523,37
			92 500,63
			39 871 459,23

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Mária de Nazaré Barroso)
(Vogal)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Fundo de Garantia Automóvel, designado abreviadamente por FGA é gerido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O FGA é dotado de autonomia administrativa e financeira.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa, possui uma delegação na Rua Júlio Dinis, 127-1º, 4050-323 Porto e ainda instalações na Avenida da República, n.º 59, 1050-189

O código de classificação orgânica atribuído ao FGA é o seguinte: 03 1 09 04 00.

8.1.2 – O FGA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/79, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 58/79, ambos de 25 de setembro.

Atualmente, o Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, define o âmbito de intervenção e as atribuições do FGA.

Dada a inclusão do orçamento do FGA no Orçamento do Estado, no âmbito do estipulado na Lei n.º. 91/2001, de 20 de agosto (Lei do enquadramento orçamental), republicada pela Lei n.º. 41/2014, de 10 julho, em 2014 manteve-se o modelo de apresentação de contas em POCP.

Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios da prudência, da continuidade, do acréscimo, do custo histórico, da consistência, da não compensação de saldos, da materialidade e da substância sobre a forma.

Foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da ASF os julgamentos e estimativas que afetam os montantes do Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza e das divulgações necessárias para uma melhor compreensão da posição financeira do FGA. Tais estimativas são baseadas na melhor informação disponível à data da apresentação da contas e em casos, na avaliação que delas fazem especialistas nas matérias em questão.

São estes os casos das avaliações das provisões para riscos e encargos conforme explicita a Nota 8.2.3.

8.1.3 – A gestão do FGA é assegurada pelos órgãos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). A ASF é a autoridade portuguesa de supervisão de seguros e de fundos de pensões. São órgãos da ASF o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 8.º a 29.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 janeiro.

8.1.4 – O Fundo de Garantia Automóvel garante a reparação de danos decorrentes de acidentes rodoviários ocorridos em Portugal e originados:

- por veículo sujeito ao seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel (SORCA), com estacionamento habitual em Portugal ou matriculado em país que não tenha serviço nacional de seguros, ou cujo serviço não tenha aderido ao acordo entre serviços nacionais de seguros;
- por veículo sujeito ao SORCA, sem chapa de matrícula ou com uma chapa de matrícula que não corresponde ou deixou de corresponder à chapa de matrícula do veículo (matrícula falsa);
- por veículo não sujeito ao SORCA em razão do veículo em si mesmo, ainda que com estacionamento habitual no estrangeiro;
- por veículo sujeito ao SORCA, importado de um estado membro, por um período de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da entrega pelo adquirente, mesmo que o veículo não tenha sido formalmente registado em Portugal.

O Fundo de Garantia Automóvel satisfaz, até ao limite do capital mínimo do SORCA, as indemnizações que se mostrem devidas por:

- danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro válido e eficaz, ou for declarada a insolvência da empresa de seguros;
- danos materiais, quando o responsável, sendo conhecido, não beneficie de seguro válido e eficaz;
- danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos, ou o veículo causador, não beneficiando de seguro válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia.

O Fundo de Garantia Automóvel exerce as funções de Organismo de Indemnização (OI) e as de Centro de Informação (CI), no âmbito da Diretiva 2000/26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de maio de 2000, designada por Quarta Diretiva Automóvel.

Neste domínio:

- no exercício das funções de Organismo de Indemnização e nos termos previstos no Título III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, o FGA satisfaz indemnizações às pessoas lesadas residentes em Portugal, que tenham sido vítimas noutra Estado-Membro ou num País aderente ao Sistema Carta Verde, de acidente rodoviário causado por veículo habitualmente estacionado e segurado noutra Estado-Membro, que não o da sua residência, ou por veículo desconhecido ou relativamente ao qual não tenha sido possível identificar a Empresa de Seguros;
- no exercício das funções de Centro de Informação o FGA responde aos pedidos de informação dos utentes e dos centros de informação congéneres no que respeita à identificação de empresas de seguros, de representantes para sinistros e quando justificadamente, dos proprietários dos veículos.

8.1.5 – Recursos Humanos

Identificação do responsável por Direções/ Departamentos

Fundo de Garantia Automóvel

José Carlos Simões Ferreira Marques

Pessoal do quadro em 31-12-14

Grupos de Categorias	Efetivos em 31-12-14
Diretores	1
Chefias Intermédias	3
Técnicos	30
Administrativos	7
Outros	0
Totais	41

8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede da ASF, com elaboração de Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos do FGA estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de investimentos financeiros, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamentos em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO

FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Dado o enquadramento do FGA já explicitado 8.1, as notas ao Balanço e à Demonstração dos resultados seguem a ordem definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Assim, as notas aplicáveis são as seguintes: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.29, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1, 8.3.2 e 8.3.5, as outras não são aplicáveis ao FGA.

8.2.3 – No enquadramento dado pelos princípios referenciados no ponto 8.1 foram utilizados, 2014, os seguintes critérios valorimétricos:

Receita

As fontes de receita do FGA estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, sendo maioritariamente constituídas pelo montante das contribuições que resultam da aplicação de 2,5% sobre os prémios comerciais de contratos de seguro direto processados, líquidos de estornos e anulações, da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel. Os montantes devidos ao FGA são entregues pelas empresas de seguros no mês seguinte a cada trimestre civil de cobrança.

Estas receitas são registadas na rubrica “Impostos, taxas e outros” da demonstração dos resultados.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado no final do exercício, são integralmente provisionadas.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões investimentos financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	5 475 087,54	432 097,05	1 709 739,06	4 197 445,53
TOTAL	5 475 087,54	432 097,05	1 709 739,06	4 197 445,53

ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas	1 778 858,70	0,00	0,00	0,00	1 778 858,70
Obrigações e títulos de participação	38 124 259,31	1 992 560,00	2 218 130,67	0,00	37 898 688,64
Terrenos e recursos naturais	42,90	0,00	0,00	0,00	42,90
Títulos de dívida pública portuguesa (OT'S)	46 846 943,47	0,00	1 998 180,00	0,00	44 848 763,47
Certificados especiais de dívidas a médio longo prazo (CEDIM)	175 000 000,00	0,00	0,00	0,00	175 000 000,00
Fundos de investimento	25 151 833,86	0,00	0,00	0,00	25 151 833,86
TOTAL	286 901 938,24	1 992 560,00	4 216 310,67	0,00	284 678 187,57

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Outros devedores” é de 33 401,35 €.

8.2.29 - Responsabilidades por garantias prestadas:

Em investimentos financeiros - Outras aplicações financeiras, estão incluídos títulos no valor nominal de 237 738,30 €, que foram dados como garantia junto de tribunais para processos judiciais em curso, relativos a indemnizações por sinistros automóveis, cuja decisão se aguarda. A composição daquele valor é como segue:

O.T. Outubro 4,35% - 2017 237 738,30 €

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
291	Provisões para cobranças duvidosas	33 401,35	0,00	0,00	33 401,35
292	Provisões para riscos e encargos				
	Para IBNR	16 871 822,00	660 508,00	2 307 494,00	15 224 836,00
	Para sinistros	133 819 824,00	72 724 436,78	82 104 005,78	124 440 255,00
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Partes de capital	1 037 186,86	432 097,05	0,00	1 469 283,91
	Obrigações e títulos de participação	789 143,12	0,00	173 182,50	615 960,62
	Títulos de dívida pública portuguesa (OT'S)	1 409 645,40		1 409 645,40	0,00
	Outros investimentos financeiras (UP)	2 239 112,16	0,00	126 911,16	2 112 201,00
	TOTAL	156 200 134,89	73 817 041,83	86 121 238,84	143 895 937,88

As provisões para riscos e encargos correspondem à estimativa das indemnizações a pagar com sinistros ocorridos e ainda não regularizados à data, à estimativa de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados (Provisão para sinistros) e à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

8.2.32 – Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor /(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor /(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Resultados transitados	226 815 564,44	0,00	13 250 359,45	240 065 923,89
Resultado líquido do exercício	13 250 359,45	13 250 359,45	23 481 529,07	23 481 529,07
TOTAL	240 065 923,89	13 250 359,45	36 731 888,52	263 547 452,96

8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	781	Juros obtidos	6 483 424,35	4 822 787,27
684	Provisões para aplicações financeiras	432 097,05	44 117,18	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	16 465,56	48 013,37
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	11 066,79	31 054,11	787	Ganhos na alienação aplicações de tesouraria	0,00	1 976,16
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados financeiros	6 056 726,07	4 797 605,51				
		6 499 889,91	4 872 776,80			6 499 889,91	4 872 776,80

8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
694	Perdas em imobilizações	0,00	12 346 888,86	794	Ganhos em imobilizações	4 341,75	156 919,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	14 463,11	15 833,83	796	Reduções de amortizações e provisões	86 121 238,84	96 129 694,88
698	Outros custos perdas extraordinárias	0,00	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	143 987,35	69 645,16
				798	Outros provisões e ganhos extraordinários	1 200,00	1 224,77
	Resultados extraordinários	86 256 304,83	83 994 761,12				
		86 270 767,94	96 357 483,81			86 270 767,94	96 357 483,81

8.2.39 - Outras informações, consideradas relevantes, para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Receita do 4.º trimestre de 2014 a receber em 2015	5 410 110,17 €
Juros de Obrigações	2 289 841,57 €
Juros de CEDIC'S	49 708,75 €
	7 749 660,49 €

Custos diferidos:

Renda edifício Avenida da República e Seguros **17 297,64 €**

Acréscimos de custos:

Encargos com férias a pagar em 2015 176 646,00 €
 Outros 9 131,86 €
185 777,86 €

8.2.39.2 - Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rendibilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2014, com as mais e menos-valias.

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-14
Curto Prazo	108 000 000,00	0,00	0,00	108 000 000,00
CEDIC's	108 000 000,00	0,00	0,00	108 000 000,00
Médio e Longo Prazo	284 678 144,68	4 197 445,49	21 527 855,20	302 008 554,39
Partes de capital	1 778 858,70	1 469 283,87	0,00	309 574,83
Fundos de investimento	25 151 833,87	2 112 201,00	8 531 460,57	31 571 093,44
Obrigações e títulos de participação	37 898 688,64	615 960,62	7 801 658,60	45 084 386,62
Títulos de dívida pública Portuguesa	219 848 763,47	0,00	5 194 736,03	225 043 499,50
TOTAL	392 678 144,68	4 197 445,49	21 527 855,20	410 008 554,39

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 – Alterações orçamentais.

1 - Despesa – *Vide* anexo I

2 - Receita – *Vide* anexo II

8.3.2 – Contratação Administrativa

1 - Situação dos contratos – *Vide* anexo III

2 - Formas de adjudicação – *Vide* anexo IV

8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

1 - Ativos de rendimento fixo – *Vide* anexo V

2 - Ativos de rendimento variável – *Vide* anexo VI

O Técnico de Contas**A Diretora Financeira****O Conselho de Administração**

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6) ⁺ -(7)+(8)	Observações (10)	
Códigos (1)	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa) (6)				Modif. na redação da rubrica (7)
			Reforços (4)	Anulações (5)					
01	Despesas com o pessoal		1 000	1 000	0	0			
01.01.14	SF 00 Subsidio de férias	76 109	1 000	0	0	0	77 109		
01.01.14	SN 00 Subsidio de Natal	76 109	0	1 000	0	0	75 109		
	TOTAL		1 000	1 000	0	0			

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Alterações Orçamentais - Receita

Códigos (1)	Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
	Descrição (2)			Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
16	Receitas de capital							
16 01 01	Saldo da gerência anterior Na posse dos serviços		0	5 178 103	0	0	5 178 103	
	TOTAL			5 178 103	0	0		

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Situação dos contratos

Entidade	Contrato		Visto do Tribunal de Contas	Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações			
	Objeto	Data			Valor	Número do registo	Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais		Revisão de preços	Trabalhos a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
João Carlos Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos / Advocacia	17.12.12		-	-	07.01.14	183 890,32	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Pereira dos Reis e Tabor da Mouzinho - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos / Advocacia	17.12.12		-	-	07.01.14	131 132,05	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Margarida Urbano & Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos / Advocacia	17.12.12		-	-	10.01.14	81 322,18	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eduardo Frota & Sandra Galhardo - Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos / Advocacia	17.12.12		-	-	07.01.14	75 853,56	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
José Macieirinha, Pedro Macieirinha e Associados - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos / Advocacia	17.12.12		-	-	07.01.14	63 834,49	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Intrum Justitia Portugal - Consultoria e Apoio à Gestão de Contas Correntes Unipessoal, Lda	Serviços de Recuperação de Créditos	27.12.13	84 000	-	-	10.01.14	69 743,26	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
UON - Consultores, S.A.	Serviços de Avaliação de Dano Material e Averiguações	27.12.13	175 000	-	-	10.01.14	186 930,48	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Formas de adjudicação

Tipo de contrato	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste direto		Total	
	Número de contratos (2)	Valor (3)	Número de contratos (4)	Valor (5)	Número de contratos (6)	Valor (7)	Número de contratos (8)	Valor (9)	Número de contratos (10)	Valor (11)	Número de contratos (12)	Valor (13)	Número de contratos (14)	Valor (15)	Número de contratos (16)	Valor (17)
Locação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	792.706	7	792.706
Aquisição de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Aplicações em ativos de rendimento fixo

OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Taxa Fixa								
BEI - 8% / 2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	354 146,51	420 520,65	354 146,51	401 237,37	28 331,72	6 295,94	
BEI 5,625% - 98/28	BANCO SUPRANACIONAL BEI	2 480 000,00	3 254 429,60	2 480 000,00	3 784 604,00	139 500,00	122 450,00	
Republica Áustria 2018	AUSTRIA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 299 400,00	2 000 000,00	2 283 500,00	93 000,00	89 178,08	
HBOS 2015	HBOS BANK	1 000 000,00	1 039 010,00	1 000 000,00	1 008 910,00	48 750,00	38 198,63	
France Gov. Bond 3,25% 04/16	FRANÇA (SOBERANO)	1 990 000,00	2 121 837,50	1 990 000,00	2 075 132,20	64 675,00	44 297,95	
German Gov. Bond DBR 4% 07/16	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 092 300,00	1 000 000,00	1 061 580,00	40 000,00	19 726,03	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/21	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 260 960,00	2 000 000,00	2 425 400,00	75 000,00	51 369,86	
Netherlands 4% 07/16	HOLANDA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 090 400,00	1 000 000,00	1 061 830,00	40 000,00	18 520,55	
German Gov. Bond DBR 4% 01/37	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 210 580,00	1 000 000,00	1 528 780,00	40 000,00	39 561,64	
German Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	ALEMANHA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 201 360,00	2 000 000,00	2 154 200,00	75 000,00	74 178,08	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	FRANÇA (SOBERANO)	3 000 000,00	3 303 150,00	3 000 000,00	3 262 350,00	112 500,00	77 054,79	
Espanha Gov. Bond SPGB 3,8% 01/17	ESPAÑA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 052 150,00	1 000 000,00	1 069 350,00	38 000,00	34 772,60	
Republica Áustria 3,5% 09/21	AUSTRIA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 116 330,00	1 000 000,00	1 213 830,00	35 000,00	10 260,27	
France Gov. Bond FRTR 4% 10/38	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 228 560,00	2 000 000,00	2 868 900,00	80 000,00	14 684,93	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/17	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 129 430,00	1 000 000,00	1 108 480,00	42 500,00	20 958,90	
EFSF 1% 12/03/2014	EFSF	75 000,00	75 111,00			750,00	0,00	Reembolso em 2014
Itália Gov. Bond BTFS 4,5% 02/18	ITÁLIA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 081 130,00	1 000 000,00	1 115 880,00	45 000,00	18 739,73	
France Gov. Bond 4,25% 2017	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 256 560,00	2 000 000,00	2 240 300,00	85 000,00	15 602,74	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39	ALEMANHA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 543 900,00	2 000 000,00	3 233 560,00	85 000,00	41 917,81	
Netherlands 4% 07/18	HOLANDA (SOBERANO)	3 000 000,00	3 392 790,00	3 000 000,00	3 423 990,00	120 000,00	55 561,64	
CGD 5,125% 19/02/2014	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	2 100 000,00	2 118 585,00			80 718,75	0,00	Reembolso em 2014
BEI 3,5% 15/04/2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 070 000,00	1 000 000,00	1 044 900,00	35 000,00	24 931,51	
IBRD 3,875% 20/05/2019	BANCO SUPRANACIONAL IBRD	1 500 000,00	1 706 835,00	1 500 000,00	1 746 090,00	58 125,00	35 830,48	
Espanha Gov. Bond SPGB 2,75% 10/24	ESPAÑA (SOBERANO)			2 000 000,00	2 207 800,00	20 041,10	9 191,78	Aquisição em 2014
TOTAIS	EUR	35 499 146,51	40 065 328,75	35 324 146,51	42 320 603,57	1 481 891,57	863 283,94	

TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Curto Prazo								
CEPIC	IGCP	96 000 000,00	96 000 000,00	108 000 000,00	108 000 000,00	496 091,00	49 708,75	
Sub-Total Curto Prazo		96 000 000,00	96 000 000,00	108 000 000,00	108 000 000,00	496 091,00	49 708,75	
Médio e Longo Prazo								
O.T. Abril 3,85% - 2021	PORTUGAL (SOBERANO)	10 000 000,00	8 845 000,00	10 000 000,00	11 115 800,00	288 750,00	205 684,93	
O.T. Outubro 3,35% - 2015	PORTUGAL (SOBERANO)	11 000 000,00	11 093 280,00	11 000 000,00	11 270 930,00	276 375,00	58 303,77	
O.T. Outubro 4,35% - 2017	PORTUGAL (SOBERANO)	13 000 000,00	12 955 150,00	13 000 000,00	14 213 550,00	424 125,00	88 310,96	
O.T. Abril 4,10% - 2037	PORTUGAL (SOBERANO)	1 000 000,00	731 980,00	1 000 000,00	1 063 300,00	30 750,00	21 904,11	
O.T. Junho 4,45% 2018	PORTUGAL (SOBERANO)	4 000 000,00	3 942 000,00	4 000 000,00	4 443 000,00	133 500,00	72 784,93	
O.T. Outubro 3,6% 2014	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	2 024 060,00			54 000,00	0,00	Reembolso em 2014
O.T. Junho 4,8% 2020	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	1 192 412,50	1 250 000,00	1 451 687,50	45 000,00	24 534,25	
O.T. Fevereiro 6,40% - 2016	PORTUGAL (SOBERANO)	6 080 000,00	6 452 582,40	6 080 000,00	6 485 232,00	291 840,00	255 060,16	
CEDIM 2,33% 15/10/2015	IGCP	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	873 750,00	184 325,34	
CEDIM 2,07% 15/10/2015	IGCP	125 000 000,00	125 000 000,00	125 000 000,00	125 000 000,00	1 610 984,59	409 392,12	
Sub-Total Médio e Longo Prazo		223 330 000,00	222 236 464,90	221 330 000,00	225 043 499,50	4 029 074,59	1 320 300,57	
TOTAIS	EUR	319 330 000,00	318 236 464,90	329 330 000,00	333 043 499,50	4 525 165,59	1 370 009,32	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

Aplicações em ativos de rendimento variável

PARTES DE CAPITAL

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Fab.Porc.Vista Alegre	VISTA ALEGRE SGPS	4 251,28	4 251,28	4 251,28	5 845,51	0,00	0,00	Ex. ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.
Matrena *	MATRENA	166 264,30	0,00	166 264,30	0,00	0,00	0,00	
Portugal Telecom	PORTUGAL TELECOM	186 950,00	590 762,00	186 950,00	161 524,80	14 021,25	0,00	
NOS, SGPS, S.A.	NOS, SGPS, S.A.	249 319,62	146 658,60	249 319,62	142 204,52	2 444,31	0,00	
TOTAIS	EUR	606 785,20	741 671,88	606 785,20	309 574,83	16 465,56	0,00	

* Última cotação do título 30.Set.98

OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Taxa Variável								
Matrena/90	MATRENA	349 300,00	0,00	349 300,00	0,00	0,00	0,00	
Somec 94/99	SOMECE	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
Magellan Mortgages Plc	MAGELLAN MORTGAGES PLC	700 000,00	504 000,00	700 000,00	687 680,00	9 812,83	386,40	
Mediobanca 2018	MEDIOBANCA SPA	2 000 000,00	2 138 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	120 000,00	105 863,01	
Gran 2004 - 1 2A2	GRANITE MORTGAGES PLC.	122 333,83	121 263,81	76 681,41	76 103,05	597,65	7,65	
TOTAIS	EUR	3 321 133,83	2 763 263,81	3 275 481,41	2 763 783,05	130 410,48	106 257,06	

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Barclays Bond Euro Fund	BARCLAYS BANK	500 000,00	708 680,35	500 000,00	753 233,93	0,00	0,00	
FA Santander Ações Europa	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	5 775 000,00	5 444 091,67	5 775 000,00	5 434 279,70	0,00	0,00	
FA Santander Ações América	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	4 435 000,00	5 043 874,56	4 435 000,00	6 107 540,37	0,00	0,00	
Invesco Funds Pan European	INVESCO GT MANAGEMENT SA	1 419 148,90	2 435 259,51	1 419 148,90	2 513 312,70	0,00	0,00	
JP Morgan - Global Equities/Ac.global	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE	645 800,00	671 669,94	645 800,00	736 307,64	1 873,54	0,00	
Newton Int. Growth Fund	BNY MELLON FUND MANAGERS UK	914 606,74	962 166,29	914 606,74	1 126 429,66	0,00	0,00	
HSBC Global Pan Europe	HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO)	1 903 240,00	1 648 779,03	1 903 240,00	1 725 907,93	2 268,14	0,00	
CaixaGest Imobiliário International	CAIXAGEST SA PORTUGAL	5 500 002,97	3 321 820,87	5 500 002,97	3 387 801,97	96 302,18	0,00	
Fundo em USD	DOS SANTOS - SMITH BARNEY	3 990 383,03	7 146 335,91	3 990 383,03	8 338 520,59	0,00	0,00	
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	1 000 000,00	1 323 043,77	1 000 000,00	1 447 758,95	0,00	0,00	
TOTAIS	EUR	26 083 181,63	28 705 721,90	26 083 181,63	31 571 093,44	100 443,86	0,00	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Alმაça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

BALANÇO
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Código contas POCP	ATIVO	Notas	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES		ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	Código contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	(em euros)	
				2014	2013						2014	2013
	IMOBILIZADO											
411	INVESTIMENTOS FINANCEIROS											
	PARTES DE CAPITAL	8.2.3/7	0,00	0,00	0,00	0,00		51	PATRIMÔNIO	8.2.32	61.451.739,90	61.451.739,90
412	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	8.2.39.2	10.166.631,95	248.151,95	9.918.480,00	8.425.471,75		51	TRANSFERÊNCIA DO FUNDAP	8.2.32	(8.533.075,44)	(8.533.075,44)
415	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.3.5	256.655.406,09	1.06.434,44	256.548.971,65	258.440.588,31		59	TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADES	8.2.32	(559.721.072,23)	(559.721.072,23)
	CIRCULANTE							88	RESULTADOS TRANSITADOS	8.2.32	16.896.197,02	126.989.240,49
									RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.2.32	(135.499.276,61)	(110.093.043,47)
									TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		(625.405.487,36)	(489.906.210,75)
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO								PASSIVO			
211	CLIENTES, C/V		0,00		0,00	0,00						
212	CONTRIBUINTES, C/V		10.449,40		10.449,40	249,40			PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	8.2.31	958.404.829,00	781.534.981,00
213	UTENTES, C/V (RESPONSÁVEIS DE SINISTROS)		1.909.652,26		1.909.652,26	1.639.486,35		292	PROVISÕES PARA PENSÕES	8.2.31	41.907.762,00	42.956.530,00
251	DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00		0,00	0,00		297	PROVISÕES PARA IBNR	8.2.31	1.000.312.591,00	824.491.511,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		0,00		0,00	0,00						
262+268	OUTROS DEVEDORES	8.2.23	41.404,51	8.884,84	32.519,67	29.797,62			DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
			1.961.506,17	8.884,84	1.952.621,33	1.729.533,37			FORNECEDORES, C/V		2.767,50	809,20
153	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								CREDORES P/ EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00	0,00
153	TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00		252	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES CONT. E LITEN.		0,00	0,00
	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA - CEDIC'S	8.3.5	100.000.000,00	0,00	100.000.000,00	60.000.000,00		219	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		626,54	89,16
			100.000.000,00	0,00	100.000.000,00	60.000.000,00		24	OUTROS CREDORES		0,00	0,00
13	DEPÓSITOS E CAIXA							262	REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR		0,00	0,00
	CONTA NO TESOURO		4.583.848,80		4.583.848,80	5.836.473,77		2689	OUTROS CREDORES		15.368,14	1.808,98
12	DEPÓSITOS À ORDEM		109.327,59		109.327,59	100.966,76		2682	SINISTROS A REEMBOLSAR		1.909.652,22	1.699.486,31
11	CAIXA		592,25		592,25	743,36			ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		1.928.414,40	1.702.195,65
			4.693.768,64		4.693.768,64	5.938.183,89		273	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	8.2.39.1	6.596.024,12	8.818.446,70
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								TOTAL DO PASSIVO		6.596.024,12	8.818.446,70
	CONTA DE PROVEITOS	8.2.39.1	10.317.700,54		10.317.700,54	10.553.922,78			TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		1.008.837.029,52	835.012.151,35
272	CUSTOS DIFERIDOS		0,00		0,00	18.240,50						
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		10.317.700,54		10.317.700,54	10.572.163,28						
	TOTAL DE PROVISÕES											
	TOTAL DO ATIVO		383.795.013,39	363.471,23	383.431.542,16	345.105.940,60					383.431.542,16	345.105.940,60

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

Código contas POCP		Notas	2014		2013	
62	Custos e perdas Fornecimentos e serviços externos			601 020,43		316 811,27
	Custos com o pessoal:					
642	Remunerações		342 362,88		386 749,99	
	Encargos sociais					
644	Pensões		11 792,54		12 874,21	
645 a 648	Outros		102 050,55	456 205,97	109 924,15	509 548,35
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais					
	Responsabilidades - seguradoras		31 135 422,85		30 827 871,86	
	Responsabilidades - pensionistas		9 917 609,31	41 053 032,16	10 062 032,77	40 889 904,63
67	Provisões do exercício					
	Provisões p/ responsabilidades c/ pensões	8.2.31	219 290 322,00		186 061 807,00	
	Outras provisões do exercício		0,00	219 290 322,00	0,00	186 061 807,00
65	Outros custos e perdas operacionais					0,00
	(A)			261 400 580,56		227 778 071,25
68	Custos e perdas financeiras					
	Provisões para aplicações financeiras		0,00		0,00	
	Outros custos e perdas financeiras	8.2.37	6 417,59	6 417,59	13 365,82	13 365,82
	(C)			261 406 998,15		227 791 437,07
69	Custos e perdas extraordinárias	8.2.38		0,00		612,00
	(E)			261 406 998,15		227 792 049,07
88	Resultado líquido do exercício	8.2.32		(135 499 276,61)		(110 093 043,47)
				125 907 721,54		117 699 005,60
	Proveitos e ganhos					
72	Impostos, taxas e outros					
	Empresas de seguros		73 193 922,49		72 543 840,39	
	Coimas e penalidades por contra - ordenação		1 985 302,57	75 179 225,06	3 042 528,22	75 586 368,61
74	Transferências e subsídios correntes obtidos					
	Reversões reembolsos e outras			1 953 694,63		1 792 040,19
	(B)			77 132 919,69		77 378 408,80
78	Proveitos e ganhos financeiros					
	Juros de aplicações financeiras	8.2.37	5 156 684,23		2 895 643,37	
	Rendimentos de participações de capital		0,00		0,00	
	Outros proveitos e ganhos financeiros		0,00	5 156 684,23	1 582,68	2 897 226,05
	(D)			82 289 603,92		80 275 634,85
79	Proveitos e ganhos extraordinários					
	Anulação de provisões para pensões	8.2.31	43 469 242,00		37 139 955,00	
	Anulação de provisões para investimentos	8.2.7	106 563,34		262 393,00	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38	42 312,28	43 618 117,62	21 022,75	37 423 370,75
	(F)			125 907 721,54		117 699 005,60
	Resumo:			2014		2013
	Resultados operacionais (B) - (A) =			(184 267 660,87)		(150 399 662,45)
	Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =			5 150 266,64		2 883 860,23
	Resultados correntes (D) - (C) =			(179 117 394,23)		(147 515 802,22)
	Resultado líquido do exercício (F) - (E) =			(135 499 276,61)		(110 093 043,47)

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS
					ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5)-(8)	
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5)-(8)	(12) = (8)/(3)*100
	DESPESAS CORRENTES										
01 01 04	Pessoal dos quadros - Reg. de c. ind. de trab.	278 077	0	274 053	274 053	0	274 053	4 024	4 024	0	99
01 01 06	Pessoal contratado a termo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 01 13	Subsidio de refeição	22 600	0	20 916	20 916	0	20 916	1 684	1 684	0	93
01 01 14 SF 00	Subsídios de férias	25 001	0	23 925	23 925	0	23 925	1 608	1 608	0	96
01 01 14 SN 00	Subsídios de Natal	24 001	0	23 469	23 469	0	23 469	1 608	1 608	0	98
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	35 623	0	0	0	0	0	35 623	35 623	0	0
01 02 02	Horas extraordinárias	467	0	0	0	0	0	467	467	0	0
01 02 04	Ajudas de custo	1 100	0	0	0	0	0	1 100	1 100	0	0
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	2 300	0	0	0	0	0	2 300	2 300	0	0
01 02 14	Outros abonos em numerário ou espécie	1 100	0	0	0	0	0	1 100	1 100	0	0
01 03 02	Outros encargos com a saúde	2 500	0	178	178	0	178	2 322	2 322	0	7
01 03 03	Subsídios familiares a crianças jovens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 05 A0 B0	Contribuições para a Segurança Social	90 679	0	81 076	81 076	0	81 076	9 603	9 603	0	89
01 03 08	Outras pensões	36 100	0	11 793	11 793	0	11 793	24 307	24 307	0	33
01 03 09	Seguros	20 200	0	19 893	19 893	0	19 893	307	307	12 548	36
01 03 10	Outras despesas de segurança social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 01	Encargos das instalações	15 300	0	12 591	856	291	1 147	2 709	14 153	11 444	7
02 02 02	Limpeza e higiene	14 500	0	5 193	1 960	0	1 960	9 307	12 540	3 233	14
	A Transportar	569 548	0	473 087	445 571	291	445 862	96 461	123 686	27 225	78

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
	DESCRIÇÃO (2)	ANO (6)				ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPR. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5)-(8)		
	Transporte	445 571	0	473 087	291	445 862	96 461	123 686	27 225	78		
02 02 03	Conservação de bens	1 230	0	1 230	0	1 230	25 770	25 770	0	5		
02 02 04	Locação de edifícios	129 500	0	67 045	0	39 109	62 455	90 391	27 936	30		
02 02 09 F0 00	Comunicações	3 000	0	2 428	0	2 244	572	756	184	75		
02 02 11	Representação dos serviços	2 000	0	58	0	58	1 942	1 942	0	3		
02 02 12 A0 00	Seguros profissionais dos estágios	200	0	0	0	0	200	200	0	0		
02 02 13	Deslocações e estadas	3 000	0	0	0	0	3 000	3 000	0	0		
02 02 14 B0 00	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	740 000	145 005	560 860	0	548 007	34 135	46 988	12 853	74		
02 02 15 B0 00	Formação	10 300	0	0	0	0	10 300	10 300	0	0		
02 02 17	Publicidade	400	0	0	0	0	400	400	0	0		
02 02 18	Vigilância e segurança	21 000	0	0	0	0	21 000	21 000	0	0		
02 02 20 C0 00	Outros trabalhos especializados	500	0	0	0	0	500	500	0	0		
02 02 22	Serviços de saúde	3 000	0	0	0	0	3 000	3 000	0	0		
02 02 25	Outros serviços	71 950	10 793	57 114	0	49 436	4 043	11 721	7 678	69		
04 02 02	Companhias de seguros	37 010 000	0	33 357 845	0	33 357 845	3 652 155	3 652 155	0	90		
04 08 02 A0 00	Estágios profissionais	7 200	0	0	0	0	7 200	7 200	0	0		
04 08 02 B0 00	Outras	10 684 746	0	9 868 691	0	9 868 691	816 055	816 055	0	92		
06 02 03 A0 00	Outras	30 000	0	6 418	0	6 418	23 582	23 582	0	21		
06 02 03 R0 00	Reserva	1 265 254	1 265 254	0	0	0	0	0	0	0		
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	50 578 598	1 421 052	44 394 776	291	44 318 901	4 762 770	4 838 645	75 875	88		

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
	DESCRIÇÃO (2)	ANO (6)				ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5)-(8)		
09 02 03	DESPESAS DE CAPITAL Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 05	Adm. pública - Adm. central - Estado	40 000 000	0	40 000 000	0	40 000 000	0	0	0	0	0	100
09 03 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
09 03 02	Sociedades e q. soc. não financeiras - públicas	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
09 03 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
09 03 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 05	Adm. pública - Adm. central - Estado	2 000 000	0	0	0	0	0	2 000 000	2 000 000	0	0	0
09 03 09	Adm. pública - Adm. local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	2 000 000	0	0	0	0	0	2 000 000	2 000 000	0	0	0
09 03 15	Resto mundo - U. Europeia - Países membros	5 000 000	0	1 992 560	0	1 992 560	0	3 007 440	3 007 440	0	0	40
09 03 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	5 000 000	0	0	0	0	0	5 000 000	5 000 000	0	0	0
09 07 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
09 07 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
09 07 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
09 08 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	1 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0
	A Transportar	61 000 000	0	41 992 560	0	41 992 560	0	19 007 440	19 007 440	0	0	69

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES		CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
		CORRIGIDAS (3)	(4)			ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5)-(8)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5)-(8)	(12) = (8)/(3)*100	
	Transporte	61 000 000	0	41 992 560	0	41 992 560	19 007 440	19 007 440	0	0	69	
09 08 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	1 000 000	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0	
09 08 04	Soc. financeiras- Comp. de seg. e f. pensões	1 000 000	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0	
09 08 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	1 000 000	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0	
09 08 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	1 000 000	0	0	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0	
	TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	65 000 000	0	41 992 560	0	41 992 560	23 007 440	23 007 440	0	0	65	
	TOTAL DAS DESPESAS	115 578 598	1 421 052	86 387 336	291	86 311 170	86 311 461	27 770 210	27 846 085	75 875	75	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA
 FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

1

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
						ANO (7)	ANOS ANTERIORES (8)	TOTAL (9)=(7)+(8)	EMITIDOS (10)	PAGOS (11)			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) = (4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
	RECEITAS CORRENTES												
04 01 99	Taxas diversas	68 005 000	0	73 311 874	0	73 311 874	0	73 311 874	0	0	73 311 874	0	108
04 02 04	Coimas e penalidades por contraordenação	2 000 000	0	2 458 772	0	2 454 692	0	2 454 692	0	0	2 454 692	4 080	123
05 01 02	Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	67 000	0	23 947	0	23 947	0	23 947	0	0	23 947	0	36
05 03 01	Administração central - Estado	3 400 000	0	4 435 494	0	4 435 494	0	4 435 494	0	0	4 435 494	0	130
05 03 05	Administração local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 06 01	União Europeia - Instituições	86 000	0	64 063	0	64 063	0	64 063	0	0	64 063	0	74
05 06 02	União Europeia - Países membros	300 000	0	277 041	0	277 041	0	277 041	0	0	277 041	0	92
05 06 03	Países terceiros e organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 07 00	Div. e part. lucros soc. q. s. não fin.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 08 01	Div. e part. nos lucros de soc. Fina.	3 000	0	941	0	941	0	941	0	0	941	0	31
06 01 02	Privadas	1 400 000	0	1 953 694	0	1 953 694	0	1 953 694	0	0	1 953 694	0	140
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	5 000	0	40 044	0	40 044	0	40 044	0	0	40 044	0	801
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	75 266 000	0	82 565 870	0	82 561 790	0	82 561 790	0	0	82 561 790	4 080	110

MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
De 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2014

2

(em euros)

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
						ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) = (4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(9)*100
	RECEITAS DE CAPITAL												
11 02 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 02 03	Administração pública - A.central - Estado	40 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 03 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 02	Sociedades financeiras	500 000	0	500 000	0	500 000	0	500 000	0	0	500 000	0	100
11 03 03	Administração pública - A.central - Estado	2 000 000	0	2 000 000	0	2 000 000	0	2 000 000	0	0	2 000 000	0	100
11 03 07	Administração pública - A. local -R. Autó.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 11	Resto do mundo - União Europeia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 12	Resto do mundo - P. terceiros e org. inter.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 01	Sociedades e quase sociedades não fin.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
16 01 01	Na posse do serviço	5 936 455	5 936 455	0	0	0	5 936 455	5 936 455	0	0	5 936 455	0	100
	TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	48 436 455	5 936 455	2 500 000	0	2 500 000	5 936 455	8 436 455	0	0	8 436 455	0	17
	TOTAL DA RECEITA	123 702 455	5 936 455	85 065 870	0	85 061 790	5 936 455	90 998 245	0	0	90 998 245	4 080	74

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barros)
(Vogal)

FLUXOS DE CAIXA

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

		(em euros)	
Capit.	Grup.	Recebimentos	Pagamentos
		5 938 183,89	86 361 731,77
		5 936 454,52	0,00
16	01	5 936 454,52	86 311 459,93
			44 318 899,93
			342 362,88
			0,00
			100 392,61
			643 190,79
			33 357 845,43
			9 868 690,63
			6 417,59
		85 117 316,52	41 992 560,00
		0,00	40 000 000,00
		85 061 790,19	1 992 560,00
			0,00
			0,00
04	01	82 561 790,19	
04	02	73 311 873,75	
05	02	2 454 692,22	
05	03	23 946,36	
05	03	4 435 494,39	
05	06	341 103,60	
05	08	941,21	
06	01	1 953 694,63	
15	01	40 044,03	
11	02	0,00	
11	03	2 500 000,00	
			20 563,44
			29 708,40
			4 693 768,64
			4 684 043,60
			0,00
			4 684 043,60
17	01	28 539,98	
17	02	26 986,35	
			9 133,34
			591,70
		91 055 500,41	91 055 500,41

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almeida)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Fundo de Acidentes de Trabalho, designado abreviadamente por FAT é gerido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O FAT é dotado de autonomia administrativa e financeira.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa.

O código de classificação orgânica atribuído ao FAT é o seguinte: 03 1 09 02 00.

8.1.2 – O FAT foi criado na sequência do disposto no Art.º 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio.

Encontra ainda previsão no art.º 283.º, n.º6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro.

Dada a inclusão do orçamento do FAT no Orçamento do Estado, no âmbito do estipulado na Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei do enquadramento orçamental), republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 julho, em 2014 manteve-se o modelo de apresentação de contas em POCP.

Assim as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios da prudência, da continuidade, do acréscimo, do custo histórico, da consistência, da não compensação de saldos, da materialidade e da substância sobre a forma.

Foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da ASF os julgamentos e estimativas que afetam os montantes do Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza e das divulgações necessárias para uma melhor compreensão da posição financeira do FAT. Tais estimativas são baseadas na melhor informação disponível à data da apresentação da contas e em casos, na avaliação que delas fazem especialistas nas matérias em questão.

São estes os casos das avaliações das provisões para riscos e encargos conforme explicita a Nota 8.2.3.

8.1.3 – A gestão do FAT é assegurada pelos órgãos sociais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). A ASF é a autoridade portuguesa de supervisão de seguros e de fundos de pensões. São órgãos da ASF o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 8.º a 29.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro.

8.1.4 – O FAT tem as seguintes competências:

- a) garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- b) garantir o pagamento de prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer;
- c) reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações de pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, derivadas de acidente de trabalho;
- d) ressegurar e retroceder os riscos recusados de acidentes de trabalho.

Com a função de analisar e dar parecer sobre aspetos que, não constituindo atos de gestão corrente, sejam relevantes para o bom desempenho do FAT, nomeadamente analisar e dar parecer sobre as contas e o financiamento deste fundo, foi constituída a Comissão de Acompanhamento do FAT, presidida por um representante do Ministério das Finanças e integrando diversos outros representantes e personalidades da área de acidentes de trabalho.

8.1.5 – Recursos Humanos

Identificação do responsável por Direções / Departamentos

Fundo de Acidentes de Trabalho

Célia Maria Jesus Gomes Correia Matos

Pessoal do quadro em 31-12-14

Grupos de Categorias	Efetivos em 31-12-14
Diretores	1
Chefias Intermédias	3
Técnicos	6
Administrativos	1
Totais	11

8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede da ASF, com elaboração de Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos do FAT estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de investimentos financeiros, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamentos em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Dado o enquadramento do FAT já explicitado 8.1, as notas ao Balanço e à Demonstração dos resultados seguem a ordem definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Assim, as notas aplicáveis são as seguintes: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1 e 8.3.5, as outras não são aplicáveis ao FAT.

8.2.3 – No enquadramento dado pelos princípios referenciados no ponto 8.1 foram utilizados, 2014, os seguintes critérios valorimétricos:

Receita

As fontes de receita do FAT estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 142/1999, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio, sendo maioritariamente constituídas pelo montante das contribuições que resultam:

- da aplicação de 0,15%, a cobrar pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros sobre os salários considerados sempre que sejam processados prémios da modalidade “Acidentes de Trabalho”;
- da aplicação de 0,85%, a suportar pelas empresas de seguros sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento à mesma data.

Estas receitas são registadas na rubrica “Impostos, taxas e outros” da demonstração dos resultados.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado no final do exercício, são integralmente provisionadas.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões investimentos financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	461 149,73	0,00	106 563,34	354 586,39
TOTAL	461 149,73	0,00	106 563,34	354 586,39

ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
Investimentos financeiros					
Obrigações e títulos de participação	8 673 623,70	1 992 560,00	499 551,75	0,00	10 166 631,95
Títulos de dívida pública portuguesa (OT'S)	14 883 565,09	0,00	1 998 180,00	0,00	12 885 385,09
Certificados especiais de dívidas a médio e longo prazo (CEDIM)	240 000 000,00	0,00	0,00	0,00	240 000 000,00
Fundos de investimento	3 770 021,00	0,00	0,00	0,00	3 770 021,00
TOTAL	267 327 209,79	1 992 560,00	2 497 731,75	0,00	266 822 038,04

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Outros devedores” é de 8 884,84 €.

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
291	Provisões para cobranças duvidosas	8 884,84	0,00	0,00	8 884,84
292	Provisões para riscos e encargos				
	Para Pensões	781 534 981,00	219 290 322,00	42 420 474,00	958 404 829,00
	Para IBNR	42 956 530,00	0,00	1 048 768,00	41 907 762,00
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Obrigações e títulos de participação	248 151,95	0,00	0,00	248 151,95
	Títulos de dívida pública portuguesa (OT'S)	92 205,78	0,00	89 462,29	2 743,49
	Outros investimentos financeiras (UP)	120 792,00	0,00	17 101,05	103 690,95
	TOTAL	824 961 545,57	219 290 322,00	43 575 805,34	1 000 676 062,23

As provisões para riscos e encargos incluem a estimativa das provisões matemáticas para pensões e do IBNR. As provisões matemáticas correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões, assumidas diretamente pelo FAT, e das atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por incapacidade inferior permanente a 30% mas com pensão anual superior a seis vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) ou por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados ao FAT.

8.2.32 – Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor/(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor/(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Património	(506 802 407,77)	0,00	0,00	(506 802 407,77)
Resultados transitados	126 989 240,49	110 093 043,47	0,00	16 896 197,02
Resultado líquido do exercício	(110 093 043,47)	135 499 276,61	110 093 043,47	(135 499 276,61)
TOTAL	(489 906 210,75)	245 592 320,08	110 093 043,47	(625 405 487,36)

8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
681 Juros suportados	0,00	0,00	781 Juros obtidos	5 156 684,23	2 895 643,37
684 Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784 Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	1 582,68
688 Outros custos e perdas financeiras	6 417,59	13 365,82	788 Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
Resultados financeiros	5 150 266,64	2 883 860,23			
	5 156 684,23	2 897 226,05		5 156 684,23	2 897 226,05

8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
694 Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794 Ganhos em imobilizações	2 268,25	15 945,00
697 Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	612,00	796 Reduções de amortizações e provisões	43 575 805,34	37 397 348,20
698 Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	797 Correções relativas a exercícios anteriores	40 044,03	10 077,55
Resultados extraordinários	43 618 117,62	37 422 758,75	798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	0,00
	43 618 117,62	37 423 370,75		43 618 117,62	37 423 370,75

8.2.39 – Outras informações, consideradas relevantes, para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Receitas de novembro e dezembro de 2014	8 351 466,90 €
Receitas provenientes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)	600 000,00 €
Juros de obrigações	1 337 382,81 €
Juros de CEDIC'S	<u>28 850,83 €</u>
	10 317 700,54 €

Acréscimos de custos:

Responsabilidades de novembro e dezembro de 2014	6 533 111,12 €
Encargos com férias a pagar em 2015	56 886,00 €
Outros	<u>6 027,00 €</u>
	6 596 024,12 €

8.2.39.2 - Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rendibilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2014 com as mais e menos-valias.

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-2014
Curto Prazo	100 000 000,00	0,00	0,00	100 000 000,00
CEDIC's	100 000 000,00	0,00	0,00	100 000 000,00
Médio e Longo Prazo	266 822 038,04	354 586,39	5 742 541,19	272 209 992,84
Fundos de investimento	3 770 021,00	103 690,95	1 291 098,39	4 957 428,44
Obrigações e títulos de participação	10 166 631,95	248 151,95	2 218 622,50	12 137 102,50
Títulos de dívida pública Portuguesa	252 885 385,09	2 743,49	2 232 820,30	255 115 461,90
TOTAL	366 822 038,04	354 586,39	5 742 541,19	372 209 992,84

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 – Alterações orçamentais.

1 - Despesa – *Vide* anexo I2 - Receita – *Vide* anexo II

8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

1 - Ativos de rendimento fixo – *Vide* anexo III2 - Ativos de rendimento variável – *Vide* anexo IV**O Técnico de Contas****A Diretora Financeira****O Conselho de Administração**

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Repositões abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)*-(7)+(8)	Observações (10)
Códigos (1)	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa) (6)			
			Reforços (4)	Anulações (5)				
01	Despesas correntes		6 000	6 000	0	0		
	Despesas com o pessoal							
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho	275 077	3 000	0	0	0	278 077	
01.01.14	Subsídio de férias	23 001	2 000	0	0	0	25 001	
01.01.14	Subsídio de Natal	23 001	1 000	0	0	0	24 001	
01.03.05	Segurança social	96 679	0	6 000	0	0	90 679	
	Despesas de capital							
09	Ativos financeiros		25 000 000	25 000 000	0	0		
09.02.05	Administração pública central- Estado	15 000 000	25 000 000	0	0	0	40 000 000	
09.03.03	Sociedades financeiras-bancos e outras	5 000 000	0	4 000 000	0	0	1 000 000	
09.03.05	Administração pública central- Estado	10 000 000	0	8 000 000	0	0	2 000 000	
09.03.14	Resto do Mundo-União europeia - Instituições	10 000 000	0	8 000 000	0	0	2 000 000	
09.03.15	Resto do Mundo-União europeia - Países	10 000 000	0	5 000 000	0	0	5 000 000	
	TOTAL		25 006 000	25 006 000	0	0		

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Códigos (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
05	Receitas correntes						
	Rendimentos da propriedade						
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	70 000	0	3 000	3 000		
05 08 01	Div e part. Nos lucros de Soc. financeiras	0	0	0	3 000	67 000	
	Receitas de capital						
16	Saldo da gerência anterior		5 936 455	0	0		
16 01 01	Na posse dos serviços	0	5 936 455	0	0	5 936 455	
	TOTAL		5 936 455	3 000	3 000		

O Técnico de Contas

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Aplicações em ativos de rendimento fixo

OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Taxa Fixa								
Espanha Gov. Bond SPGB 3,8% 01/17	ESPAÑA (SOBERANO)	250 000,00	263 037,50	250 000,00	267 337,50	9 500,00	8 693,15	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	FRANÇA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 101 050,00	1 000 000,00	1 087 450,00	37 500,00	25 684,93	
German Gov. Bond DBR 3,75% 01/17	ALEMANHA (SOBERANO)	500 000,00	550 340,00	500 000,00	538 550,00	18 750,00	18 544,52	
Republica Austria 3,5% 09/21	AUSTRIA (SOBERANO)	500 000,00	558 165,00	500 000,00	606 915,00	17 500,00	5 130,14	
France Gov. Bond FRTR 4% 10/38	FRANÇA (SOBERANO)	1 500 000,00	1 671 420,00	1 500 000,00	2 151 675,00	60 000,00	11 013,70	
Itália Gov. Bond BTPS 4,5% 02/18	ITÁLIA (SOBERANO)	250 000,00	270 282,50	250 000,00	278 970,00	11 250,00	4 684,93	
France Gov. Bond 4,25% 2017	FRANÇA (SOBERANO)	500 000,00	564 140,00	500 000,00	560 075,00	21 250,00	3 900,68	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39	ALEMANHA (SOBERANO)	500 000,00	635 975,00	500 000,00	808 390,00	21 250,00	10 479,45	
Netherlands 4% 07/18	HOLANDA (SOBERANO)	1 500 000,00	1 696 395,00	1 500 000,00	1 711 995,00	60 000,00	27 780,82	
CGD 5.125% 19/02/2014	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	500 000,00	504 425,00			19 218,75	0,00	Reembolso em 2014
BEI 3,5% 15/04/2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 070 000,00	1 000 000,00	1 044 900,00	35 000,00	24 931,51	
IBRD 3,875% 20/05/2019	BANCO SUPRANACIONAL IBRD	750 000,00	853 417,50	750 000,00	873 045,00	29 062,50	17 915,24	
Espanha Gov. Bond SPGB 2,75% 10/24	ESPAÑA (SOBERANO)			2 000 000,00	2 207 800,00	20 041,10	9 191,78	Aquisição em 2014
TOTAIS	EUR	8 750 000,00	9 738 647,50	10 250 000,00	12 137 102,50	360 322,35	167 950,85	

TÍTULOS DE DIVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Curto Prazo								
CEDIC	IGCP	60 000 000,00	60 000 000,00	100 000 000,00	100 000 000,00	300 908,94	28 850,83	
Sub-Total Curto Prazo		60 000 000,00	60 000 000,00	100 000 000,00	100 000 000,00	300 908,94	28 850,83	
Médio e Longo Prazo								
Consolidado 41 3,5%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	3 820,79	1 147,00	3 820,79	1 910,40	133,68	11,14	
Consolidado 42 3%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	2 324,40	1 011,35	2 324,40	1 813,03	69,72	11,62	
Consolidado 43 2,75%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	748,20	306,76	748,20	426,47	20,56	0,91	
O.T. Outubro 4,35% - 2017	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	1 245 687,50	1 250 000,00	1 366 687,50	40 781,25	8 491,44	
O.T. Junho 4,45% 2018	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	1 971 000,00	2 000 000,00	2 221 500,00	66 750,00	36 392,47	
OT Outubro 3,6% 2014	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	2 024 060,00			54 000,00	0,00	Reembolso em 2014
O.T. Junho 4,8% 2020	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	1 192 412,50	1 250 000,00	1 451 687,50	45 000,00	24 534,25	
O.T. Outubro 3,35% 2015	PORTUGAL (SOBERANO)	3 500 000,00	3 529 680,00	3 500 000,00	3 586 205,00	87 937,50	18 551,20	
O.T. Fevereiro 6,40% - 2016	PORTUGAL (SOBERANO)	6 080 000,00	6 452 582,40	6 080 000,00	6 485 232,00	291 840,00	255 060,16	
CEDIM 2,25% 15/10/2015	IGCP	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	843 750,00	177 996,58	
CEDIM 2,40% 15/10/2016	IGCP	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	900 000,00	189 863,01	
CEDIM 2,07% 15/10/2015	IGCP	140 000 000,00	140 000 000,00	140 000 000,00	140 000 000,00	1 804 302,74	458 519,18	
Sub-Total Médio e Longo Prazo		256 086 893,39	256 417 887,51	254 086 893,39	255 115 461,90	4 134 585,45	1 169 431,96	
TOTAIS	EUR	316 086 893,39	316 417 887,51	354 086 893,39	355 115 461,90	4 435 494,39	1 198 282,79	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Aplicações em ativos de rendimento variável

OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Taxa Variável Somec/94	SOMECSOC MET DE CONSTRU	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAIS	EUR	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2014		VALOR EM 31-12-2014		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Invesco Funds Pan European	INVESCO GT MANAGEMENT SA	85 905,87	553 468,17	85 905,87	571 207,54	0,00	0,00	
JP Morgan - Global Equities/Ac.global	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE	64 628,70	152 638,02	64 628,70	167 327,03	425,76	0,00	
Newton Int Growth Fund	BNY MELLON FUND MANAGERS UK	207 865,00	218 674,16	207 865,00	256 006,74	0,00	0,00	
HSBC Global Pan Europe	HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO)	436 988,89	374 722,50	436 988,89	392 251,80	515,45	0,00	
FA Santander Ações Europa	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 375 375,00	1 269 418,67	1 375 375,00	1 267 130,78	0,00	0,00	
FA Santander Ações América	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 026 245,00	1 167 136,65	1 026 245,00	1 413 265,56	0,00	0,00	
CaixaGest Imobiliário International	CAIXAGEST SA PORTUGAL	270 002,97	163 072,92	270 002,97	166 312,02	4 727,61	0,00	
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	500 000,00	661 565,29	500 000,00	723 926,97	0,00	0,00	
TOTAIS	EUR	3 967 011,43	4 560 696,38	3 967 011,43	4 957 428,44	5 668,82	0,00	

O Técnico de Contas

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)



RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

1. A Comissão de Fiscalização (CF) da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) vem apresentar, nos termos do Estatuto desta entidade, o Relatório e o Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas Anuais elaborados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício de 2014.

Os documentos de prestação de contas integram as Contas da ASF, as Contas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e as Contas do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

RELATÓRIO

2. A CF acompanhou a atividade de gestão da ASF em 2014, tendo obtido informações e esclarecimentos em reuniões com o Conselho de administração (CA) e com os Responsáveis pelos Serviços, de todos tendo recebido apoio para a execução das suas tarefas, devendo salientar-se a colaboração profissional e a permanente disponibilidade da Diretora Financeira.

Neste domínio, foram objeto de análise as atas do Conselho de Administração e outros documentos, nomeadamente os respeitantes à informação financeira e contabilística.

3. A CF acompanhou a atividade desenvolvida pela ROC, através das exposições que a mesma efetuou nas reuniões, tendo em atenção os trabalhos de auditoria que são realizados pela externa Deloitte & Associados – SROC, S.A.
4. A CF apreciou também, com a devida atenção e profundidade, os relatórios e pareceres elaborados por aquela sociedade de revisores oficiais de contas, membro de uma auditora internacional, relativos às auditorias e certificações das demonstrações financeiras pela mesma realizada.
5. O Resultado Líquido da ASF no exercício de 2014 foi de 4 844 719,64 euros, tendo o do ano precedente sido de 1 615 964,36 euros.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'ASF' or similar, with a date '27' written below it.



6. No FGA, o Resultado Líquido do exercício de 2014 foi de 23 481 529,07 euros, enquanto no ano anterior havia ascendido a 13 250 359,45 euros.
7. Quanto ao FAT, o Resultado Líquido do exercício de 2014 foi negativo em 135 499 276,61 euros, tendo sido no ano anterior de 110 093 043,47 euros negativos.
8. Em 31 de dezembro de 2014, os Fundos Próprios do FGA, integrados pelos Resultados Transitados e pelo Resultado Líquido do Exercício do ano, eram de 263 547 452,96 euros, tendo aumentado cerca de 9,8% em relação ao final de 2013.
9. Também em 31 de dezembro de 2014, os Fundos Próprios do FAT eram negativos em 625 405 487,36 euros, como resultante da transferência do património negativo do extinto Fundo de Garantia e Atualização de Pensões (FGAP), da transferência de responsabilidades, havendo apenas a compensar, parcialmente, as anteriores importâncias negativas, o valor do património transferido do extinto Fundo de Actualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (FUNDAP) e os últimos resultados do FAT.
10. Os investimentos financeiros do FGA e do FAT estão contabilizados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para menos-valias potenciais.

No FGA, em 31 de dezembro de 2014, o valor de aquisição dos investimentos financeiros, era de 284 678 187,57 euros, e o montante das provisões constituídas ascendia a 4 197 445,53 euros.

Relativamente ao FAT, os montantes referentes às mesmas data e rubricas eram de 266 822 038,04 euros e de 354 586,39 euros, respetivamente.

11. O Relatório de Atividade do Conselho de Administração expressa pormenorizadamente os principais factos e o desenvolvimento da gestão da ASF, do FGA e do FAT em 2014 e apresenta as perspetivas para 2015.
12. Os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório de Atividade e as Demonstrações Financeiras, observam as disposições legais aplicáveis e permitem compreender a situação financeira e os resultados apurados em 2014.
13. Os Resultados apurados no exercício de 2014 da ASF são aplicados:



- Reforço para reserva para equilíbrio financeiro 480 000 euros;
- Reforço para Reserva para risco de atividade 5 200 000 euros;
- O remanescente fica em resultados transitados 997 506,18 euros.

Os Resultados Líquidos do Exercício de 2014 do FGA e do FAT transitam, como habitualmente, para o ano seguinte, continuando a integrar os valores dos fundos próprios.

14. A Comissão de Fiscalização apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela ROC, documento que mereceu a sua concordância.

15. A execução orçamental no exercício de 2014, foi a seguinte:

ASF			
Receitas Totais	95%	Despesas Totais	92%
Receitas Correntes	95%	Despesas Correntes	90%
Receitas de Capital	100%	Despesas de Capital	99%

FGA			
Receitas Totais	44%	Despesas Totais	39%
Receitas Correntes	99%	Despesas Correntes	71%
Receitas de Capital	16%	Despesas de Capital	24%

FAT			
Receitas Totais	74%	Despesas Totais	75%
Receitas Correntes	110%	Despesas Correntes	88%
Receitas de Capital	17%	Despesas de Capital	65%

16. A Comissão de Fiscalização agradece a referência à sua cooperação feita pelo Conselho de Administração no seu Relatório, a qual é, naturalmente, sempre prestada sem prejuízo da independência no exercício das suas funções específicas.



PARECER

17. Em face do exposto, a Comissão de Fiscalização é de parecer que o Relatório de Atividade e as Contas do exercício de 2014 apresentados pelo Conselho de Administração merecem aprovação.

Lisboa, 17 de março de 2015

A Comissão de Fiscalização

Álvaro Pinto Correia - **Presidente**

Manuel de Lima Dias Martins - **Vogal**

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus – **Vogal R.O.C.**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada Instituto de Seguros de Portugal), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 20 469 585,12 euros e um total de Fundos Próprios de 12 177 506,18 euros, incluindo um Resultado Líquido de 4 844 719,64 euros), a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Controlo Orçamental e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:
 - 9.1. As demonstrações financeiras da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões são objeto de auditoria pela Deloitte & Associados, SROC, que emitiu sobre as mesmas, em 17 de março de 2015, uma opinião sem reservas nem ênfases.
 - 9.2. O Fundo de Garantia Automóvel é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objeto de auditoria pela Deloitte & Associados, SROC, que emitiu sobre as mesmas, em 17 de março de 2015, uma opinião sem reservas nem ênfases.
 - 9.3. O Fundo de Acidentes de Trabalho é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de

Pensões, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objeto de auditoria pela Deloitte & Associados, SROC, que emitiu sobre as mesmas, em 17 de março de 2015, uma opinião sem reservas e com a seguinte ênfase:

"Em 31 de dezembro de 2014 os fundos próprios do FAT são negativos em 625.405.487 Euros, nomeadamente face à insuficiência de financiamento existente à data da sua constituição em 2000. Prevê-se que a recuperação da situação patrimonial do FAT venha a ser progressivamente assegurada através das suas receitas futuras, designadamente pelo facto de as receitas anuais incluírem implicitamente uma componente destinada a fazer face às suas responsabilidades passadas."

Lisboa, 17 de março de 2015



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus



K

**RELATÓRIO DOS
AUDITORES**

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF", anteriormente designada Instituto de Seguros de Portugal), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 20.469.585 euros e fundos próprios de 12.177.506 euros, incluindo um resultado líquido de 4.844.720 euros, a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – "POCP"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da ASF, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP).

Lisboa, 17 de março de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Garantia Automóvel ("FGA"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 403.568.058 euros e fundos próprios de 263.547.453 euros, incluindo um resultado líquido de 23.481.529 euros, a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – "POCP"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo de Garantia Automóvel, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Garantia Automóvel em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP).

Lisboa, 17 de março de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Acidentes de Trabalho ("FAT"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 383.431.542 Euros e fundos próprios negativos de 625.405.487 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 135.499.277 Euros, a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – "POCP"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo de Acidentes de Trabalho, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Acidentes de Trabalho em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (POCP).

Ênfase

5. Em 31 de dezembro de 2014 os fundos próprios do FAT são negativos em 625.405.487 Euros, nomeadamente face à insuficiência de financiamento existente à data da sua constituição em 2000. Prevê-se que a recuperação da situação patrimonial do FAT venha a ser progressivamente assegurada através das suas receitas futuras, designadamente pelo facto de as receitas anuais incluírem implicitamente uma componente destinada a fazer face às suas responsabilidades passadas.

Lisboa, 17 de março de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
DO FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

PARECER

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Acidentes de Trabalho, reunida a 26 de Março de 2015, na sede da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo em vista o cumprimento do disposto da alínea a) do nº 3 do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de abril, analisou o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do Fundo de Acidentes de Trabalho.

Considerando que:


- a) no debate havido, foram prestados, pela Sra. Dra. Jacinta Dias, Diretora Financeira da ASF, esclarecimentos complementares satisfatórios quanto às questões colocadas pelos presentes;
- b) as contas sob análise foram objeto de Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização da ASF, que mereceram a sua aprovação bem como de auditoria externa pela Deloitte & Associados, SROC S.A. cujos pareceres, não obstante chamarem a atenção para a questão dos fundos próprios negativos do FAT, não identificam quaisquer situações que lhes tenham merecido reservas de opinião;

a Comissão de Acompanhamento do Fundo de Acidentes de Trabalho deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável à aprovação das contas do Fundo de Acidentes de Trabalho relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Eng. Luís Alves Monteiro
Presidente, Representante do Ministério das Finanças



Dr. Nuno Biscaya
Representante das Associações Representativas das Entidades Empregadoras



Dr. José Emílio Pires
Representante das Associações Representativas dos Trabalhadores



Drª. Célia Maria de Jesus Gomes Correia de Matos
Especialista na Área dos Acidentes de Trabalho



Drª. Delfim Soares
Especialista na Área dos Acidentes de Trabalho





ASF

Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76
1600-205 Lisboa
Portugal

Telefone: 21 790 31 00
asf@asf.com.pt
www.asf.com.pt